07

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pela **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITABORAÍ**, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, caput e 129, III da CRFB, art. 25, IV da Lei Federal n. 8.625/93 e art. 34, VI da Lei Complementar Estadual n. 106/03, com fulcro na Lei Federal n. 7.347/85, na Resolução CNMP nº 174/17 e na Resolução GPGJ nº 2.227/2018 **RESOLVE** promover a instauração de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, na forma que segue.

MPRJ nº: 2019.00978743	**Portaria nº: 193/2019**	**Prazo: 01 (um) ano**

Atribuição: Defesa e Proteção do Meio Ambiente.

Assunto/Ementa (Código: 10110): Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC"***.

Origem: Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023.

Reclamante(s): De ofício.

Reclamado(s): PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro.

Observação: ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DO TAC I DO COMPERJ

Para tanto, **determina-se.**

1. Registre-se e autue-se (art. 15 c/c 70, I e art. 16, § 1º, Resol. GPGJ 2.227/18);
2. Registre-se no Sistema MGP (art. 1º, Resol. GPGJ/CGMP 02/2010);
3. Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial pelo prazo de 15 dias (art. 23, §1º, I, Resol. 2.227/18);
4. Dê-se cumprimento às diligências determinadas no **relatório inicial de investigação**.

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ (CEP:24.800-113)
Tel. 2645-6950

Itaboraí, 16 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

RELATÓRIO INICIAL DE INVESTIGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 193/2019

CONSIDERANDO que o MPRJ, presentado por esta Promotoria, ajuizou ação civil pública em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO (processo nº 0009919-12.2018.8.19.0023), questionando o licenciamento ambiental e seus impactos dos seguintes empreendimentos que compõem o COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro): (i) Unidade Petroquímica Básica – UPB (objeto do IC 314/09); (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09) e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí, causado por veículos pesados que transitavam pelas vias locais em razão do COMPERJ, conforme apurado no IC 34/14; (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13);

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento da citada ACP, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão do processo, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Assim, foram realizadas reuniões quase que diárias sobre o assunto durante um ano (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, da Promotoria, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC;

CONSIDERANDO que, finalmente, no dia 09/08/19, foi assinado o TAC no bojo da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Governador, do Presidente da Petrobras, do Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo já foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no bojo da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023, no dia 13/08/2019;

CONSIDERANDO que o citado TAC possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela

03

PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento;

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme promoção datada de 03/09/2019;

CONSIDERANDO que, assim, **o presente PA tem por objeto apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, do termo de ajustamento de conduta** pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação:

> *"**CLÁUSULA SEGUNDA:** (...) 5.7.2) **Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61**– Comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC".*

CONSIDERANDO todos os demais elementos produzidos nos autos da ação civil pública especificada, bem como nos autos dos inquéritos civis públicos que ensejaram a sua propositura;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, sendo certo que *"para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade"*, nos termos do que dispõe o art. 225, *caput* e § 1º, inciso IV, da CRFB;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 *"O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado"*;

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, *"O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado judicialmente"*;

CONSIDERANDO, destarte, o objetivo Institucional do Ministério Público em atuar na tutela dos interesses sociais e na defesa do ordenamento jurídico (art. 127, *caput*, CRFB/88);

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, inc. III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que, a teor do que dispõem os arts. 127 e 129, III da CRFB/88, art. 173, inciso III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do art. 82, inciso I da Lei nº. 8.078/90, dentre outros, constitui função precípua do Ministério Público a salvaguarda dos valores aqui mencionados;

RESOLVE o Promotor de Justiça que a esta subscreve, instaurar o **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** em anexo, com a finalidade de obter informações sobre o efetivo cumprimento dos itens antes especificados do termo de ajustamento de conduta celebrado.

Após, **autuada, registrada e publicada** a portaria em anexo, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

I. **Autuar o presente**, com cópia do termo de ajustamento de conduta celebrado no bojo da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, bem como da sentença judicial que o homologou, e da promoção em anexo, datada de 03/09/19;

II. **Oficiar à PETROBRAS,** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

III. Com a chegada da resposta ao item anterior, caso a PETROBRAS informe que atendeu à obrigação (encaminhando a documentação necessária), **oficie-se ao INEA/SEAS**, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC;

IV. Com a chegada da resposta ao item II, caso a PETROBRAS informe que atendeu à obrigação (encaminhando a documentação necessária – 30 dias)

03

remeter o feito ao GATE, via SEI, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental;

V. **Remeter ao CAO Ambiente** cópia da presente Portaria, em cumprimento ao determinado pelo artigo 80, da Resolução GPGJ nº 2227/2018.

Itaboraí, 16 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

I- DAS PARTES

1) **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.936/0001-40, presentado pelo Promotor de Justiça TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, matrícula 3226, titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, órgão de execução com sede na Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Nancilândia – Itaboraí/RJ, Salas 103/104, CEP: 24800-000, doravante denominado de **MPRJ,** como compromitente;

2) **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, ente federativo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 42.498.600/0001-71, neste ato representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), com endereço na Avenida Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ, 20081-312, na pessoa da Secretária ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO e do Governador do Estado do Rio de Janeiro WILSON JOSÉ WITZEL, doravante denominado ERJ, como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

3) **INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**, autarquia estadual inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela n. 110, Saúde, no Rio de Janeiro, representado por seu Presidente CLÁUDIO BARCELOS DUTRA, e pelo Diretor de Licenciamento Ambiental, ALEXANDRE CRUZ, doravante **INEA,** como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

4) **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS**, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, nº 65, Centro, Rio de Janeiro, representada pelo seu Presidente, ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO, com domicílio profissional nesta capital, doravante **PETROBRAS,** como compromissário;

MPRJ.SP2TCDITB 20190097874 3 050919 14:35:27

II- DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023, pelo MPRJ em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) e seus impactos, em especial os seguintes empreendimentos : (i) Unidade Petroquímica Básica – UPB (objeto do IC 314/09); (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09) e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí, causado por veículos pesados que transitavam pelas vias locais em razão do COMPERJ, conforme apurado no IC 34/14; (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13);

CONSIDERANDO que a citada ACP foi ajuizada com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 314/09 (MPRJ 200800200748), Inquérito Civil n.º 132/13 (MPRJ 201301218630), Inquérito Civil n.º 161/15 (MPRJ 20150067759), Inquérito Civil n.º 126/13 (MPRJ 201301201999) e Inquérito Civil nº 34/2014 (MPRJ 201400277033);

CONSIDERANDO que a Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13) é um empreendimento que consiste na implantação da barragem no Rio Guapiaçu com vistas à ampliação da oferta de água para a Região do Leste Fluminense, localizado no município de Cachoeiras de Macacu, a pretexto da previsão do adensamento populacional da região por conta da implantação do COMPERJ e outros empreendimentos, cenário original que se reduzirá em decorrência da revisão do tamanho do empreendimento;

CONSIDERANDO que as partes concordam em não realizar a Barragem de Guapiaçu como uma medida mitigatória e compensatória decorrente do empreendimento COMPERJ, ao menos até eventual resultado do estudo do reforço hídrico;

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

I- DAS PARTES

1) **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.936/0001-40, presentado pelo Promotor de Justiça TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, matrícula 3226, titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, órgão de execução com sede na Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Nancilândia – Itaboraí/RJ, Salas 103/104, CEP: 24800-000, doravante denominado de **MPRJ**, como compromitente;

2) **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, ente federativo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 42.498.600/0001-71, neste ato representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), com endereço na Avenida Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ, 20081-312, na pessoa da Secretária ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO e do Governador do Estado do Rio de Janeiro WILSON JOSÉ WITZEL, doravante denominado ERJ, como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

3) **INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**, autarquia estadual inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela n. 110, Saúde, no Rio de Janeiro, representado por seu Presidente CLÁUDIO BARCELOS DUTRA, e pelo Diretor de Licenciamento Ambiental, ALEXANDRE CRUZ, doravante **INEA**, como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

4) **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS**, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, nº 65, Centro, Rio de Janeiro, representada pelo seu Presidente, ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO, com domicilio profissional nesta capital, doravante **PETROBRAS**, como compromissário;

II- DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023, pelo MPRJ em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) e seus impactos, em especial os seguintes empreendimentos : (i) Unidade Petroquímica Básica – UPB (objeto do IC 314/09); (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09) e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí, causado por veículos pesados que transitavam pelas vias locais em razão do COMPERJ, conforme apurado no IC 34/14; (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13);

CONSIDERANDO que a citada ACP foi ajuizada com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 314/09 (MPRJ 200800200748), Inquérito Civil n.º 132/13 (MPRJ 201301218630), Inquérito Civil n.º 161/15 (MPRJ 20150067759), Inquérito Civil n.º 126/13 (MPRJ 201301201999) e Inquérito Civil nº 34/2014 (MPRJ 201400277033);

CONSIDERANDO que a Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13) é um empreendimento que consiste na implantação da barragem no Rio Guapiaçu com vistas à ampliação da oferta de água para a Região do Leste Fluminense, localizado no município de Cachoeiras de Macacu, a pretexto da previsão do adensamento populacional da região por conta da implantação do COMPERJ e outros empreendimentos, cenário original que se reduzirá em decorrência da revisão do tamanho do empreendimento;

CONSIDERANDO que as partes concordam em não realizar a Barragem de Guapiaçu como uma medida mitigatória e compensatória decorrente do empreendimento COMPERJ, ao menos até eventual resultado do estudo do reforço *hídrico;*

CONSIDERANDO que, como objeto específico da ACP em tela, foram formulados pedidos de medidas de compensação/reparação, mitigação e recuperação ambiental em razão dos fatos apurados no IC 126/13, ou seja, no entendimento do MPRJ há necessidade de revisão dos atos administrativos autorizativos, em especial no que toca: à adequação da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ;

CONSIDERANDO o acórdão prolatado pela Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, que, em sede de apelação, no dia 05/06/2019, julgou procedente o pedido do Ministério Público Federal para deslocar a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

CONSIDERANDO que, nos autos da ação nº 2013.02.01.006894-8 (CNJ 0000503-53.2008.4.02.5107), perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ficou decidida a *"...suspensão dos efeitos da sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 0000503-53.2008.4.02.5107 (2008.51.07.000503-2), **até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgar recurso de apelação se interposto";***

CONSIDERANDO que, em razão da controvérsia judicial quanto à competência, o IBAMA realizou a delegação cautelar do licenciamento ambiental do COMPERJ para o INEA, na forma do art. 1º, § 2º, da IN 8/2019, e arts. 4º, inciso V, e 5º, ambos da Lei Complementar nº 140/2011;

CONSIDERANDO que o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC tem como finalidade pôr fim à ACP 9919-12.2018.819.0023, e contempla todas as obrigações necessárias ao adimplemento das obrigações do licenciamento ambiental dos empreendimentos em tela e outras medidas mitigatórias e compensatórias, excluindo-se aquelas as quais a Compromissária logrou êxito em comprovar já ter cumprindo, bem como alguns pedidos correlatos de outras ACPs que versam sobre o COMPERJ, conforme expressamente ressalvado nas cláusulas seguintes;

CONSIDERANDO que o TC-Restauração nº 3/2011 foi celebrado tendo como objeto a formalização dos compromissos e condições visando a restauração florestal e outras atividades relacionadas, decorrentes das medidas mitigatórias e compensatórias do empreendimento COMPERJ, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP nº FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP nº nº FE013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA nº 43/2009;

CONSIDERANDO que a PETROBRAS foi comunicada sobre a rescisão unilateral do TC Restauração nº 3/2011, por meio do Ofício SEA/SE nº 292/2018, onde foi proposto um TAC;

CONSIDERANDO que, em resposta ao Ofício SEA/SE nº 291/2018 a PETROBRAS propôs que fosse celebrado um Termo de Compromisso de Restauração Florestal (TCRF), conforme Carta SMS/LA 0030/2018 protocolada em 24/08/2018;

CONSIDERANDO que a PETROBRAS, SEAS e INEA entendem pela possibilidade de ser feita a adesão ao mecanismo financeiro previsto na legislação vigente para viabilizar a restauração florestal;

CONSIDERANDO a Lei nº 6.572, de 31/10/2013, que dispõe sobre a compensação devida pelo empreendedor responsável por atividade de significativo impacto ambiental no estado do Rio de Janeiro, institui a contribuição por serviços ecossistêmicos nos termos da Lei Federal 9.985/00 e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução SEAS nº 12/2019, em especial seu art. 6º, § 1º, que regulamenta o mecanismo financeiro de compensação florestal previsto nos arts. 17, § 1º, da Lei federal nº 11.428/2006, e 3º-B da Lei estadual nº 6.572/2013;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta SEA/INEA nº 654 de 23/10/2017, que estabelece procedimentos para a celebração de TCRFs para cumprimento da obrigação referente à compensação de que trata o art. 3º-B da Lei nº 6.572/2013, introduzido pela Lei nº 7.061/2015, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Parecer 59/09/2018 – EABM-ASJUR/SEA da Assessoria Jurídica da SEAS concorda em monetizar, utilizando o mecanismo financeiro, para cumprimento das condicionantes e que o Ministério Público excepcionalmente, no caso concreto, concorda com a proposição desde que sejam feitas medidas adicionais de revegetação, realizadas majoritariamente em áreas internas do COMPERJ as quais a PETROBRAS possa ter gestão;

CONSIDERANDO que, em que pese os diplomas normativos acima mencionados que criam e autorizam o uso do TCRF, a 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, de forma geral, não concorda com a tese de monetização da obrigação de revegetação, eis que entende que todo e qualquer empreendedor (portanto, o empreendedor-poluidor-pagador) deve realizar diretamente e *in natura* toda a sua obrigação de restauração. Assim, o MPRJ entende que qualquer legislação infraconstitucional que substitua aprioristicamente a obrigação do empreendedor de promover a revegetação *in natura* por obrigação de pagar quantia certa (ainda que seja depósito no FECAM com utilização necessária em restauração florestal) viola o art. 225 da Constituição da República e desnatura os princípios constitucionais ambientais. Ocorre que, no caso concreto, diante do amplíssimo objeto da ACP e do presente TAC, tendo vista que os Compromissários, em sede de acordo, concordaram com diversas teses do MPRJ, esta Promotoria (repete-se: apenas neste caso concreto) flexibilizou seu entendimento jurídico sobre a possibilidade de monetização da revegetação do COMPERJ, e isso só foi possível diante da assunção de novo compromisso adicional por parte da PETROBRAS de plantar e/ou manter mais 660 hectares, conforme cláusulas seguintes, em especial item 5.1.11.2;

CONSIDERANDO que nos anos de 2012 e 2013 foram apresentados aos órgãos ambientais relatórios do "*Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos do Impacto do COMPERJ sobre os Municípios da Região de Influência*", em atendimento às condicionantes 8.6 e 8.13 da Licença Prévia nº FE013990;

CONSIDERANDO que nos citados estudos, em que se realizou diagnóstico do sistema de coleta e tratamento de esgoto de Itaboraí e Maricá, restou confirmado que, ante a carência na infraestrutura de saneamento destes dois municípios e os incipientes esforços do Poder Público em implantar melhorias nesse sistema e a previsão de incremento e adensamento populacional decorrentes da instalação e da operação do

COMPERJ, se fazia necessária a adoção de medida compensatória, tal como constou do Parecer do INEA que subsidiou a emissão da Licença de Instalação nº IN001540[1];

CONSIDERANDO que em 30.03.2012 foram celebrados, entre a PETROBRAS, a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, o INEA e a Fundação Bio-Rio, os convênios 6000.0074451.12.4 e 6000.0074452.12.4, tendo como objeto a implantação de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Itaboraí e Maricá, respectivamente. Esses convênios foram iniciados quando da sua assinatura e foram encerrados por decurso de prazo em 01.11.2014, para o município de Maricá, e 30.01.2015, para o município de Itaboraí, sem a conclusão do objeto e com saldo remanescente. Também em 30.03.2012, foi celebrado, entre a PETROBRAS, SEA, INEA e Fundação Bio-Rio, o convênio 6000.0074450.12.4 para a construção da Barragem de Guapiaçu. Este convênio foi iniciado quando da sua assinatura e encerrado por decurso de prazo em 23.01.16, sem a conclusão do objeto e com saldo remanescente, tendo sido realizado apenas o projeto, e cujas obras não foram iniciadas, devido a não emissão da licença de instalação pelo órgão ambiental;

CONSIDERANDO que se encontra em trâmite na 5ª Vara de Fazenda Pública a ação de cobrança proposta pela PETROBRAS, e ainda tendo o Juízo da Vara Regional da Ilha do Governador declinado a sua competência para o aludido Juízo Fazendário, no entendimento de que a SEAS e o INEA deveriam integrar o polo passivo da referida ação;

---

[1] Confira-se o que constou do aludido estudo:
"[...] entre os anos 2000 e 2012, o município de Itaboraí apresentava o índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto de, respectivamente, 0,00% e 1,94%, o que representa uma pequena melhora, sendo inferiores ao índice dos municípios estudados do Conleste - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (20,06%) e muito distante de atingir sua meta de 20,00%. Além das obras de captação e distribuição de água, a Prefeitura também está implantando rede de águas pluviais em algumas ruas.
Nas áreas não atendidas do município, a solução é a ligação no sistema de águas pluviais ou o lançamento direto nas ruas ou nos cursos d'água. É importante ressaltar que, como não existe tratamento na rede de águas pluviais, não se pode considerar que no município exista rede mista (sistema unitário) ".
"[...] entre os anos 2000 e 2012, o município de Maricá apresentava o índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto, respectivamente 3,95% e 10,68%, que é muito baixo, mas representa uma pequena melhora, e inferiores ao índice dos municípios do Conleste estudados (20,06%) e, distante de atingir sua meta de 23,16%".

CONSIDERANDO que a aludida ação de cobrança se refere à prestação de contas no âmbito dos Convênios para construção do sistema de esgotamento sanitário em Itaboraí, do sistema de esgotamento sanitário em Maricá e da Barragem de Guapiaçu – Reforço Hídrico (Processo nº 0286071-57.2016.8.19.0001) e de uma reconvenção neste referido processo;

CONSIDERANDO que a condicionante nº **32** não possui a redação contida na petição inicial[2], mas sim a redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016, que determinou ao INEA a revisão e a unificação das condicionantes 32 e 34 estabelecidas na Averbação nº AVB001306 da Licença de Instalação nº 001540/2009, ora transcrita: *"32 - Executar e concluir as intervenções previstas nos convênios 6000.0074452.12.4 e 6000.0074451.12.4, referentes à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de Maricá e Itaboraí, incluindo escopo adicional relativo a Maricá e Itaboraí, de acordo com estudo de concepção a ser apresentado pela SEA, com posterior repasse pela SEA dos ativos aos titulares dos serviços de saneamento básico que serão os responsáveis pela operação dos sistemas, bem como contribuir para a viabilização da implantação da Barragem de Guapiaçu, objeto do Convênio 6000.0074450.12.4, obedecendo o limite máximo de R$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), resultante da readequação das anteriores condicionantes 32 e 34 para os investimentos citados nesta condicionante, computados os valores já aplicados naquelas condicionantes, e os custos diretos e indiretos a serem suportados pela PETROBRAS";*

CONSIDERANDO que o Esgotamento Sanitário de Itaboraí e Maricá é a ação prioritária e fundamental porque já foram iniciadas e seu abandono se traduziria em dano ao erário e que são a condicionante 21 da LP 013990[3];

CONSIDERANDO o que dispõe a condicionante 33: *"Utilizar nos processos industriais do COMPERJ exclusivamente água de re-uso originárias de Estações de*

[2] A condicionante 32 na forma posta na petição inicial, possuía a seguinte redação: "32- Aplicar R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na construção da Barragem para regularização da vazão do Rio Guapiaçu visando o incremento da vazão do Rio Macacu em mais 5 m3/s, em período seco, incluindo o custeio das desapropriações necessárias e implantação de um Plano de Proteção da Área de Entorno do Reservatório, conforme projetos que serão fornecidos pela SEA/INEA", conforme Deliberação CECA/CLF 5.386, de 16/08/2011.

[3] Condicionante 21 da LP FE 013990: "Considerar no licenciamento do emissário submarino a implantação de sistema de esgotamento sanitário para atender a região que será cortada pela parte terrestre do emissário".

Tratamento de Esgoto - ETE, à exceção daqueles processos que comprovadamente não possam usar água de re-uso" e que apesar do contrato firmado em 25/11/2013 com a CEDAE – Companhia de Água e Esgoto do Rio de Janeiro, para que esta, através da Estação de Tratamento de Água – ETA do Guandu forneça para a PETROBRAS a água de reuso inicialmente prevista, não estará disponível para fornecimento para a partida da UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural), cuja previsão de início de operação é ao final de 2020,bem como para os anos posteriores;

CONSIDERANDO que, em 01/08/2017, a Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, por meio da DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.102, suspendeu a validade da condicionante 33, determinando que a PETROBRAS apresente ao INEA, um Estudo Hídrico Complementar abordando possíveis soluções para o suprimento de água do COMPERJ, o que também é postulado na ACP;

CONSIDERANDO a necessidade de prazo para elaboração do estudo suficiente pela PETROBRAS após a aprovação do Termo de Referência pelo INEA;

CONSIDERANDO que em 27/10/2017 a PETROBRAS protocolou no INEA a Carta PRGE/SGP/LA 154/2017 apresentando o Termo de Referência de Estudo Hídrico Complementar, em atendimento à Deliberação CECA Nº 6.102;

CONSIDERANDO que em 16/07/2018 foi recebido pela PETROBRAS a Notificação do INEA GELIRHNOT/01094464 solicitando revisão do referido Termo de Referência e que em 20/07/2018 a PETROBRAS protocolou no INEA a Carta PRGE/SGP/LA 112/2018 apresentando as revisões solicitadas;

CONSIDERANDO que em 22/11/2018 foi recebida pela PETROBRAS a Notificação do INEA GELIRHNOT/01096952 solicitando nova revisão do aludido Termo de Referência e que em 05/12/2018 a PETROBRAS protocolou no INEA a Carta SMS/LARE/ 0001/2018 apresentando as revisões solicitadas;

CONSIDERANDO que em 09/04/2019 foi recebida pela PETROBRAS a Notificação do INEA GELIRHNOT/01096952, aprovando o Termo de Referência, conforme parecer Técnico nº 142/2019/SEORH;

CONSIDERANDO que os efeitos da condicionante 33 estão suspensos até a manifestação formal do INEA com relação as conclusões obtidas no referido estudo;

CONSIDERANDO que as partes concordam com a utilização provisória da outorga de água já existente do Rio Guandu, atualmente sob titularidade da REDUC, nos exatos termos das cláusulas que seguem e desde que: (i) haja prestação de contas periódica sobre o volume de água utilizado pela REDUC e pela UPGN do COMPERJ, a fim de que se possa fiscalizar que não haverá utilização de água acima do volume permitido na outorga; (ii) de fato que tal utilização de água do Rio Guandu seja provisória, até que sejam implementadas as medidas do Estudo Hídrico Complementar abordando soluções para o suprimento de água do COMPERJ, de maneira que, nos prazos previstos em tais estudos aprovados pelo órgão ambiental e pelo MPRJ, haja a substituição de utilização de água do Rio Guandu por água prioritária de reuso para o suprimento de água de todos os processos industriais possíveis do COMPERJ, prevendo o reuso dos efluentes dos processos industriais e efluentes sanitários, quando possível[4],(iii) seja concedida pelo INEA a renovação da outorga do rio Saracuruna à PETROBRAS para sua utilização até dezembro de 2023;

CONSIDERANDO que, em 14/03/2008, foi assinado entre PETROBRAS e CEDAE o Convênio para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Porto das Caixas, na vazão de 100 litros por segundo, visando ampliar a capacidade de produção de água tratada (potável) do sistema de abastecimento do Município de Itaboraí, bem como atender à demanda necessária de água tratada (potável) durante as obras de implantação do COMPERJ, o que já viabilizou reforço hídrico na região;

CONSIDERANDO que o referido Convênio previa que a PETROBRAS arcaria com todos os recursos necessários à consecução de seu objeto e que ao término das obras, os ativos resultantes da execução do objeto foram transferidos à CEDAE;

CONSIDERANDO o ajuste no sentido de que em contrapartida à transferência de ativos à CEDAE, os investimentos realizados pela PETROBRAS, cerca de R$ 75 milhões, foram convertidos em volume de água potável para o COMPERJ (até 50 litros por segundo);

[4] Destaca-se que a condicionante 33 da UPB prevê: " Utilizar nos processos industriais do COMPERJ exclusivamente água de re-uso originárias de Estações de Tratamento de Esgoto – ETE, **à exceção daqueles processos que comprovadamente não possam usar água de re-uso.**

CONSIDERANDO que também em contrapartida à transferência de ativos à CEDAE e à obra realizada pela PETROBRAS, houve reforço hídrico de água potável para a população de Itaboraí de 50 litros por segundo;

CONSIDERANDO a necessidade de uma solução de fornecimento de água que viabilize a partida da UPGN em 2021 e por consequência permita o aumento da produção dos campos do Pré-Sal;

CONSIDERANDO que, em 20/05/2010, foi emitida Licença de Prévia Nº IN001543 para a concepção e localização da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493;

CONSIDERANDO que a Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ é um empreendimento que consiste na construção da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493;

CONSIDERANDO que antes desta Estrada ser construída e mesmo após, vinha e vem sendo utilizada, prioritariamente, a Estrada Sul, que substituiu a utilização da Estrada S, onde moradores relataram problemas com o trânsito de veículos pesados das empresas que prestavam serviços ao COMPERJ tendo, inclusive, segundo os moradores, havido abalo na estrutura de alguns imóveis, conforme IC 34/14;

CONSIDERANDO que, em atendimento à condicionante 5.4[5], mencionada na ACP equivocadamente na peça inicial como condicionante 6.7 da LP da EAP IN001543, que versa sobre cronograma de desapropriações, que este foi apresentado dentro do Programa de Desapropriação, cap. 5.5 do Plano Básico Ambiental, e protocolado quando da solicitação da Licença de Instalação da Estrada de Acesso Principal do COMPERJ, sendo necessário um tempo para resgate de tais informações;

CONSIDERANDO que a PETROBRAS apresentará em cumprimento ao TAC o cronograma de efetivação das desapropriações em 300 (trezentos) dias contados da homologação, pois será necessário realizar um resgate destes dados, já que parte foi feita extrajudicial e outra parte judicialmente;

---

[5]- *Apresentar na ocasião do requerimento de LI:*
5.4 – Cronograma para a efetivação das desapropriações que se fizerem necessárias à implantação da rodovia;

CONSIDERANDO que a Estrada para Transporte de Equipamentos Especiais, denominada UHOS (Ultra Heavy Over Size, objeto do IC 314/09 e IC 161/15) é um empreendimento que consiste em uma via destinada ao tráfego de veículos pesados, possuindo aproximadamente 18 quilômetros de extensão, atravessando várias comunidades que compõem o Complexo do Salgueiro, no Município de São Gonçalo. A Estrada UHOS interliga o "Píer de atracação localizado na Praia da Beira (Município de São Gonçalo)" à via projetada para acesso ao COMPERJ, a qual intercepta a Rodovia Federal BR-493 na altura do km 7, no Distrito de Itambí (Município de Itaboraí), fazendo parte do denominado "Sistema UHOS";

CONSIDERANDO que a PETROBRAS procurou dar atendimento à condicionante 12[6] da LP IN 019084 realizando um convênio com o Município de São Gonçalo onde estava prevista a transferência do SISTEMA DE UHOS para o Município;

CONSIDERANDO que através da Carta AB-PGI/COMPERJ 0018/2015 realizou a transferência de posse da Infraestrutura da UHOS para a Prefeitura de São Gonçalo e que cabe mencionar ainda, que conforme Convênio de Cooperação celebrado com o Município de São Gonçalo para a viabilização da implantação da via, estava previsto no item 2.1.4 o repasse da via ao Município:

> *"Repassar para o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO após a implantação da Via de transporte dois Equipamento Especiais do COMPERJ a infraestrutura que será realizada neste Município pelo Projeto PETROBRAS, em conformidade com o objeto do presente CONVÊNIO, para que seja adequada e ampliada, visando à implantação do Projeto Porto da Praia da Beira;"*

CONSIDERANDO que o Município de São Gonçalo e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, emitiram os Decretos nº 115/2011 e 43.472/2012, respectivamente, Declaração de Utilidade Pública para fins de construção da via, evidenciando o interesse público pela via;

---

[6] *"doar ao poder público, como medida socioambiental, o conjunto de obras e instalações do píer, retroporto e rodovia de acesso, após atendidas as necessidades relativas à movimentação de equipamentos pesados para implantação do COMPERJ, conforme condições específicas estabelecidas em Termo de Compromisso a ser celebrado com o Estado, em até 180 dias após a emissão da Licença de Instalação*

CONSIDERANDO que a PETROBRAS e empresas locais ainda possuem interesse na utilização da referida Estrada UHOS para passagem de equipamentos pesados, bem como considerando o interesse do Município de São Gonçalo no Prédio denominado de Centro de Integração, localizado na Av. Presidente Kenedy 765, Estrela do Norte, em São Gonçalo, que resultou de um investimento de cerca de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões reais) pela PETROBRAS;

CONSIDERANDO que a eventual destruição da Estrada UHOS não resolveria o problema de segurança pública no local, pois o trajeto já era utilizado para tráfego pelo tráfico, sendo certo que as partes concordam na substituição deste pedido por outros pedidos que tornem viável uma utilização da mencionada estrada que atenda ao interesse público (itens 5.6.1 até 5.6.4 deste TAC), bem como no estabelecimento de medidas compensatórias adicionais pela PETROBRAS em favor do Município de São Gonçalo, em razão da construção da Estrada UHOS, no valor total de R$ 30.750.000,00 (trinta milhões, setecentos e cinquenta mil reais), conforme itens 5.6.3, 11.1, 11.2 e 11.3 deste TAC;

CONSIDERANDO que em atendimento à condicionante 21, a PETROBRAS realizou a implantação dos dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras e que a empresa contratada para a realização da obra da estrada UHOS reportava mensalmente as evidências de atendimento através do relatório do Plano Ambiental da Construção as atividades de Gerenciamento de Tráfego Durante as Obras, informadas ao INEA trimestralmente através do PGA Cap. 6.7 (Plano de Gerenciamento de Tráfego durante as obras), inclusive com relatório fotográfico;

CONSIDERANDO que em atendimento à condicionante 23, a PETROBRAS atendeu as normas municipais quanto ao tráfego de veículos durante as obras e que a empresa contratada para a realização da obra da estrada UHOS atuava para o Gerenciamento de Tráfego (conforme reportado no Capítulo 6.7 do Plano de Gerenciamento de Trafego durante as obras) através do Plano de Gestão Ambiental protocolado trimestralmente no órgão ambiental estadual, assim como no atendimento aos requisitos legais aplicáveis, dentre eles os municipais;

CONSIDERANDO que em 2016 houve um incêndio em um prédio administrativo do COMPERJ sendo que foram perdidos os últimos Planos de Monitoramento Epidemiológico, razão pela qual a PETROBRAS se comprometerá a apresentar os

resultados obtidos que se refiram até o ano de 2014, que foram os quais conseguiu resgatar. Além disso, os planos de monitoramento epidemiológico deverão ser atualizados até 2017;

CONSIDERANDO que as partes que firmam este TAC esclarecem que o Município de Cachoeiras de Macacu não figura como beneficiário no presente TAC de obrigações de fazer e, sobretudo, das obrigações referentes a novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares. O motivo de Cachoeiras de Macacu não ter sido contemplado no presente TAC é que o empreendimento que seria construído no território de Cachoeiras de Macacu (a chamada "Barragem do Guapiaçu") em decorrência do COMPERJ, não o será mais implantado como medida compensatória do empreendimento, sendo certo que o presente TAC estabeleceu a obrigação da PETROBRAS de realizar estudos para o reforço hídrico da região. Caso futuramente seja escolhido e executado algum empreendimento com este objetivo de reforço hídrico da região no Município de Cachoeiras de Macacu pelo Estado do Rio de Janeiro, o MPRJ, no exercício de suas funções institucionais, diligenciará para acompanhar e fiscalizar o processo de licenciamento ambiental do novo empreendimento;

CONSIDERANDO o aumento de recolhimento de royalties e participações especiais para a União, Estados e Municípios, decorrente da partida da UPGN em 2021 e do crescimento econômico associado a operação do empreendimento COMPERJ, em especial para o Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que a SEAS e o INEA são os órgãos ambientais legalmente competentes do Estado do Rio de Janeiro para o licenciamento e para fiscalização do empreendimento COMPERJ;

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento da presente ACP, o MPRJ oficiou à PETROBRAS para dar notícia do ajuizamento das ACPs e, em resposta, a PETROBRAS, manifestou seu interesse em tentar celebrar TAC, o que foi aceito, razão pela qual o MPRJ pleiteou ao juízo a suspensão do feito. A partir de então, foram realizadas diversas reuniões entre MPRJ, PETROBRAS, SEAS e INEA que culminaram na celebração do presente TAC que ora é submetido à homologação do Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1°, c/c art. 5°, parágrafo 6°, da Lei Federal n° 7.347/85;

CONSIDERANDO todos os demais elementos produzidos nos autos do Inquérito Civil Público n. 239/2017;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida"*, entendido esse como o *"conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"* (art. 225, caput, da CF/88 e art. 3°, I, da Lei n° 6938/81);

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que os art. 1°, inciso I, art. 2°, *caput*, art. 3°, art. 4° e art. 5°, inciso I, e §6°, da Lei 7.347/1985, dispõem que:

> *Art. 1° Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as **ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados**: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)*
> ***I - ao meio-ambiente;***
> *(...)*
> *Art. 2° As ações previstas nesta Lei serão **propostas no foro do local onde ocorrer o dano**, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.*
> *(...)*
> *Art. 3° A ação civil poderá ter **por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.***
> *Art. 4º **Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente**, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO). (Redação dada pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)*
> *Art. 5º **Têm legitimidade** para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
> ***I - o Ministério Público;** (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
> *(...)*

> *§6º - Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados **compromisso de ajustamento de sua conduta** às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.*

CONSIDERANDO que, o MPRJ é, segundo disposições das Leis 7347/87, arts. 1º e 5º, e 8078/90, arts. 81, 82 e 91, legitimado à promoção de ação civil pública e celebração de termo de ajustamento de conduta para a defesa coletiva dos direitos e interesses meta individuais, entre eles os relativos à proteção do Meio Ambiente;

RESOLVEM, com fundamento no disposto no *art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85,* celebrar **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, para pôr fim à ACP nº 9919-12.2018.819.0023, na forma que se segue.

III- DAS DISPOSICÕES

DAS OBRIGACÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) tem como objeto chegar a um acordo sobre a integralidade dos pedidos feitos na ACP 9919-12.2018.819.0023 em tela, havendo o ajustamento de conduta com aquelas obrigações as quais a Compromissária não cumpriu ainda ou são por meio do presente TAC alteradas.

Parágrafo primeiro - Além disso, são objeto do presente TAC os seguintes pedidos:

(i) ACP 0009884-52.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil n.º 95/2011) – Emissário terrestre e Submarino: pedidos 4.2.1, 4.2.2, 4.3.1, 4.3.2, 10;

(ii) ACP 0009859-39.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil n.º 102/2011) – Linhas de Transmissão: pedidos 4.3, 4.4.4, 4.4.5, 10.

(iii) ACP 0009869-83.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil n.º 01/2013) - UPGN-ULUB: pedidos: 4.2.3.a, 4.2.3b, 4.2.3c, 4.2.3d, 10.

(iv) ACP 0009897-51.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 106/2010) – Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ: pedidos C.3f, C8, C9, C10, C11, C12, C14, C16, 10.

Parágrafo Segundo - O presente TAC põe fim e se traduz em termo final a todos os pedidos da ACP 9919-12.2018.8.190023, bem como aos pedidos elencados no parágrafo primeiro (anterior ao presente), o qual deverá ser devidamente homologado por sentença judicial, que tramita perante a Justiça Estadual de Itaboraí, fazendo coisa julgada material.

Parágrafo Terceiro – As partes declaram estar cientes do julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Federal de Itaboraí/RJ, que deslocou a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o IBAMA. Declaram, ainda, estar cientes de que foi deferida a suspensão de execução de sentença nº 2013.02.01.006894-8, movida pelo ERJ, determinando a suspensão dos efeitos da aludida decisão até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgou os recursos de apelação. Finalmente, as partes declaram estar de acordo de que o presente TAC não trará qualquer prejuízo para a coletividade ou para o meio ambiente, nem inviabilizará ao MPF e ao IBAMA o exercício de suas atribuições legais, na medida em que, caso haja o deslocamento superveniente da competência do órgão ambiental para licenciar os empreendimentos em questão por força de decisão judicial transitada em julgado, vigorarão as condicionantes impostas pelo INEA e as obrigações previstas neste TAC até que o IBAMA conceda nova licença com suas próprias condicionantes, além de restarem preservadas as licenças que já estejam exauridas. Assim, o MPF e/ou o IBAMA poderão, se assim entenderem conveniente, aderir total ou parcialmente aos termos deste TAC, inclusive fiscalizando seu cumprimento, na hipótese de o ajuste ainda estar vigente, eis que o presente instrumento regulariza as pendências ambientais do empreendimento em relação aos fatos narrados na inicial, mantendo o IBAMA o seu poder de autotutela e resguardada ao MPF a sua atribuição/legitimidade de acompanhar e fiscalizar os licenciamentos ambientais em questão;

Parágrafo Quarto - Após a conclusão do Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro previsto no item 2 da cláusula segunda, que incluirá a avaliação acerca das alternativas para abastecimento hídrico na região do Comperj, caso haja confirmação da implantação da Barragem de Guapiaçu como melhor opção, com as devidas e prévias alterações no EIA/RIMA próprio considerando o teor do estudo

referido no mencionado item 2, ou outra solução que fora apontada pelo Plano, o Compromissário Estado do Rio de Janeiro deverá elaborar o projeto, obra e desapropriações, servindo dos recursos previstos na cláusula segunda, item 3, como apoio à sua implementação.

Parágrafo Quinto – As partes declaram que o presente TAC está sendo celebrado considerando que o COMPERJ terá futuramente em operação apenas a UPGN e a Refinaria (TREM 1), não sendo consideradas as demais Unidades inicialmente previstas, tendo em vista o redimensionamento para menor do empreendimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

CLÁUSULA SEGUNDA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer e de pagar abaixo especificadas e a apresentar no bojo do processo de licenciamento ambiental e nos autos da presente ação civil pública ao MP e a este Juízo, o que segue, nos prazos constantes do Cronograma de Execução das Ações, que é o ANEXO 1, parte integrante do presente instrumento.

1) A PETROBRAS se compromete a apresentar, em até **16 (dezesseis) meses** após a aprovação do Termo de Referência do INEA (o qual deverá contar com prévia manifestação do MPRJ), Estudo Hídrico Complementar, em atendimento à Deliberação CECA Nº 6.102, com vistas a avaliar alternativas de águas de reuso para o Comperj, devendo tal estudo abordar possíveis soluções para o suprimento de água para todos os processos industriais do COMPERJ, inclusive para a UPGN e Trem 1, sendo certo que o estudo a ser apresentado deve prever e priorizar o reuso dos efluentes nos processos industriais em que isto for possível.

2) A PETROBRAS se compromete a depositar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, a importância de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, para que seja elaborado pelo ERJ o Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, a partir de sua Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da SEAS, que deverá contemplar capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a

avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para abastecimento da região, com regular análise das alternativas locacionais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada. O Termo de Referência a ser feito pelo INEA/SEAS para tal plano deverá ser apresentado ao MPRJ, para fins de prévio e imprescindível consenso técnico antes de sua execução. Tal estudo deverá abordar todos os itens da conclusão da IT nº 239/2017 do GATE/MPRJ, inclusive sugerindo as alterações necessárias no projeto inicial da Barragem do Guapiaçu, a fim de tornar o projeto viável do ponto de vista ambiental e social. No momento seguinte, o órgão licenciador deverá observar a adequada avaliação dos impactos ambientais e sociais, além da justa e prévia indenização pela desapropriação (quando for o caso). Caso o valor do estudo seja inferior à importância depositada, o recurso sobressalente será utilizado em ações que aumentem a segurança hídrica do estado do Rio de Janeiro.

3) A PETROBRAS se obriga a depositar no INEA ou na SEAS, em duas contas específicas a serem indicadas pelo beneficiário e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, respectivamente, as importâncias remanescentes de: (i) R$ 98.642.130,83 (noventa e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e trinta reais e oitenta e três centavos), para atender à finalidade de término das obras de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, incluindo escopo adicional; e (ii) R$ 131.952,702,96 (cento e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dois reais e noventa e seis centavos) para ações de execução do reforço hídrico da região (a ser definido a partir do estudo do item 2 anterior, sendo certo que na hipótese de eventual estudo apontar pela necessidade de implantação da Barragem do Guapiaçu, a efetiva intervenção somente será realizada pelo ERJ, com os recursos aportados, após o consenso técnico entre o INEA e o MPRJ acerca da proposta, sendo que ambos os valores serão sempre depositados em 3 (três) parcelas trimestrais iguais e sucessivas contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em 60 dias contados da homologação do instrumento, em atendimento à condicionante 32 conforme redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016[7].

[7] *Os valores discriminados neste item constam na memória de cálculo abaixo, elaborada pela Petrobras que não possui efeito jurídico liberatório, os quais foram obtidos levando em consideração os valores efetivamente pagos pela Petrobras à Fundação Bio-Rio e os valores remanescentes pendentes de pagamento, em cumprimento às condicionantes 32 e 34. Os valores pagos foram apresentados pela Petrobras por meio dos extratos bancários dos respectivos convênios. A SEAS/INEA, a quem cabia a entrega de relatórios da aplicação dos recursos, poderá estabelecer processo regular de apuração, no qual se perquirirá, inclusive, a aplicação dos recursos já recebidos e sua correção, com a finalidade, entre outras, de prestar as informações respectivas*

3.1) A título de atualização monetária dos valores acima referidos para esgotamento sanitário e reforço hídrico, a PETROBRAS se compromete ainda a depositar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, nas mesmas contas mencionadas acima (a serem indicadas pelo INEA ou pela SEAS e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 – trinta e cinco – dias), a importância de R$ 30.753.172,38 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e trinta e oito centavos), que será utilizada da seguinte maneira: (a) a importância de até R$ 13.744.020,00, para gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico da região; e (b) a importância de até R$ 12.903.617,28, para o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário.

3.2) O saldo remanescente desta atualização monetária, que soma R$ 4.105.535,10 (quatro milhões, cento e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e dez centavos), será depositado em 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, devendo ser utilizado como medida compensatória, para fortalecimento das ações de licenciamento e fiscalização ambiental no COMPERJ.

---

ao MPRJ, nos termos deste TAC, bem assim de esquadrinhar, se for o caso, responsabilidades por eventuais irregularidades. Não é objeto do presente TAC fazer juizo de valor e atestar o cumprimento dos convênios anteriormente firmados para a execução das obras.

MEMÓRIA DE CÁLCULO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE ITABORAÍ E MARICÁ E REFORÇO HÍDRICO			
Rubricas	Valores Previsto	Valores aportados à Fundação Rio Rio	Referência
Valor do convênio barragem de Guapiaçu	250.000.000,00	26.919.000,00	Condicionante 34: Convênio de esgot. Itaboraí nº 6000.0074451.12.4 Condicionante 34: Convênio de esgot. Maricá nº 6000.0074452.12.4 Condicionante 32: Convênio barragem Guapiaçu nº 6000.00.74450.12.4 (Averbação Nº AV8001306 da LI Nº IN001540)
Valor do convênio esgotamento sanitário Itaboraí	99.446.000,00	94.997.822,80	
Valor do convênio esgotamento sanitário Maricá	60.554.000,00	57.488.343,41	
Total	410.000.000,00	179.405.166,21 *	
Saldo dos convênios de esgotamento e barragem	230.594.833,79		410.000.000,00 - 179.405.166,21
Este saldo foi subdividido no TAC conforme abaixo:			
Total orçado pela CEDAE para conclusão do escopo remanescente do esgotamento sanitário de Itaboraí e Maricá	98.642.130,83	Não aplicável	Orçamento da CEDAE encaminhado em 12/09/2018
Remanescente será aplicado em ações de Reforço hídrico	131.952.702,96	Não aplicável	Saldo dos 3 convênios menos orçamento da CEDAE
Ademais, foram inseridos os valores a serem pagos à título de atualização monetária do saldo dos convênios de esgotamento e barragem (índice: IPCA)	30.753.172,38	Não aplicável	Valores a serem pagos à título de atualização monetária (IPCA), conforme item 3.1 da cláusula segunda do TAC do Comperj: R$ 13.744.020,00: gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico; R$ 12.903.617,28: gerenciamento das obras de esgotamento sanitário; R$ 4.105.535,10: medida compensatória para fortalecimento das ações de licenciamento e fiscalização ambiental no Comperj;

* Este valor não considera a atualização monetária. O valor atualizado efetivamente pago, conforme extratos apresentados pela Petrobras, foi de R$ 191.449.115,00.

4) A PETROBRAS poderá utilizar a outorga já existente do Rio Guandu (atualmente destinada à Refinaria Duque de Caxias - REDUC), para fornecimento de água para a UPGN e utilidades necessárias à sua operação, enquanto não for possível o fornecimento de água de reuso, que depende da conclusão do Estudo Hídrico Complementar e da implementação da solução apontada pelo referido Estudo, conforme item 1 anterior, desde que:

(i) haja prestação de contas periódica (trimestralmente) sobre o volume de água utilizado pela REDUC e pela UPGN do COMPERJ, a fim de que se possa fiscalizar se não haverá utilização de água acima do volume permitido na outorga;

(ii) a utilização de água do Rio Guandu seja efetivamente provisória, até a implementação da solução apontada pelo referido Estudo Hídrico Complementar para o suprimento de água do COMPERJ, de maneira que, nos prazos previstos neste estudo aprovado pelo órgão ambiental e pelo MPRJ, haja a substituição de utilização de água do Rio Guandu preferencialmente por água de reuso para o suprimento de água para os processos industriais do COMPERJ que forem possíveis, prevendo o reuso dos efluentes de todos os processos industriais e efluentes sanitários possíveis;

(iii) seja concedida pelo INEA a renovação da outorga do rio Saracuruna à PETROBRAS para sua utilização até dezembro de 2023.

(iv) A licença de operação do COMPERJ somente será emitida após a comprovação da utilização de 100% de água de reuso para o suprimento de todos os processos industriais do COMPERJ, à exceção daqueles processos que comprovadamente não possam usar água de reuso.

5.1) No que concerne à Licença Prévia FE013990 (AVB000621) que autoriza a localização do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ):

5.1.1) Em relação à condicionante 6.9 – Apresentar o Projeto da estrada de acesso interna que ligará a área à RJ-116, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.2) Em relação à condicionante 6.16 – Apresentar o Plano Logístico de Transporte, contemplando o transporte de material e de pessoal e medidas para a

minimização dos impactos a serem gerados no tráfego, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.3) Em relação à condicionante 6.17 – Apresentar o Inventário, incluindo registro fotográfico, das vias principais, secundárias e marginais que foram utilizadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.4) Em relação à condicionante 6.20 – Apresentar o estudo de projeções populacionais apresentado no Anexo 2 da Parte 1 – Atendimento às Condições de Validade da LP no Plano Básico Ambiental (PBA), no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.5) Em relação à condicionante 7.4 – Apresentar comparativo de alterações do projeto de tratamento de efluentes, em decorrência do redimensionamento para menor do COMPERJ, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

5.1.6) Em relação à condicionante 7.9: (i) Apresentar o Estudo Regional de Caracterização Hidrogeológica e Determinação de Fluxos de Água Subterrânea, já realizado, em 30 dias, contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (ii) Realizar estudo de "Background geoquímico" complementando as informações dos estudos hidrogeológicos já existentes na área de influência do COMPERJ a ser apresentado no prazo de 24 (cinte e quatro) meses contados da homologação do TAC; (iii) atualizar o Cenário Hidroquímico e Avaliação com base na Resolução CONAMA 420/2009, incluindo - se for o caso - a definição da solução mitigadora e/ou compensatória de redução das concentrações das Substâncias Químicas de Interesse (SQI) para a hipótese de ser identificada alteração na qualidade do aquífero, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (iv) considerar como condicionante da licença de operação a realização de monitoramento analítico ao longo de dois ciclos hidrogeológicos, por 24 (vinte e quatro) meses, considerando os resultados dos itens (ii) e (iii).

5.1.7) Em relação à condicionante 7.11 – (i) Apresentar ao MPRJ o Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e no Desenho (DE-6000.67-8000-182-HBQ-004) que contempla o levantamento detalhado de áreas susceptíveis a inundações e áreas encharcadas, com as soluções

propostas para a viabilização das construções e utilização da área, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.8) Em relação à condicionante 7.12 – (i) Apresentar os estudos geológicos da região (capítulo 4.2.3 do EIA/RIMA), no qual está anexo o mapa de erodibilidade da Área de Influência Direta (anexo 5_Erodibilidade_AID); e levantamento geotécnico do terreno que consta do Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e desenhos DE- 6000.67-8000-114-HBQ-001 à 009, que contemplam as investigações geotécnicas citadas no referido Estudo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.1.9) Em relação à condicionante 8.1 – (i) Apresentar o Programa de Monitoramento de Qualidade da Água no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (ii) Apresentar os relatórios dos monitoramentos já realizados até 2015, levando em consideração a fase de obras de implantação da Unidade de Petroquímicos Básicos (UPB – Infraestrutura de Urbanização), a Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ e a Via de Acesso de Equipamentos Especiais (UHOS), conforme determinado nas condicionantes 8.1 da licença LP nº FE013990, 24 e 26 da licença LI nº IN021327, 37 e 40 da licença LI nº FE014032, 7.3 da licença LP nº IN019084 e 5.16 da licença LP nº IN001543, e os demais relatórios dos monitoramentos realizados com a retomada das obras em 2018, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (iii) executar novas medidas mitigadoras adicionais e medidas de recuperação ambiental, caso seja necessário, para redução das concentrações das substâncias mencionadas na Resolução CONAMA nº 357/2005 e/ou medidas compensatórias, dentro da área intermuros do COMPERJ, sendo que estas ações deverão ser consideradas como condicionantes da licença de operação;

5.1.10) Em relação à condicionante 8.3 – Apresentar o Programa de Monitoramento da Biota Aquática, os relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros dos monitoramentos da Biota Aquática já realizados, de acordo com a condicionante 23 da LI IN021327, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico; (ii) Dar continuidade ao Programa de Monitoramento da Biota Aquática e aos Relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros dos monitoramentos da Biota Aquática até a emissão da Licença de

Operação da UPGN; (iii) Apresentar trimestralmente os relatórios, em CD eletrônico, a partir de 3 meses da homologação do TAC até o término do prazo de sua vigência.

5.1.11) Em relação à condicionante 8.4 - (i) Celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF com a INEA/SEAS, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do TAC, desde que o INEA já tenha: (i) informado à PETROBRAS as áreas que foram quitadas, com termo de quitação; (ii) enviado a minuta do TCRF antes da celebração do presente instrumento, com pagamento em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em 60 (sessenta dias) após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações não dadas por quitadas pela SEAS relativas à: (i) obrigação de restaurar 5.005,8[8] ha, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP n° FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP n° n° FE013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA n° 43/2009, no qual será estabelecido mecanismo financeiro de contribuição aos serviços ecossistêmicos, relativo ao quantitativo de áreas em hectares que não for dado como quitado pelo INEA, mediante depósito na conta do TCRF, nos prazos a serem estabelecidos no TCRF; (ii) condicionantes 30, 31, 32 e 33 da LI N° 0016106 (LI Estrada de Acesso Principal); (iii) condicionantes 30, 31, 32, 33, 34e 35 da LI N° IN020319 (LI UHOS); (iv) condicionantes 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17daLI N° IN023703 e e condicionantes 3, 4,e 5 da Averbação 002721 (Emissário); (v) condicionantes 38, 39, 40, 41, 42 e 43 da LI N° IN024121 (DUTOS); (vi) condicionantes 37, 38, 39, 40 e 41 da LI N° IN024202 (GASODUTOS);

OBJETO DA LICENÇA	COMPROMISSO (ha)
LP COMPERJ - ASV 9/2008	4.564,40
Estrada convento	221,00
Estrada UHOS	35,00
UPB	33,40
Dutos	119,00
Emissário	7,50
Linha de transmissão	1,50
Gasodutos	3,00
Canteiros Serra de Inoã	1,00
Total	5.865,80

(vii)condicionante 25, 26, 27, 28 e 29 da LAS Nº IN025668 (LAS INOÃ); (viii) condicionante 5.2 da Licença Prévia IN001543 (Estrada de Acesso Principal); (ix) condicionantes 13, 14 e 15 da LI Nº IN024123 (LT 345 kV) ou a que vier a substituí-la; (x) Cap. 8.6 do Plano Básico Ambiental da Urbanização e da UPB.

5.1.11.1) Para que seja viabilizado o cumprimento do parágrafo quarto da cláusula terceira, que autoriza a SEAS/INEA a utilizar 10% (dez por cento) dos valores do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula 5.1.11 *supra* com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF, será estabelecido no instrumento que, quando do depósito no âmbito do mecanismo finaceiro, este valor já seja separado para tal finalidade. Com efeito, será realizado um depósito específico no Fundo Mata Atlântica da importância de 10% para atendimento dessa finalidade, em 60 (sessenta) dias após a homologação do TAC. Tal valor será subtraído da importância total do TCRF.

5.1.11.2) De forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.

5.1.12) Em relação à condicionante 8.5 – Apresentar o Plano de Monitoramento da Biota Terrestre, os relatórios de acompanhamento já realizados no prazo de 30 dias da homologação do TAC em CD eletrônico e dar continuidade ao Plano de Monitoramento da Biota Terrestre no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da homologação do TAC.

5.1.13) Em relação à condicionante 8.6 – Apresentar o Programa de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do entorno do COMPERJ, bem como os boletins elaborados sobre os dados dos municípios e

apresentar estudo de evolução demográfica da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, até 30/06/2021, em CD eletrônico.

5.1.14) Em relação às condicionantes 8.7 e 10 – Apresentar a relação de participantes do programa de qualificação profissional voltado à população da região do entorno do Complexo, visando a maximizar a participação de mão-de-obra local a ser utilizada no empreendimento e nas oportunidades que surgirem na região, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.15) Em relação à condicionante 8.9 – Apresentar os 42 (quarenta e dois) relatórios relativos ao Programa de Comunicação Social, incluindo subprograma de Ações Sociais Integradas que contemple medidas de integração do empreendimento com as comunidades, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.17) Em relação à condicionante 11 – (i) Apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento Epidemiológico realizado até 2014, no prazo de 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico, com a identificação formal de autoria pela instituição contratada (FIOCRUZ/ENSP); (ii) Atualizar o Plano de Monitoramento Epidemiológico até o ano de 2017, até 30/06/2021.

5.1.18) Em relação à condicionante 12 – Apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, contemplando: (i) livro com os resultados da pesquisa sobre o Patrimônio Cultura do Leste Fluminense; (ii) Relatório Final do Programa de Capacitação em educação Patrimonial e arqueologia do Vale do Macacu; (iii) Documento de aprovação pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac do Projeto Executivo de Consolidação das Ruínas do Convento São Boaventura, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.19) Em relação à condicionante 13 – Apresentar o Cap. 7.7. do PBA, da Urbanização, referente ao Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas por serviços públicos na ADA, bem como os resultados obtidos, no prazo de 60 (sessenta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.20) Em relação à condicionante 13.4 – Depositar a importância de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em conta judicial a ser destinada às ações de fortalecimento das atividades de fiscalização e licenciamento do Município de

Itaboraí, cuja liberação ao Município será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

5.1.21) Em relação à condicionante 14 – Apresentar o contrato com o SENAI para prestação de serviços técnicos especializados para realização de eventos de sensibilização e capacitação para habilitação de empresas para prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos e fornecimento de areia, em atendimento a parceria institucional tendo em vista a inovação tecnológica pró-ambiental (Tecnologias Limpas) com foco nas micro e pequenas empresas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.22) Em relação à condicionante 15 – Apresentar os relatórios, o convênio, as fotos e dados da operação da Rede Hidrometeorológica contendo estações pluviométricas, fluviométricas e meteorológicas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.26) Em relação à condicionante 24 - Apresentar os relatórios nos quais constem as ações de apoio aos hortos existentes na área de influência do COMPERJ, para a produção de mudas destinadas aos projetos de recomposição vegetal, em 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.27) Em relação à condicionante 27 - Apresentar ao MPRJ as Autorizações e Outorgas obtidas até o momento relacionadas à captação de água, no prazo de atendimento de 30 (trinta) dias contados a partir da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.28) Em relação à condicionante 28 - Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.30) Em relação à condicionante 30.2 - Apresentar comprovantes de pagamento, carta e publicação no DOERJ do TC do Parque Águas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.1.31) Em relação à condicionante 30.4 – Apresentar Estudo de Vazão Ecológica, em até 500 (quinhentos) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.2) **Licença de Instalação IN001540 (AVB001306; AVB001465; AVB001474) para realizar a obra de implantação de Unidade Petroquímica Básica (UPB) e áreas de apoio industrial e administrativo**

5.2.1) **Em relação à condicionante** 5 - Realizar e apresentar revisão da Análise de Riscos (Trem 1 e UPGN), no prazo de 600 (seiscentos) dias contados da homologação do TAC; e Plano de Resposta a Emergência do COMPERJ atualizado, da fase de implantação, este no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, ambos em CD eletrônico.

5.2.2) **Em relação às condicionantes** 13, 14, 16 e 26: (i) 14 - Manter atualizado o Plano de Ação de Emergência – PAE, revisando-o no máximo a cada 900 (novecentos) dias, e encaminhando cópia ao INEA sempre que houver mudança significativa, principalmente na coordenação da Equipe de Emergência e nos telefones de contato; (ii) 16 - Remeter relatório que evidencie que dotou a Unidade com recursos que permitam a inspeção periódica dos tanques, tubulação, acessórios e equipamentos, bem como a supervisão e o controle permanente das condições operacionais, no prazo de 60 (sessenta) dias antes do início da operação da UPGN; (iii) realizar estudo para avaliação quanto à dimensão do grupo de combate a focos de incêndios e o tempo de respostas às emergências, e posteriormente se adequar às medidas indicadas no estudo para atender satisfatoriamente à demanda, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a homologação do TAC.

5.2.3) **Em relação à condicionante** 17 - (i) Apresentar projeto de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários da fase de operação visando ao reuso dos efluentes, sempre que possível; (ii) esclarecer, ainda, qual será a composição do efluente final e se as mudanças que ocorreram, ou ocorrerão, no projeto da Estação de Tratamento de Despejos Industriais (ETDI) resultarão em aumento significativo nas cargas de constituintes dos efluentes de forma que a modelagem hidrodinâmica apresentada no EIA do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ seja validada ou não, 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.2.5) **Em relação à condicionante** 34 - Comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até

o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio.

5.2.5.1) Eventual saldo de recursos decorrente de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA, na forma do item 3 da cláusula segunda.

5.3) Licença de Instalação IN021327 (renovação da LI nºFE014032) para implantação da estrutura de urbanização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, que contempla as obras de terraplenagem, drenagem, anel viário, canteiro de obras referente a esta etapa, instalações de segurança patrimonial, Centro Integrado de Segurança e Centro de informação:

5.3.1) Em relação à condicionante 13 – Apresentar o Projeto Executivo de Urbanização licenciado pelo INEA, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.3.2) Em relação à condicionante 19 - Apresentar Manifestos e Plano de Gerenciamento de Efluentes, reportado no PGA, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC.

5.3.3) Em relação à condicionante 21 - Implementar, em continuidade ao já realizado, o Programa de Monitoramento dos Manguezais, devendo incluir no monitoramento dos sedimentos os parâmetros coprostranol e colesterol, no prazo de 500 (quinhentos) dias, contados da homologação do TAC.

5.3.4) Em relação à condicionante 23 - Implementar, em continuidade ao feito, o Plano de monitoramento da biota aquática dos rios Macacu e Caceribu, até a emissão da Licença de Operação da UPGN, de acordo com critérios e parâmetros aprovados pelo órgão ambiental, apresentando relatórios trimestrais, contados a partir de 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico

5.3.5) Em relação à condicionante 29 - Manter o programa de manejo, resgate e monitoramento da fauna terrestre na ADA, por, no mínimo, dois anos após o início da fase de operação, apresentando relatório semestral em CD eletrônico, a partir de 500

(quinhentos) dias contados da homologação do TAC, que comprove o cumprimento da obrigação;

5.3.6) Em relação à condicionante 31 – Apresentar a atualização do plano do acompanhamento epidemiológico e sanitário no estabelecimento da correlação entre os impactos gerados pelo COMPERJ com os possíveis incrementos e/ou decréscimos das doenças pré-existentes, até 30/06/2021, em CD eletrônico.

5.3.7) Em relação à condicionante 32 - (i) Apresentar a atualização do plano de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do COMPERJ (apresentado do 21° relatório do PGA), de acordo com o Censo Demográfico de 2010, do IBGE, que contemple os seguintes aspectos: considere a natalidade, mortalidade por causas, nupcialidade e a mobilidade espacial da população: (ii) 32.1- Uma matriz "DE PARA", no caso da população residente na AID; (iii) 32.2- Taxas de Imigração; (iv) 32.3- Com base na PEA formal, calcular, também, a pendularidade, podendo utilizar a RAIs e RAIs Migra do Ministério do Trabalho, para cruzamento das informações; (v) 32.4- Seletividade migratória para a população total residente e para a PEA, considerando a escolaridade, rendimento e ocupações, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC em CD eletrônico; (vi) Apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas de Serviços Públicos na Região do COMPERJ, a identificação formal de autoria pela instituição contratada (UFF), para garantir a autenticidade da origem do texto, a ser comprovada documentalmente em 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.3.8) Em relação à condicionante 45 - (i) Apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, contemplando, dentre outros: (i) livro com os resultados da pesquisa sobre o Patrimônio Cultura do Leste Fluminense; (ii) Relatório Final do Programa de Capacitação em educação Patrimonial e arqueologia do Vale do Macacu; (iii) Documento de aprovação pelo Inepac do Projeto Executivo de Consolidação das Ruínas do Convento São Boaventura, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico;

5.4) Licença Prévia IN001543 para a concepção e localização da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493;

5.4.1) Em relação à condicionante 5: (i) 5.1- Comprovar, por meio de relatórios do PGA, a elaboração e execução do Projeto de remoção de vegetação; (ii) Apresentar o projeto executivo da rodovia que permita o deslocamento da fauna ao longo dos seus trechos, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.4.2) Em relação à condicionante 6.7: (i) Apresentar o cronograma de desapropriações que se fizeram necessárias à implantação da rodovia; (ii) apresentar planilha com todas as desapropriações feitas, se foram consensuais ou judiciais, quais os valores pagos nos imóveis e se houve divergência entre o valor avaliado pela PETROBRAS e o utilizado pelo Juízo nos casos judiciais, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.5) Licença de Instalação IN016106 para as obras de implantação da estrada principal de acesso com 7,8 km de extensão, interligando o complexo Petroquímico a BR-493:

5.5.2) Em relação à condicionante 17 - Combater os processos erosivos dos aterros e da coleta e condução de águas superficiais, de forma a evitar os processos erosivos nos taludes de aterro e nas encostas adjacentes, evitando-se, com isso, o carreamento de partículas sólidas para o corpo receptor;

5.5.7) Em relação à condicionante 33 - Apresentar ao MPRJ os relatórios do Plano de Supressão da Vegetação enviados ao INEA, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.5.8) Em relação à condicionante 34 - Apresentar comprovação no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do TAC, em CD eletrônico, de contratação de profissional habilitado para supervisionar trabalhos de supressão de vegetação.

5.6) Licença Prévia IN019084 aprovando a concepção e localização para as obras de um canal de navegação, um cais e um retroporto, e de uma estrada de 20 km de extensão, para o transporte de cargas especiais: Estrada UHOS (IC 161/2015)[9]

[9]Além dos quatro subitens abaixo (5.6.1 até 5.6.4) referentes às obrigações de fazer para viabilizar uma utilização da Estrada UHOS que atenda ao interesse público, as partes do presente TAC acordaram nos itens 11.1, 11.2 e 11.3 abaixo três medidas compensatórias adicionais pela PETROBRAS em favor do Município de São Gonçalo, em razão da construção da Estrada UHOS, no valor total de R$ 10.750.000,00 (dez milhões, setecentos e

5.6.1) Apresentar relatório técnico sobre a integridade dos sistemas de drenagem implantados e sobre ajustes necessários à melhoria da drenagem, bem como indicar as soluções de revestimento da Estrada UHOS, no trecho localizado no município de São Gonçalo, considerando os diferentes fluxos de veículos e a qualidade de vida da população do entorno, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da vistoria no local autorizada previamente pelo Batalhão de Polícia Militar responsável pela área;

5.6.2) Implementar as ações de melhoria constantes do relatório técnico da UHOS citado no item anterior, no prazo de até 500 (quinhentos) dias contados da data da aprovação do relatório pelo GATE, sem prejuízo da eventual necessidade de licença ambiental, comprovando e evidenciando sua realização, por meio de registro fotográfico, desde que seja autorizada a execução das ações no local pelo Batalhão de Polícia Militar responsável pela área, que deverá garantir a segurança para execução dos serviços; Caso não seja possível executar as ações de melhoria constante do relatório técnico dentro do prazo de vigência do TAC, por questões de segurança pública, esta obrigação deverá ser repactuada entre MPRJ e PETROBRAS, sendo acordada nova obrigação com a finalidade e valor semelhantes;

5.6.3) Efetuar a transferência não onerosa ao Município de São Gonçalo da acessão na propriedade do imóvel de São Gonçalo consistente em prédio denominado Centro de Integração, onde era realizada a capacitação laboral, cujo custo de construção foi de cerca de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), como medida compensatória pela não destruição da Estrada UHOS, no prazo de 260 (duzentos e sessenta) dias contados da homologação do TAC, competindo às Pastas e às entidades de Segurança Pública

---

cinquenta mil reais) quais sejam: "11.1) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrado aos planos diretores dos Municípios de (...) São Gonçalo (...) mediante o depósito em conta judicial específica do valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o Município de São Gonçalo"; "11.2) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de (...) São Gonçalo (...) mediante o depósito do valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o Município de São Gonçalo"; "11.3) Apoiar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municipais de (...) São Gonçalo, mediante depósito em conta judicial específica da importância para São Gonçalo de R$ 10.000.000,00"

do Poder Público (e não à Compromissária) assegurar questões relativas à segurança pública. O prédio deverá ser entregue conforme relatório fotográfico e descritivo em anexo, em especial quanto às regulares condições operacionais dos elevadores, do gerador e do sistema de incêndio e, em relação à ETE, em condição funcional.

5.6.4) Apoiar financeiramente a SEAS com a importância de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante depósito em conta a ser indicada pelo beneficiário com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, para que seja elaborado pela SEAS/INEA estudo de controle de cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Alcântara, de acordo com o Termo de Referência a ser elaborado pelo INEA, mediante consenso técnico com MPRJ;

5.7) Licença de Instalação IN020319 para realizar obras de dragagem de um canal de acesso e bacia de evolução, construção de píer de atracação, retroárea e via de acesso de cargas especiais, com supressão de vegetação nativa em 5,4 ha de floresta ombrófila densa em estágio inicial de sucessão e 1,0 ha de vegetação típica de manguezal, e implantação do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre;

5.7.1) Comprovar o cumprimento do TCCA nº 10/2012, no que tange à responsabilidade da PETROBRAS de depositar o valor estipulado no documento, correspondente ao licenciamento ambiental do Píer e da Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), quitado em maio/2013, o que deve ser feito no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, por meio da apresentação de arquivos em CD eletrônico.

5.7.2) Em relação às condicionantes 21 e 23 – Apresentar relatórios fotográficos, que comprovem que implantou dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras futuras; no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início das obras futuras;

5.7.6 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61: Comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.10) Quanto ao Risco Ambiental: (i) promover a revisão do Estudo de Análise de Risco (EAR), para a Refinaria Trem 1 e a UPGN, em relação à prevenção de acidentes operacionais para avaliar tanto a implementação quanto a operação do COMPERJ no que se refere aos perigos envolvendo a operação com produtos perigosos (químicos tóxicos, inflamáveis ou explosivos), em conformidade com a Resolução CONAMA n. 01, de 23 de janeiro de 1986, a Resolução CONAMA n. 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 1°, III), tanto para a comunidade do entorno, quanto para o meio ambiente, incluindo o dimensionamento dos possíveis impactos das unidades componentes do empreendimento aos ecossistemas existentes e incremento nos planos de emergência, no prazo de 600 (seiscentos) dias, contados da homologação do TAC; (ii) promover e executar Planos de Ação de Emergência contendo: dados dos programas internos de treinamento e simulações para controle de acidentes ambientais, a constituição ou composição das equipes, as atribuições de cada equipe, de seu líder e do coordenador, as ações em caso de vazamento, evacuação, atendimento a acidentados; ações de caráter externo: os sistemas de comunicação e sistemas alternativos de energia, o tipo de treinamento e periodicidade, o apoio prestado por outras empresas e a existência e divulgação dos mapas com as rotas de fuga e os pontos de encontro definidos, quando da operação da UPGN; (iii) comprovar por meio de relatório fotográfico que foi disponibilizado kit de mitigação e contenção de possíveis vazamentos para a via de acesso ao COMPERJ (Estrada Convento) para Brigada Militar, sendo que essa estrada intercepta corpos hídricos de grande importância para a região, como os rios Caceribu e o Macacu, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da homologação do TAC.

5.11) Executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares, seja em razão do entendimento do MP pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto:

5.11.2) Quanto à alteração da qualidade do ar: Implantar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, as principais recomendações propostas na reavaliação da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE (Cenário de Sustentabilidade), a saber: (i) Dar continuidade ao monitoramento da qualidade do ar e parâmetros meteorológicos; (ii) Implantar monitoramento contínuo de emissões de fontes fixas; (iii) Priorizar a utilização do gás natural como combustível para redução das emissões das diversas fontes; (iv) Revisar Projeto de Sistema de Detecção e Controle de Vazamentos desde o início da operação das atividades do COMPERJ para

redução das emissões fugitivas; e (v) Elaborar Plano de Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar até a obtenção da Licença de Operação da UPGN, conforme estabelecido na Resolução CONAMA n. 491/18, para a região.

5.11.5) Em relação ao dano decorrente do crescimento urbano desordenado: apresentar estudo de evolução demográfica atualizado da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, respeitado o termo final de 30/06/2021, em CD eletrônico.

10) A PETROBRAS se compromete, em OBRIGAÇÃO DE DAR, a pagar indenizações às pessoas da comunidade local de Sambaetiba, Itaboraí, eventual, direta ou indiretamente atingidas pelos danos ambientais, urbanísticos e à saúde causados em razão do abalo e dos danos estruturais nas casas por força do fluxo intenso de veículos pesados nas ruas suportado pelos moradores antes da construção da Estrada de Acesso ao COMPERJ, o que será definido em posterior fase de liquidação, na forma do art. 97 da Lei n. 8.078/90, limitando-se à área delimitada no anexo ao presente instrumento, incluindo-se, além da área delimitada no mapa em anexo, também os três seguintes moradores: (i) Sr. Catalino José Nunes, (ii) Sra. Ângela Maria Venâncio Peixoto; e (iii) Sra. Marly Maria da Conceição, sendo que os interessados e os três moradores nominados poderão ajuizar as respectivas liquidações, na forma do art. 97 da Lei n. 8.078/90. OBS.: O Mapa segue em anexo.

11) A PETROBRAS se compromete a promover OBRIGAÇÃO DE FAZER consistente em executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares, seja em razão do entendimento do MPRJ pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas condicionantes nas licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo entendimento do MPRJ de descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto, seja em atenção aos pedidos 12 e 13 da inicial:

11.1) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrado aos planos diretores dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, em cumprimento do art. 41, § 2º, do Estatuto da Cidade e do art. 24 da Política Nacional de Mobilidade Urbana, mediante o depósito em duas contas correntes específicas vinculadas ao Juízo, num valor total de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil de reais), sendo que R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) será destinado ao Município de Itaboraí e R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao Município de São Gonçalo, a ser realizado no prazo de 150

(cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, sendo que a liberação das respectivas quantias aos Municípios beneficiários será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação pelos beneficiários de prévio projeto para cada etapa do plano, com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

11.2) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, considerando a execução de programas de regularização fundiária para as Áreas ou Zonas de Especial Interesse Social (AEIS ou ZEIS)[10], identificação de conflitos de ocupações ou tendências à ocupação em áreas de risco, protegidas ou com fragilidade ambiental, mediante o depósito do valor de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), sendo R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o Município de Itaboraí e R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o Município de São Gonçalo, em duas contas correntes específicas vinculada a este Juízo, e a liberação das respectivas quantias aos Municípios beneficiários será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação de prévio projeto para cada etapa do plano e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC;

11.3) Apoiar financeiramente o poder público municipal, no prazo de 200 (duzentos) dias contados da homologação do TAC, na elaboração e execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mediante depósito em **duas contas judiciais** específicas da importância total de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) da seguinte forma: para Itaboraí R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e para São Gonçalo R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para execução de obras previstas nos respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico ou nos TACs sobre saneamento básico firmados com o MPRJ, sendo certo que a liberação das respectivas quantias aos Municípios beneficiários será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e INEA/SEAS, mediante apresentação de prévio projeto para cada etapa do plano e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. Em relação ao valor do Município de São Gonçalo, o projeto a ser contemplado será indicado pelo responsável pelo Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de

[10] Para municípios que ainda não possuem a definição das AEIS ou ZEIS, estas devem ser delimitadas para consequente regularização fundiária, tendo como preceito as diretrizes do Ministério das Cidades.

Guanabara (PSAM), mediante justificativa que demonstre o benefício ambiental para a população residente no entorno da Estrada UHOS, e a execução das obras ficará a cargo do Município;

11.4) Em substituição aos pedidos 11.3 e 11.4 da petição inicial, em decorrência de solicitação do MPRJ, a PETROBRAS irá apoiar financeiramente o Município de Itaboraí na realização dos Projetos Socioambientais no valor total de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) a ser depositado em conta judicial específica, cuja liberação ao Município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

11.5) Apoiar financeiramente a SEAS no valor total de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para viabilizar o apoio técnico e financeiro para elaboração e execução do PET-Leste[11] ou outro projeto que tenha o mesmo escopo de mitigar os impactos da expansão regional urbana, a ser depositado em conta judicial específica, cuja liberação à SEAS beneficiária será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

11.6) Depositar, no prazo de 200 (duzentos) dias contados da homologação do TAC, em conta judicial, o valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), que será liberado mediante solicitação do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro - DRM e/ou SEAS, com a concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, com escopo de viabilizar obras de recuperação do prédio do DRM (situado na Rua Marechal Deodoro, 351, Centro, Niterói) para que seja possível acomodar o Comando de Polícia Ambiental (CPAM) do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de contribuir com a segurança pública e ambiental da região do entorno do COMPERJ.

[11] O Plano de Estruturação Territorial do Leste Fluminense (PET-LESTE) visa à elaboração de um Plano Diretor Regional com a finalidade de promover o desenvolvimento regional, atuando de forma preventiva, ordenando e fazendo a concertação social entre empreendedores, o território, a população e os poderes locais, viabilizando o planejamento urbano integrado de 15 municípios localizados no entorno do Comperj: Itaboraí (sede do empreendimento), São Gonçalo, Niterói, Maricá, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Magé, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Teresópolis, Araruama, Saquarema e Nova Friburgo.

Dessa forma, em sendo o ERJ beneficiário, a obrigação da Compromissária PETROBRAS se exaure com o depósito da citada quantia.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA PETROBRAS E DAS OBRIGAÇÕES DO INEA

6.1) Compete ao INEA e ao MPRJ o acompanhamento e fiscalização de todas as ações e obrigações da Compromissária PETROBRAS assumidas no presente TAC.

6.2) A PETROBRAS depositará o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ.

6.2.1) A auditoria independente deverá acompanhar as ações de cumprimento das medidas mitigatórias e compensatórias e de todas as demais obrigações assumidas no presente TAC pelo empreendedor, mediante a adoção, ao menos, das seguintes medidas: (i) A fiscalização não pode se limitar à simples leitura e aceitação dos relatórios das obrigações específicas decorrentes do TAC apresentados e elaborados unilateralmente pelo empreendedor; (ii) Deverá ser promovida avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS, por meio de relatórios elaborados por sua equipe técnica; (iii) Deverá realizar vistorias *in loco* para apurar o devido cumprimento de cada uma das obrigações do TAC, devendo estas vistorias serem levadas em conta na confecção dos relatórios a que alude o item anterior (exceto quando a obrigação se restringir à apresentação de documentos); (iv) A cada documento relativo ao cumprimento da respectiva obrigação protocolado pela PETROBRAS, deverá ser realizada vistoria, se for o caso, com registros fotográficos, e elaborado um parecer técnico esclarecendo se as informações prestadas no respectivo documento condizem com a realidade do campo, se são suficientes e eficientes. Os serviços serão exclusivamente para acompanhamento das obrigações de TAC.

6.2.2) Sem prejuízo das ações a cargo da auditoria independente, o INEA se obriga a fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do COMPERJ contempladas no presente TAC, devendo: (i) Semestralmente, realizar vistorias *in loco* e elaborar relatórios técnicos com avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS e dos relatórios apresentados pela auditoria independente; (ii) Os relatórios apresentados pela auditoria independente na forma do item 6.2 da presente cláusula e os relatórios produzidos pelo INEA indicados no item (i) anterior deverão ser publicados no sítio eletrônico do INEA de modo a garantir transparência para a sociedade das ações realizadas pelo empreendedor; (iii) Caso a PETROBRAS descumpra alguma condicionante das licenças, o INEA, no regular emprego de seu poder de polícia, deverá adotar as medidas legais cabíveis para sancionar e compelir o empreendedor a cumpri-la.

6.3) O INEA se compromete a realizar o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e reforço hídrico com os recursos disponibilizados no item 3.1 da cláusula segunda, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os valores previstos no item 3.2 da cláusula segunda;

6.4) As obrigações acordadas no âmbito do presente TAC são consideradas automaticamente acrescidas àquelas estabelecidas no âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental do COMPERJ, sem necessidade de realização de averbação das licenças ambientais;

6.5) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;

6.6) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 07/2008, correspondente à fase de implantação da Infraestrutura e Urbanização do COMPERJ, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;

6.7) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 01/2011 correspondente à construção da Estrada de Acesso Principal, relativo à aplicação de R$ 1.093.116,71, em 200 (duzentos) dias, em medidas compensatórias, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;

6.8) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compromisso de compensação ambiental TCCA Nº 10/2012, correspondente à implantação do Pier e Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), quitado em maio/2013;

6.9) O INEA e/ou a SEAS apresentará(ão), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda item 3 deste TAC, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga[12];

6.10) O INEA apresentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados

[12] Os convênios números 6000.0074451.12.4, 6000.0074452.12.4 e 6000.0074450.12.4, citados nos considerandos e firmados com a Fundação Bio Rio para a execução das obras referentes às condicionantes 32 e 34 da LI IN001540, são objeto do processo judicial nº 0286071-57.2016.8.19.0001 (em trâmite perante a 5ª Vara de Fazenda Pública da Capital), que consiste em ação de cobrança proposta pela PETROBRAS em face da Fundação Bio Rio, referente à prestação de contas no âmbito dos Convênios firmados para a construção dos sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá e da Barragem de Guapiaçu – Reforço Hídrico. O Juízo da Vara Regional da Ilha do Governador declinou a sua competência para o aludido Juízo Fazendário diante do entendimento de que a SEAS e o INEA deveriam integrar o pólo passivo da referida ação. Na aludida ação de cobrança há, ainda, uma reconvenção.
O presente TAC, como indicado na nota de rodapé número 7, não se presta a atestar o cumprimento das obras objeto dos citados convênios com a Fundação Bio Rio (que poderá ser perquirido pelos legitimados na via própria, como no processo judicial nº 0286071-57.2016.8.19.0001). Caso exista alguma pendência ou discordância sobre as responsabilidades em razão de eventual descumprimento dos citados convênios, os interessados devem buscar a via própria para deduzirem suas pretensões.
Finalmente, as partes declaram estar de acordo que, no presente TAC, a obrigação da PETROBRAS se restringe aos pagamentos dos valores remanescentes para integralização do montante relativo às condicionantes 32 e 34 da LI IN001540, na forma da cláusula segunda, item 3.

pela PETROBRAS em relação às condicionantes 35 e 30.2 da IN001540, referentes ao Parque Natural Municipal Águas de Guapimirim;

Parágrafo Primeiro: O cumprimento das obrigações da PETROBRAS constantes do presente TAC implicará na obrigação do INEA de dar quitação das condicionantes ambientais respectivas, em especial das condicionantes 32 e 34 unificadas pela estabelecidas na Averbação nº AVB001306 da Licença de Instalação nº 001540/2009;

Parágrafo Segundo: O valor a ser depositado pela PETROBRAS relativo à cláusula

(Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF) deverá ser utilizado em ações de restauração florestal na mesma bacia hidrográfica onde o COMPERJ está situado, salvo no caso de inviabilidade técnica devidamente justificada, hipótese em que, mediante anuência expressa do MPRJ, a compensação poderá beneficiar outra região.

Parágrafo Terceiro: Os valores depositados em razão do TCRF relativo à cláusula segunda item 5.1.11 deverão ser utilizados na forma da Resolução nº 143/2017 do INEA, devendo ser observados: (i) o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do depósito de cada parcela, para o INEA/SEAS apresentar os projetos que serão contemplados com os respectivos cronogramas físico/financeiro; (ii) o início da execução de tais projetos deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação dos projetos, sendo que o restaurador INEA/SEAS deverá monitorar periodicamente as áreas em restauração até o atingimento dos indicadores ecológicos estabelecidos para a quitação no Anexo II da citada Resolução, respeitando-se o período mínimo de 4 (quatro) anos, a contar da data de aprovação da Certificação da Implantação.

Parágrafo Quarto – SEAS/INEA está autorizado(a) a utilizar até 10% (dez por cento) dos valores constantes do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula segunda item 5.1.11 para planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Compete ao Compromissário ESTADO DO RIO DE JANEIRO exercer, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a regular fiscalização do

INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças;

Parágrafo primeiro - Os valores para reforço hídrico e esgotamento sanitário, os quais serão depositados pela PETROBRAS em conta específica indicada pelo INEA, conforme previstos na cláusula segunda, se configuram valores estimados os quais poderão, no caso de não atingimento do total, ser remanejados pela SEAS, desde que restritos a ações de reforço hídrico e obras de esgotamento sanitário, tudo na mesma região.

Parágrafo segundo – Na hipótese de existência de recursos de outras fontes do ERJ para fins da conclusão das obras de saneamento de Maricá e/ou Itaboraí, os recursos previstos na cláusula segunda, item 3, poderão ser utilizados em outras obras de saneamento em Itaboraí e Maricá, sendo necessária prévia comunicação ao MPRJ.

Parágrafo terceiro - O estudo previsto no item 2 da cláusula segunda deverá servir como balizador acerca da necessidade de implantação da Barragem de Guapiaçu, assim como acerca da existência de alternativas mais eficientes para reforço hídrico da região. Eventual discordância acerca dos termos do estudo mencionado deverá ser fundamentada em documentação técnica e estudos relevantes, suficientes para embasar a revisão do estudo anterior ou a tomada de decisão acerca de qual a melhor solução hídrica para a região, possuindo a SEAS e o MPRJ poder de veto em relação ao empreendimento a ser escolhido.

Parágrafo quarto – Considerando a previsão de disponibilização de recursos para fins de elaboração de projetos e de intervenções pela SEAS/INEA, deverão ser apresentados pelas equipes responsáveis pela execução dos projetos, ao MPRJ, relatórios sobre a evolução de execução, termos de referência, cronogramas, orçamentos e demais informações relevantes, devendo o INEA/SEAS, ao final, promover a prestação de contas da utilização dos recursos ao MPRJ;

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA: O presente termo de ajustamento de conduta terá validade desde a data de sua homologação judicial, renunciando as partes, desde já, ao direito de recorrer e a questionar sua validade.

Parágrafo único. Os prazos previstos no presente TAC são computados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

DA COMPROVAÇÃO
DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES
E DA RESPECTIVA QUITAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: A PETROBRAS deverá apresentar ao MPRJ, ao INEA e à SEAS, para fins de comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, todos os laudos, relatórios ou documentos relativos às medidas executadas, com indicação precisa da obrigação a que se relacionam, independentemente de requisição neste sentido.

Parágrafo primeiro: Sem prejuízo do disposto no *caput* desta cláusula, o MPRJ, o INEA e a SEAS poderão, para fins de verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, realizar diretamente ou mediante requisição aos órgãos ou entidades pertinentes, as vistorias ou fiscalizações devidas.

Parágrafo segundo: O MPRJ dará quitação quando do cumprimento das obrigações de fazer conforme o cronograma do Anexo 1, após análise a ser feita pelo GATE e após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens 6.1 a 6.4 da cláusula terceira.

Parágrafo terceiro: O INEA e a SEAS, cumpridas as obrigações aqui avençadas, darão por quitadas as obrigações nele descritas, bem como as condicionantes contidas na cláusula primeira, após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens 6.1 a 6.4 da cláusula terceira.

Parágrafo quarto – As obrigações de pagar/aportar estabelecidas no âmbito deste acordo estarão automaticamente quitadas com o envio do comprovante de depósito em contas judiciais e nas contas indicadas pela SEAS/INEA, conforme estabelecido nos itens anteriores.

Parágrafo quinto – A responsabilidade das Compromissárias pela elaboração dos orçamentos, termos de referência, contratos e eventuais contratações recaem única e

exclusivamente sobre os contratantes de cada projeto, não cabendo responsabilidade aos compromitentes acerca da execução de tais recursos.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE, DO ÓRGÃO LICENCIADOR E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA SÉTIMA: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer ônus, direitos ou obrigações relativos à legislação tributária, previdenciária, trabalhista ou securitária, decorrentes da execução deste TAC, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à PETROBRAS.

Parágrafo Primeiro: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer compromissos assumidos pela PETROBRAS com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TAC, bem como por qualquer dano ou indenização a terceiros, em decorrência de seus próprios atos, de seus dirigentes, empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Segundo: A celebração do presente Termo não implica em reconhecimento de qualquer irregularidade, vício, ilegalidade, improbidade ou inadequação nos procedimentos de licenciamento ambiental tratados no presente TAC, tampouco nas condutas da SEAS, do INEA ou de quaisquer de seus servidores.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA: O disposto no presente TAC não limita, impede ou suspende a fiscalização ampla, irrestrita e permanente da PETROBRAS, pelos Compromitentes ou pelos demais órgãos e instituições ambientais, no exercício de suas demais atribuições e prerrogativas legais.

Parágrafo Único: A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da PETROBRAS, no que concerne às obrigações ajustadas e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

DO VALOR

CLÁUSULA NONA: O valor total estimado do investimento para realização das medidas previstas neste TAC, para todos os efeitos legais, é de R$ 814.550.501,69 (oitocentos e quatorze milhões, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e um reais e

sessenta e nove centavos) não contemplando a obrigação do item 10 da cláusula segunda, sendo o seu desembolso de inteira responsabilidade da PETROBRAS.

Parágrafo único – O valor das obrigações de pagar previstas neste TAC é de R$ 770.522.920,03 (setecentos e setenta milhões, quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte reais e três centavos), incluindo-se nesta importância o valor do Centro de Integração, que será transferido ao Município de São Gonçalo (conforme item 5.6.3 da cláusula segunda), sendo o restante do valor total a importância estimada das obrigações de fazer previstas neste TAC.

DAS SANÇÕES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO AJUSTADO

CLÁUSULA DÉCIMA: Sem prejuízo da execução da obrigação de fazer, o não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará a PETROBRAS ao pagamento de multa diária no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), para cada situação de descumprimento verificada, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida. Por sua vez, sem prejuízo das obrigações de fazer, o descumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará os Compromissários INEA e ERJ ao pagamento de multa trimestral no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada situação de descumprimento, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro: A multa não será aplicada caso exista justificado motivo técnico para eventual atraso ou descumprimento das obrigações de fazer, devendo ser apresentado por escrito pela Compromissária, em até 5 (cinco) dias após constatada a impossibilidade de cumprimento.

Parágrafo Segundo: A multa, ainda, não incidirá caso a obrigação tenha sido realizada, mas o MPRJ entenda pela necessidade de complemento ou ajuste, e a PETROBRAS, devidamente notificada, cumpra a exigência em prazo estipulado pelo notificante, não inferior a 10 dias úteis, findo o qual a multa será aplicada, sem prejuízo do exercício do poder de polícia pelo INEA e pela SEAS, inclusive para o devido cumprimento das obrigações decorrentes das licenças ambientais do COMPERJ.

Parágrafo Terceiro: As multas sobre as quais trata a presente cláusula serão corrigidas pela UFIR, ou índice de correção que a substitua, e recolhidas ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM.

Parágrafo Quarto: A notificação das multas será remetida ao endereço do respectivo destinatário, constante neste TAC, e será considerada efetivada pela sua simples recepção.

Parágrafo Quinto: Depois do recebimento da comunicação prevista no item anterior, a Compromissária terá 20 (vinte) dias úteis para o seu recolhimento e 05 (cinco) dias úteis para a remessa da comprovação do recolhimento ao MPRJ.

Parágrafo Sexto: As multas previstas na presente cláusula não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a PETROBRAS da eventual responsabilidade por perdas e danos decorrentes de infrações a este TAC ou à legislação ambiental.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O termo inicial do prazo de vigência do presente TAC é a data da homologação e o termo final, 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes.

DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua homologação, deverá a PETROBRAS promover a publicação de extrato do presente TAC, contendo as partes, o objeto, as obrigações, o valor e o prazo total do instrumento, no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no D.O.E.R.J e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, correndo os respectivos encargos às suas expensas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Este TAC, após a homologação, tem natureza jurídica de título executivo judicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei 7347/85, e somente poderá ser alterado por escrito, mediante a celebração de termo aditivo entre as partes, homologado judicialmente, podendo ser prorrogado mediante prévio ajuste.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de acordo entre o Compromitente e as Compromissárias, quanto à alteração das cláusulas do presente TAC, permanecerão em vigor e serão plenamente exigíveis as obrigações originalmente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí, local do empreendimento COMPERJ, para dirimir questões ou disputas, envolvendo o presente TAC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor, para um só efeito, destinadas ao MPRJ, à PETROBRAS, ao ERJ (SEAS) e ao INEA, obrigando-se a fazê-lo firme e valioso por si e seus eventuais sucessores.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

WILSON JOSÉ WITZEL
Governador do Estado do Rio de Janeiro

ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO
Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro

CLÁUDIO BARCELOS DUTRA
Presidente do INEA

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

ALEXANDRE CRUZ
Diretor de Licenciamento Ambiental do INEA

ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO
Petrobras

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail:
itb01vara@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado
Página
9371
Carimbado Eletron

Processo: 0009919-12.2018.8.19.0023 **Fls.**

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 13/08/2019

Sentença

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado às fls. 9323/9369 e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, consoante o art. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil.

Quanto às custas processuais, nos termos do art. 90, §3º do Código de Processo Civil, tendo em vista que a transação ocorreu antes da prolação de sentença, ficam as partes dispensadas do pagamento das custas remanescentes, se houver.

Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.

Sentença registrada eletronicamente.

Publique-se e intimem-se.

Itaboraí, 13/08/2019.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ___/___/____

LIVIAGAGLIANO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Pasta de Acompanhamento da Ação Civil Pública nº 009919-12.2018.8.19.0023

PROMOÇÃO APÓS TAC I COMPERJ

Em junho de 2018, o Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, ajuizou cinco Ações Civis Públicas em face da Petrobras, do INEA e do Estado do Rio de Janeiro, em razão de danos ambientais relacionados aos empreendimentos intramuros e extramuros do COMPERJ.

Trata-se dos processos judiciais 0009919-12.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-89.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023, que tramitam nessa 1ª Vara Cível de Itaboraí. Neste tema de instalação do COMPERJ, em 2014, esta Promotoria já havia ajuizado em face da Petrobras e do Município de Itaboraí a ACP 0006164-19.2014.8.19.0023 em razão da poluição atmosférica em Sambaetiba, Alto do Jacu, Itaboraí. Veja-se a tabela abaixo:

Nº do Inquérito Civil	Nº da Ação Civil Pública	Vara Competente	Objeto	Data do ajuizamento	Valor da Causa
314/09 132/13 161/15 126/13 34/2014	0009919-12.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos do: (i) projeto principal do COMPERJ em Itaboraí, qual seja, a UPB – Unidade de Petroquímicos Básicos, objeto do IC 314/09; (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09); (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13).	26/06/2018	R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais)
95/2011	0009884-52.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
102/2011	0009852-39.8.19.0023	1ª Cível de	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento "Linhas de Transmissão 345 KV do COMPERJ"	26/06/2018	R$ 500.000.000,00 (quinhentos

		Itaboraí			milhões de reais)
106/2010	0009897-89.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ.	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
01/2013	0009869-83.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
82/2013	0006164-19.2014.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Poluição atmosférica causada pelo "pó de pedra" colocado em via pública pela Petrobras sem autorização do poder público em Alto do Jacu, Sambaetiba.	19/03/2014	R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Nas mais de mil páginas das cinco petições iniciais de ACP, com valor total das causas de 7,5 bilhões de reais, foram deduzidos diversos pedidos, como mais de uma centena de obrigações de fazer relativas à complementação de estudos ambientais e instituição e execução de novas medidas recuperatórias, mitigatórias e compensatórias/reparatórias na seara ambiental, dano moral coletivo, condenação genérica em favor dos moradores que sofreram danos com as obras do COMPERJ.

Após o ajuizamento das ACP's, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC.

Foram realizadas reuniões quase que diárias sobre o assunto durante um ano (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

No dia 28 de junho de 2019, MPRJ, ERJ (por meio da SEAS e do INEA) e PETROBRAS chegaram à minuta final do TAC referente à ACP 0009919-12.2018.819.0023, com consenso técnico jurídico e ambiental sobre as obrigações assumidas pela PETROBRAS e pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Em seguida, a minuta de TAC tramitou internamente na Petrobras e obteve a aprovação formal de seus gestores: Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

No dia 29/07/19, por convite do Deputado Estadual Luiz Paulo (formalizado por meio do ofício CPI nº 202/219 - Resolução 01/2019, da ALERJ), este Promotor compareceu à ALERJ e, no bojo da CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, palestrou em audiência pública, sobre a atuação do MPRJ no caso COMPERJ, com destaque para: (i) as

investigações levadas a cabo por meio de todos os inquéritos civis que deram azo ao ajuizamento das ACP's; (ii) o teor das petições iniciais das ACP's do COMPERJ; (iii) o teor da minuta de TAC referente à ACP em tela[1].

Finalmente, o TAC I DO COMPERJ foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença do Governador, Presidente da Petrobras, do Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades interessadas na questão. Este primeiro TAC foi juntado às fls. 9323/9369 da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 no mesmo dia 09/08/19 e foi homologado pelo douto Juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí por meio da r. sentença de fl. 9371, datada de dia 13/08/2019.

É o breve relato do caso COMPERJ.

Em prosseguimento à atuação do MPRJ no caso COMPERJ, esta Promotoria, neste ato, de forma paralela, inicia três frentes de atuação:

1ª) Ampla publicidade ao TAC, inclusive para viabilizar o controle social e pela administração pública na fiscalização do cumprimento das obrigações: Não obstante a imediata publicidade do TAC, seja pelo próprio andamento processual no site do TJRJ, seja pela publicação de matéria na página principal do site do MPRJ no mesmo dia em que o TAC foi assinado (inclusive com disponibilização da versão final e assinada do TAC em pdf)[2], seja por diferentes veículos da imprensa nacional que noticiam o acordo, numa linha de proporcionar a maior publicidade possível à atuação do MPRJ no caso em tela, neste ato, determina-se a expedição dos ofícios abaixo (da mesma forma como foi feito em 26/06/18 após o ajuizamento das ACP's);

2ª) Instauração de Procedimentos Administrativos para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, ERJ e INEA no TAC: Incumbe ao MPRJ, na forma do art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 e do art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, acompanhar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme determinado abaixo;

[1] A íntegra da audiência pública da ALERJ e a reportagem sobre o evento constam nos vídeos disponíveis nos seguintes link: https://youtu.be/3e92-FOhAMY e https://youtu.be/N6GyKs6oLL8
[2] https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75201 publicado em 09/08/2019.

3ª) Realização de tratativas junto à PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro, para tentar firmar novo acordo nas ACPs 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-89.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023.

Pelo exposto, para dar concretude e iniciar os trabalhos nas três frentes acima mencionadas, à Secretaria para cumprimento das seguintes diligências:

1) **Extraiam-se 63 cópias** do TAC I DO COMPERJ e da presente promoção, autuando-as como notícia de fato autônomas (cada uma com número MPRJ próprio), abrindo-se imediata conclusão para instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas);

2) **Com auxílio da Assessoria Jurídica, elaborar planilha** contendo o número de cada MPRJ e cada PA, com seu respectivo objeto;

3) **Oficiar ao Procurador-Geral de Justiça do MPRJ,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 768/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

4) **Oficiar ao Corregedor-Geral do MPRJ,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 769/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

5) **Oficiar ao Coordenador do CAO AMBIENTE,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 770/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

6) **Oficiar ao Presidente da PETROBRAS**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

7) **Oficiar ao Coordenador do GAEMA,** com cópia da presente promoção informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Neste ato, esta Promotoria vem oportunizar ao festejado grupo de apoio especializado em meio ambiente que, se assim entender conveniente do ponto de vista estratégico para o MPRJ e para o próprio GAEMA, que indique quais PA's da planilha em anexo esse grupo teria interesse em prestar auxílio, sendo certo que esta Promotoria requererá o auxílio em todos os eventuais PA's indicados;

8) **Oficiar ao Presidente do INEA,** informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

9) **Oficiar ao Secretário de Estado de Ambiente e Sustentabilidade,** informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

10) **Oficiar ao Coordenador do GATE,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 771/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

11) **Oficiar à Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente de São Gonçalo,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 773/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de São Gonçalo);

12) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Magé,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 774/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como

encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu);

13) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Niterói,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 787/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Maricá);

14) **Oficiar ao Ministério Público Federal** (Procuradoria da República com atribuição na matéria meio ambiente na área de Itaboraí), em complemento e com cópia digital dos nossos ofícios anteriores 2ª PJTC nº 758/18, nº 759/18, nº 760/18, nº 762/18, nº 763/18, nº 766/2018, nº 775/2018, nº 555/19, nº 883/2019 e nº 990/2019 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Registre-se que, como apontado nos ofícios anteriores, eventuais danos ambientais em unidade de conservação federal ou bem da União não fizeram parte do objeto das ACP's e do TAC firmado;

15) **Oficiar ao Prefeito, Secretário de Obras, Secretário de Meio Ambiente, Secretário Municipal de Desenvolvimento e Integração ao COMPERJ e Procurador-Geral de Itaboraí,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nºs 776/18, 777/18, 778/18, 779/18 e 780/18, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Itaboraí);

16) **Oficiar ao Presidente da Câmara Municipal de Itaboraí**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e

acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Itaboraí);

17) **Oficiar ao Prefeito de Cachoeiras de Macacu,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 781/18, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu);

18) **Oficiar ao Prefeito de São Gonçalo,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 782/18, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de São Gonçalo);

19) **Oficiar à Assembleia Legislativa, na pessoa de Sua Excelência, o** Deputado Estadual Luiz Paulo, que preside a CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, em complemento ao e-mail enviado por este Promotor em 09/08/19 e com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

20) **Oficiar ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ, com** cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

21) **Oficiar ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e

acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

22) Os itens 1 e 2 da presente promoção devem ser cumpridos imediatamente. Os ofícios dos itens 3 a 21 deverão ser expedidos tão logo sejam instaurados os PA's referidos nos itens 1 e 2.

Itaboraí, 03 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, faço juntada de resposta da PETROBRAS.

Itaboraí, 24 de outubro de 2019

Renata Simões da Silva
Matr. 3182

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Tutela

36

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

193/2019

MPRJ.SP2.TCO.ITB 20190113541 7 141019 14:58:48

Referência: ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023
Processo nº: E-07/026.228/2019

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada na ação civil pública acima indicada, vem por meio da presente comprovar o cumprimento das seguintes obrigações ajustadas no bojo do Termo de Ajustamento de Contas celebrado em 09 de agosto de 2019:

OBRIGAÇÕES _ Prazo de atendimento 30 Dias

PA 155 – 5.1.1) Em relação à condicionante 6.9 – Apresentar o Projeto da estrada de acesso interna que ligará a área à RJ-116, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

PA 155 – 5.1.2) Em relação à condicionante 6.16 – Apresentar o Plano Logístico de Transporte, contemplando o transporte de material e de pessoal e medidas para a minimização dos impactos a serem gerados no tráfego, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

PA 155 – 5.1.3) Em relação à condicionante 6.17 – Apresentar o Inventário, incluindo registro fotográfico, das vias principais, secundárias e marginais que foram utilizadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

PA 156 – 5.1.4) Em relação à condicionante 6.20 – Apresentar o estudo de projeções populacionais apresentado no Anexo 2 da Parte 1 – Atendimento às Condições de Validade da LP no PBA, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

PA 158 – 5.1.6) Em relação à condicionante 7.9: (i) Apresentar o Estudo Regional de Caracterização Hidrogeológica e Determinação de Fluxos de Água Subterrânea, já realizado, em 30 dias, contados da homologação do TAC, em CD eletrônico;

PA 159 – 5.1.7) Em relação à condicionante 7.11 – (i) Apresentar ao MPRJ o Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e no Desenho (DE-6000.67-8000-182-HBQ-

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912 SAPE 1347E
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com.

004) que contempla o levantamento detalhado de áreas susceptíveis a inundações e áreas encharcadas, com as soluções propostas para a viabilização das construções e utilização da área, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

Pg 159 – 5.1.8) Em relação à condicionante 7.12 – (i) Apresentar os estudos geológicos da região (capítulo 4.2.3 do EIA/RIMA), no qual está anexo o mapa de erodibilidade da região da Área de Influência Direta (anexo 5_Erodibilidade_AID); levantamento geotécnico do terreno consta do Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e desenhos DE- 6000.67-8000-114-HBQ-001 à 009, que contemplam as investigações geotécnicas citadas no referido Estudo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

Pg 160 – 5.1.9) Em relação à condicionante 8.1 – (i) Apresentar o Programa de Monitoramento de Qualidade da Água no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico;

Pg 161 – 5.1.10) Em relação à condicionante 8.3 – Apresentar o Programa de monitoramento da biota aquática, os relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros dos monitoramentos da Biota Aquática já realizados, em de acordo com a condicionante 23 da LI IN021327, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico;

Pg 164 – 5.1.12 (a) Em relação à condicionante 8.5 – Apresentar o Plano de monitoramento da biota terrestre, os relatórios de acompanhamento já realizados no prazo de 30 dias de a homologação do TAC em CD eletrônico;

Pg 167 – 5.1.21) Em relação à condicionante 14 – Apresentar o contrato com o SENAI para prestação de serviços técnicos especializados para realização de eventos de sensibilização e capacitação para habilitação de empresas para prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos e fornecimento de areia, em atendimento a parceria institucional tendo em vista a inovação tecnológica pró-ambiental (Tecnologias Limpas) com foco nas micro e pequenas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

Pg 168 – 5.1.22) Em relação à condicionante 15 – Apresentar os relatórios, o convênio, as fotos e dados da operação da Rede Hidrometeorológica contendo estações pluviométricas, fluviométricas e meteorológicas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

Pg 170 – 5.1.27) Em relação à condicionante 27- Apresentar ao MPRJ as Autorizações e Outorgas obtidas até

Ref.: Ação Civil Pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023

PROMOÇÃO

Trata-se de ofício da Petrobras que encaminha informações e documentos em 18 CDs (9 envelopes) referente ao cumprimento das obrigações da Petrobras constante no TAC assinado no bojo da ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023 das obrigações que venceram nos primeiros 30 (trinta) dias após homologação do acordo.

À Secretaria, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **para extrair cópia do ofício e juntar** aos autos dos respectivos PA's referentes a cada obrigação citada no ofício (cotejar o número do item com a tabela que contém os PAs que apuram o cumprimento do TAC);

2- **juntar cada envelope e CD** aos autos dos respectivos PA's referentes a cada obrigação citada no ofício (cotejar o número do item com a tabela que contém os PAs que apuram o cumprimento do TAC);

3- **juntar** cópia aos autos dos respectivos PA's referente a cada obrigação citada no ofício (cotejar o número do item com a tabela que contém os PA's que apuram o cumprimento do TAC), bem como procedo a não expedição dos ofícios determinados à Petrobras no bojo de tais PA's, diante da chegada voluntária de tais respostas;

4- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 18 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Ofício 2ª PJTC n° 1744/19
Ref: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 18 de outubro de 2019.

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023.** A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC".***

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça solicitar a Vossa Excelência que, seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

MPRJ

Expedido em 24/10/19
Servidor

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 1745/19
Ref: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 18 de outubro de 2019.

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023.** A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC***".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça solicitar a Vossa Excelência que, seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC.**

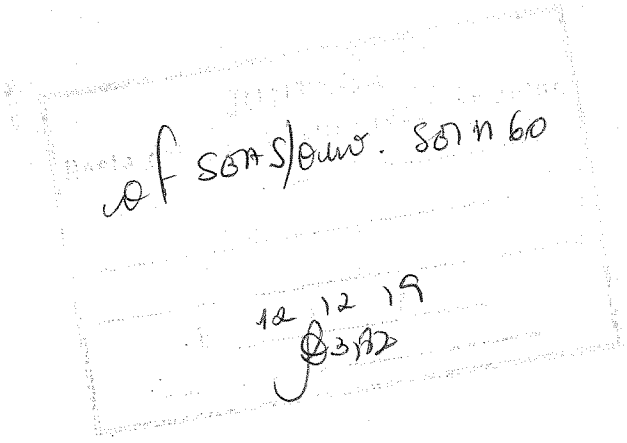
Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Expedido em 24/10/19


of SOMS/OMO. SOM 60
12 12 19

22

42

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Ouvidoria

MPRJSP2TCOUTB 201901343441 061219 08:15:47

Of.SEAS/OUV SEI Nº60 Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2019

Ilmo. Sr. Promotor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP: 24800-113

Referência: Ofícios nº 2ª PJTC Nº 1785/19 (PA 211/2019 - MPRJ 2019.00978555); 1465/19 (PA 158/2019 - MPRJ 2019.00977717); 1516/19 (PA 160/2019 - MPRJ 2019.00978785); 1523/19 (PA 161/2019 - MPRJ 2019.00978783); 1518/19 (PA 164/2019 - MPRJ 2019.00978775); 1572/19 (PA 160/2019 - MPRJ 2019.00978785); 1562/19 (PA 156/2019 - MPRJ 2019.00977721); 1753/19 (PA 212/2019 - MPRJ 2019.00982797); 1745/19 (PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743); 1745/19 (PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743); 1733/19 (PA 165/2019 - MPRJ 2019.00978774); 1727/19 (PA 166/2019 - MPRJ 2019.00978764); 1743/19 (PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821); 1736/19 (PA 174/2019 MPRJ 2019.00978806); 1793/19 (PA 175/2019 - MPRJ 2019.00978805); 1756/19 (PA 176/2019 - MPRJ 2019.00978802); 1802/19 (PA 183/2019 - MPRJ 2019.00978680); 1832/19 (PA 201/2019 - MPRJ 2019.00978654); 1796/19 (PA 192/2019 - MPRJ 2019.00978745); 1806/19 (PA 191/2019 - MPRJ 2019.00978748); 1759/19 (PA 195/2019 - MPRJ 2019.00978738); 1790/19 (PA 210/2019 - MPRJ 2019.00978560).

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos dos ofícios em epígrafe, informamos que, considerando o teor das solicitações contidas naquelas correspondências, as respectivas foram prontamente encaminhadas para o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, o qual, em resposta, informou que foi solicitada dilação de prazo a esse i. *Parquet* para apresentação das informações solicitadas, não havendo resposta daquele órgão à demanda ministerial até o presente momento.

Em razão disso, solicitamos dilação de prazo para apresentação de resposta aos ofícios desse órgão, nos comprometendo desde já a, assim que obtivermos resposta, encaminhar imediatamente.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Cláudia Estellita
Ouvidora
ID Funcional 5097710-5

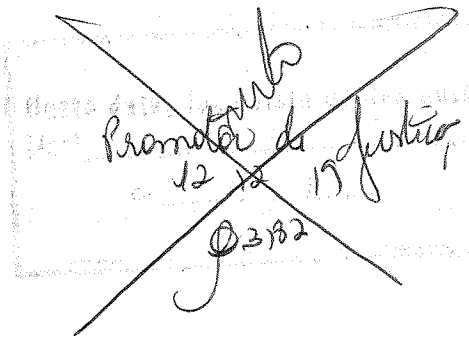
Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Estellita, Ouvidora,** em 03/12/2019, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

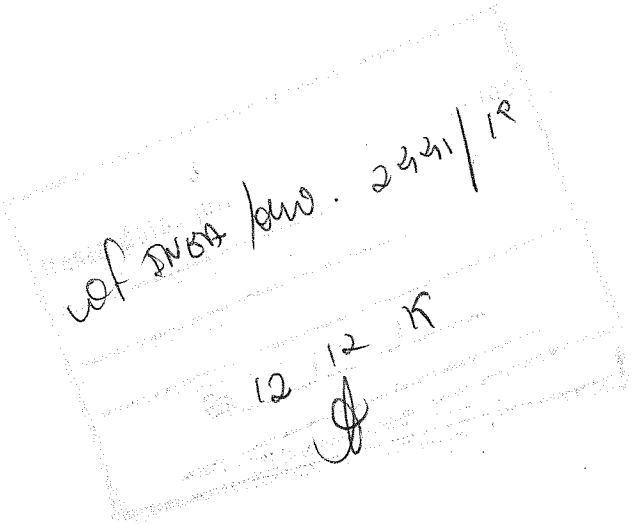
23

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **2151806** e o código CRC **C25CEA7A**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/002/004466/2019 SEI nº 2151806

Avenida Venezuela,, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea


Promotor de Justiça
12 12
2382


ref. proc. 2421/1ª
12 12

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente
Ouvidoria

OF INEA/OUVID nº 2441 /19 Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2019.

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Sala 105, Nancilândia – Itaboraí/RJ
CEP: 24800-000

Ref.: Ofícios 2ª PJTC nºs 1740/2019 (PA 175/2019 – MPRJ 2019.00978805); 1776/2019 (PA 204/2019 – MPRJ 2019.00978625); 1781/2019 (PA 186/2019 – MPRJ 2019.00978666); 1807/2019 (PA 202/2019 – MPRJ 2019.00978628); 1796/2019 (PA 192/2019 – MPRJ 2019.00978745); 1773/2019 (PA 205/2019 – MPRJ 2019.00978623); 1804/2019 (PA 191/2019 – MPRJ 2019.00978748); 1766/2019 (PA 206/2019 – MPRJ 2019.00978615); 1760/2019 (PA 195/2019 – MPRJ 2019.00978738); 1770/2019 (PA 194/2019 – MPRJ 2019.00978740); 1763/2019 (PA 196/2019 – MPRJ 2019.00978733); 1789/2019 (PA 210/2019 – MPRJ 2019.00978560); 1832/2019 (PA 201/2019 – MPRJ 2019.00978654), 1801/2019 (PA 183/2019 – MPRJ 2019.00978680); 1798/2019 (PA 182/2019 – MPRJ 2019.00978681); 1757/2019 (PA 176/2019 – MPRJ 2019.00978802); 1734/2019 (PA 165/2019 – MPRJ 2019.00978774); 1752/2019 (PA 212/2019 – MPRJ 2019.00982797); 1744/2019 (PA 193/2019 – MPRJ 2019.00978743); 1742/2019 (PA 171/2019 – MPRJ 2019.00978821); 1746/2019 (PA 173/2019 – MPRJ 2019.00978810); 1728/2019 (PA 166/2019 – MPRJ 2019.00978764); 1737/2019 (PA 174/2019 – MPRJ 2019.00978806) e 1784/2019 (PA 211/2019 – MPRJ 2019.00978555)

MPRJ SPTC 01178 2019013605342 111219 10:57:00

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção aos ofícios em epígrafe, referentes ao citados procedimentos, instaurados para apurar o cumprimento de obrigação contida em diversos itens do Termo de Ajustamento de Conduta, pactuado entre esse i. *Parquet*, a PETROBRAS, este INEA e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, foi solicitado o encaminhamento de informações e documentos

probatórios do adimplemento das obrigações descritas no indigitado procedimento, tendo sido concedidos variados prazos, em sua maioria, contados a partir da homologação do TAC, ocorrida no dia 13/08/2019, e com o mesmo prazo de resposta do concedido no próprio ajuste, para atendimento da obrigação.

Neste sentido, após o recebimento da demanda em questão, que perfaz o volume de 48 ofícios, endereçados a este INEA e a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, e em que pese a solicitação, em alguns deles, encontrar-se duplicada entre este INEA e a SEAS, informamos que o acompanhamento dessas requisições envolve mais de um setor de cada instituição, abertura de processos administrativos de acompanhamento de cada procedimento deflagrado, registro em planilha do conteúdo, tramitação interna, sem embargo de que o TAC em questão constitui instrumento complexo de ser controlado, em razão das inúmeras obrigações nele pactuadas, com escopos bem distintos.

Assim sendo, sem embargo da grande demanda deste órgão ambiental, e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet*, com todas as vênias devidas, vimos rogar a V.Sa. se digne determinar dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias, para cada prazo concedido, para atendimento de cada uma das requisições oriundos nos ofícios supracitados, e prazo de 60 (sessenta) dias para as requisições cujo prazo concedido foi de período inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da homologação do ajuste.

Diante do exposto, e sem mais para o momento, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Maria Helena Chianca
Ouvidora do INEA

Promotor de Justiça
12 12 19
fl 3152

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 12 / 12 /2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Ref.: Procedimento Administrativo nº. 193/2019 (MPRJ n. 2019.00978743)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Defiro o pedido de dilação de prazo de fls. 42/43 por mais 30 (trinta) dias. **Oficie-se** em resposta;

2- Defiro os pedidos de dilação de prazo de fls. 44/45. **Oficie-se** em resposta;

3- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 12 de dezembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Autos devolvidos do gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 20/12/19.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 2224/19
Ref: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 27 de dezembro de 2019.

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC***".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça deferir a dilação de prazo solicitada por mais 30 (trinta) dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

28/01/20

Ofício 2ª PJTC n° 2225/19
Ref: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 27 de dezembro de 2019.

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC***".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça deferir a dilação de prazo solicitada por mais 30 (trinta) dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

28/01/20

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 48 RJ

Ofício 2ª PJTC n° 2225/19
Ref: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 27 de dezembro de 2019.

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC***".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça deferir a dilação de prazo solicitada por mais 30 (trinta) dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Expedido em 28/01/20

Correios **AVISO DE RECEBIMENTO** **AR**

DATA DE POSTAGEM

UNIDADE DE POSTAGEM

04 FEV 2020

DESTINATÁRIO
AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Av. Venezuela 110
Centro
20081-312 Rio de Janeiro-RJ

CONTRATO 7

JU 89796592 6 BR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Mistério Público do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva
Rua João Caetano nº 207
Double Place Office, Sala 606 Centro
24800-113 Itaboraí-RJ

CARIMBO UNIDADE RECEBEDORA

CDD 1º DE MARÇO RIO DE JANEIRO-RJ
06 FEV 2020

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ___/___/___ ___:___ h
2ª ___/___/___ ___:___ h
3ª ___/___/___ ___:___ h

OBSERVAÇÃO
Ofício nº 2225/19 Ref: PA 193/19 - MPRJ 201900978743

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros _____

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Sebastião das Dores
Mat. 83230270
CDD 1º Março RJ
Centro

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA ENTREGA
06/02/20

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR
Rafhael Barreto

Nº DOC. DE IDENTIDADE

(Área de colagem no verso)

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 49
RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE VISTA

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Itaboraí, Doutor Tiago Gonçalves Veras Gomes.

Itaboraí, 05 de julho de 2021.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos à(ao) Exmo. Promotor de Justiça
Em 05/07/21
7787

Promoção em separado, impressa em 02 lauda (s).

Itaboraí, 15/07/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 15/07/2021.
620338-67

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
50
RJ

Ref.: Procedimento Administrativo n. 193/2019 (MPRJ n. 2019.00978743)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC"*.

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/34-verso.

Ofício da Petrobras às fls. 36/37, remetendo mídia digital (fl. 39), contendo informações sobre o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 40/41.

Ofício da SEAS às fls. 42/43, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 44/45, solicitando dilação de prazo.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão*", sendo certo que "*Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)*", nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18;

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão*";

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Reiterem-se** os ofícios não respondidos (fls. 40 e 41);

2- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente a vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 14 de julho de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.07.15 10:10:17 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
51
RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 787/2021

Itaboraí, 28 de abril de 2021

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 382 (trezentos e oitenta e dois) inquéritos civis e 141 (cento e quarenta e um) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos em anexo estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na última promoção lançada em cada procedimento, que pode ser consultada pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.04.28 19:49:12 -03'00'

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 52 RJ

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2° Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 1394/2021 *Itaboraí*, 15 de julho de 2021.

Ref.: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**

(favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC***".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça em reiteração aos termos do ofício 2° PJTC Nº 1744/19, solicitar a Vossa Excelência que seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Expedido em 20/07/2021
Matrícula 6203385-1
Servidor (VIA E-MAIL)

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 20/07/2021, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0811042** e o código CRC **DE3849E3**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 53 RJ

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2° Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 1395/2021 *Itaboraí*, 15 de julho de 2021.

Ref.: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC***".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça em reiteração aos termos do ofício 2° PJTC Nº 1745/19, solicitar a Vossa Excelência que seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Expedido em 20/07/2021
Servidor
(VIA E-MAIL)

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 20/07/2021, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0811069** e o código CRC **6EEF520D**.

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
U.F. INEA/SERVCONTE
SEI nº 31
Em 17 / 11 / 21
Mat. 6100 4899

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 54
RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

Of.INEA/SERVCONTE SEI Nº31 Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2021

MPRJ5P2TCOITB 20210908032 101121 16:49:24

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí - CEP: 24.800-175

Ref.: Ofício 2ª PJTC nº 1744/2019

PA 193/2019 – MPRJ 201900978743

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção às obrigações contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. Onde a PETROBRAS, no item 5.7.6 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a

"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contadosda homologação do TAC".

Com relação ao solicitado nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do referido Termo de Ajuste de Conduta – TAC/COMPERJ, cabe informar que, com relação à supracitada obrigação, a Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal - GERLAF, analisou toda documentação enviada pela compromissária PETROBRÁS e elaborou a Manifestação técnica INEA/SERVAAF SEI Nº6(23687645).

Cabe informar que, com relação à supracitada análise técnica e conforme transcrição abaixo a Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal concluiu que

"(...)*Considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, entende-se que a obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi parcialmente atendida e aguarda-se o atendimento da Notificação GELAFNOT/01122968 para o cumprimento de forma integral da obrigação em referencia*(...)".

Por fim, informamos que a compromissária PETROBRÀS foi informada acerca do parecer técnico acima, através da Notificação GELAFNOT/01122968 que foi encaminhada à compromissária, para pleno atendimento das obrigações pertinentes.

Por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos disponibilizados.

Sem mais no momento, mantenho-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Anexos: I - INEA/SERVAAF SEI Nº6(23687645)

Atenciosamente

Marcelo F.Souto de Carvalho

Coordenador dos TAC´S DO COMPERJ

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fernando Souto de Carvalho**, **Adjunto**, em 08/11/2021, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **24533940** e o código CRC **D3129428**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004486/2019 SEI nº 24533940

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
55
RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Licenciamento Ambiental

Manifestação.INEA/SERVAAF SEI Nº6 Rio de Janeiro,19 de outubro de 2021

O atendimento da obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi reportado através do Ofício SMS/LARE 0169/2019, de 08/09/2019, e seus anexos, que apresentou os Relatórios do Programa de Gestão Ambiental do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, do 21° (agosto de 2013) ao 33° (agosto de 2016), os quais continham as ações executadas no âmbito do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre. Além disso, também foram apresentados o Ofício N° 134/2012 da APA Guapimirim / ESEC Guanabara / ICMBio, de 02/08/2012, autorizando a realização das atividades desde que observadas as condicionantes contidas no documento; e o Relatório Consolidado do Monitoramento, entre agosto de 2013 e janeiro de 2015, elaborado pela empresa consultora Sigma Pesquisas e Projetos.

O Relatório Técnico N°06/2020/GELAF informa que foram encaminhados relatórios pela PETROBRAS, os quais foram avaliados pela área técnica deste INEA, tendo sido também realizadas vistorias ao longo dos anos. Deve ser destacado que o manejo de fauna do COMPERJ é acompanhado por meio das Autorizações Ambientais emitidas no bojo dos processos E-07/504.471/2011 e E-07/504.473/2011, para os quais são encaminhados os relatórios com as informações pertinentes ao manejo de fauna.

O Parecer Técnico 251/2014/FAUNA analisou o cumprimento das condições de validade da Licença de Instalação IN020319, no que concerne a fauna, com fins ao requerimento de renovação da mesma para o empreendimento UHOS (Ultra Heavy and Over Size), localizado em São Gonçalo e Itaboraí, e concedeu parecer favorável a concessão da renovação, que foi contemplada através da AA N° IN044741.

O Parecer Técnico 251/2013/FAUNA analisou a renovação da Autorização Ambiental IN017002 para o Manejo da Fauna Silvestre entre a Rodovia BR 101 e BR 116 – Área de Influência Direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Manilha, Itaboraí.

O Parecer Técnico 60/2016/FAUNA analisou a renovação da Autorização Ambiental para manejo de fauna silvestre, visando a continuidade do Plano de Monitoramento da Fauna Terrestre, Plano de Recuperação de Fauna e do Programa de Salvamento e Resgate de Fauna.

O Parecer Técnico 42/2018/FAUNA analisou a renovação Autorização Ambiental N° IN037890 para o manejo de fauna silvestre, visando a continuidade do Plano de Monitoramento da Fauna Terrestre, Plano de Recuperação de Fauna e do Programa de Salvamento e Resgate de Fauna, na área de influência direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

A Análise Técnica 34/2020/FAUNA avaliou os Relatórios Bimestrais, Semestrais e Relatório Consolidado Final do Plano de Monitoramento da Fauna Terrestre, Plano de Recuperação de Fauna e do Programa de Salvamento e Resgate de Fauna, na área de influência direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que após notificação e ajustes por parte da PETROBRAS, concedeu a AA N° IN044740.

O Parecer Técnico 230/2013/FAUNA analisou o requerimento de renovação da Autorização Ambiental IN017381 para o Manejo da Fauna Silvestre na Área dos Rios Itambi, Dique do Rio Guaraí Grande, Dique do Quatro, Suruí, Guapimirim e Foz Suruí-Mirim – Manilha, município de Itaboraí.

O Parecer Técnico 61/2016/FAUNA analisou a solicitação da renovação da Autorização Ambiental para captura, coleta e transporte de animais silvestres, visando a continuidade do Monitoramento Ambiental da Biota Terrestre na Área de Influência Direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), cujo sítio está localizado em Itaboraí, Rio de janeiro, RJ.

O Parecer Técnico 35/2018/FAUNA analisou a solicitação da renovação da Autorização Ambiental N° IN037891, emitida para o manejo de fauna silvestre, visando à continuidade do Monitoramento Ambiental da Biota Terrestre na área de influência direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

A Análise Técnica 35/2020/FAUNA avaliou os Relatórios Trimestrais e Relatório Consolidado Final do Plano de Monitoramento Ambiental da Biota Terrestre, na APA de Guapimirim, localizada na AID do empreendimento.

Após a avaliação dos documentos encaminhados pela PETROBRAS e das análises e pareceres elaborados por este INEA, foi realizada nova Análise Técnica 114/2021/FAUNA para analisar novamente o cumprimento de tais obrigações e corroborar os Pareceres e Análises pretéritas. Após a elaboração de tal Análise, foi constatado atendimento parcial de algumas condicionantes e, por isso, foi preparada Notificação GELAFNOT/01122968 e encaminhada a PETROBRAS, para pleno atendimento das obrigações pertinentes.

Considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, entende-se que a obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi parcialmente atendida e aguarda-se o atendimento da Notificação GELAFNOT/01122968 para o cumprimento de forma integral da obrigação em referencia.

Anexos: I - Análise Técnica 23686042.
II - Notificação 23687198.

Atenciosamente,

Daniel Tavares Cassilhas Rosa
Analista Ambiental
ID. Funcional 5109624-2

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Tavares Cassilhas Rosa, Analista**, em 21/10/2021, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **23687645** e o código CRC **8319F76C**.

Referência: Processo nº SEI-07/026/004486/2019 SEI nº 23687645

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
56
RJ

inea instituto estadual do ambiente

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-DILAM
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL – GELAF
ANÁLISE TÉCNICA Nº 114/2021/FAUNA
REQUERENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO – PETROBRAS
EMPREENDIMENTO: COMPERJ – UHOS (ULTRA HEAVY AND OVER SIZE)
ENDEREÇO: ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ
MUNICÍPIO: SÃO GONÇALO E ITABORAÍ
PROCESSO: E-07/504.178/2012

1. Do Empreendimento

O empreendimento trata-se da realização de obras de dragagem da bacia de evolução e execução das obras de construção da Via de Acesso, parte terrestre, para Transporte dos Equipamentos Especiais do COMPERJ (UHOS - Ultra Heavy and Over Size), localizado em São Gonçalo e Itaboraí.

2. Motivo da Análise

Trata-se da avaliação das obrigações 5.7.6 e 5.7.7 do TAC do COMPERJ que solicita em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da Licença de Instalação (LI) N° IN020319, válida até 19/07/2014, a comprovação do atendimento por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC.

3 Informações relevantes

O empreendimento possui LI Nº IN020319 que venceu em 19/07/2014, para realizar obras de dragagem de um canal de acesso e bacia de evolução, construção de píer de atracação, retroárea e via de acesso de cargas especiais, com supressão de vegetação nativa em 5,4 ha de floresta ombrófila densa em estágio inicial de sucessão e 1,0 ha de vegetação típica de manguezal, e implantação do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre.

Foi apresentado Parecer Técnico GELAF 251/2014 favorável, sob os aspectos concernentes à fauna, à concessão da renovação da LI Nº IN020319, entretanto a renovação da mesma não foi aplicada. Tal Parecer analisou o cumprimento das condições de validade da LI Nº IN020319 no período de vigência da mesma.

Portanto esta Análise Técnica limita-se a analisar o cumprimento de tais condicionantes e corroborar o referido Parecer, se estendendo até o final das ações do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre, que ocorreram durante o processo de renovação da LI, portanto, posteriormente ao antigo Parecer.

Foram analisados os Relatórios do Programa de Gestão Ambiental do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, do 21° (agosto de 2013) ao 33° (agosto de 2016), que continhas as ações executadas no âmbito do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre.
Foi analisado o Ofício N° 134/2012 da APA Guapimirim / ESEC Guanabara / ICMBio, de 02/08/2012, autorizando a realização das atividades desde que observadas as condicionantes contidas no documento.
Por fim, foi analisado o Relatório Consolidado do Monitoramento, entre agosto de 2013 e janeiro de 2015, elaborado pela empresa consultora Sigma Pesquisas e Projetos.

4 ANÁLISE DOS ITENS

ITEM 39: *"Marcar e identificar todo animal capturado devendo ter seus dados biológicos, clínicos e sanitários anotados em fichas próprias, assim como devem ser registrados dia e horário de captura, bem como a bibliografia consultada e informar ao INEA, em todos os relatórios"*.
SITUAÇÃO: Parcialmente atendido. A análise do Relatório Consolidado do Monitoramento entende que os animais capturados foram devidamente marcados e tiveram seus dados biométricos tomados. Entretanto, a análise do 27° Relatório do Programa de Gestão Ambiental, que consolida as atividades realizadas no âmbito do Programa de Resgate e Afugentamento da Fauna, apresenta uma lista de animais capturados, mas não informa sobre marcação e tampouco apresenta tabelas de identificação ou fichas próprias quanto aos indivíduos capturados. Entende-se que para o pleno atendimento deste item, o requerente deverá apresentar uma lista de dados brutos com todos os animais capturados no âmbito do referido Programa.

ITEM 40: *"Utilizar os métodos de marcação autorizados por grupo taxonômico: A - Aves: anilha ou sistema eletrônico (microchip); B - Quirópteros: colar de contas coloridas, anilhas ou microchip; C - Mamíferos de pequeno porte: brinco numerado (National Band and Tag Company) ou microchip; D Mamíferos de médio e grande porte: brinco numerado, microchip ou tinta nyanzol."*
SITUAÇÃO: Parcialmente atendido, conforme análise do item 39.

ITEM 41: *"Encaminhar os espécimes que apresentarem qualquer debilidade na locomoção ou qualquer alteração na integridade física a estrutura de apoio ao resgate de fauna, onde deverão permanecer o menor tempo possível, considerando a indicação do médico veterinário*

responsável. Deverão, ainda, passar pelos procedimentos descritos no projeto aprovado antes de serem soltos. A saída de qualquer animal da base de resgate deverá ser anotada em livro próprio".

SITUAÇÃO: Parcialmente atendido. Apresentar lista das espécies encaminhadas à estrutura de apoio ao resgate de fauna.

ITEM 42: "*Dotar de estufas a estrutura de apoio ao resgate de fauna para proteger filhotes, com chocadeiras para os ovos das aves silvestres e alimentação adequada*".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme Parecer Técnico 251/2014.

ITEM 43: "*Dotar a estrutura de apoio ao resgate de fauna de uma baia para aprisionamento de animais que serão reconduzidos para os fragmentos de mata da região, após exame clínico do médico veterinário e tratamento de possíveis ferimentos*".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme Parecer Técnico 251/2014.

ITEM 44: "*Encaminhar as espécies invasoras Callithrix penicillata, Callithrix jacchus e seus híbridos capturados na área do empreendimento, para a estrutura de apoio ao resgate de fauna, para esterilização a fim de diminuir os riscos as populações de espécies nativas, atentando para o bem estar animal na liberação dos animais após o procedimento cirúrgico*".
SITUAÇÃO: Atendido. Não foram capturadas tais espécies.

ITEM 45: "*Em caso de ocorrência de focos epidemiológicos, fauna potencialmente invasora, inclusive doméstica ou fauna sinantrópica nociva no local do empreendimento, destiná-las ao aproveitamento científico/educativo ou realizar o controle de acordo com a Instrução Normativa IBAMA n° 141, de 19.12.06*".
SITUAÇÃO: Atendido. Não foram capturadas tais espécies.

ITEM 46: "*Aproveitar cientificamente os animais encontrados mortos, bem como os que apresentarem impossibilidade de recuperação ou que demandem a coleta científica, por dúvida taxonômica (excetuando as espécies raras ou ameaçadas), devendo estes, serem fixados, determinados e encaminhados para instituição de pesquisa depositária*".
SITUAÇÃO: Parcialmente atendido. Apresentar lista das espécies encaminhadas ao aproveitamento científico.

ITEM 47: "*Nos casos de impossibilidade de identificação em campo, que demanda coleta científica por dúvida taxonômica, será permitida a coleta de até 02 (dois) exemplares por espécie silvestre (somente para herpetofauna e mastofauna)*".
SITUAÇÃO: Atendido. Não foram coletados indivíduos impossibilitados de serem identificados em campo.

ITEM 48: "*Nos casos em que for necessária a eutanásia de animais, o óbito deverá ocorrer sem que haja sofrimento e sem a precedência de estresse adicional, adotando o método de eutanásia adequado para a espécie, conforme a Resolução CFMV n. 714, de 20.06.02*".
SITUAÇÃO: Atendido.

ITEM 49: "*Contemplar com Programas de Monitoramento específicos as espécies ameaçadas de extinção encontradas na área de influência do empreendimento, a serem aprovados pelo INEA, visando sua conservação*".
SITUAÇÃO: Atendido. A empresa informa que foi realizado um monitoramento específico das espécies ameaçadas de extinção na área de soltura. Neste programa foram previstas capturas ou registros tendo como espécies-alvo os táxons ameaçados, entretanto não foram capturadas espécies ameaçadas de extinção em âmbito nacional. Porém foram encontradas apenas duas espécies ameaçadas em nível estadual, o curió (*Sporophila angolensis*) e o colhereiro (*Platalea ajaja*). Em razão do mínimo valor registrado não foi possível a realização de testes estatísticos comumente feitos no estudo de populações.

ITEM 52: "*Realocar os pontos de controle e monitoramento da fauna de modo que se localizem em torno das áreas de soltura*".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme Parecer Técnico 251/2014.

ITEM 53: "*Realizar as solturas em locais em que não haja interferência direta da obra, como futuras supressões de vegetação ou locais de abertura de vias de acesso. Deverá também ser planejada de modo que o deslocamento do animal não seja direcionado para locais com moradias próximas e/ou vias de acesso e deverão ser observados os requisitos ecológicos de cada espécie e a capacidade de suporte da área de destino*".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme Parecer Técnico 251/2014.

ITEM 54: "*Abordar os seguintes tópicos no Programa de Educação Ambiental para as equipes de apoio e supressão vegetal, das empreiteiras envolvidas, em todas as fases da obra:*

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 58 RJ

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-DILAM
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL – GELAF
ANÁLISE TÉCNICA Nº 114/2021/FAUNA
REQUERENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO – PETROBRAS
EMPREENDIMENTO: COMPERJ – UHOS (ULTRA HEAVY AND OVER SIZE)
ENDEREÇO: ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ
MUNICÍPIO: SÃO GONÇALO E ITABORAÍ
PROCESSO: E-07/504.178/2012

relevância e objetivo do salvamento da fauna; crimes ambientais como caça e captura de fauna; informações sobre as biocenoses da área e as medidas que devem ser adotadas para preservá-las; conscientização dos condutores dos veículos do empreendedor e das contratadas sobre o risco de atropelamento de animais e cuidados para evitar este tipo de acidente".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme Parecer Técnico 251/2014 e análise dos PGAs.

ITEM 58: "*Manter nas instalações da estrutura de apoio, durante as etapas envolvendo manejo e monitoramento de fauna, a presença de um médico-veterinário*".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme Parecer Técnico 251/2014 e análise dos PGAs.

ITEM 59: "*Possuir na equipe responsável pelo monitoramento e resgate de fauna, pelo menos, um especialista em herpetofauna, um especialista em mastofauna e um especialista em ornitofauna, com experiência comprovada em sua especialidade através de currículo*".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme análise do currículo dos profissionais envolvidos.

ITEM 60: "*Encaminhar trimestralmente ao INEA relatório técnico-científico (impresso e em meio digital) do resgate e monitoramento da fauna, com descrição e resultados de todas as atividades realizadas no período, incluindo: metodologia detalhada de amostragem de cada grupo zoológico, contendo esforço de amostragem, periodicidade, pessoal habilitado em trabalho de campo e demais considerações que julgar pertinente; informar a localização georreferenciada (informando o datum) dos abrigos seja artificial ou natural (caverna ou furna) do Desmodus rotundus; listas dos dados brutos dos registros de todos os espécimes capturados, constando: local e data de captura, habitat, marcação, identificação e biometria de cada animal; lista dos exemplares encontrados mortos; local de soltura georreferenciado dos animais capturados; lista de espécies encontradas, cálculo de riqueza das comunidades, estimativas de abundância e freqüência das espécies, e outros cálculos estatísticos que forem pertinentes ao acompanhamento das populações da fauna local; registros dos acidentes com animais ocorridos, com informações como data, local e causa do acidente, estado do animal, e outras que forem pertinentes*".
SITUAÇÃO: Parcialmente atendido. Apresentar lista de dados brutos com todos os animais capturados no âmbito do referido Programa.

ITEM 61: "*Encaminhar declaração de recebimento, emitida pela instituição de depósito, com número de tombamento dos animais recebidos, ao final da validade desta licença*".

inea instituto estadual do ambiente

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-DILAM
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL – GELAF
ANÁLISE TÉCNICA Nº 114/2021/FAUNA
REQUERENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO – PETROBRAS
EMPREENDIMENTO: COMPERJ – UHOS (ULTRA HEAVY AND OVER SIZE)
ENDEREÇO: ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ
MUNICÍPIO: SÃO GONÇALO E ITABORAÍ
PROCESSO: E-07/504.178/2012

SITUAÇÃO: Não atendido. Apresentar declaração de recebimento emitida pela instituição de depósito.

5 AVALIAÇÃO E CONCLUSÃO

Considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, sugere-se que o empreendedor seja notificado a apresentar os seguintes itens para atendimento pleno das condicionantes da Licença de Instalação (LI) N° IN020319 e, por sequência, atendimento das obrigações 5.7.6 e 5.7.7 do TAC do COMPERJ:

- Apresentar lista de dados brutos com todos os animais capturados no âmbito do Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre;
- Apresentar lista das espécies encaminhadas à estrutura de apoio ao resgate de fauna;
- Apresentar lista das espécies encaminhadas ao aproveitamento científico;
- Apresentar declaração de recebimento emitida pela instituição de depósito.

Em 19/10/2021

Michelle de Oliveira Ribeiro
Gerente – ID. 4347952-7
GELAF/DILAM/INEA

inea

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 59 RJ

Proc. Nº. :E-07/504178/2012

NOTIFICAÇÃO

Nº.:GELAFNOT/01122968

rubrica: danieltcr

Empresa/Nome		CNPJ/CPF
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS		33.000.167/0001-01
UNIDADE	**CÓDIGO DA UNIDADE**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**
ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE CARGA	UN015945	80.170.270
ATIVIDADE PRINCIPAL		**CÓDIGO DA ATIVIDADE**
IMPLANTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS (DOCAS, MURALHAS DE CAIS,		33.22.45
ENDEREÇO DA ATIVIDADE		
ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ		
MUNICÍPIO	**BAIRRO/LOCALIDADE**	**CEP**
SÃO GONÇALO E ITABORAÍ	DIVERSOS BAIRROS	20000-000
CONTATO/REPRESENTANTE		TELEFONE(S)
VALTER SHIMURA		21 -- 21669914
CARGO		

Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sª notificado de que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta notificação, para dar segmento ao Processo E-07/504.178/2012, deverá apresentar:

Lista de dados brutos com todos os animais capturados no âmbito do Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre;

Lista das espécies encaminhadas à estrutura de apoio ao resgate de fauna;

Lista das espécies encaminhadas ao aproveitamento científico;

·Declaração de recebimento emitida pela instituição de depósito.

TECNICO DO INEA		MATRÍCULA
MICHELLE DE OLIVEIRA RIBEIRO		390.422-4
CARGO		**DIVISÃO**
GERENTE		GELAF
DATA	**ASSINATURA**	
19/10/2021		

OBSERVAÇÕES

NOME		CARGO
RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA	**ASSINATURA**	

(1 Via - Autuado / 2 Via Processo administrativo / 3 Via COGEFIS / 4 Via Orgão de origem)

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos

OF. INEA/SERVCONTE

SEI Nº 31

Em 22/11/21

6217667-3

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 60
RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

Of.INEA/SERVCONTE SEI Nº31 Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2021

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí - CEP: 24.800-11

MPRJ3SP2TCOITB 202100946674 181121 17:15:53

Ref.: Ofício 2ª PJTC nº 1744/2019

PA 193/2019 – MPRJ 201900978743

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção às obrigações contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. Onde a PETROBRAS, no item 5.7.6 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a

"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contadosda homologação do TAC".

Com relação ao solicitado nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do referido Termo de Ajuste de Conduta – TAC/COMPERJ, cabe informar que, com relação à supracitada obrigação, a Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal - GERLAF, analisou toda documentação enviada pela compromissária PETROBRÁS e elaborou a Manifestação técnica INEA/SERVAAF SEI Nº6(23687645).

Cabe informar que, com relação à supracitada análise técnica e conforme transcrição abaixo a Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal concluiu que

"(...)*Considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, entende-se que a obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi parcialmente atendida e aguarda-se o atendimento da Notificação GELAFNOT/01122968 para o cumprimento de forma integral da obrigação em referencia*(...)".

Por fim, informamos que a compromissária PETROBRÀS foi informada acerca do parecer técnico acima, através da Notificação GELAFNOT/01122968 que foi encaminhada à compromissária, para pleno atendimento das obrigações pertinentes.

C1

Por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos disponibilizados.

Sem mais no momento, mantenho-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Anexos: I - INEA/SERVAAF SEI Nº6(23687645)

Atenciosamente

Marcelo F.Souto de Carvalho

Coordenador dos TAC´S DO COMPERJ

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fernando Souto de Carvalho**, **Adjunto**, em 08/11/2021, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **24533940** e o código CRC **D3129428**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004486/2019 SEI nº 24533940

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
61
RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Licenciamento Ambiental

Manifestação.INEA/SERVAAF SEI Nº6 Rio de Janeiro,19 de outubro de 2021

O atendimento da obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi reportado através do Ofício SMS/LARE 0169/2019, de 08/09/2019, e seus anexos, que apresentou os Relatórios do Programa de Gestão Ambiental do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, do 21° (agosto de 2013) ao 33° (agosto de 2016), os quais continham as ações executadas no âmbito do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre. Além disso, também foram apresentados o Ofício N° 134/2012 da APA Guapimirim / ESEC Guanabara / ICMBio, de 02/08/2012, autorizando a realização das atividades desde que observadas as condicionantes contidas no documento; e o Relatório Consolidado do Monitoramento, entre agosto de 2013 e janeiro de 2015, elaborado pela empresa consultora Sigma Pesquisas e Projetos.

O Relatório Técnico N°06/2020/GELAF informa que foram encaminhados relatórios pela PETROBRAS, os quais foram avaliados pela área técnica deste INEA, tendo sido também realizadas vistorias ao longo dos anos. Deve ser destacado que o manejo de fauna do COMPERJ é acompanhado por meio das Autorizações Ambientais emitidas no bojo dos processos E-07/504.471/2011 e E-07/504.473/2011, para os quais são encaminhados os relatórios com as informações pertinentes ao manejo de fauna.

O Parecer Técnico 251/2014/FAUNA analisou o cumprimento das condições de validade da Licença de Instalação IN020319, no que concerne a fauna, com fins ao requerimento de renovação da mesma para o empreendimento UHOS (Ultra Heavy and Over Size), localizado em São Gonçalo e Itaboraí, e concedeu parecer favorável a concessão da renovação, que foi contemplada através da AA N° IN044741.

O Parecer Técnico 251/2013/FAUNA analisou a renovação da Autorização Ambiental IN017002 para o Manejo da Fauna Silvestre entre a Rodovia BR 101 e BR 116 – Área de Influência Direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Manilha, Itaboraí.

O Parecer Técnico 60/2016/FAUNA analisou a renovação da Autorização Ambiental para manejo de fauna silvestre, visando a continuidade do Plano de Monitoramento da Fauna Terrestre, Plano de Recuperação de Fauna e do Programa de Salvamento e Resgate de Fauna.

O Parecer Técnico 42/2018/FAUNA analisou a renovação Autorização Ambiental N° IN037890 para o manejo de fauna silvestre, visando a continuidade do Plano de Monitoramento da Fauna Terrestre, Plano de Recuperação de Fauna e do Programa de Salvamento e Resgate de Fauna, na área de influência direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

A Análise Técnica 34/2020/FAUNA avaliou os Relatórios Bimestrais, Semestrais e Relatório Consolidado Final do Plano de Monitoramento da Fauna Terrestre, Plano de Recuperação de Fauna e do Programa de Salvamento e Resgate de Fauna, na área de influência direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que após notificação e ajustes por parte da PETROBRAS, concedeu a AA N° IN044740.

O Parecer Técnico 230/2013/FAUNA analisou o requerimento de renovação da Autorização Ambiental IN017381 para o Manejo da Fauna Silvestre na Área dos Rios Itambi, Dique do Rio Guaraí Grande, Dique do Quatro, Suruí, Guapimirim e Foz Suruí-Mirim – Manilha, município de Itaboraí.

O Parecer Técnico 61/2016/FAUNA analisou a solicitação da renovação da Autorização Ambiental para captura, coleta e transporte de animais silvestres, visando a continuidade do Monitoramento Ambiental da Biota Terrestre na Área de Influência Direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), cujo sítio está localizado em Itaboraí, Rio de janeiro, RJ.

O Parecer Técnico 35/2018/FAUNA analisou a solicitação da renovação da Autorização Ambiental N° IN037891, emitida para o manejo de fauna silvestre, visando à continuidade do Monitoramento Ambiental da Biota Terrestre na área de influência direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

A Análise Técnica 35/2020/FAUNA avaliou os Relatórios Trimestrais e Relatório Consolidado Final do Plano de Monitoramento Ambiental da Biota Terrestre, na APA de Guapimirim, localizada na AID do empreendimento.

Após a avaliação dos documentos encaminhados pela PETROBRAS e das análises e pareceres elaborados por este INEA, foi realizada nova Análise Técnica 114/2021/FAUNA para analisar novamente o cumprimento de tais obrigações e corroborar os Pareceres e Análises pretéritas. Após a elaboração de tal Análise, foi constatado atendimento parcial de algumas condicionantes e, por isso, foi preparada Notificação GELAFNOT/01122968 e encaminhada a PETROBRAS, para pleno atendimento das obrigações pertinentes.

Considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, entende-se que a obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi parcialmente atendida e aguarda-se o atendimento da Notificação GELAFNOT/01122968 para o cumprimento de forma integral da obrigação em referencia.

Anexos: I - Análise Técnica 23686042.
II - Notificação 23687198.

Atenciosamente,

Daniel Tavares Cassilhas Rosa
Analista Ambiental
ID. Funcional 5109624-2

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Tavares Cassilhas Rosa, Analista**, em 21/10/2021, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **23687645** e o código CRC **8319F76C**.

Referência: Processo nº SEI-07/026/004486/2019 SEI nº 23687645

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 62
RJ

inea instituto estadual do ambiente

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-DILAM
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL – GELAF
ANÁLISE TÉCNICA Nº 114/2021/FAUNA
REQUERENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO – PETROBRAS
EMPREENDIMENTO: COMPERJ – UHOS (ULTRA HEAVY AND OVER SIZE)
ENDEREÇO: ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ
MUNICÍPIO: SÃO GONÇALO E ITABORAÍ
PROCESSO: E-07/504.178/2012

1. Do Empreendimento

O empreendimento trata-se da realização de obras de dragagem da bacia de evolução e execução das obras de construção da Via de Acesso, parte terrestre, para Transporte dos Equipamentos Especiais do COMPERJ (UHOS - Ultra Heavy and Over Size), localizado em São Gonçalo e Itaboraí.

2. Motivo da Análise

Trata-se da avaliação das obrigações 5.7.6 e 5.7.7 do TAC do COMPERJ que solicita em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da Licença de Instalação (LI) N° IN020319, válida até 19/07/2014, a comprovação do atendimento por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC.

3 Informações relevantes

O empreendimento possui LI Nº IN020319 que venceu em 19/07/2014, para realizar obras de dragagem de um canal de acesso e bacia de evolução, construção de píer de atracação, retroárea e via de acesso de cargas especiais, com supressão de vegetação nativa em 5,4 ha de floresta ombrófila densa em estágio inicial de sucessão e 1,0 ha de vegetação típica de manguezal, e implantação do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre.

Foi apresentado Parecer Técnico GELAF 251/2014 favorável, sob os aspectos concernentes à fauna, à concessão da renovação da LI Nº IN020319, entretanto a renovação da mesma não foi aplicada. Tal Parecer analisou o cumprimento das condições de validade da LI Nº IN020319 no período de vigência da mesma.

Portanto esta Análise Técnica limita-se a analisar o cumprimento de tais condicionantes e corroborar o referido Parecer, se estendendo até o final das ações do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre, que ocorreram durante o processo de renovação da LI, portanto, posteriormente ao antigo Parecer.

Foram analisados os Relatórios do Programa de Gestão Ambiental do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, do 21° (agosto de 2013) ao 33° (agosto de 2016), que continhas as ações executadas no âmbito do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre.
Foi analisado o Ofício N° 134/2012 da APA Guapimirim / ESEC Guanabara / ICMBio, de 02/08/2012, autorizando a realização das atividades desde que observadas as condicionantes contidas no documento.
Por fim, foi analisado o Relatório Consolidado do Monitoramento, entre agosto de 2013 e janeiro de 2015, elaborado pela empresa consultora Sigma Pesquisas e Projetos.

4 ANÁLISE DOS ITENS

ITEM 39: "*Marcar e identificar todo animal capturado devendo ter seus dados biológicos, clínicos e sanitários anotados em fichas próprias, assim como devem ser registrados dia e horário de captura, bem como a bibliografia consultada e informar ao INEA, em todos os relatórios*".
SITUAÇÃO: Parcialmente atendido. A análise do Relatório Consolidado do Monitoramento entende que os animais capturados foram devidamente marcados e tiveram seus dados biométricos tomados. Entretanto, a análise do 27° Relatório do Programa de Gestão Ambiental, que consolida as atividades realizadas no âmbito do Programa de Resgate e Afugentamento da Fauna, apresenta uma lista de animais capturados, mas não informa sobre marcação e tampouco apresenta tabelas de identificação ou fichas próprias quanto aos indivíduos capturados. Entende-se que para o pleno atendimento deste item, o requerente deverá apresentar uma lista de dados brutos com todos os animais capturados no âmbito do referido Programa.

ITEM 40: "*Utilizar os métodos de marcação autorizados por grupo taxonômico: A - Aves: anilha ou sistema eletrônico (microchip); B - Quirópteros: colar de contas coloridas, anilhas ou microchip; C - Mamíferos de pequeno porte: brinco numerado (National Band and Tag Company) ou microchip; D Mamíferos de médio e grande porte: brinco numerado, microchip ou tinta nyanzol.*"
SITUAÇÃO: Parcialmente atendido, conforme análise do item 39.

ITEM 41: "*Encaminhar os espécimes que apresentarem qualquer debilidade na locomoção ou qualquer alteração na integridade física a estrutura de apoio ao resgate de fauna, onde deverão permanecer o menor tempo possível, considerando a indicação do médico veterinário*

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 63 RJ

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-DILAM
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL – GELAF
ANÁLISE TÉCNICA Nº 114/2021/FAUNA
REQUERENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO – PETROBRAS
EMPREENDIMENTO: COMPERJ – UHOS (ULTRA HEAVY AND OVER SIZE)
ENDEREÇO: ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ
MUNICÍPIO: SÃO GONÇALO E ITABORAÍ
PROCESSO: E-07/504.178/2012

responsável. Deverão, ainda, passar pelos procedimentos descritos no projeto aprovado antes de serem soltos. A saída de qualquer animal da base de resgate deverá ser anotada em livro próprio".

SITUAÇÃO: Parcialmente atendido. Apresentar lista das espécies encaminhadas à estrutura de apoio ao resgate de fauna.

ITEM 42: "*Dotar de estufas a estrutura de apoio ao resgate de fauna para proteger filhotes, com chocadeiras para os ovos das aves silvestres e alimentação adequada*".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme Parecer Técnico 251/2014.

ITEM 43: "*Dotar a estrutura de apoio ao resgate de fauna de uma baia para aprisionamento de animais que serão reconduzidos para os fragmentos de mata da região, após exame clínico do médico veterinário e tratamento de possíveis ferimentos*".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme Parecer Técnico 251/2014.

ITEM 44: "*Encaminhar as espécies invasoras Callithrix penicillata, Callithrix jacchus e seus híbridos capturados na área do empreendimento, para a estrutura de apoio ao resgate de fauna, para esterilização a fim de diminuir os riscos as populações de espécies nativas, atentando para o bem estar animal na liberação dos animais após o procedimento cirúrgico*".
SITUAÇÃO: Atendido. Não foram capturadas tais espécies.

ITEM 45: "*Em caso de ocorrência de focos epidemiológicos, fauna potencialmente invasora, inclusive doméstica ou fauna sinantrópica nociva no local do empreendimento, destiná-las ao aproveitamento científico/educativo ou realizar o controle de acordo com a Instrução Normativa IBAMA n° 141, de 19.12.06*".
SITUAÇÃO: Atendido. Não foram capturadas tais espécies.

ITEM 46: "*Aproveitar cientificamente os animais encontrados mortos, bem como os que apresentarem impossibilidade de recuperação ou que demandem a coleta científica, por dúvida taxonômica (excetuando as espécies raras ou ameaçadas), devendo estes, serem fixados, determinados e encaminhados para instituição de pesquisa depositária*".
SITUAÇÃO: Parcialmente atendido. Apresentar lista das espécies encaminhadas ao aproveitamento científico.

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-DILAM
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL – GELAF
ANÁLISE TÉCNICA Nº 114/2021/FAUNA
REQUERENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO – PETROBRAS
EMPREENDIMENTO: COMPERJ – UHOS (ULTRA HEAVY AND OVER SIZE)
ENDEREÇO: ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ
MUNICÍPIO: SÃO GONÇALO E ITABORAÍ
PROCESSO: E-07/504.178/2012

ITEM 47: "*Nos casos de impossibilidade de identificação em campo, que demanda coleta científica por dúvida taxonômica, será permitida a coleta de até 02 (dois) exemplares por espécie silvestre (somente para herpetofauna e mastofauna)*".
SITUAÇÃO: Atendido. Não foram coletados indivíduos impossibilitados de serem identificados em campo.

ITEM 48: "*Nos casos em que for necessária a eutanásia de animais, o óbito deverá ocorrer sem que haja sofrimento e sem a precedência de estresse adicional, adotando o método de eutanásia adequado para a espécie, conforme a Resolução CFMV n. 714, de 20.06.02*".
SITUAÇÃO: Atendido.

ITEM 49: "*Contemplar com Programas de Monitoramento específicos as espécies ameaçadas de extinção encontradas na área de influência do empreendimento, a serem aprovados pelo INEA, visando sua conservação*".
SITUAÇÃO: Atendido. A empresa informa que foi realizado um monitoramento específico das espécies ameaçadas de extinção na área de soltura. Neste programa foram previstas capturas ou registros tendo como espécies-alvo os táxons ameaçados, entretanto não foram capturadas espécies ameaçadas de extinção em âmbito nacional. Porém foram encontradas apenas duas espécies ameaçadas em nível estadual, o curió (*Sporophila angolensis*) e o colhereiro (*Platalea ajaja*). Em razão do mínimo valor registrado não foi possível a realização de testes estatísticos comumente feitos no estudo de populações.

ITEM 52: "*Realocar os pontos de controle e monitoramento da fauna de modo que se localizem em torno das áreas de soltura*".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme Parecer Técnico 251/2014.

ITEM 53: "*Realizar as solturas em locais em que não haja interferência direta da obra, como futuras supressões de vegetação ou locais de abertura de vias de acesso. Deverá também ser planejada de modo que o deslocamento do animal não seja direcionado para locais com moradias próximas e/ou vias de acesso e deverão ser observados os requisitos ecológicos de cada espécie e a capacidade de suporte da área de destino*".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme Parecer Técnico 251/2014.

ITEM 54: "*Abordar os seguintes tópicos no Programa de Educação Ambiental para as equipes de apoio e supressão vegetal, das empreiteiras envolvidas, em todas as fases da obra:*

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 64 RJ

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-DILAM
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL – GELAF
ANÁLISE TÉCNICA Nº 114/2021/FAUNA
REQUERENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO – PETROBRAS
EMPREENDIMENTO: COMPERJ – UHOS (ULTRA HEAVY AND OVER SIZE)
ENDEREÇO: ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ
MUNICÍPIO: SÃO GONÇALO E ITABORAÍ
PROCESSO: E-07/504.178/2012

relevância e objetivo do salvamento da fauna; crimes ambientais como caça e captura de fauna; informações sobre as biocenoses da área e as medidas que devem ser adotadas para preservá-las; conscientização dos condutores dos veículos do empreendedor e das contratadas sobre o risco de atropelamento de animais e cuidados para evitar este tipo de acidente".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme Parecer Técnico 251/2014 e análise dos PGAs.

ITEM 58: "*Manter nas instalações da estrutura de apoio, durante as etapas envolvendo manejo e monitoramento de fauna, a presença de um médico-veterinário*".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme Parecer Técnico 251/2014 e análise dos PGAs.

ITEM 59: "*Possuir na equipe responsável pelo monitoramento e resgate de fauna, pelo menos, um especialista em herpetofauna, um especialista em mastofauna e um especialista em ornitofauna, com experiência comprovada em sua especialidade através de currículo*".
SITUAÇÃO: Atendido, conforme análise do currículo dos profissionais envolvidos.

ITEM 60: "*Encaminhar trimestralmente ao INEA relatório técnico-científico (impresso e em meio digital) do resgate e monitoramento da fauna, com descrição e resultados de todas as atividades realizadas no período, incluindo: metodologia detalhada de amostragem de cada grupo zoológico, contendo esforço de amostragem, periodicidade, pessoal habilitado em trabalho de campo e demais considerações que julgar pertinente; informar a localização georreferenciada (informando o datum) dos abrigos seja artificial ou natural (caverna ou furna) do Desmodus rotundus; listas dos dados brutos dos registros de todos os espécimes capturados, constando: local e data de captura, habitat, marcação, identificação e biometria de cada animal; lista dos exemplares encontrados mortos; local de soltura georreferenciado dos animais capturados; lista de espécies encontradas, cálculo de riqueza das comunidades, estimativas de abundância e freqüência das espécies, e outros cálculos estatísticos que forem pertinentes ao acompanhamento das populações da fauna local; registros dos acidentes com animais ocorridos, com informações como data, local e causa do acidente, estado do animal, e outras que forem pertinentes*".
SITUAÇÃO: Parcialmente atendido. Apresentar lista de dados brutos com todos os animais capturados no âmbito do referido Programa.

ITEM 61: "*Encaminhar declaração de recebimento, emitida pela instituição de depósito, com número de tombamento dos animais recebidos, ao final da validade desta licença*".

inea instituto estadual do ambiente

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-DILAM
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL – GELAF
ANÁLISE TÉCNICA Nº 114/2021/FAUNA
REQUERENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO – PETROBRAS
EMPREENDIMENTO: COMPERJ – UHOS (ULTRA HEAVY AND OVER SIZE)
ENDEREÇO: ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ
MUNICÍPIO: SÃO GONÇALO E ITABORAÍ
PROCESSO: E-07/504.178/2012

SITUAÇÃO: Não atendido. Apresentar declaração de recebimento emitida pela instituição de depósito.

5 AVALIAÇÃO E CONCLUSÃO

Considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, sugere-se que o empreendedor seja notificado a apresentar os seguintes itens para atendimento pleno das condicionantes da Licença de Instalação (LI) N° IN020319 e, por sequência, atendimento das obrigações 5.7.6 e 5.7.7 do TAC do COMPERJ:

- Apresentar lista de dados brutos com todos os animais capturados no âmbito do Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre;
- Apresentar lista das espécies encaminhadas à estrutura de apoio ao resgate de fauna;
- Apresentar lista das espécies encaminhadas ao aproveitamento científico;
- Apresentar declaração de recebimento emitida pela instituição de depósito.

Em 19/10/2021

Michelle de Oliveira Ribeiro
Gerente – ID. 4347952-7
GELAF/DILAM/INEA

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL
65
RJ

inea

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. Nº. :E-07/504178/2012

NOTIFICAÇÃO

Nº.:GELAFNOT/01122968

rubrica: danieltcr

Empresa/Nome PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS		**CNPJ/CPF** 33.000.167/0001-01
UNIDADE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE CARGA	**CÓDIGO DA UNIDADE** UN015945	**INSCRIÇÃO ESTADUAL** 80.170.270
ATIVIDADE PRINCIPAL IMPLANTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS (DOCAS, MURALHAS DE CAIS,		**CÓDIGO DA ATIVIDADE** 33.22.45
ENDEREÇO DA ATIVIDADE ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ		
MUNICÍPIO SÃO GONÇALO E ITABORAÍ	**BAIRRO/LOCALIDADE** DIVERSOS BAIRROS	**CEP** 20000-000
CONTATO/REPRESENTANTE VALTER SHIMURA		TELEFONE(S) 21 -- 21669914
CARGO		

Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sª notificado de que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta notificação, para dar segmento ao Processo E-07/504.178/2012, deverá apresentar:

Lista de dados brutos com todos os animais capturados no âmbito do Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre;

Lista das espécies encaminhadas à estrutura de apoio ao resgate de fauna;

Lista das espécies encaminhadas ao aproveitamento científico;

·Declaração de recebimento emitida pela instituição de depósito.

TECNICO DO INEA MICHELLE DE OLIVEIRA RIBEIRO	**MATRÍCULA** 390.422-4
CARGO GERENTE	**DIVISÃO** **GELAF**
DATA 19/10/2021	**ASSINATURA**

OBSERVAÇÕES

NOME	**CARGO**
RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA	**ASSINATURA**

(1 Via - Autuado / 2 Via Processo administrativo / 3 Via COGEFIS / 4 Via Orgão de origem)

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Certidão 174/2022
PA 193/2019 – MPRJ 2019.00978743

Certifico que os presentes autos foram integralmente digitalizados (fls. 02/65) e anexados ao grupo de SharePoint desta Promotoria de Justiça e ao sistema MGP, em arquivo digital no formato PDF. Certifico, ainda, a fiel reprodução da documentação original dos autos físicos no referido arquivo digital.

Certifico que, a partir desta data, **o presente procedimento passará a adotar tramitação exclusivamente eletrônica**, conforme orientação do Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, com fulcro no artigo 17 da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP Nº 46 de 30 de setembro de 2021.

Por fim, certifico que os autos físicos permanecerão mantidos sob a guarda desta Secretaria.

Itaboraí, 25 de fevereiro de 2022.

Thaís Vieira dos Santos
Mat. 7787

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº138 Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022

Ilmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 1745/2019 e Ofício 2ª PJTC n° 1395/2021

PA 193/2019 – MPRJ 201900978743

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos dos ofícios em epígrafe, que solicitam informações quanto ao cumprimento obrigações contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, servimo-nos do presente para informar que foi encaminhado pelo Instituto Estadual do Ambiente- INEA o Ofício INEA/SERVCONTE SEI Nº31 apresentando as informações em atendimento a demanda.

Ademais, cabe informar que foi encaminhado em 15/02/2022, pela SEAS, o Ofício SEAS/SUBEXE SEI Nº113 com as informações quanto ao andamento da contratação da auditoria externa independente, prevista no item 6.2.1 da cláusula terceira do TAC.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito**, **Subsecretário de Estado**, em 21/02/2022, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **28953656** e o código CRC **8C4613A8**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004486/2019 SEI nº 28953656

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

Of.INEA/SERVCONTE SEI Nº31 Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2021

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí - CEP: 24.800-113

Ref.: Ofício 2ª PJTC nº 1744/2019

PA 193/2019 – MPRJ 201900978743

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção às obrigações contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. Onde a PETROBRAS, no item 5.7.6 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a

"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contadosda homologação do TAC".

Com relação ao solicitado nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do referido Termo de Ajuste de Conduta – TAC/COMPERJ, cabe informar que, com relação à supracitada obrigação, a Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal - GERLAF, analisou toda documentação enviada pela compromissária PETROBRÁS e elaborou a Manifestação técnica INEA/SERVAAF SEI Nº6(23687645).

Cabe informar que, com relação à supracitada análise técnica e conforme transcrição abaixo a Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal concluiu que

"(...)*Considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, entende-se que a obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi parcialmente atendida e aguarda-se o atendimento da Notificação GELAFNOT/01122968 para o cumprimento de forma integral da obrigação em referencia*(...)".

Por fim, informamos que a compromissária PETROBRÀS foi informada acerca do parecer técnico acima, através da Notificação GELAFNOT/01122968 que foi encaminhada à compromissária, para pleno atendimento das obrigações pertinentes.

Por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos disponibilizados.

Sem mais no momento, mantenho-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Anexos: I - INEA/SERVAAF SEI Nº6(23687645)

Atenciosamente

Marcelo F.Souto de Carvalho

Coordenador dos TAC´S DO COMPERJ

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fernando Souto de Carvalho**, **Adjunto**, em 08/11/2021, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **24533940** e o código CRC **D3129428**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004486/2019 SEI nº 24533940

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos, à fl. 67.

Itaboraí, 16 de março de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 16 de março de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor de Justiça e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 22 de março de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ref.: Procedimento Administrativo n. 193/2019 (MPRJ nº 2019.00978743)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Acusando o recebimento do ofício de fls. 54/59, 60/65 e 67/70, **oficie-se ao INEA** solicitando informar se a Petrobras atendeu ao Auto de Notificação GELAFNOT/01122968;

2- **Oficie-se à Petrobras**, com cópia de fls. 54/59, 60/65 e 67/70, solicitando manifestações e providências quanto ao atendimento parcial da obrigação contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC;

3- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 21 de março de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.03.22 14:49:47 -03'00'

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo de Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2° Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 638/2022 *Itaboraí*, 23 de março de 2022.

Ref.: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC****".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do Of.INEA/SERVCONTE SEI N° 31, Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº138,** bem como solicitar informações se a Petrobras atendeu ao Auto de Notificação GELAFNOT/01122968**. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de**

Justiça, em 28/03/2022, às 19:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1355289** e o código CRC **E53EE975**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2° Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 639/2022 *Itaboraí*, 23 de março de 2022.

Ref.: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC****".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, solicitar manifestações e providências quanto ao atendimento parcial da obrigação contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC**. **Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 54/59, 60/65 e 67/70 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro - RJ
CEP: 20031-912

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de**

Justiça, em 28/03/2022, às 19:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1355366** e o código CRC **9BBC98EA**.

20.22.0001.0017078.2021-54 1355366v2

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 193/2019 – MPRJ 2019.00978743**

TERMO DE EXPEDIÇÃO

Nesta data, procedo à expedição dos Ofícios 2ª PJTC nº 638 e 639/2022, via email.

Itaboraí, 29 de março de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

TAC 1 COMPERJ - PA 193/2019 - RESPOSTA AO Ofício 2ª PJTC nº 639/2022

Margareth Michels Bilhalva <bilhalva@petrobras.com.br>

Sex, 08/04/2022 14:27

Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>

Cc: Sandra Helena Martins Ramos - PrestServ <sandra.ramos.R_M_EMPRE@petrobras.com.br>;Daniel de Abreu Rocco <danielrocco@petrobras.com.br>;Eveline Alves de Queiroz <evelineaq@petrobras.com.br>;Natasha Diettrich Silveira - PrestServ <natashad.prestserv@petrobras.com.br>;Fabio Machado Grilo <fabiomgrilo@petrobras.com.br>

9 anexos (9 MB)

Nota Explicativa_Resposta ao Of. 639-22 PA 193-2019 - TAC 1.pdf; Anexo I_ Carta SMS-LCA-MPL_DP_TDI 0252-2021 - protocolo 03-12-21.pdf; Anexo II - Notificação GELAFNOT 01122968 - protocolo de recebimento 03-11-21.pdf; Anexo III_RL RESGATE UHOS FINAL.pdf; Anexo IV_Lista de animais resgatados_UHOS.pdf; Anexo V_RL MONITORAMENTO UHOS FINAL.pdf; Anexo VI_Lista Animais capturados monitoramento UHOS.pdf; Anexo VII_Lista de animais avaliados e soltos na área de soltura UHOS.pdf; 2022-04-8 PA193final.pdf;

Prezados:

Boa tarde! Esperamos que estejam todos bem de saúde.

Segue resposta ao Ofício 2ª PJTC 639/2022 relativamente ao PA 193/2019, para sua análise. Segue petição denominada “2022-4-8 PA 193final”, Nota Explicativa e documentos comprobatórios.

Solicitamos, por gentileza, acusar recebimento.

Aguardamos também o reconhecimento de cumprimento integral, a quitação da obrigação e o arquivamento do presente procedimento.

Atenciosamente,

Margareth Michels Bilhalva
Consultora JURIDICO/GG-CI/JAMB
tel 21 – 32240346 e cel 21 976154521
Petróleo Brasileiro SA
Link para consultas ao Juridico: http://pjur.petrobras.com.br/Login

O emitente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário cuidar quanto ao seu tratamento adequado. Sem a devida autorização, a divulgação, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação em desconformidade com as normas internas do Sistema Petrobras são proibidas e passíveis de sanção disciplinar, cível e criminal.

The sender of this message is responsible for its content and addressing. The receiver shall take proper care of it. Without due authorization, disclosure, reproduction, distribution or any other action that does not comply with Petrobras System internal policies and procedures is forbidden and liable to disciplinary, civil or criminal sanctions.

El emisor de este mensaje es responsable por su contenido y direccionamiento. Cabe al destinatario darle el tratamiento adecuado. Sin la debida autorización, su divulgación, reproducción, distribución o cualquier otra acción no conforme a las normas internas del Sistema Petrobras están prohibidas y serán pasibles de sanción disciplinaria, civil y penal.

PETROBRAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

TAC do COMPERJ
Referência: ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023
Procedimento Administrativo – PA 193-2019
Resposta ao Ofício 2ª PJTC nº 639/2022

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada na ação civil pública acima indicada, **respeitosamente,** vem por meio da presente comprovar o cumprimento da obrigação constante do TAC do COMPERJ, da cláusula segunda, item 5.7.6 e 5.7.7., que assim estabelece:

> ***"DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS***
>
> **CLÁUSULA SEGUNDA:** Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer e de pagar abaixo especificadas e a apresentar no bojo do processo de licenciamento ambiental e nos autos da presente ação civil pública ao MP e a este Juízo, o que segue, nos prazos constantes do Cronograma de Execução das Ações, que é o ANEXO 1, parte integrante do presente instrumento.
>
> (...)
>
> **"5.7.6 e 5.7.7**) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61: Comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC."

Considerando o recebimento do Ofício 2ª PJTC 639/2022, por meio do qual o MPRJ solicita esclarecimentos sobre a manifestação do INEA relativamente ao cumprimento parcial da obrigação acima, segue em anexo, Nota Explicativa e documentos comprobatórios. De fato, a Petrobras respondeu a Notificação GELAFNOT 011212968/2021, contendo todas as informações e documentos solicitados, em 3/12/2021, dentro do prazo concedido de 30 dias.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com.

PETROBRAS

Assim, a Petrobras encaminhou o Relatório Final das Atividades de Resgate e Afugentamento da Fauna da via UHOS, a planilha de dados, o Relatório Final das Atividades de Monitoramento da Fauna da via UHOS e respectiva planilha de dados. Encaminhamos também a lista de animais avaliados na estrutura de apoio e soltos na área de soltura. Os dados dos indivíduos constam nas fichas individuais disponíveis no Relatório Final de Resgate e Afugentamento, sendo que neste mesmo relatório nas páginas 61 a 63 foram enviadas as demais informações solicitadas na referida Notificação do INEA, comprovando o cumprimento integral.

Aguarda deferimento.
Rio de Janeiro, 8 de abril de 2022.

MARGARETH MICHELS BILHALVA:67533892020

Assinado de forma digital por MARGARETH MICHELS BILHALVA:67533892020
Dados: 2022.04.08 14:23:21 -03'00'

Margareth Michels Bilhalva
OAB nº 171.623

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com.

PETROBRAS	NOTA EXPLICATIVA - OBRIGAÇÕES DO TAC
	INFORMAÇÕES DE ATENDIMENTO DO TAC REFERENTE A ACP Nº 9919-12.2018.819.0023 E NÚMERO DE PROCESSO NO INEA E-07/026.228/2019

ITEM DO TAC:	OBRIGAÇÃO:
5.7.6 e 5.7.7	*"**5.7.6 e 5.7.7)** Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61: Comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC."*
PA MPRJ: 193/2019	

LICENÇA REFERÊNCIA:	PRAZO DE ATENDIMENTO:	STATUS DE ATENDIMENTO:
LI UHOS IN020319	30 Dias após recebimento do Ofício	Atendido

INFORMAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO DA OBRIGAÇÃO:

Em resposta a Manifestação Técnica INEA/SERVAAF SEI Nº 6(23687645), que nos fora encaminhado por intermédio do Ofício 2ª PJTC nº 639/2022_PA 193/2019 MPRJ referente ao atendimento as Obrigações 5.7.6 e 5.7.7, enviamos os seguintes esclarecimentos:

O Ofício 2ª PJTC nº 639/2022, faz referência à Manifestação Técnica do INEA a qual concluiu que, em 08/11/2021:

> *"(...)Considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, entende-se que a obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC 1 COMPERJ foi parcialmente atendida e aguarda-se o atendimento da Notificação GELAFNOT/01122968 para o cumprimento de forma integral a obrigação em referência (...)",*

A Petrobras informa que foi protocolada, em 03/12/2021, a Carta SMS/LCA/MPL-DP_TDI 0252/2021 (Anexo I), contendo as evidências de atendimento a Notificação GELAFNOT 01122968/2021, recebida pela Petrobras em 03/11/2021 (Anexo II), por meio da qual foi encaminhado o Relatório Final das Atividades de Resgate e Afugentamento da Fauna da via UHOS (Anexo III) e respectiva planilha de dados (Anexo IV), bem como o Relatório Final das Atividades de Monitoramento da Fauna da via UHOS (Anexo V) e respectiva planilha de dados (Anexo VI).

Encaminhamos também a lista de animais avaliados na estrutura de apoio e soltos na área de soltura (Anexo VII). Os dados dos indivíduos constam nas fichas individuais disponíveis no Relatório Final de Resgate e Afugentamento (Anexo II), neste mesmo relatório nas páginas 61 a 63 foram enviadas as demais informações solicitadas na referida notificação.

Desta forma, com atendimento a notificação citada e reenvio das evidências de atendimento da mesma, solicitamos o reconhecimento de atendimento total destas obrigações, bem como a declaração de sua quitação.

DESCRIÇÃO DAS EVIDÊNCIAS DISPONIBILIZADAS:

Anexo I - Carta SMS/LCA/MPL-DP_TDI 0252/2021 - protocolada em 03/12/2021
Anexo II – Notificação GELAFNOT 01122968/2021 - protocolo de recebimento em 03/11/21
Anexo III - Relatório Final das Atividades de Resgate e Afugentamento da Fauna da via UHOS
Anexo IV - Lista de Animais Resgatados _UHOS
Anexo V - Relatório Final das Atividades de Monitoramento da Fauna da via UHOS
Anexo VI - Lista de Animais capturados monitoramento UHOS
Anexo VII - Lista de Animais avaliados e soltos na área de soltura UHOS

DATA	08/04/2022

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2021

SMS/LCA/MPL-DP-TDI 0252/2021

À Senhora
MICHELE DE OLIVEIRA RIBEIRO - GERENTE
Gerência de Acompanhamento dos Instrumentos de Licenciamento Ambiental (GEILAM)
Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILAM)
Instituto Estadual do Ambiente - INEA

Avenida Venezuela, 110, Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

Assunto: Resposta ao Oficio GELAFNOT 01122968/2021 - Fauna UHOS

Referência: Processo nº E-07/504.178/2012.

Prezada Senhora,

Em resposta ao Ofício GELAFNOT 01122968/2021, encaminhamos o Relatório Final das Atividades de Resgate e Afugentamento da Fauna da via UHOS (ANEXO 1) e respectiva planilha de dados (ANEXO 2), bem como o Relatório Final das Atividades de Monitoramento da Fauna da via UHOS (ANEXO 3) e respectiva planilha de dados (ANEXO 4).

Encaminhamos também a lista de animais avaliados na estrutura de apoio e soltos na área de soltura. Os dados dos indivíduos constam nas fichas individuais disponíveis no Relatório Final de Resgate e Afugentamento (Anexo 1).

Esclarecemos que, conforme mencionado nas páginas 61 e 63 do ANEXO 1, não houve destinação de animais para instituições de pesquisa nem tombamentos realizados, uma vez que nenhum animal veio a óbito durante o trabalho.

Atenciosamente,

Geraldo Adriano Teixeira

Assinado de forma digital por Geraldo Adriano Teixeira
Dados: 2021.12.02 16:07:16 -03'00'

Geraldo Adriano Teixeira
Gerente de Manutenção e Pós Licença para Desenvolvimento da Produção e TDI

Anexo(s): Anexo 1_RL RESGATE UHOS FINAL.pdf
Anexo 2_Lista de animais resgatados_UHOS.xlsx

inea instituto estadual do ambiente
GERÊNCIA DE ATENDIMENTO – GA
RECEBIDO EM: 03 / 12 / 2021
POR: Amanda Duarte
ID.: 28.375.837-00

Anexo 3_RL MONITORAMENTO UHOS FINAL.pdf
Anexo 4_Lista Animais capturados monitoramento UHOS.xlsx
Anexo 5_Lista de animais avaliados e soltos na área de soltura UHOS.pdf

inea

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. Nº. :E-07/504178/2012

NOTIFICAÇÃO

Nº.:GELAFNOT/01122968

rubrica: danieltcr

Empresa/Nome PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS		**CNPJ/CPF** 33.000.167/0001-01
UNIDADE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE CARGA	**CÓDIGO DA UNIDADE** UN015945	**INSCRIÇÃO ESTADUAL** 80.170.270
ATIVIDADE PRINCIPAL IMPLANTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS (DOCAS, MURALHAS DE CAIS,		**CÓDIGO DA ATIVIDADE** 33.22.45
ENDEREÇO DA ATIVIDADE ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ		
MUNICÍPIO SÃO GONÇALO E ITABORAÍ	**BAIRRO/LOCALIDADE** DIVERSOS BAIRROS	**CEP** 20000-000
CONTATO/REPRESENTANTE VALTER SHIMURA		TELEFONE(S) 21 – 21669914
CARGO		

Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sª notificado de que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta notificação, para dar segmento ao Processo E-07/504.178/2012, deverá apresentar:

·Lista de dados brutos com todos os animais capturados no âmbito do Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre;

·Lista das espécies encaminhadas à estrutura de apoio ao resgate de fauna;

·Lista das espécies encaminhadas ao aproveitamento científico;

·Declaração de recebimento emitida pela Instituição de depósito.

TECNICO DO INEA MICHELLE DE OLIVEIRA RIBEIRO		**MATRÍCULA** 390.422-4
CARGO GERENTE		**DIVISÃO** GELAF
DATA 19/10/2021	**ASSINATURA**	

OBSERVAÇÕES

NOME	**CARGO**
RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA	**ASSINATURA**

(1 Via - Autuado / 2 Via Processo administrativo / 3 Via COGEFIS / 4 Via Orgão de origem)

RAZÃO SOCIAL
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Nº PROCESSO **E-07/504178/2012**
Nº DOCUMENTO **GELAFNOT/01122968**

ENDEREÇO
AVENIDA HENRIQUE VALADARES, 28, 15º ANDAR - CENTRO - 20000000

MUNICÍPIO	ESTADO	ASSINATURA DO DESTINATÁRIO
RIO DE JANEIRO	**RJ**	
RECEBIDO EM		

OCORRÊNCIA

☐ MUDOU-SE ☐ DESCONHECIDO ☐ RECUSADO ☐ END. INCOMPLETO ☐ AUSENTE ☐

DATA	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

03/11/2021 16:30 PM
NORMATEL Engenharia Ltda.
Mensageria

26 OUT 2021
RIO DE JANEIRO

REGISTRADO URGENTE
registered priority
PESO (kg) weight
Recebedor
AR MP
Assinatura
Doc.
FC0010
JU 99803481 9 BR

H-D

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Comprovante de Entrega do S.E.E.D

ÓRGÃO EMITENTE	Nº DO COMPROVANTE
INEA / GELAF	
ENDEREÇO (PRÉDIO, Nº, SALA)	
Av. Venezuela, nº 110 - Centro - Rio de Janeiro - RJ	

Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre da Via Especial UHOS de Acesso ao COMPERJ

Relatório Final de Atividades
20 de Março de 2013 a 20 de Dezembro de 2014

Índice

1. INTRODUÇÃO 6
2. OBJETIVOS 7
3. ÁREA DE ESTUDO 8
4. EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL 9
5. EQUIPAMENTOS 10
6. BASE DE APOIO (CENTRO DE REABILITAÇÃO) 11
7. ATIVIDADES DE RESGATE E SALVAMENTO DE FAUNA 13
7.1 Trimestre 01 - 20 de março a 20 de junho de 2013. 14
7.2 Trimestre 02 - 21 de junho a 20 de setembro de 2013. 19
7.3 Trimestre 03 - 21 de setembro a 20 dezembro de 2013. 26
7.4 Trimestre 04 - 21 de dezembro de 2013 a 20 de março de 2014. 28
7.5 Trimestre 05 - 21 de março a 20 de junho de 2014. 34
7.6 Trimestre 06 - 21 de junho a 20 de setembro de 2014. 41
7.7 Trimestre 07 - 21 de setembro a 20 de dezembro de 2014. 49
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS 57
9. ATENDIMENTO ÀS CONDICIONANTES DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO 60
10. CRONOGRAMA 65
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 66
12. ANEXOS 67
12.1.Mapa de área de supressão vegetal. 67
12.2. Fichas de Controle de Animais Capturados e Soltos na Área de Soltura 68
12.3. Currículo da Equipe Técnica Responsável 87

Índice de Figuras

Figura 1. Organograma das funções da equipe técnica responsável pelo Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna da Via de Acesso UHOs do COMPERJ. 9

Figura 2. *Contêiners* utilizados como Base de Apoio durante o Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre na Via de Acesso UHOS do COMPERJ. 11

Figura 3. Sala de recepção dos animais com equipamentos, móveis, material de captura, contenção e marcação (biopolímero, brincos e microchips) de animais e sala de tratamento veterinário. 12

Figura 4. Acesso a área de soltura da fauna, localizada na APA Guapimirim. 14

Figura 5. Palestra realizada pela equipe de resgate durante a capacitação dos funcionários. 15

Figura 6. Atividades no Trecho 1 – Itaoca e cobra d'água *Helicops carinicaudus* afugentada. 16

Figura 7. Atividades construtivas da Via de Acesso UHOS no primeiro trimestre. 17

Figura 8. Atividades construtivas da Via de Acesso UHOS no primeiro trimestre. 18

Figura 9. Atividades de supressão de vegetação no Trecho 1. Itaoca. 21

Figura 10. Atividades de supressão de vegetação no Trecho 1. Itaoca 21

Figura 11. Cobra cega *Amphisbaena alba,* afugentada. 22

Figura 12. *Tupinambis merianae* afugentado. 22

Figura 13. Soltura da *Liophis miliaris* na APA de Guapimirim. 23

Figura 14. Marcação de *Polychrus marmoratus* feita com elastômero. 23

Figura 15. *Polychrus marmoratus.* 24

Figura 16. Soltura de *Polychrus marmoratus* na APA de Guapimirim. 24

Figura 17. Jiboia (*Boa constrictor*) capturada e sua marcação. 25

Figura 19. Atividades de supressão de vegetação no Trecho 3 (Jardim Catarina) e Trecho 4 (Guaxindiba). 27

Figura 20. *Ardea alba* e *Jacana jacana* afugentadas durante as atividades de resgate e salvamento na Via de Acesso UHOS do COMPERJ. 27

Figura 21. Supressão ocorrendo em Guaxindiba (Trecho 4). 29

Figura 22. Supressão ocorrendo em Guaxindiba (Trecho 4). 29

Figura 23. *Rhinella ornata* capturada no canteiro. 30

Figura 24. *Rhinella ornata* capturada no canteiro. 30

Figura 25. Supressão ocorrendo em área de demolição – Guaxindiba (Trecho 4). 31

Figura 26. Supressão ocorrendo em área de demolição – Guaxindiba (Trecho 4). 31

Figura 27. Supressão ocorrendo em área de demolição – Guaxindiba (Trecho 4). 32

Figura 28. Dois indivíduos de *Polychrus marmoratus* (Trecho 4). 32

Figura 29. Marcação com elastômero de *Polychrus marmoratus.* 33

Figura 30. *Polychrus marmoratus* sendo solto na APA de Guapimirim. 33

Figura 31. Supressão ocorrendo no Trecho 5 (Itambí). 37

Figura 32. Soltura de *Liophis miliaris* 37

Figura 33. Soltura de *Didelphis aurita*. 38

Figura 34. *Boa constrictor* afugentada. 38

Figura 35. *Ardea cocoi* afugentada na margem da estrada. 39

Figura 36. Manejo da jibóia *Boa constrictor.* 39
Figura 37. Exposição dos equipamentos na Semana do Meio Ambiente. 40
Figura 38. Painéis da Semana de Meio Ambiente. 40
Figura 39. Supressão da vegetação em Guaxindiba. 44
Figura 40. Afugentamento de *Hydropsalis albicollis* 44
Figura 41. Afugentamento de *Caracara plancus* 45
Figura 42. Soltura de *Boa constrictor.* 45
Figura 43. Ninho de *Vanellus chilensis* (quero-quero) 46
Figura 44. Colocação de geo-mantas na Via UHOS 46
Figura 45. Espécime de *Chironius exoletus* afugentada 47
Figura 46. Marcação de *Cavia aperea.* 47
Figura 47. Soltura dos preás 48
Figura 48. Soltura da cobra d'água. 48
Figura 48. Procedimentos de triagem do tatu-galinha. 52
Figura 49. Soltura do tatu-galinha. 52
Figura 50. Triagem da cuíca-de-quatro-olhos. 53
Figura 51. Soltura de *Boa constrictor.* 53
Figura 52. Supressão de uma figueira. 54
Figura 53. Procedimento para retirada do ninho de sanhaço. 54
Figura 54. Procedimento para retirada do ninho de sanhaço. 55
Figura 55. Biometria do *Tupinambis merianae.* 55
Figura 56. Procedimento de marcação com elastômero. 56
Figura 57. Soltura do teiú na APA de Guapimirim 56
Figura 58. Abundância de espécies envolvidas em operações de resgate e salvamento durante o Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre da Via de Acesso UHOS do COMPERJ. 58
Figura 59. Abundância e riqueza de espécies, por trecho, envolvidas em operações de resgate e salvamento durante a execução do Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre da Via de Acesso UHOS do COMPERJ. 59

Índice de Quadros

Quadro I. Relação das espécies encontradas durante as atividades de resgate de fauna na via de acesso UHOS – COMPERJ, no período de 21 de junho a 20 de setembro de 2013. 20

Quadro II.Espécies de ave afugentadas durante a supressão de vegetação no Trecho 3 – Jardim Catarina. 26

Quadro III. Relação das espécies encontradas durante as atividades de resgate de fauna na via de acesso UHOS – COMPERJ, no período de 21 de dezembro de 2013 a 21 de março de 2014. 28

Quadro IV. Relação das espécies encontradas durante as atividades de resgate de fauna na Via de Acesso UHOS – COMPERJ, no período de 21 de março a 20 de junho de 2014. 36

Quadro V. Relação das espécies encontradas durante as atividades de resgate de fauna na via de acesso UHOS – COMPERJ, no período de 21 de junho a 20 de setembro de 2014. 43

Quadro VI. Relação das espécies encontradas durante as atividades de resgate de fauna na via de acesso UHOS – COMPERJ, no período de 21 de setembro a 20 de dezembro de 2014. 51

1. INTRODUÇÃO

A Via de Acesso UHOS (*Ultra Heavy and Over Size*) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí, interligará o futuro píer da Praia da Beira à BR-493, na altura da Estrada de Acesso Principal do COMPERJ. A Via servirá de acesso para a passagem de equipamentos de dimensões especiais para a implantação do COMPERJ.

Segundo dados do EIA/ RIMA, o empreendimento insere-se na região de domínio do Bioma Mata Atlântica, em área de ocorrência natural de manguezais e floresta ombrófila densa. Estes ecossistemas encontram-se muito degradados pelo processo histórico de ocupação e uso do solo, especialmente pelo avanço da malha urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Observa-se que a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento abrange os limites de duas Unidades de Conservação Federais: a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e a Estação Ecológica da Guanabara.

Ainda segundo dados do EIA/ RIMA, entre as espécies da fauna que ocorrem na região do empreendimento podemos citar gambás *Didelphis aurita*, capivaras *Hydrochoerus hydrochaeris*; muitas espécies de aves aquáticas, como o colhereiro *Platalea ajaja* (ave típica de manguezal que está ameaçada de extinção no estado do Rio de Janeiro) e a fiquinha-do-mangue *Conirostrum bicolor* (considerada como indicadora de qualidade ambiental para os manguezais); além de serpentes, jacarés-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), sapos etc.

O resgate e salvamento da fauna presente em um local que terá seu habitat florestal suprimido é uma estratégia para minimizar os impactos da implantação do empreendimento sobre a biodiversidade local. Durante todo período de instalação do empreendimento foram realizadas ações de resgate com a finalidade de evitar a mortandade e oportunizar o salvamento da fauna presente na área afetada pela supressão vegetal.

Este documento apresenta as atividades de resgate e salvamento da fauna, desenvolvidas durante a supressão de vegetação para instalação da Via UHOS do COMPERJ, entre os dias 20 de março de 2013 e 20 de dezembro de 2014.

2. OBJETIVOS

O Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna tem como objetivo evitar a mortandade e oportunizar o salvamento da fauna de áreas impactadas pela supressão de vegetação durante as obras de implantação da Via de Acesso UHOS (*Ultra Heavy and Over Size*), e sua posterior soltura em áreas previamente selecionadas e aprovadas pelo ICMBio, incluindo a atividade de monitoramento da fauna terrestre nas áreas de soltura. São objetivos específicos do Programa:

- Realizar o afugentamento, captura, marcação, biometria e soltura da mastofauna, avifauna e herpetofauna encontrada durante a supressão vegetal;

- Instalar e manter um Centro de Triagem de Animais Silvestres, onde será realizado o atendimento veterinário dos animais, além de servir como base de apoio às operações;

- Monitorar a área de soltura, de acordo com metodologia proposta no Plano de Resgate e Salvamento.

3. ÁREA DE ESTUDO

Segundo EIA/ RIMA do empreendimento, a via especial tem início na Praia da Beira - no município de São Gonçalo - interligando o cais localizado nesta praia à estrada projetada para acesso ao COMPERJ, a qual intercepta a Rodovia Federal BR-493 - na altura do km 7 - na área do distrito de Itambí, município de Itaboraí.

A via especial começa na Rua Carlos da Silva Barcelos, que liga a Praia da Beira à Rua Lupicínio Rodrigues. Este trecho não pavimentado apresenta uma área pouco ocupada com bastante vegetação. Seguindo a Rua Lupicínio Rodrigues encontra-se com a Avenida Vila Real que desemboca na Estrada de Itaoca. Esta estrada cruza uma área de mangue ainda não devastado pelo grande crescimento populacional da região. A partir deste ponto, cruza o bairro Fazenda dos Mineiros.

Em seguida, percorre trechos dos bairros Salgueiro e Jardim Catarina que possuem uma grande ocupação populacional. Já no Bairro Santa Luzia, próximo a uma fábrica de cimento, o número de casas diminui, apresentando alguns pontos dominados por uma vegetação de mangue já alterada. No trecho final da rota, segue-se pela direita da Rua Cidade de Roma e do ramal ferroviário desativado da Central Logística, desembocando na BR 493 em direção a estrada projetada para o COMPERJ, em áreas de campo e pastagem.

Os acessos existentes apresentam condições bastante desfavoráveis em termos de infraestrutura viária, atravessando algumas áreas com razoável ocupação residencial, e às vezes bastante densas, situadas no município de São Gonçalo, à esquerda da rodovia BR 101 (Niterói - Manilha) e parte no município de Itaboraí.

O traçado da Via de Acesso UHOS foi dividido em trechos para melhor localização das operações de resgate e salvamento. Em anexo é apresentado o mapa do traçado da via UHOS e a divisão do traçado em cinco trechos: Trecho 1 - Itaoca, Trecho 2 - Salgueiro, Trecho 3 -Jardim Catarina, Trecho 4 – Guaxindiba e Trecho 5 - Itambí.

4. EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

A equipe técnica responsável foi formada por profissionais capacitados para realização do trabalho. Em anexo seguem os currículos.

Responsável Técnico: Iuri Veríssimo de Souza
Formação: Biólogo
Escolaridade: Mestrado completo

Médica-Veterinária: Amanda D'Agostino
Escolaridade: Mestrado completo

Biólogo coordenador: Rogério Benevides de Miranda
Escolaridade: Mestrado completo – Herpetologia

Biólogo coordenador: Raquel Justo Santos
Escolaridade: Mestrado completo – Ornitologia

Biólogo coordenador: Fernando A. Silva Pinto
Escolaridade: Mestrado completo – Ornitologia

Equipe de Apoio.

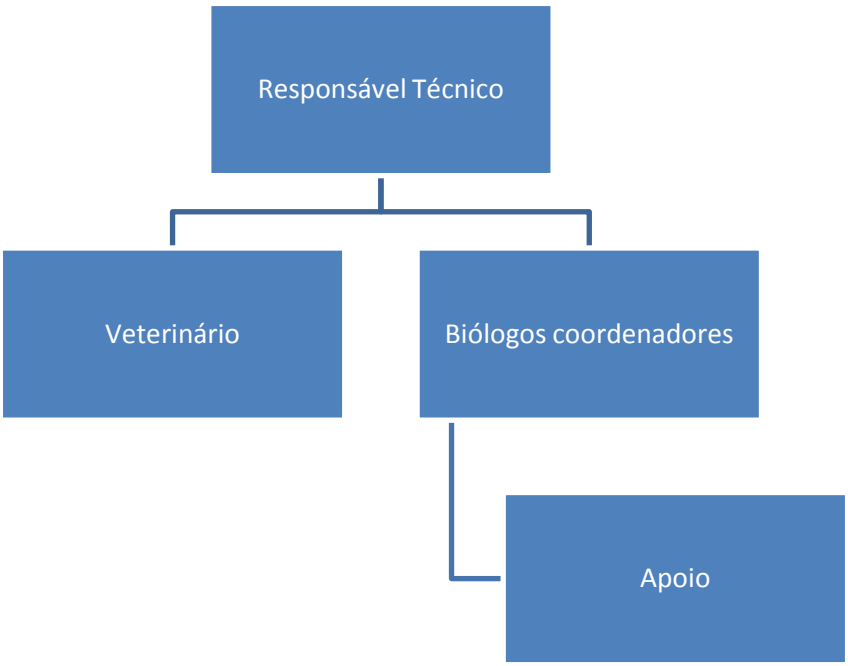


Figura 1. Organograma das funções da equipe técnica responsável pelo Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna da Via de Acesso UHOs do COMPERJ.

5. EQUIPAMENTOS

Foram adquiridos equipamentos, móveis, material de captura e contenção de animais, incluindo marcadores (biopolímeros, brincos e microchips) etc. que serão utilizados no Centro de Triagem, a seguir:

- Caixas grandes 56L;
- Caixas médias 19,8L;
- Caixas pequenas 5,2L;
- Puçás;
- Pinças;
- Ganchos;
- Luvas couros;
- Sacos de panos;
- 2 Mesas secretária sem gavetas;
- 1 Mesa de reunião redonda;
- 8 Cadeiras secretária fixa;
- 1 Armário de aço com porta de abrir;
- 1 Estante de aço reforçada;
- 1 Chocadeira Golden 70 ovos, Viragem Aut., Digital, Forçada Ar.
- 1 Frigobar Consul CRC08A - 80 L;
- 1 Mesa de atendimento veterinário;
- Armário vitrine pequeno;
- 3 Gatil;
- 1 Carro p/ curativo pintado;
- 1 Banqueta em inox c/ estofado e rodízios;
- 1 Bandeja em aço inox s/ tampa;
- 1 Estojo p/ instrumentos;
- 1 Porta Algodão;
- 1 Balança digital;
- 2 Cambão para contenção de Aço Inox;
- Material de escritório variado;
- Marcadores fauna brincos;
- Marcadores fauna anilha aves;
- Marcadores fauna biopolímeros;
- GPS 72 Garmin;
- Máquina fotográfica.

6. BASE DE APOIO (CENTRO DE REABILITAÇÃO)

No primeiro trimestre do Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna foi instalado a Base de Apoio no canteiro de obras, localizado na área de influência do empreendimento. Foram utilizados dois *contêiners*, sendo um destinado à recepção e triagem dos animais e outro como sala de cuidados veterinários.



Figura 2. *Contêiners* utilizados como Base de Apoio durante o Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre na Via de Acesso UHOS do COMPERJ.



Figura 3. Sala de recepção dos animais com equipamentos, móveis, material de captura, contenção e marcação (biopolímero, brincos e microchips) de animais e sala de tratamento veterinário.

7. ATIVIDADES DE RESGATE E SALVAMENTO DE FAUNA

O processo de resgate faunístico pode ser divido em cinco etapas:

1. Afugentamento;
2. Captura e contenção;
3. Acondicionamento e rotulagem prévia;
4. Triagem;
5. Destinação.

Durante a supressão vegetal os grupos de trabalhadores foram acompanhados pela equipe de resgate. A equipe possuía equipamentos apropriados para a captura, manipulação e contenção de animais silvestres.

Inicialmente a equipe realizava o afugentamento dos animais presentes no local da supressão com o objetivo de facilitar o trabalho de captura e translocação. O afugentamento é realizado no sentido contrário à supressão, direcionando os animais para uma área segura, distante de rodovias e centros urbanos. As Rotas de Fuga para áreas seguras foram pré-determinadas no Plano de Trabalho.

Todos os animais localizados e que comprovadamente estavam submetidos a riscos contra sua integridade física, apresentavam alguma debilidade, dificuldade de locomoção ou encurralados foram capturados, utilizando-se diversos tipos de apetrechos como puçás, pinças, luvas de raspa de couro, cordas e cambão, dependendo do animal. Os animais capturados foram examinados, triados, marcados e adequadamente transportados para área de soltura localizada na APA de Guapimirim. As informações foram registradas em ficha de controle, conforme item 12.2.

7.1 Trimestre 01 - 20 de março a 20 de junho de 2013.

Em março de 2013 a equipe de resgate e afugentamento da fauna foi mobilizada e teve início o acompanhamento das atividades para instalação da Via Especial de Acesso UHOS. A supressão de vegetação realizou poucas intervenções neste período.

Foi realizada, no dia 22 de março de 2013, uma visita da equipe responsável pelo monitoramento na área de soltura dos animais resgatados. A área de soltura foi proposta pela Direção da APA de Guapimirim em reunião com a Direção da Unidade de Conservação e foi aprovada pelo INEA. A mesma está localizada dentro dos limites da APA Guapimirim, nas coordenadas 21°41'00" e 42°59'14". O acesso se dá pela sede da Unidade de Conservação, na rodovia BR-493, altura do km 12,5. A área possui três hectares.



22/03/2013

Figura 4. Acesso a área de soltura da fauna, localizada na APA Guapimirim.

No trecho 1 (Itaoca) ocorreu a maior parte das atividades de supressão no primeiro trimestre.. Apenas uma *Helicops carinicaudus* (cobra-d'água) foi registrada no período, no trecho 1 (Itaoca), no dia 10 de junho de 2013, que foi afugentada em direção a área não antropizada, conforme Rotas de Fuga pré-definidas.

Não foram encontradas cavernas ou abrigos para o *Desmodus rotundos* (morcego-vampiro), sendo a região bastante urbanizada, com muitas residências e animais domésticos. Também não foram encontradas espécies invasoras (*Callitrix*), focos epidemiológicos, ou espécies ameaçadas de extinção.

A capacitação da equipe de supressão e demais trabalhadores da obra foi realizada no primeiro trimestre, após a mobilização dos mesmos, em forma de palestra ministrada pela equipe responsável pelo resgate. A palestra foi apresentada nas instalações do canteiro de obras durante uma atividade mensal com os funcionários (cerca de 50 pessoas). Foram apresentadas as técnicas de resgate, segurança no trabalho, biodiversidade local, aspectos da área de estudo, acidentes com animais peçonhentos, manuseio de filhotes e ovos, ocorrências etc.



Figura 5. Palestra realizada pela equipe de resgate durante a capacitação dos funcionários.





Figura 6. Atividades no Trecho 1 – Itaoca e cobra d'água *Helicops carinicaudus* afugentada.





Figura 7. Atividades construtivas da Via de Acesso UHOS no primeiro trimestre.





Figura 8. Atividades construtivas da Via de Acesso UHOS no primeiro trimestre.

7.2 Trimestre 02 - 21 de junho a 20 de setembro de 2013.

No período de 21 de junho a 20 de julho as intervenções foram concentradas no Trecho 1 (Itaoca). Nesta área, no dia 02 de julho de 2013, foi registrada durante as atividades de resgate uma cobra-cega, *Amphisbaena alba*, que foi afugentada em direção a área não antropizada, de acordo com as rotas de fuga pré-definidas. Esta espécie possui corpo alongado segmentado por anéis completos. Os mesmos apresentam corpo, em média, com 44 cm de comprimento. A cauda é robusta e não apresenta anel de autotomia. Nos espécimes adultos a pigmentação dorsal é mais uniforme e a coloração varia do amarelo-escuro para o castanho; enquanto os jovens são distintos pela pigmentação salpicada no dorso. A distribuição e a biologia das amphisbaenas são pouco conhecidas, principalmente por causa de seus hábitos fossoriais que dificultam observações e coletas.

Ainda no Trecho 1, ocorreu o afugentamento de um o teiú, *Tupinambis merianae*, no dia 10 de julho de 2013. *Tupinambis merianae* possui a maior distribuição dentre as espécies do gênero, sendo encontrada do sul da Amazônia ao norte da Patagônia, a leste dos Andes. No Brasil, está presente nos biomas Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia, sendo que também foi introduzido em algumas ilhas. Esta espécie ocupa principalmente áreas abertas e bordas de mata. No interior de florestas, sua presença parece estar relacionada às áreas de clareiras. É terrestre e raramente sobe em árvores após atingir a fase adulta. O teiú também costuma frequentar áreas antrópicas, podendo invadir galinheiros para comer ovos e pintinhos. Tem atividade diurna e é heliotérmico (expõe-se ao sol para elevar a temperatura corporal). Procura seu alimento ativamente no chão, com o auxílio da língua bífida, que capta partículas de cheiro do ar. Poucos animais foram observados neste período, muitos domésticos, pois os locais que sofreram intervenção até o momento possuem muita influência antrópica, com a presença de sítios e fazendas com atividade agropecuária histórica na região, o que reduz a biodiversidade da fauna silvestre local.

No mesmo trecho foram realizadas duas atividades de resgate e posterior soltura na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim. O primeiro resgate ocorreu no dia 03/07/2013, quando foi capturada uma cobra-d'água, *Liophis miliaris.* Esta é uma serpente semi-aquática da família dos colubrídeos. Possui corpo verde lustroso, escamas orladas de preto e partes inferiores amarelas. Essa espécie se alimenta especialmente de anfíbios. Não é venenosa e pode chegar a 90 cm de comprimento. Também é conhecida pelos nomes de cobra-lisa, jararaca-do-tabuleiro e trairabóia.

Já o segundo resgate ocorreu no dia 10/07/2013, quando houve a captura do lagarto conhecido como, papa vento, *Polychrus marmoratus.* Este é um lagarto diurno que habita áreas florestadas da Amazônia e Mata Atlântica (inclusive os brejos nordestinos), possui hábito arborícola e se alimenta de pequenos insetos e plantas.

No dia 24/07/2013, na mesma área, um lagarto da espécie *Ameiva ameiva* (bico-doce) foi afugentado da área onde ocorriam os trabalhos de supressão. Trata-se de um lagarto de coloração esverdeada na região posterior e porte médio, podendo alcançar até 55 cm de comprimento. Terrícola e diurno, é comumente avistado em jardins. Seu habitat original são matas e cerrados, distribuindo-se por toda América do Sul. *Ameiva ameiva* é onívoro e alimenta-se de frutos, insetos e ovos.

No dia 25/07/2013 foi capturada uma jibóia (*Boa constrictor*). O espécime estava numa árvore quando foi avistado. Após o resgate, a serpente foi marcada e reintroduzida na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, no local pré-definido como área de soltura. Foi utilizada a metodologia de marcação de escamas ventrais **(**Ventral Scale Clipping System for Permanently Marking Snakes). *Boa constrictor* pode ser encontrada em quase todo tipo de habitats: matas, mangues, cerrado, restingas, caatingas e Mata Amazônica. Serpente arborícola e noturna, mas também facilmente encontrada durante o dia. Pode atingir até 4 m de comprimento, porém, raramente. Não possui presas, é áglifa, utiliza-se da constrição para subjugar suas presas, as quais podem ser pequenos mamíferos, aves e lagartos. Por não ser peçonhenta e tornar-se muito dócil em cativeiro, as jiboias são alvo de caçadores e traficantes de animais para comercialização no mercado negro.

Entre os dias 10 de agosto e 12 de setembro a equipe de fauna esteve em campo acompanhando a construtora, no entanto, as atividades de supressão foram interrompidas neste período. Nos dias em que houve supressão vegetal, esta ocorreu dentro de Itaoca em locais muito antropifizados e não ocorreu o resgate e afugentamente de nenhum espécime.

Não foram encontradas cavernas ou abrigos para o *Desmodus rotundos* (morcego-vampiro), sendo a região bastante urbanizada, com muitas residências e animais domésticos. Também não foram encontradas espécies invasoras (*Callitrix*), focos epidemiológicos, ou espécies ameaçadas de extinção.

Quadro I. Relação das espécies encontradas durante as atividades de resgate de fauna na via de acesso UHOS – COMPERJ, no período de 21 de junho a 20 de setembro de 2013.

Data	Espécie	N	Local	Coordenadas (UTM WGS84 23 k)		Método
10/06/2013	*Liophis miliaris*	1	Itaoca	698816	**7**479998	Afugentamento
02/07/2013	*Amphisbaena alba*	1	Itaoca	699232	7480150	Afugentamento
03/07/2013	*Liophis miliaris*	1	Itaoca	698546	7479955	Captura/Soltura
10/07/2013	*Tupinambis merianae*	1	Itaoca	699519	7480011	Afugentamento
10/07/2013	*Polychrus marmoratus*	1	Itaoca	699642	7480011	Captura/Soltura
24/07/2013	*Ameiva ameiva*	1	Itaoca	700015	7479748	Afugentamento
25/07/2013	*Boa constrictor*	1	Itaoca	699642	7480011	Captura/Soltura



Figura 9. Atividades de supressão de vegetação no Trecho 1. Itaoca.



Figura 10. Atividades de supressão de vegetação no Trecho 1. Itaoca.



Figura 11. Cobra cega *Amphisbaena alba,* afugentada.



Figura 12. *Tupinambis merianae* afugentado.



Figura 13. Soltura da *Liophis miliaris* na APA de Guapimirim.



Figura 14. Marcação de *Polychrus marmoratus* feita com elastômero.



Figura 15. *Polychrus marmoratus.*



Figura 16. Soltura de *Polychrus marmoratus* na APA de Guapimirim.



Figura 17. Jiboia (*Boa constrictor*) capturada e sua marcação.

7.3 Trimestre 03 - 21 de setembro a 20 dezembro de 2013.

No período entre 21 de setembro a 24 de outubro de 2014 as atividades de supressão vegetal estiveram praticamente suspensas, ocorrendo de forma bem esporádica. A equipe responsável pelo resgate esteve mobilizada durante todo o período. Nos dias em que houve alguma atividade de supressão, esta se deu em áreas com intensa ocupação humana e nenhum resgate ou afugentamento ocorreu no período.

Entre os dias 24 de outubro a 01 de novembro de 2013 as atividades de supressão ocorreram no Jardim Catarina (Trecho 3) e Guaxindiba (Trecho 4). Durante a supressão no Trecho 3, em uma área com menos ocupação humana e um pouco mais preservada, houve o registro de algumas espécies de aves, conforme quadro a seguir, que foram afugentadas com o próprio barulho da moto serra e contou com o auxílio da equipe de resgate. Estas são espécies comuns que possuem ampla distribuição geográfica e que estão bem adaptadas a ambientes modificados. A supressão de vegetação foi paralisada novamente no dia 04 de novembro de 2013 e retomadas apenas em fevereiro de 2014. A equipe responsável pelo resgate se manteve mobilizada durante todo período.

Quadro II.Espécies de ave afugentadas durante a supressão de vegetação no Trecho 3 – Jardim Catarina.

Data	Espécie	N	Local	Coordenadas (UTM WGS84 23 k)		Método
29/10/2013	*Fragata magnificens*	1	Jd. Catarina	703864	7479662	Afugentamento
29/10/2013	*Ardea alba*	1	Jd. Catarina	703864	7479662	Afugentamento
29/10/2013	*Coragyps atratus*	1	Jd. Catarina	703864	7479662	Afugentamento
29/10/2013	*Vanellus chilensis*	1	Jd. Catarina	703864	7479662	Afugentamento
29/10/2013	*Jacana jacana*	1	Jd. Catarina	703864	7479662	Afugentamento
29/10/2013	*Columbina talpacoti*	1	Jd. Catarina	703968	7479708	Afugentamento
29/10/2013	*Crothopaga major*	1	Jd. Catarina	703968	7479708	Afugentamento
29/10/2013	*Hydropsalis albicollis*	1	Jd. Catarina	703968	7479708	Afugentamento
29/10/2013	*Pitangus sulphuratus*	1	Jd. Catarina	703968	7479708	Afugentamento
29/10/2013	*Fluvicola nengeta*	1	Jd. Catarina	703968	7479708	Afugentamento
29/10/2013	*Troglodytes musculus*	1	Jd. Catarina	703968	7479708	Afugentamento
29/10/2013	*Coereba flaveola*	1	Jd. Catarina	704284	7479846	Afugentamento
29/10/2013	*Volatinia jacarina*	1	Jd. Catarina	704284	7479846	Afugentamento
29/10/2013	*Zonotrichia capensis*	1	Jd. Catarina	704284	7479846	Afugentamento
29/10/2013	*Estrilda astrild*	1	Jd. Catarina	704284	7479846	Afugentamento
29/10/2013	*Passer domesticus*	1	Jd. Catarina	704284	7479846	Afugentamento

Não foram encontradas cavernas ou abrigos para o *Desmodus rotundos* (morcego-vampiro), sendo a região bastante urbanizada, com muitas residências e animais domésticos. Também não foram encontradas espécies invasoras (*Callitrix*), focos epidemiológicos, ou espécies ameaçadas de extinção.



Figura 18. Atividades de supressão de vegetação no Trecho 3 (Jardim Catarina) e Trecho 4 (Guaxindiba).



Figura 19. *Ardea alba* e *Jacana jacana* afugentadas durante as atividades de resgate e salvamento na Via de Acesso UHOS do COMPERJ.

7.4 Trimestre 04 - 21 de dezembro de 2013 a 20 de março de 2014.

A retomada das atividades de supressão vegetal ocorreu no mês de fevereiro de 2014, período em que foi resgatado um sapo (*Rhinella ornata*) e uma anfisbenia (*Leposternom microcephalum*).

O sapo *Rhinella ornata* foi capturado no dia 06 de fevereiro de 2014. O espécime foi encontrado dentro do canteiro de obras em Guaxindiba e reintroduzido na área de soltura na APA de Guapimirim. *Rhinella ornata* é uma espécie bastante comum em áreas com intensa ocupação humana. Bastante independente de água e por isso é possível encontrá-la mesmo em períodos mais quentes e secos do verão. Seu porte é pequeno, pertence à Família Bufonidade e sua distribuição é bastante ampla pelo território brasileiro. Conhecida vulgarmente como sapo-cururuzinho.

No dia 18 de fevereiro de 2014 foi encontrado um indivíduo morto da espécie *Leposternom microcephalum*, próximo ao local de atividade da retroescavadeira. O animal já estava em estado avançado de decomposição, não podendo ser aproveitado. Esta espécie é amplamente distribuída no Brasil e possui hábitos fossoriais.

No dia 06 de março de 2014 foram capturados dois indivíduos da espécie *Polychrus marmoratus.* Esta espécie possui hábitos arborícolas e tem o comportamento de camuflar-se quando se sente ameaçada. Estes dois indivíduos foram capturados, triados, marcados e posteriormente foram soltos na área de soltura (APA de Guapimirim). É uma espécie de pequeno porte pertencente à família Polychrotidae. Seu nome popular é lagarto papa-vento. É encontrado em partes da América Central e do Sul, inclusive no Brasil, ocorrendo nos biomas Mata Atlântica e Amazônia. Tem a cor verde na maior parte do corpo. Alimenta-se principalmente de pequenos animais, como insetos. A espécie pode escalar árvores muito bem. Usa a Fuga para se defender de predadores, como aves de rapina e cobras.

Não foram encontradas cavernas ou abrigos para o *Desmodus rotundos* (morcego-vampiro), porém toda a região é urbanizada, com muitas residências e animais domésticos.

Não foram encontradas cavernas ou abrigos para o *Desmodus rotundos* (morcego-vampiro), sendo a região bastante urbanizada, com muitas residências e animais domésticos. Também não foram encontradas espécies invasoras (*Callitrix*), focos epidemiológicos, ou espécies ameaçadas de extinção

Quadro III. Relação das espécies encontradas durante as atividades de resgate de fauna na via de acesso UHOS – COMPERJ, no período de 21 de dezembro de 2013 a 21 de março de 2014.

Data	Espécie	N	Local	Coordenadas (UTM WGS84 23 k)		Método
06/02/2014	*Rhinella ornata*	1	Guaxindiba	706736	7479505	Captura/Soltura
06/03/2014	*Polychrus marmoratus*	2	Itambí	708429	7481848	Captura/ soltura



Figura 20. Supressão ocorrendo em Guaxindiba (Trecho 4).



Figura 21. Supressão ocorrendo em Guaxindiba (Trecho 4).



Figura 22. *Rhinella ornata* capturada no canteiro.



Figura 23. *Rhinella ornata* capturada no canteiro.



Figura 24. Supressão ocorrendo em área de demolição – Guaxindiba (Trecho 4).



Figura 25. Supressão ocorrendo em área de demolição – Guaxindiba (Trecho 4).



Figura 26. Supressão ocorrendo em área de demolição – Guaxindiba (Trecho 4).



Figura 27. Dois indivíduos de *Polychrus marmoratus* (Trecho 4).



Figura 28. Marcação com elastômero de *Polychrus marmoratus.*



Figura 29. *Polychrus marmoratus* sendo solto na APA de Guapimirim.

7.5 Trimestre 05 - 21 de março a 20 de junho de 2014.

No dia 21 de março, foram afugentados oito indivíduos de *Aratinga leucophthalma*. As aves estavam na vegetação à margem da estrada do Trecho 5 (Itambí) e foram afugentadas pelo barulho da motosserra. Esta espécie é conhecida vulgarmente como periquitão-maracanã, distribui-se por praticamente todo território brasileiro, podendo ser encontrada em áreas florestadas ou em regiões com presença humana, como cidades. Seu tamanho varia entre 30 cm e 32 cm, possui bico claro e apresenta íris alaranjada. A plumagem é predominantemente verde, com manchas vermelhas na região do pescoço e interior das asas. Normalmente são encontradas em bandos e costumam nidificar em ocos de árvores mortas ou até mesmo em telhados e construções humanas.

No dia 24 de março, foi afugentado um indivíduo de *Didelphis aurita* (gambá) que se encontrava na vegetação próxima à estrada do Trecho 5, em Itambí. Esta espécie se distribui por todo território brasileiro, Argentina e Paraguai. É a espécie mais comum do gênero e totalmente adaptada à presença humana. Sua dieta é bastante ampla, sendo considerados onívoros. Possuem hábitos noturnos e são ótimos controladores de populações de ratos. Seu tamanho varia entre 60 cm e 90 cm, podendo atingir 1,6 kg. Sua pelagem tem o preto e cinza predominando no dorso e uma coloração ferrugínea no ventre. As fêmeas possuem o marsúpio, uma bolsa localizada no ventre onde a gestação dos filhotes é finalizada. Apresentam uma glândula na região anal que exala odor desagradável e serve como defesa contra predadores.

Ainda no dia 24 de março, outro indivíduo de *Didelphis aurita* foi encontrado. No entanto, desta vez o mesmo foi capturado, marcado e levado para soltura na APA Guapimirim (Área de Proteção Ambiental de Guapimirim). Tratava-se de um animal jovem e estava nos arredores de onde foi afugentado o espécime citado acima.

Outro indivíduo de *Liophis miliaris* foi capturado na estrada do Trecho 5, Itambí. Este animal foi marcado e levado para soltura na APA Guapimirim (Área de Proteção Ambiental de Guapimirim).

Neste mesmo local, no dia 28 de março, uma *Cavia aperea*, vulgarmente conhecido como preá, foi afugentada pela ação das máquinas no local e com o auxílio da equipe de resgate. Esta espécie distribui-se por toda América do Sul, inclusive áreas com alguma ocupação humana. Alimenta-se de grãos e tem aves de rapina, cobras, cães e gatos domésticos como seus principais predadores. Mede cerca de 25 cm de comprimento, pelagem cinzenta, corpo robusto, patas e orelhas curtas, incisivos brancos e cauda ausente.

No dia 01 de abril, foi afugentado um indivíduo jovem de *Liophis miliaris* dentro da área do canteiro de Guaxindiba.

No dia 23 de abril, foi afugentado um indivíduo de *Philander frenatus*. O animal estava na vegetação embaixo dos eucaliptos suprimidos à margem da estrada na entrada do Trecho 4 (Guaxindiba) e foi afugentado pelo barulho da motosserra com o auxílio da equipe de resgate. Esta espécie é conhecida vulgarmente como cuíca, é um marsupial da família dos didelfídeos, encontrado das florestas do México a Argentina. Mede cerca de 30 cm, possui cauda longa com pelos somente na base, dorso cinza-escuro, partes inferiores de cor amarelo-clara e manchas da mesma cor acima dos olhos. Constroem ninhos ou nos ramos

das árvores de 8 a 10 metros do solo ou no chão em árvores caídas ou ocas e ocasionalmente em tocas deixadas por outros animais. É onívoro, consumindo uma grande variedade de animais pequenos, incluindo pássaros, caranguejos, rãs, insetos, lagartos e roedores. Metade de sua dieta é constituída por frutas como banana e mamão.

No dia 30 de abril ocorreu o afugentamento de duas espécies na área no trecho 05 (Itambí). Uma das espécies foi um filhote de *Liophis miliaris.* A outra foi um filhote de *Boa constrictor,* conhecido popularmente como jibóia*,* esta espécie possui larga distribuição geográfica, estando presente em biomas como Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Floresta Amazônica. É basicamente um animal com atividade noturna, no entanto, ocasionalmente também pode apresentar algum hábito diurno. Esta é uma espécie não peçonhenta e que não consegue comer animais de grande porte, sendo assim um animal inofensivo. São animais carnívoros que se alimentam basicamente de aves, lagartos e roedores.

No dia 03 de maio um indivíduo filhote de *Liophis miliaris* foi afugentado da área no entorno do canteiro.

No dia 05 de maio ocorreu o afugentamento da espécie *Ardea cocoi* no Trecho 5, Itambí*,* conhecida popularmente como garça-moura esta é uma espécie que pertence à família Ardeidae e possui larga distribuição geográfica, está presente em todo o Brasil, podendo ser encontrado também do Panamá ao Chile e Argentina. Possui hábitos de vida solitários, costuma ficar nas margens de rios, lagos, riachos, pescando peixes, rãs, lagartos, moluscos e pequenos répteis.

Um ninho de corruíra (*Troglodytes musculus*) foi encontrado dentro de tijolos no canteiro central no dia 20 de maio. O ninho continha filhotes e se encontrava numa área não perturbada pelo andamento na obra. O mesmo foi isolado para que os filhotes pudessem terminar seu desenvolvimento sem riscos de acidentes. Esta espécie também é conhecida como cambaxirra e rouxinol, sendo bastante adaptada a locais ocupados pelo homem. Tem distribuição registrada para todo o continente americano, exceto acima do Círculo Polar Ártico. *Troglodytes musculus* ocorre em todos tipos de hábitats abertos e semi-abertos, além de jardins e até mesmo nos centros das cidades. Mede, em média, 12 cm de comprimento e seu canto é trinado e melodioso, ouvido principalmente no começo da manhã.

No dia 22 de maio, duas cobras d'água (*Liophis miliaris*) jovens foram afugentadas das proximidades do canteiro central, em Guaxindiba. No dia 23 de maio foi capturado um indivíduo de *Boa constrictor* (jibóia) na área próxima ao presídio de Guaxindiba.

No dia 30 de maio, mais um indivíduo jovem de *Liophis miliaris* (cobra d'água) foi afugentado do canteiro central.

Quadro IV. Relação das espécies encontradas durante as atividades de resgate de fauna na Via de Acesso UHOS – COMPERJ, no período de 21 de março a 20 de junho de 2014.

Data	Espécie	N	Local	Coordenadas (UTM WGS84 23 k)		Método
21/03/2014	*Aratinga leucophthalma*	8	Itambí	710224	7485259	Afugentamento
24/03/2014	*Didelphis aurita*	1	Itambí	708629	7482614	Afugentamento
24/03/2014	*Didelphis aurita*	1	Itambí	708629	7482614	Captura/ soltura
27/03/2014	*Liophis miliaris*	1	Itambí	710022	7485047	Captura/ soltura
28/03/2014	*Cavia aperea*	1	Itambí	710022	7485047	Afugentamento
01/04/2014	*Liophis miliaris*	1	Guaxindiba	706736	7479505	Afugentamento
23/04/2014	*Philander frenatus*	1	Guaxindiba	707726	7479233	Afugentamento
30/04/2014	*Boa constrictor*	1	Itambí	708164	7480521	Afugentamento
30/04/2014	*Liophis miliaris*	1	Itambí	708164	7480521	Afugentamento
03/05/2014	*Liophis miliaris*	1	Guaxindiba	706826	7479355	Afugentamento
05/04/2014	*Ardea cocoi*	1	Itambí	708023	7479895	Afugentamento
20/05/2014	*Troglodytes musculus*	1	Guaxindiba	706736	7479505	Isolamento
22/05/2014	*Liophis miliaris*	2	Guaxindiba	706593	7479376	Afugentamento
23/05/2014	*Boa constrictor*	1	Guaxindiba	706482	7479248	Captura/Soltura
30/05/2014	*Liophis miliaris*	1	Guaxindiba	706805	7479526	Afugentamento

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Entre os dias dois e sete de junho de 2014, foi promovida a Semana do Meio Ambiente pela construtora Carioca Christiani-Nielsen Engenharia. A Sigma Pesquisas e Projetos foi convidada a participar do evento expondo seu equipamento de trabalho, além de algumas fotos ilustrativas do dia-a-dia da equipe no afugentamento e resgate de animais presentes na obra. Além disso, estivemos presentes ao longo de todo evento para sanar qualquer tipo de questionamento pertinente às nossas atividades de resgate e salvamento.



Figura 30. Supressão ocorrendo no Trecho 5 (Itambí).



Figura 31. Soltura de *Liophis miliaris*



Figura 32. Soltura de *Didelphis aurita*.



Figura 33*. Boa constrictor* afugentada.



Figura 34. *Ardea cocoi* afugentada na margem da estrada.



Figura 35. Manejo da jibóia *Boa constrictor*.



Figura 36. Exposição dos equipamentos na Semana do Meio Ambiente.



Figura 37. Painéis da Semana de Meio Ambiente.

7.6 Trimestre 06 - 21 de junho a 20 de setembro de 2014.

No dia 10 de julho, foi afugentado um indivíduo de *Hydropsalis albicollis* no Trecho 5, Itambí. Esta espécie é conhecida vulgarmente como bacurau, é uma ave pertencente a família Caprimulgidae. Mede cerca de 30 centímetros de comprimento. O macho apresenta uma larga faixa nas asas e os lados da cauda brancos e a fêmea possui uma estreita faixa amarelada nas asas e somente a ponta da cauda branca. É insetívoro e possui hábitos noturnos. São comuns em boras de florestas, capoeiras abertas, campos com árvores isoladas, cerrados, capões de mata podendo também ser encontrado em matas secundárias e em processo de reflorestamento. Vive no chão. Só é visto durante o dia somente se espantado. Nestas ocasiões, voa curtas distâncias e logo volta a sumir em meio à vegetação rasteira, procurando de camuflar em meio as folhagens no substrato. Distribui-se por todo Brasil e também no extremo sul dos Estados Unidos, México, toda América Central e América do Sul.

Outro afugentamento que ocorreu no dia 10 de julho, foi de um indivíduo de *Ardea alba*. O animal também estava na vegetação ao lado do canteiro central de Guaxindiba. Esta espécie é conhecida vulgarmente como garça branca grande, é uma ave pertencente à família Ardeidae. Mede cerca de 90 centímetros, seu corpo é completamente branco. É facilmente identificada pelas suas longas pernas e pescoço, característica dos membros da família. O bico é longo e amarelado e as pernas pretas. Apresenta enormes egretas. Alimenta-se principalmente de peixes, mas já houve registros desta espécie de alimentando de pequenos roedores, anfíbios, répteis, insetos e até mesmo lixo. Por isto é uma espécie indicadora de ambientes degradados. Vive em grupos de vários animais à beira de rios, lagos e banhados. É migratória, realizando pequenos deslocamentos locais ou mesmo se deslocando para além dos Andes durante os períodos de enchentes anuais. Ocorre da América do norte ao estreito de Magalhães, em todo o Brasil, e também no Velho Mundo. No Brasil, é encontrada principalmente no Pantanal, costas do sudeste, nordeste, norte e rios de todo o território.

No dia 02 de Agosto, foi afugentado um indivíduo de *Caracara plancus*, conhecido vulgarmente como carcará. O animal estava na vegetação próxima ao canteiro central de Guaxindiba. Trata-se de um parente distante dos Falcões, pertencente à família Falconidae. Não é um predador especializado e sim um animal generalista que se alimenta de uma gama enorme de alimentos, incluindo pequenos animais, insetos, frutas e carniça. Costuma ser visto forrageando no chão e está bastante adaptado ao convívio com humanos. Normalmente avistado em áreas rurais próximas aos centros urbanos. Sua envergadura chega a 123 cm e seu comprimento varia entre 50 e 60 cm. Distribui-se desde a Argentina até o sul dos Estados Unidos.

Foi afugentado um indivíduo de *Cavia aperea* no dia 04 de Agosto. Este animal é conhecido vulgarmente como preá, um roedor pertencente à família Caviidae. O animal encontrava-se na vegetação à margem da estrada do Trecho 5 (Itambí) e foi afugentado pela movimentação das máquinas da obra. Distribui-se por toda América do Sul e apresenta pelagem cinzenta ou marrom. Mede cerca de 25 cm, possui corpo robusto, ausência de cauda e patas e orelhas curtos. *C. aperea* é herbívoro e predado por aves de rapina, felinos, canídeos e serpentes.

No dia 13 de Agosto foi capturado um indivíduo de *Boa constrictor* (jiboia). O animal foi resgatado no Trecho 2 - Salgueiro. Após o resgate, a serpente foi marcada e reintroduzida na Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (APA Guapimirim). Foi utilizada a metodologia de marcação de escamas ventrais (Ventral Scale Clipping System for Permanently Marking Snakes). Esta espécie possui larga distribuição geográfica, estando presente em biomas como Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Floresta Amazônica. É basicamente um animal com atividade noturna, no entanto, ocasionalmente também pode apresentar algum hábito diurno. Esta é uma espécie não peçonhenta e que não consegue comer animais de grande porte, sendo assim um animal inofensivo. São animais carnívoros que se alimentam basicamente de aves, lagartos e roedores.

Atualmente a obra se encontra numa fase onde a supressão vegetal está praticamente finalizada. Desta forma, o trabalho está sendo realizado também nos trechos da estrada onde estão sendo colocadas as geo-mantas e geo-grelhas. Geo-mantas e geo-grelhas são estruturas instaladas para impermeabilizar e estabilizar o terreno que será posteriormente pavimentado para passagem dos veículos na UHOS. Estas, por vezes, podem vir a aprisionar pequenos animais que tentam atravessá-las. Podem também servir de abrigo para estes, quando ainda enroladas em seus longos tubos. Nenhum animal foi registrado aprisionado ou refugiado nas geo-mantas e geo-grelhas até o momento.

No dia 09 de setembro, foram capturados três indivíduos de *Cavia aperea* que estavam na vegetação à margem da estrada do Trecho 5 (Itambí). Os indivíduos foram triados, marcados e soltos na área de soltura situada na APA de Guapimirim.

Neste mesmo dia, mais um indivíduo de *Liophis miliaris* (cobra d'água) foi capturado no Trecho 2 – Salgueiro. Tratava-se de um indivíduo adulto e apresentando uma coloração parda, menos comum para a espécie. Espécie bastante comum em áreas que apresentam corpos d'água, mesmo que havendo densa ocupação humana. Possui hábitos semiaquáticos e atividade noturna. Distribui-se por toda Mata Atlântica e Cerrado, alimentando-se principalmente de anfíbios e peixes. Seu corpo possui escamas amarelas orladas de preto e sua região ventral tem coloração predominantemente amarela. Porém, raramente, pode apresentar coloração parda.

No dia 27 de agosto, foi encontrado no Trecho 5 (Itambí), um ninho da espécie *Vanellus chilensis*, ave comumente conhecida como "quero-quero". Feito em cavidade escavada no solo, o ninho continha três ovos, sendo encubados e protegidos por um casal da espécie. Foi realizado o procedimento de isolamento do ninho por meio de fixação de estacas e cerquite até que os filhotes eclodissem dos ovos. O isolamento foi retirado no dia 29, pois foi observado que o casal relutava em encubar os ovos devido ao cordão de isolamento, sendo o ninho então, monitorado diariamente pela equipe de resgate de fauna. No dia 01 de setembro, os três filhotes eclodiram dos ovos e foram monitorados desde então. Filhotes de quero-quero são nidífugos, termo usado na zoologia para filhotes de aves que nascem cobertos de penas e com capacidade de se alimentar sozinhos, abandonando o ninho quase que imediatamente após o descascamento do ovo.

Os filhotes foram monitorados diariamente no período da manhã, conforme descrição detalhada a seguir: no dia 02 de setembro apenas um filhote foi observado, sendo que o mesmo se deslocava em direção a estrada de acesso a obra. O filhote foi capturado e

realocado para uma área adjacente, próxima ao local do ninho e da presença dos pais e fora da área de transito de veículos. No dia 04, o filhote foi observado a cerca de 220 metros distante deste mesmo ponto de soltura, evidenciando a grande capacidade de deslocamento dos filhotes. Nos dias 08 e 09, foi feito o registro de mais um filhote, os dois foram observados juntos, se deslocando em uma rua de acesso para moradores e se refugiando entre a vegetação. A partir do dia 11, os filhotes não puderam mais ser observados, apesar de o casal de adultos permanecer na área. Isto pode ter ocorrido pela grande capacidade de deslocamento dos filhotes e de sua camuflagem junto ao solo. Vale destacar a forte pressão antrópica com que estão submetidas, com a presença de predadores domésticos, como cães e gatos, e de predadores naturais como gaviões e serpentes. O procedimento de realocação e monitoramento foi preferível ao trato em cativeiro devido às altas taxas de mortalidade de ninhegos (filhotes de aves) quando retirados do ambiente natural e do cuidado dos pais.

No dia 11 de setembro, um indivíduo de *Chironius exoletus*, chamado vulgarmente de cobra cipó, foi afugentado no Trecho 5, em Itambí. Esta cobra da Família Colubridae é bastante comum na Mata Atlântica, podendo ser encontrada até mesmo em áreas com ocupação humana. *C. exoletus* não possui presas e alimenta-se principalmente de lagartos, anfíbios e pássaros. Apresenta hábitos diurnos e vive nas copas das árvores na maior parte do tempo, podendo atingir até 1,20 m de comprimento total.

Quadro V. Relação das espécies encontradas durante as atividades de resgate de fauna na via de acesso UHOS – COMPERJ, no período de 21 de junho a 20 de setembro de 2014.

Data	Espécie	N	Local	Coordenadas (UTM WGS84 23 k)		Método
10/07/2014	*Hydropsalis albicollis*	1	Itambí	708337	7480688	Afugentamento
10/07/2014	*Ardea alba*	1	Guaxindiba	707639	7479409	Afugentamento
02/08/2014	*Caracara plancus*	1	Guaxindiba	707121	7480047	Afugentamento
04/08/2014	*Cavia aperea*	1	Itambí	710224	7485259	Afugentamento
13/08/2014	*Boa constrictor*	1	Salgueiro	700634	7479570	Captura/Soltura
27/08/2014	*Vanellus chilensis*	5	Itambí	708597	7481245	Monitoramento
09/09/2014	*Cavia aperea*	3	Itambí	709977	7485000	Captura/Soltura
09/09/2014	*Liophis miliaris*	1	Salgueiro	702218	7479662	Captura/Soltura
11/09/2014	*Chironius exoletus*	1	Itambí	709476	7483979	Afugentamento



Figura 38. Supressão da vegetação em Guaxindiba.



Figura 39. Afugentamento de *Hydropsalis albicollis*



Figura 40. Afugentamento de *Caracara plancus*



Figura 41. Soltura de *Boa constrictor*



Figura 42. Ninho de *Vanellus chilensis* (quero-quero)



Figura 43. Colocação de geo-mantas na Via UHOS



Figura 44. Espécime de *Chironius exoletus* afugentada



Figura 45. Marcação de *Cavia aperea.*



Figura 46. Soltura dos preás



Figura 47. Soltura da cobra d'água.

7.7 Trimestre 07 - 21 de setembro a 20 de dezembro de 2014.

No dia 21 de setembro, um indivíduo jovem de *Liophis miliaris* foi afugentado da área próxima ao Presídio de Guaxindiba. A espécie, conhecida vulgarmente como cobra d'água, é bastante comum próximo a corpos d'água, mesmo havendo densa ocupação humana. Possui hábitos semiaquáticos e atividade noturna. Distribui-se por toda Mata Atlântica e Cerrado, alimentando-se principalmente de anfíbios e peixes. Seu corpo possui escamas amarelas orladas de preto e sua região ventral tem coloração predominantemente amarela.

Dia 22 de setembro, um tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*) foi capturado na Comunidade do Jardim Catarina. O animal foi triado, marcado e reintroduzido na Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (APA Guapimirim). Esta espécie é bastante comum e não está ameaçada de extinção, apesar de sua carne ser bastante apreciada. Sua distribuição vai desde os Estados Unidos até o norte da Argentina e o Brasil. Sua carapaça é quase totalmente nua, bastante convexa e lateralmente comprimida, com nove cintas de placas móveis. Possui cabeça alongada e olhos pequenos, suas orelhas são grandes e a cauda é comprida e com a ponta fina. Medem aproximadamente 60 cm e chegam a pesar cinco quilos. De hábitos noturnos, esses animais vivem geralmente solitários, alimentando-se de invertebrados, pequenos vertebrados, ovos, fungos, frutos, raízes e tubérculos.

No dia 03 de outubro, um outro espécime de *Liophis miliaris* foi capturado dentro do Canteiro Central de Guaxindiba. Tratava-se de um indivíduo adulto e apresentava uma coloração parda, menos comum para a espécie. Neste mesmo dia foi capturado um indivíduo jovem de *Philander frenatus.* O animal, conhecido popularmente como cuíca-de-quatro-olhos, também estava dentro do Canteiro Central de Guaxindiba. *P. frenatus* é um marsupial da família dos didelfídeos e encontrado das florestas do México a Argentina. Mede cerca de 30 cm, possui cauda longa com pelos somente na base, dorso cinza-escuro, partes inferiores de cor amarelo-clara e manchas da mesma cor acima dos olhos. Constroem ninhos nos ramos das árvores de 8 a 10 metros do solo ou no chão em árvores caídas ou ocas. Ocasionalmente se abrigam em tocas deixadas por outros animais. Trata-se de um mamífero onívoro, que consome uma grande variedade de pequenos animais, como por exemplo, pássaros, caranguejos, rãs, insetos, lagartos e roedores. Parte da sua dieta é complementada por frutas, como banana e mamão. O animal foi marcado e reintroduzido na Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (APA Guapimirim).

No dia 06 de outubro foi capturado um indivíduo jovem de *Boa constrictor* (jiboia). O animal foi resgatado no Jardim Catarina. Após o resgate, a serpente foi marcada e reintroduzida na Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (APA Guapimirim), assim como a cobra d'água supracitada. Foi utilizada a metodologia de marcação de escamas ventrais para ambas (Ventral Scale Clipping System for Permanently Marking Snakes). *B. constrictor* possui larga distribuição geográfica, estando presente em biomas como Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Floresta Amazônica. É basicamente um animal com atividade noturna, no entanto, ocasionalmente também pode apresentar algum hábito diurno. Esta é uma espécie não peçonhenta e que não consegue comer animais de grande porte, sendo assim um animal inofensivo. São animais carnívoros que se alimentam basicamente de aves, lagartos e roedores.

No dia 21 de outubro, foi identificado o movimento de um casal de sanhaços (*Thraupis sayaca*) em uma das figueiras que seria derrubada pela equipe de supressão vegetal próximo ao Trecho 4 (Guaxindiba). Após dois dias de monitoramento do ninho, decidiu-se pela translocação do mesmo para outra árvore próxima.

No dia 23 de outubro, com o auxílio da equipe de supressão e operadores de um guindaste, foi possível acessar o ninho e retirá-lo em segurança. O ninho ainda estava sendo construído e, portanto, ainda não havia ocorrido a postura dos ovos. O ninho foi descartado e o casal de sanhaços foi em busca de nova árvore para nidificação. A Primavera é a estação em que, em geral, os animais começam seu período reprodutivo no Brasil. *Thraupis sayaca* é distribuído por quase todos os países da América do Sul, sua plumagem é cinzenta e ligeiramente azulada. Pode medir entre 16 cm e 19 cm, com peso médio de 42g. Trata-se de um pássaro comum e que se alimenta principalmente de frutas, insetos, flores e néctar.

Dia 27 de outubro outra jibóia (*Boa constrictor*) foi encontrada no Jardim Catarina. Infelizmente o animal já se encontrava morto e em estado avançado de decomposição, não podendo assim ser aproveitado. A cobra era adulta e seu comprimento aproximava-se de 170 cm. *B. constrictor* possui larga distribuição geográfica, estando presente em biomas como Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Floresta Amazônica. É basicamente um animal com atividade noturna, no entanto, ocasionalmente também pode apresentar algum hábito diurno. Esta é uma espécie não peçonhenta e que não consegue comer animais de grande porte, sendo assim um animal inofensivo. São animais carnívoros que se alimentam basicamente de aves, lagartos e roedores.

No dia 22 de novembro, foi encontrado às margens da estrada no Trecho 5 (Itambí) um teiú (*Tupinambis merianae*). *T. merianae* possui a maior distribuição dentre as espécies do gênero, sendo encontrada do sul da Amazônia ao norte da Patagônia, a leste dos Andes. No Brasil, está presente nos biomas Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia, sendo que também foi introduzido em algumas ilhas. Esta espécie ocupa principalmente áreas abertas e bordas de mata. No interior de florestas, sua presença parece estar relacionada às áreas de clareiras. É terrestre e raramente sobe em árvores após atingir a fase adulta. O teiú também costuma frequentar áreas antrópicas, podendo invadir galinheiros para comer ovos e pintinhos. Tem atividade diurna e é heliotérmico (expõe-se ao sol para elevar a temperatura corporal). Procura seu alimento ativamente no chão, com o auxílio da língua bífida, que capta partículas de cheiro do ar. O animal foi marcado com elastômero e reintroduzido na área de soltura dentro da APA (Área de Proteção Ambiental) de Guapimirim.

As obras na via de acesso UHOS encontram-se em fase final, logo, poucas atividades construtivas permaneceram em andamento durante o mês de dezembro.

Quadro VI. Relação das espécies encontradas durante as atividades de resgate de fauna na via de acesso UHOS – COMPERJ, no período de 21 de setembro a 20 de dezembro de 2014.

Data	Espécie	N	Local	Coordenadas (UTM WGS84 23 k)		Método
21/09/2014	*Liophis miliaris*	1	Guaxindiba	706394	7479219	Afugentamento
22/09/2014	*Dasypus novemcinctus*	1	Jd. Catarina	704939	7479595	Captura/ Soltura
03/10/2014	*Philander frenatus*	1	Guaxindiba	706736	7479505	Captura/ Soltura
03/10/2014	*Liophis miliaris*	1	Guaxindiba	706736	7479505	Captura/ Soltura
06/10/2014	*Boa constrictor*	1	Jd. Catarina	704787	7479740	Captura/ Soltura
21/10/2014	*Thraupis sayaca*	2	Guaxindiba	707867	7479233	Monitoramento
22/11/2014	*Tupinambis merianae*	1	Itambí	708406	7481726	Captura/ Soltura



Figura 48. Procedimentos de triagem do tatu-galinha.



Figura 49. Soltura do tatu-galinha.



Figura 50. Triagem da cuíca-de-quatro-olhos.



Figura 51. Soltura de *Boa constrictor*.



Figura 52. Supressão de uma figueira.



Figura 53. Procedimento para retirada do ninho de sanhaço.



Figura 54. Procedimento para retirada do ninho de sanhaço.



Figura 55. Biometria do *Tupinambis merianae.*



Figura 56. Procedimento de marcação com elastômero.



Figura 57. Soltura do teiú na APA de Guapimirim

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe responsável pelo Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre da Via de Acesso UHOS esteve mobilizada entre março de 2013 e dezembro de 2014. A equipe acompanhou toda a instalação do empreendimento e atuou durante a supressão de vegetação, além de outras atividades como terraplanagem e demolições.

No total foram realizadas 58 operações de resgate e salvamento, envolvendo 32 espécies e 72 indivíduos. A espécie mais encontrada foi *Liophis miliaris* (cobra d'água) com 12 registros. Seguido de *Aratinga leucophthalma* (periquitão-maracanã) com oito, devido a um bando que foi afugentado. Dezenove espécies foram encontradas apenas uma vez durante todo o período de resgate.

Dos 72 espécimes resgatados, 36 pertenciam ao grupo das aves, 26 dos répteis, nove dos mamíferos e um pertencia ao grupo dos anfíbios. Nenhuma ave foi capturada, apenas afugentada e/ ou monitorada. Dos 72 indivíduos envolvidos nas operações de resgate e salvamento, 45 foram afugentados, 19 capturados e soltos na área de soltura, situada na APA de Guapimirim, e oito foram monitorados.

Em relação à riqueza de espécies resgatadas, o trecho 3, Jardim Catarina, foi que apresentou maior valor. Isso ocorreu devido ao afugentamento de um grupo de aves composto de 16 espécies, situadas numa mesma região, que foram afugentadas do local durante as atividades do terceiro trimestre. O segundo trecho mais rico foi Itambí, onde há menos residências e menor ocupação humana. No trecho 2 (Salgueiro), região densamente habitada, foi registrada a menor riqueza de espécies.

No trecho 5 (Itambí) foi verificada a maior abundância de indivíduos resgatados, com 26 espécimes. Isso ocorreu devido ao grupo de oito indivíduos de *Aratinga leucophthalma* (periquitão-maracanã), que foi afugentado durante as atividades do quinto trimestre. Essa espécie anda em grandes bandos e distribui-se por praticamente todo território brasileiro, podendo ser encontrada em áreas florestadas ou em regiões com presença humana, como cidades. Além disso, cinco *Cavia aperea* (preá) foram resgatadas neste trecho. Este animal distribui-se por toda América do Sul e apresenta pelagem cinzenta ou marrom. Em Guaxindiba foram 19 resgates, seguido de Jardim Catarina com 18, Itaoca com sete e Salgueiro com dois. Dentre as 19 capturas com posterior soltura realizadas, seis ocorreram em Itaoca, seis em Guaxindiba, três em Itaoca, duas no Jardim Catarina e duas no Salgueiro.

De forma geral, o número de animais resgatados foi baixo devido ao alto grau de antropização da área afetada. A região é densamente povoada, onde vivem muitos animais domésticos, como cachorro, gato, boi, cavalo, porco, entre outros. Os animais domésticos ocupam a área livremente e ocorrem em grande número na região. Além disso, há outros fatores de pressão como lixo e esgoto. Sendo assim, a fauna presente na área de influência do empreendimento é sinantrópica e adaptada a ambientes ocupados pelo homem. As espécies são comuns e de ampla distribuição. Não foram resgatadas espécies raras e ameaçadas de extinção. As operações de afugentamento foram eficientes e mais numerosas que as capturas e solturas.

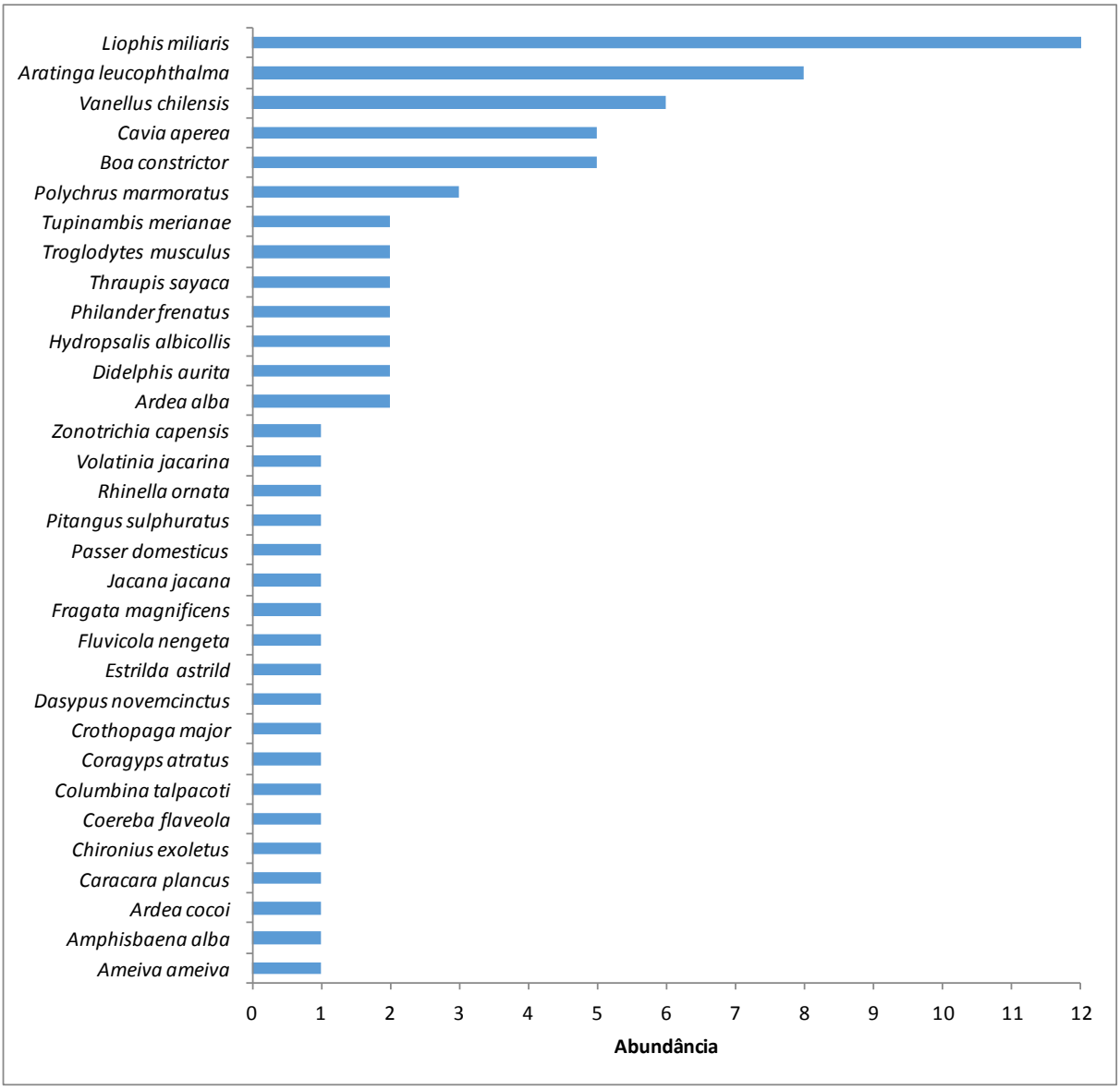


Figura 58. Abundância de espécies envolvidas em operações de resgate e salvamento durante o Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre da Via de Acesso UHOS do COMPERJ.

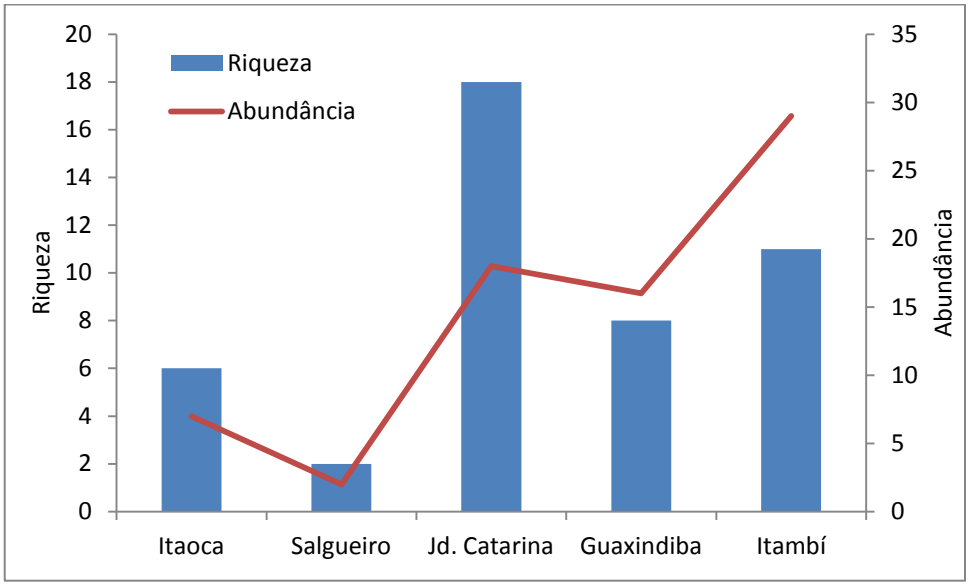


Figura 59. Abundância e riqueza de espécies, por trecho, envolvidas em operações de resgate e salvamento durante a execução do Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre da Via de Acesso UHOS do COMPERJ.

9. ATENDIMENTO ÀS CONDICIONANTES DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO

38 - Acompanhar toda atividade de supressão da vegetação, através da equipe responsável pelo resgate da fauna, minimizando os riscos de acidentes com os animais durante esta atividade;

R.: A supressão da vegetação foi supervisionada por biólogos e um médico veterinário devidamente habilitados, além de trabalhadores com todos os Equipamentos de Proteção Individual requeridos.

39 - Marcar e identificar todo animal capturado devendo ter seus dados biológicos, clínicos e sanitários anotados em fichas próprias, assim como devem ser registrados dia e horário de captura, bem como a bibliografia consultada e informar ao INEA, em todos os relatórios;

R.: Todos os animais capturados no resgate tiveram seus dados biológicos, clínicos e sanitários anotados em fichas com dia e horário de captura, e bibliografia consultada.

40 - Utilizar os métodos de marcação autorizados por grupo taxonómico: A - Aves: anilha ou sistema eletrônico (microchip); B - Quirópteros: colar de contas coloridas, anilhas ou microchip; C - Mamíferos de pequeno porte: brinco numerado (National Band and Tag Company) ou microchip; D Mamíferos de médio e grande porte: brinco numerado, microchip ou tinta nyanzol;

R.: Os métodos de marcação sugeridos foram utilizados.

41 - Encaminhar os espécimes que apresentarem qualquer debilidade na locomoção ou qualquer alteração na integridade física a estrutura de apoio ao resgate de fauna, onde deverão permanecer o menor tempo possível, considerando a indicação do médico veterinário responsável. Deverão, ainda, passar pelos procedimentos descritos no projeto aprovado antes de serem soltos. A saída de qualquer animal da base de resgate deverá ser anotada em livro próprio;

R.: Todos os espécimes que apresentaram alguma debilidade foram levados à estrutura de apoio ao resgate de fauna, passando ali o menor tempo possível. A saída foi anotada em livro.

42 - Dotar de estufas a estrutura de apoio ao resgate de fauna para proteger filhotes, com chocadeiras para os ovos das aves silvestres e alimentação adequada;

R.: As estufas para proteção dos filhotes foram instaladas na estrutura de apoio ao resgate.

43 - Dotar a estrutura de apoio ao resgate de fauna de uma baia para aprisionamento de animais que serão reconduzidos para os fragmentos de mata da região, após exame clinico do médico veterinário e tratamento de possíveis ferimentos;

R.: A baias de aprisionamento de animais foi instalada na estrutura de apoio ao resgate da fauna.

44 - Encaminhar as espécies invasoras Callithrix penicilata, Callithrix jacchus e seus híbridos capturados na área do empreendimento, para a estrutura de apoio ao resgate de fauna, para esterilização a fim de diminuir os riscos as populações de espécies nativas, atentando para o bem estar animal na liberação dos animais após o procedimento cirúrgico;

R.: Não foi capturado nenhum indivíduo das espécies invasoras citadas.

45 - Em caso de ocorrência de focos epidemiológicos, fauna potencialmente invasora, inclusive doméstica ou fauna sinantrópica nociva no local do empreendimento, Destiná-las ao aproveitamento científico/educativo ou realizar o controle de acordo com a Instrução Normativa IBAMA nº 141, de 19.12.06;

R.: Não foi capturada nenhuma espécie invasora, doméstica ou sinantrópica nociva.

46 - Aproveitar cientificamente os animais encontrados mortos, bem como os que apresentarem impossibilidade de recuperação ou que demandem a coleta científica, por dúvida taxonômica (excetuando as espécies raras ou ameaçadas), devendo estes, serem fixados, determinados e encaminhados para instituição de pesquisa depositária;

R.: Não foi encontrado nenhum animal morto que pudesse ser aproveitado cientificamente. Dois espécimes encontrados mortos estavam em fase avançada de decomposição.

47 - Nos casos de impossibilidade de identificação em campo, que demanda coleta científica por dúvida taxonômica, será permitida a coleta de até 02 (dois) exemplares por espécie silvestre (somente para herpetofauna e mastofauna);

R.: Todos os animais capturados foram identificados sem a necessidade de coleta científica.

48 - Nos casos em que for necessária a eutanásia de animais, o óbito deverá ocorrer sem que haja sofrimento e sem a precedência de estresse adicional, adotando o método de eutanásia adequado para a espécie, conforme a Resolução CFMV n. 714, de 20.06.02;

R.: Não foi necessária a eutanásia de nenhum animal capturado.

49 - Contemplar com Programas de Monitoramento específicos as espécies ameaçadas de extinção encontradas na área de influência do empreendimento, a serem aprovados pelo INEA, visando sua conservação;

R.: O Programa de Monitoramento das Espécies Ameaçadas foi realizado.

50 - Iniciar a soltura da fauna resgatada na área de soltura 2;

R.: A área de soltura sugerida pela APA de Guapimirim/ ESEC Guanabara está localizada dentro da própria unidade de conservação. A mesmo foi aprovada pelo INEA.

51 - Apresentar nova área de soltura (realocar a área de soltura 1, próxima à BR-493) devendo essa ser afastada da rodovia;

R.: A área de soltura sugerida pela APA de Guapimirim/ ESEC Guanabara está localizada dentro da própria unidade de conservação. A mesmo foi aprovada pelo INEA.

52 - Realocar os pontos de controle e monitoramento da fauna de modo que se localizem em torno das áreas de soltura;

R.: A área de controle sugerida pela APA de Guapimirim/ ESEC Guanabara está localizada dentro da própria unidade de conservação.

53 - Realizar as solturas em locais em que não haja interferência direta da obra, como futuras supressões de vegetação ou focais de abertura de vias de acesso. Deverá também ser planejada de modo que o deslocamento do animal não seja direcionado para focais com moradias próximas e/ou vias de acesso e deverão ser observados os requisitos ecológicos de cada espécie e a capacidade de suporte da área de destino;

R.: As solturas foram realizadas em uma área sem interferência direta da obra.

54 - Abordar os seguintes tópicos no Programa de Educação Ambiental para as equipes de apoio e supressão vegetal, das empreiteiras envolvidas, em todas as fases da obra : relevância e objetivo do salvamento da fauna; crimes ambientais como caça e captura de fauna; informações sobre as biocenoses da área e as medidas que devem ser adotadas para preservá-las; conscientização dos condutores dos veículos do empreendedor e das contratadas sobre o risco de atropelamento de animais e cuidados para evitar este tipo de acidente;

R.: Foram abordados os tópicos supracitados no Programa de Educação Ambiental para as equipes de apoio e supressão vegetal.

55 - Monitorar a área de soltura dos espécimes capturados e soltos durante as obras, em campanhas trimestrais, e durante pelo menos 2 (dois) anos após o término das obras, devendo ser apresentados relatórios de acompanhamento e relatório final das atividades desenvolvidas, de acordo com as especificações da Instrução Normativa IBAMA n.146/2007;

R.: A área de soltura foi monitorada em campanhas bimestrais durante a obra.

56 - Retirar todas as armadilhas de captura após cada campanha;

R.: As armadilhas foram retiradas após as campanhas.

57 - Encaminhar ao INEA, num prazo de 7 (sete) dias, cópia da ART do médico veterinário responsável pelo Programa de Resgate e Manejo de Fauna a ser realizado;

R.: Todos os documentos foram enviados.

58 - Manter nas instalações da estrutura de apoio, durante as etapas envolvendo manejo e monitoramento de fauna, a presença de um médico-veterinário;

R.: O médico-veterinário sempre esteve presente durante todas as atividades do resgate e salvamento dos animais.

59 - Possuir na equipe responsável pelo monitoramento e resgate de fauna, pelo menos, um especialista em herpetofauna, um especialista em mastofauna e um especialista em omitofauna, com experiência comprovada em sua especialidade através de currículo;

R.: Todos os especialistas sugeridos estavam presentes na equipe responsável pelo monitoramento e resgate da fauna.

60 - Encaminhar trimestralmente ao INEA relatório técnico-científico (impresso e em meio digital) do resgate e monitoramento da fauna, com descrição e resultados de todas as atividades realizadas no período, incluindo: metodologia detalhada de amostragem de cada grupo zoológico, contendo esforço de amostragem, periodicidade, pessoal habilitado em trabalho de campo e demais considerações que julgar pertinente; informar a localização georreferenciada (informando o datum) dos abrigos seja artificial ou natural (caverna ou furna) do Desmodus rotundus; listas dos dados brutos dos registros de todos os espécimes capturados, constando: local e data de captura, habitat, marcação, identificação e biometria de cada animal; lista dos exemplares encontrados mortos; local de soltura georreferenciado dos animais capturados; lista de espécies encontradas, cálculo de riqueza das comunidades, estimativas de abundância e frequência das espécies, e outros cálculos estatísticos que forem pertinentes ao acompanhamento das populações da fauna local; registros dos acidentes com animais ocorridos, com informações como data, local e causa do acidente,estado do animal, e outras que forem pertinentes;

R.: Foi encaminhado trimestralmente ao INEA os relatórios do resgate e monitoramento da fauna, com descrição e resultados de todas as atividades realizadas no período, incluindo metodologia detalhada. Não foi encontrado nenhum abrigo artificial ou natural (caverna ou furna) do morcego *Desmodus rotundus*. Neste relatório final está a lista com os dados brutos conforme sugerido, local de soltura georreferenciado, lista de espécies encontradas, cálculo de riqueza, estimativas de abundância e frequência das espécies, assim como o registro de possíveis acidentes com animais.

61-Encaminhar declaração de recebimento, emitida pela instituição de depósito, com número de tombamento dos animais recebidos,ao final da validade desta licença;

R.: Não foi depositado nenhum animal.

62- Apresentar em 60 (sessenta) dias cartas de aceite atualizadas das instituições de destino dos espécimes coletados;

R.: As cartas de aceite foram encaminhadas no início do Plano. Não foi depositado nenhum animal.

63-Desenvolver as atividades sempre em acordo com o Plano de Manejo da APA Guapimirim e da ESEC da Guanabara e com o Conselho Gestor destas Unidades de Conservação;

R.: As atividades foram desenvolvidas de acordo com o Plano de Manejo da APA Guapimirim/ ESEC da Guanabara, juntamente com o seu Conselho Gestor.

10. CRONOGRAMA

O Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre ocorreu entre março de 2013 e dezembro de 2014. O monitoramento da área de soltura foi realizado através de nove campanhas bimestrais.

Atividade	2013										2014												2015
	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan
Resgate de fauna																							
Campanhas de Monitoramento																							

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS FILHOS, J.D. 1996. Notas sobre os ambhisbaena (reptilia, squamata) na microrregião de feira de Santana, bahia, Feira de Santana, n 14, p 57-68.

FREITAS, M.A. & SILVA, T.F.S. Guia ilustrado: *a herpetofauna da Mata Atlântica nordestina*. USEB: Pelotas. 2005. 161p. il.

MARQUES, O. A. V., ETEROVIC, A. & SAZIMA, I. Serpentes da Mata Atlântica. Guia ilustrado para a Serra do Mar. Holos Editora, Ribeirão Preto, 184 p. 2001

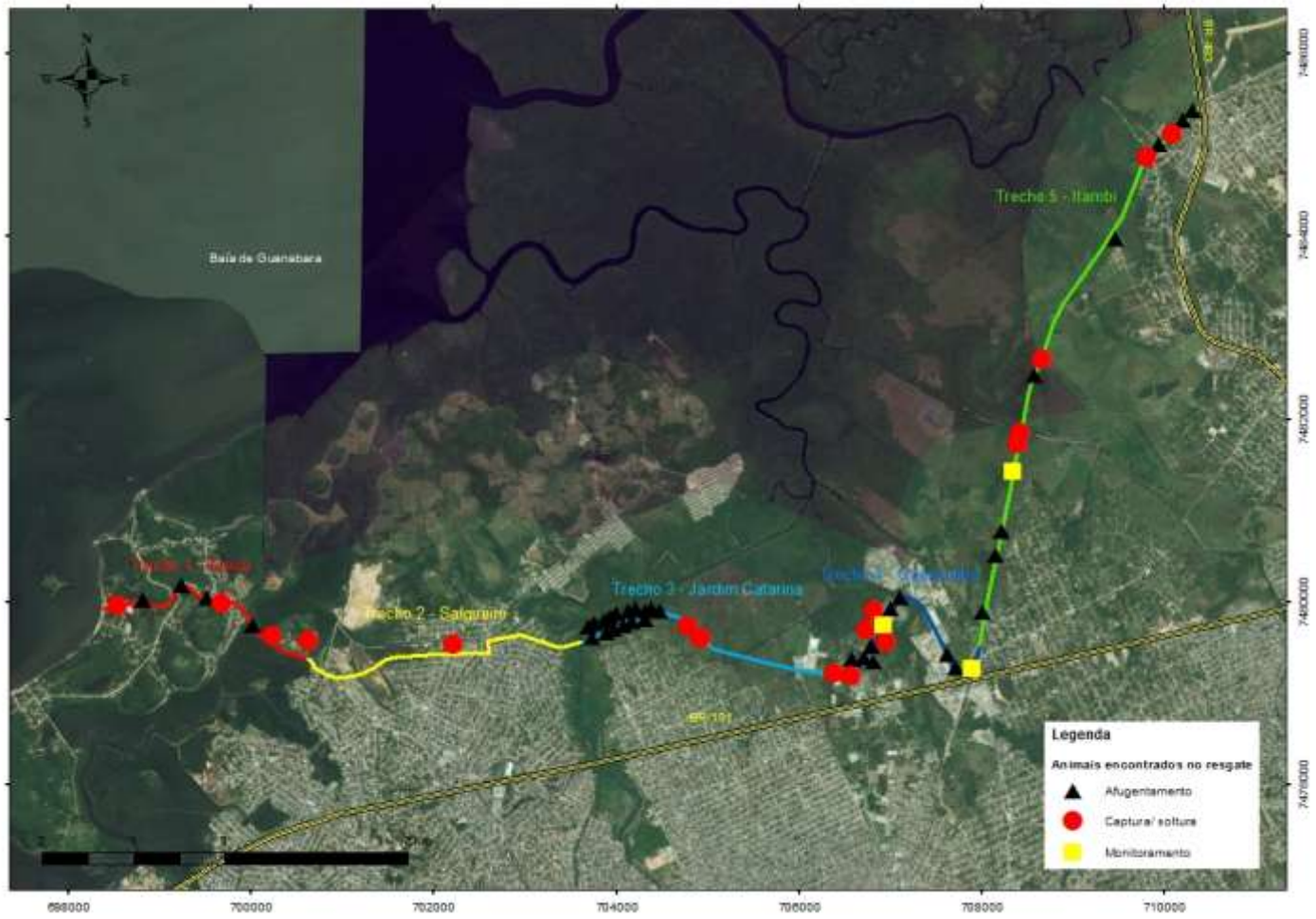
MARTINS, A. R., S. F. BRUNO, & A. Q. NAVEGANTES. "Herpetofauna of Núcleo Experimental de Iguaba Grande, Rio de Janeiro state, Brazil." *Brazilian Journal of Biology* 72.3 (2012): 553-562.

SIGRIST, T. 2009. Guia de Campo Avis Brasilis - Avifauna Brasileira: Pranchas e Mapas; Editora Avis Brasilis. 480 pp.

UNIVERSIDADE DE VIÇOSA. 2009. Museu de zoologia João Moojen. Bicho da vez número 11.

12. ANEXOS

12.1. Mapa de área de supressão vegetal.



12.2. Fichas de Controle de Animais Capturados e Soltos na Área de Soltura

FICHA 01 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
1	***Liophis miliaris***						**Cobra-d'água**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Serpentes/ Colubridae								
LOCAL DE CAPTURA						**DATA CAPTURA**	**HORA CAPTURA**	
Itaoca						**03/07/2013**	**13:05**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0698546		**7479955**				**Mata antropizada**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA						**TIPO DE MARCAÇÃO**		
Busca ativa - pinça						**Elastômero**		
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		80	**58**					
LOCAL DE SOLTURA						**DATA SOLTURA**	**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim						**05/07/2013**	**10:00**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209		**7485903**				**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentário								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Rogério Miranda								

FICHA 02 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
1	***Polychrus marmoratus***						**Papa vento**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Squamata/ Polychrotidae								
LOCAL DE CAPTURA						**DATA CAPTURA**	**HORA CAPTURA**	
Itaoca						**10/07/2013**	**10:00**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0699642		**7480011**				**Mata antropizada**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA						**TIPO DE MARCAÇÃO**		
Manual						**Elastômero**		
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		45	**62**					
LOCAL DE SOLTURA						**DATA SOLTURA**	**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim						**10/07/2013**	**14:00**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209		**7485903**				**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentários								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Rogério Miranda								

FICHA 03 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
1	***Boa constrictor***						**jibóia**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Serpentes/Boidae								
LOCAL DE CAPTURA					**DATA CAPTURA**		**HORA CAPTURA**	
Itaoca					**25/07/2013**		**11:00**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0699642		**7480011**				**Mata antropizada**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA					**TIPO DE MARCAÇÃO**			
Manual					**Elastômero**			
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		2,320	**1,62**					
LOCAL DE SOLTURA					**DATA SOLTURA**		**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim					**27/07/2013**		**15:00**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209		**7485903**				**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentários								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Rogério Miranda								

FICHA 04 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
1	***Rhinella ornata***						**Sapo-cururuzinho**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Anura/Bufonidae								
LOCAL DE CAPTURA					**DATA CAPTURA**		**HORA CAPTURA**	
Guaxindiba					**06/02/2014**		**13:05**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)							**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**	
23k 0706736		**7479505**					**Canteiro de obras**	
MATERIAL/ METODO CAPTURA							**TIPO DE MARCAÇÃO**	
Encontro ocasional/manual							**Elastômero**	
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		25g	**7,8cm**					
LOCAL DE SOLTURA					**DATA SOLTURA**		**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim					**06/02/2014**		**17:00**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)							**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**	
23k 709209		**7485903**					**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**	
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentário								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Rogério Miranda								

FICHA 05 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
2	***Polychrus marmoratus***						**Papa-vento**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Polychrotidae								
LOCAL DE CAPTURA						**DATA CAPTURA**	**HORA CAPTURA**	
Guaxindiba						**06/03/2014**	**11:00h**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0708429			**7481848**			**Floresta Ombrófila Densa (secundária)**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA						**TIPO DE MARCAÇÃO**		
Manual						**Elastômero**		
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		176g	**47cm**					
LOCAL DE SOLTURA						**DATA SOLTURA**	**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim						**07/03/2014**	**16:00**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209			**7485903**			**Manguezal/ Floresta Ombrófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentário								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Raquel Justo Santos								

FICHA 06 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
3	***Polychrus marmoratus***						**Papa-vento**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Polychrotidae								
LOCAL DE CAPTURA						**DATA CAPTURA**	**HORA CAPTURA**	
Guaxindiba						**06/03/2014**	**11:00h**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0708429		**7481848**				**Floresta Ombrófila Densa (secundária)**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA						**TIPO DE MARCAÇÃO**		
Manual						**Elastômero**		
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		68g	**47cm**					
LOCAL DE SOLTURA						**DATA SOLTURA**	**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim						**07/03/2014**	**16:00**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209		**7485903**				**Manguezal/ Floresta Ombrófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentário								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Raquel Justo Santos								

FICHA 07 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
1	***Didelphis aurita***						**Gambá**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Didelphimorphia/Didelphidae								
LOCAL DE CAPTURA						**DATA CAPTURA**	**HORA CAPTURA**	
Itambí						**24/03/2014**	**14:45**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0708629		**7482614**				**Área urbanizada**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA						**TIPO DE MARCAÇÃO**		
Encontro ocasional/manual						**Brinco**		
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		500g	**24cm**					
LOCAL DE SOLTURA						**DATA SOLTURA**	**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim						**24/03/2014**	**17:00**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209		**7485903**				**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Animal jovem								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Raquel Justo Santos								

FICHA 08 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
2	***Liophis miliaris***						**Cobra d'água**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Serpentes/Colubridae								
LOCAL DE CAPTURA						**DATA CAPTURA**	**HORA CAPTURA**	
Itambí						**27/03/2014**	**11:20**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0710022		**7485047**				**Área urbanizada**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA						**TIPO DE MARCAÇÃO**		
Encontro ocasional/manual						**Elastômero**		
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		88g	**42cm**					
LOCAL DE SOLTURA						**DATA SOLTURA**	**HORA SOLTURA**	
APA Guapimirim						**27/03/2014**	**15:40**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209		**7485903**				**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentários								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Rogério Miranda								

FICHA 09 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
3	***Boa constrictor***						**jibóia**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Squamata/Boidae								
LOCAL DE CAPTURA						**DATA CAPTURA**	**HORA CAPTURA**	
Guaxindiba						**23/05/2014**	**16:05**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0706482		**7479248**				**Casa abandonada**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA						**TIPO DE MARCAÇÃO**		
Encontro ocasional/manual						**Elastômero**		
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		6kg	**180cm**					
LOCAL DE SOLTURA						**DATA SOLTURA**	**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim						**26/05/2014**	**17:15**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209		**7485903**				**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentário								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Rogério Miranda								

FICHA 10 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
3	***Boa constrictor***						**jibóia**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Squamata/Boidae								
LOCAL DE CAPTURA					**DATA CAPTURA**		**HORA CAPTURA**	
Salgueiro					**13/08/2014**		**10:45**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)							**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**	
23k 0700634		**7479570**					**Área antropizada**	
MATERIAL/ METODO CAPTURA							**TIPO DE MARCAÇÃO**	
Encontro ocasional/manual							**Elastômero**	
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		4kg	**148cm**					
LOCAL DE SOLTURA					**DATA SOLTURA**		**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim					**14/08/2014**		**16:15**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)							**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**	
23k 709209		**7485903**					**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**	
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentário								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Rogério Miranda								

FICHA 11 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
1	***Cavia aperea***						**Preá**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Rodentia/Cavidae								
LOCAL DE CAPTURA						**DATA CAPTURA**	**HORA CAPTURA**	
Itambí						**09/09/2014**	**14:45**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0709977		**7485000**				**Área urbanizada**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA						**TIPO DE MARCAÇÃO**		
Encontro ocasional/manual						**Brinco (003)**		
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		446g	**26cm**					
LOCAL DE SOLTURA						**DATA SOLTURA**	**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim						**11/09/2014**	**15:40**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209		**7485903**				**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentários								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Fernando Pinto								

FICHA 12 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ..								
ID	**ESPÉCIE**					**NOME POPULAR**		
2	***Cavia aperea***					**Preá**		
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Rodentia/Cavidae								
LOCAL DE CAPTURA					**DATA CAPTURA**		**HORA CAPTURA**	
Itambí					**09/09/2014**		**14:45**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)					**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**			
23k 0709977		**7485000**			**Área urbanizada**			
MATERIAL/ METODO CAPTURA					**TIPO DE MARCAÇÃO**			
Encontro ocasional/manual					**Brinco (004)**			
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		274g	**20cm**					
LOCAL DE SOLTURA					**DATA SOLTURA**		**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim					**11/09/2014**		**15:40**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)					**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**			
23k 709209		**7485903**			**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**			
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentários								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Fernando Pinto								

FICHA 13 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**					**NOME POPULAR**		
3	***Cavia aperea***					**Preá**		
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Rodentia/Cavidae								
LOCAL DE CAPTURA					**DATA CAPTURA**		**HORA CAPTURA**	
Itambí					**09/09/2014**		**14:45**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)					**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**			
23k 0709977		**7485000**			**Área urbanizada**			
MATERIAL/ METODO CAPTURA					**TIPO DE MARCAÇÃO**			
Encontro ocasional/manual					**Brinco (002)**			
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		168g	**18cm**					
LOCAL DE SOLTURA					**DATA SOLTURA**		**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim					**11/09/2014**		**15:40**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)					**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**			
23k 709209		**7485903**			**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**			
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentários								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Fernando Pinto								

FICHA 14 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
3	***Liophis miliaris***						**Cobra d'água**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Serpentes/Dipasadidae								
LOCAL DE CAPTURA						**DATA CAPTURA**	**HORA CAPTURA**	
Salgueiro						**09/08/2014**	**10:10**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0702218		**7479662**				**Área urbanizada**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA						**TIPO DE MARCAÇÃO**		
Encontro ocasional/manual						**Elastômero**		
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		186g	**95cm**					
LOCAL DE SOLTURA						**DATA SOLTURA**	**HORA SOLTURA**	
APA Guapimirim						**11/09/2014**	**15:40**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209		**7485903**				**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentários								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Rogério Miranda								

FICHA 15 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ..								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
1	***Dasypus novemcinctus***						**Tatu-galinha**	
GRUPO TAXONÔMICO (CLASSE/ORDEM/ FAMÍLIA)								
Mammalia/Xenarthra/Dasypodidae								
LOCAL DE CAPTURA						**DATA CAPTURA**	**HORA CAPTURA**	
Jardim Catarina						**22/09/2014**	**13:00**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0704939		**7479595**				**Área urbana**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA						**TIPO DE MARCAÇÃO**		
Luvas/Manual						**---**		
IDADE	**SEXO**	**PESO (Kg)**	**BIOMETRIA**					
			CT (cm)					
Adulto	**--**	**3,374**	**62**					
LOCAL DE SOLTURA						**DATA SOLTURA**	**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim						**22/09/2014**	**10:00**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209		**7485903**				**Manguezal/ Floresta Ombrófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentário								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Rogério Miranda								

FICHA 16 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
1	***Philander frenatus***						**Cuíca-quatro-olhos**	
GRUPO TAXONÔMICO (CLASSE/ORDEM/ FAMÍLIA)								
Mammalia/Didelphimorphia/Didelphidae								
LOCAL DE CAPTURA						**DATA CAPTURA**	**HORA CAPTURA**	
Canteiro Central						**03/10/2014**	**09:00**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0706736		**7479505**				**Área antropizadas**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA						**TIPO DE MARCAÇÃO**		
Luvas/Manual						**Brinco (007)**		
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
Jovem		**282g**	**62cm**					
LOCAL DE SOLTURA						**DATA SOLTURA**	**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim						**03/10/2014**	**16:00**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209		**7485903**				**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentário								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Fernando Pinto								

FICHA 17 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
4	***Liophis miliaris***						**Cobra-d'água**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Serpentes/Diapsadidae								
LOCAL DE CAPTURA						**DATA CAPTURA**	**HORA CAPTURA**	
Guaxindiba						**03/10/2014**	**15:00**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**		
23k 0706736		**7479505**				**Área urbanizada**		
MATERIAL/ METODO CAPTURA						**TIPO DE MARCAÇÃO**		
Encontro ocasional/manual						**Elastômero**		
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		230g	**130cm**					
LOCAL DE SOLTURA						**DATA SOLTURA**	**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim						**03/10/2014**	**16:00**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)						**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**		
23k 709209		**7485903**				**Manguezal/ Floresta Ombrófila Densa (secundária)**		
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentários								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Fernando Pinto								

FICHA 18 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**						**NOME POPULAR**	
4	***Boa constrictor***						**jibóia**	
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Squamata/Boidae								
LOCAL DE CAPTURA					**DATA CAPTURA**		**HORA CAPTURA**	
Jd. Catarina					**06/10/2014**		**10:45**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)							**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**	
23k 704787		**7479740**					**Área antropizada**	
MATERIAL/ METODO CAPTURA							**TIPO DE MARCAÇÃO**	
Encontro ocasional/manual							**Elastômero**	
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		1,7kg	**125cm**					
LOCAL DE SOLTURA					**DATA SOLTURA**		**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim					**07/10/2014**		**16:15**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)							**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**	
23k 709209		**7482614**					**Manguezal/ Floresta Ombófila Densa (secundária)**	
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentário								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Rogério Miranda								

FICHA 19 CONTROLE DA ENTRADA DE ANIMAIS NA ÁREA DE SOLTURA APA GUAPIMIRIM PROGRAMA DE RESGATE DA FAUNA DA VIA UHOS, COMPERJ.								
ID	**ESPÉCIE**					**NOME POPULAR**		
1	***Tupinambis merianae***					**teiú**		
GRUPO TAXONÔMICO (ORDEM/ FAMÍLIA)								
Squamata/Teiidae								
LOCAL DE CAPTURA					**DATA CAPTURA**		**HORA CAPTURA**	
Itambí					**22/11/2014**		**11:15**	
COORDENADAS LOCAL DE CAPTURA (UTM WGS84)					**FITOFISIONOMIA LOCAL DE CAPTURA**			
23k 0708406		**7481726**			**Área urbanizada**			
MATERIAL/ METODO CAPTURA					**TIPO DE MARCAÇÃO**			
Encontro ocasional/manual					**Elastômero**			
IDADE	**SEXO**	**PESO**	**BIOMETRIA**					
			CT					
		862g	**82cm**					
LOCAL DE SOLTURA					**DATA SOLTURA**		**HORA SOLTURA**	
APA de Guapimirim					**22/11/2014**		**16:20**	
COORDENADAS LOCAL DE SOLTURA (UTM WGS84)					**FITOFISIONOMIA LOCAL DE SOLTURA**			
23k 709209		**7485903**			**Manguezal/ Floresta Ombrófila Densa (secundária)**			
OBSERVAÇÃO MÉDICO-VETERINÁRIA								
Sem comentários								
TÉCNICO RESPONSÁVEL: Rogério Miranda								

12.3. Currículo da Equipe Técnica Responsável

Iuri Veríssimo de Souza

Nacionalidade: Brasileiro

Nascimento: 27/10/1980

Carteira de Identidade: 11.32.88.95-5 IFP-RJ

CPF: 286.511.228-45

Endereço: Av. das Américas, 17.450/ 802-B – Recreio dos Bandeirantes. Rio de Janeiro/ RJ

End. Eletrônico: iuriverissimo@yahoo.com.br

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Graduação

- Bacharelado em Ciências Biológicas (CRBio 42.964/ 02)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Conclusão do curso em 2005/ I.

Pós-graduação

- Mestre em Zoologia

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Programa de Pós-Graduação em Zoologia (PPGZOO)

Ano de entrada: 2006/I

Concluído: 2008/I

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Monitoramento e Resgate de Fauna Terrestre

- Técnico responsável pelo Monitoramento da Fauna Terrestre nas obras de duplicação da BR-116/PR.

Empresa: Engetec Engenharia LTDA./ Autopista Sul

Período: Agosto de 2011 até o presente.

- Técnico responsável pelo Resgate de Fauna Terrestre na área de supressão da base naval para construção de submarinos convencionais e de Propulsão Nuclear – Projeto PROSUB – Itaguaí, RJ.

Empresa: Odebrecht

Período: Outubro de 2010 até abril de 2011

- Técnico responsável pelo Monitoramento e Resgate da Fauna Terrestre da PCH Pirapetinga; Bom Jesus do Itabapoana, RJ/ ES.

Empresa: Neoenergia

Período: Agosto de 2007 até o presente

- Técnico responsável pelo Monitoramento e Resgate da Fauna Terrestre da PCH Pedra do Garrafão; Minoso do Sul, RJ/ ES.

Empresa: Neoenergia

Período: Agosto de 2007 até o presente

Levantamentos de Fauna Terrestre e Aquática

Em Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)

- Levantamento da Fauna Terrestre e Aquática (Meio Biótico) do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), do condomínio Alphaville em Rio das Ostras, RJ.

Empresa: Masterplan

Período: Setembro de 2011

- Levantamento da Fauna Terrestre (Meio Biótico) do trecho variante da LT600 Kv (Porto Velho – Araraquara) do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Cuiabá, MT.

Empresa: Agrar Consultoria e Estudos Técnicos S/C Ltda.

Período: Setembro de 2011

- Levantamento da Fauna Terrestre e Aquática (Meio Biótico) do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da repotencialização da PCH Piabanha, município de Areal, RJ.

Empresa: Quanta Geração S.A.

Período: Janeiro de 2011 até o presente.

- Levantamento Fauna Terrestre e Aquática (Meio Biótico); coordenação e revisão do Estudo Ambiental Simplificado (EAS) da PCH Bom Jesus, ES/ RJ.

Empresa: Gaia Energia e Participações S.A.

Período: Outubro de 2010 até o presente.

- Levantamento da Fauna Terrestre e Aquática (Meio Biótico); coordenação e revisão do Estudo Ambiental Simplificado (EAS) da PCH Saltinho do Itabapoana, ES/ RJ.

Empresa: Gaia Energia e Participações S.A.

Período: Outubro de 2010 até o presente.

- Levantamento da Ictiofauna, caça e pesca nas Terras Indígenas Kayabi/ Apiacá, do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da UHE Teles Pires, MT/ PA

Empresa: Agrar Consultoria e Estudos Técnicos Ltda./ EPE Empresa de Pesquisa Energética

Período: Maio de 2010

- Levantamento da Fauna Terrestre e Aquática (Meio Biótico); coordenação e revisão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/ RIMA) da duplicação da BR-101, trecho de Rio Bonito até o acesso a Rio das Ostras, RJ.

Empresa: Engetec Engenharia LTDA./ Agrar Consultoria e Estudos Técnicos S/C Ltda.

Período: Outubro de 2009.

- Levantamento da Fauna Terrestre e Aquática (Meio Biótico) do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do píer e via especial de acesso para transporte dos grandes equipamentos do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro); São Gonçalo/ Itaboraí, RJ.

Empresa: Planave/ PETROBRAS

Período: Outubro de 2009

- Levantamento de Ictiofauna do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/ RIMA) do AHE PaiQuerê, São Joaquim, RS.

Empresa: CPFL Geração de Energia S/A, ALCOA Alumínio S/A, Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), DME Energética LTDA e Votorantim.

Período: Outubro de 2009

- Levantamento da Fauna Terrestre do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/ RIMA) do ramal ferroviário da APOLO, São João do Meriti, RJ.

Empresa: Apolo Tubos e Equipamentos S.A./ MRH Engenharia Ambiental

Período: Agosto de 2009

- Levantamento da Fauna Terrestre e Ictiofauna da Lagoa do Veiga do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/ RIMA) da ampliação do pátio logístico do Porto do Açu, São João da Barra, RJ.

Empresa: Ecologus

Período: Junho de 2009

- Levantamento da Fauna Terrestre e Aquática (Meio Biótico); coordenação e revisão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da PCH Bonança, Macuco, RJ.

Empresa: Desenvix S.A.

Período: Janeiro de 2009

- Levantamento da Fauna Terrestre e Aquática (Meio Biótico); coordenação e revisão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da PCH Sossego, Trajano de Morais, RJ.

Empresa: Desenvix S.A.

Período: Janeiro de 2009

- Levantamento da Fauna Terrestre e Aquática (Meio Biótico); coordenação e revisão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/ RIMA) do AHE Santo Antônio de Licurioba, Lençóis, BA.

Empresa: Neoenergia

Período: Novembro de 2008

- Levantamento da Fauna Terrestre e Aquática (Meio Biótico); coordenação e revisão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/ RIMA) da PCH Poço Fundo; São Jose do Vale do Rio Preto, RJ.

Empresa: SC Pimenta Construções LTDA.

Período: Junho de 2008

Em Relatório Ambiental Simplificado (RAS)

- Levantamento da Fauna Terrestre e Aquática (Meio Biótico); coordenação e revisão do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) da PCH Conde d'Eu, Sumidouro, RJ.

Empresa: Tangará S.A.

Período: Outubro de 2010 até o presente.

- Levantamento da Fauna Terrestre e Aquática (Meio Biótico); coordenação e revisão do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) da PCH Providência, Teresópolis, RJ.

Empresa: Tangará S.A.

Período: Outubro de 2010 até o presente.

Em Avaliação Ambiental Integrada

- Levantamento da Ictiofauna da bacia do Rio Grande como parte dos estudos da Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do rio Grande, RJ

Empresa: NP Consultoria Ambiental/ Desenvix S.A.

Período: Novembro de 2010 a março de 2011

Em Relatório de Controle Ambiental/ Programa de Controle Ambiental (RCA/ PCA)

- Levantamento da Fauna Terrestre do Relatório de Controle Ambiental/ Programa de Controle Ambiental (RCA/ PCA) de obras de instalação de dispositivos e melhorias na BR-101 RJ/ N.

Empresa: Engetec Engenharia LTDA.

Período: Agosto de 2011

Programa Básico Ambiental (PBA)

- Plano de Monitoramento da Biota Aquática das Obras de proteção da ETA Guandú, RJ.

Empresa: Agrar Consultoria e Estudos Técnicos S/C Ltda.

Período: Abril de 2011.

- Plano de Monitoramento e Resgate da Fauna da Via de Acesso para Transporte dos Equipamentos Especiais (UHOS) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Empresa: Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS)

Período: Março de 2011.

- Plano de Monitoramento da Biota Aquática da Via de Acesso para Transporte dos Equipamentos Especiais (UHOS) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Empresa: Agrar Consultoria e Estudos Técnicos Ltda/ Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS)

Período: Março de 2011.

- Programa de Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre do Programa Básico Ambiental (PBA) da duplicação da rodovia BR101/ RJ, trecho de Silva Jardim até o acesso a Rio das Ostras.

Empresa: Agrar Consultoria e Estudos Técnicos Ltda/ Engetec Engenharia LTDA.

Período: Março de 2011.

- Programa de Resgate e Monitoramento da Biota Aquática do Programa Básico Ambiental (PBA) da duplicação da rodovia BR101/ RJ, trecho de Silva Jardim até o acesso a Rio das Ostras.

Empresa: Agrar Consultoria e Estudos Técnicos Ltda/ Engetec Engenharia LTDA.

Período: Março de 2011.

- Programa de Monitoramento e Resgate da Fauna Terrestre do Programa Básico Ambiental (PBA) da PCH Poço Fundo; São José do Vale do Rio Preto, RJ.

Empresa: SC Pimenta Construções Ltda.

Período: Abril de 2010.

- Programa de Monitoramento e Resgate da Ictiofauna do Programa Básico Ambiental (PBA) da PCH Poço Fundo; São José do Vale do Rio Preto, RJ.

Empresa: SC Pimenta Construções Ltda.

Período: Abril de 2010.

- Programa de Resgate da Fauna do Programa Básico Ambiental (PBA) do Terminal Aquaviário de Itaqui; São Luis, MA.

Empresa: Engetec Engenharia LTDA.

Período: Setembro de 2009.

- Programa de Resgate da Fauna do Programa Básico Ambiental (PBA) da Refinaria Preminum I, Macabeira, MA.

Empresa: Engetec Engenharia LTDA./ PETROBRAS

Período: Setembro de 2009.

- Parecer Técnico do Programa Básico Ambiental (PBA) da UHE Jirau; Porto Velho, RO.

Empresa: Ecology do Brasil

Período: Agosto de 2009.

- Programa de Monitoramento e Resgate da Fauna Terrestre do Programa Básico Ambiental (PBA) da PCH Nova Franca Amaral; Bom Jesus do Itabapoana, RJ.

Empresa: Performance

Período: Junho de 2008.

ESTÁGIOS

- Estágio no Museu Nacional-UFRJ

Participação em projetos do setor, realizando atividades de campo, curadoria da coleção zoológica, triagem e identificação de espécies, busca e leitura de artigos científicos, análise de dados e de redação científica; sob a orientação do Dr. Renato Ventura.

Duração: 9 semestres (de maio de 2002 a janeiro de 2007).

MONITORIA

- Monitor da disciplina “Zoologia de Cordados” do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Duração: 1 semestre (2002/ I a 2002/ II).

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

- Participação na organização da audiência pública do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da PCH Poço Fundo; realizado pela empresa SIGMA PESQUISAS E PROJETOS, em junho de 2009; em São Jose do Vale do Rio Preto, RJ.

ATIVIDADES ACADÊMICAS/ PALESTRAS

- Realização da palestra “Programa Antártico Brasileiro” durante a II Semana de Biologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, realizada de 27 de setembro a 1 de outubro de 2004.

BOLSAS E AUXÍLIOS

Bolsa de Pós-Graduação (Mestrado)

- Bolsista (RH -UP- 009/2006) do Programa Universidade PETROBRAS na categoria Pós-Graduação, referente ao projeto "Taxonomia e Distribuição da Família Amphiuridae (Echinodermata: Ophiuroidea) da Região Central da Zona Econômica Exclusiva da Costa Brasileira - Salvador (12° S) a Bacia de Campos (23º S) - Programa REVIZEE.", pelo período de 21 meses, a contar de 01/06/2006.

Bolsa de Iniciação Científica

- Bolsista (processo n° 180301/03-9) do CNPq na categoria Iniciação Científica / Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), referente ao projeto "Implantação de estratégia de monitoramento de impacto ambiental na fauna bentônica da zona costeira rasa da Baía do Almirantado, Ilha Rei George, Antártica", pelo período de 2 semestres, a contar de 01/02/2003.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS

- Treinamento Pré-Antártico 2002 (TPA/ 02) - Treinamento realizado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) como preparação obrigatória aos participantes da Expedição do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Realizado de 2 a 9 de setembro de 2002, no Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia – CADIM, Ilha da Marambaia, RJ.

- Participação no projeto "Rápido inventário da fauna de invertebrados do Porto do Forno, Arraial do Cabo (RJ)", durante os dias 6 e 7 de setembro de 2003; em Arraial do Cabo, RJ.

- Participação no projeto RAP - Ilha Grande: um levantamento da biodiversidade, um sub-projeto do Projeto de Conservação e Utilização da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO, no período de 27 de outubro a 8 de dezembro de 2003; Baía de Angra dos Reis, RJ.

- Participação nas atividades de curadoria do material coletado durante o Programa REVIZEE/ SCORE CENTRAL – Campanhas Pesca Bahia I e II, atuando na triagem, conservação, etiquetagem e tombamento de equinodermos para a coleção zoológica do Museu Nacional – UFRJ, no período de julho a dezembro de 2004.

- Participação no "Projeto integrado para a avaliação ambiental da baía do Almirantado (ilha Rei George, Antártica)", conduzido pelo GEAMB/ PROANTAR (grupo de estudos ambientais em bentos/ programa antártico brasileiro), sob coordenação da Dr. Lúcia Campos; atuando na realização de projetos de pesquisa, publicações, triagem, curadoria e identificação de invertebrados marinhos (2003/ I a 2004/ II).

- Participação no projeto "Avaliação dos corais profundos da bacia de campos", conduzido pelo cenpes-petrobras. foram analisadas imagens de bancos de corais profundos em cerca de 90.000m^2 na região da Bacia de Campos (RJ), e feita a identificação das espécies de equinodermos. sob orientação do Dr. Carlos Renato Rezende Ventura e realizado no laboratório de echinodermata do Museu Nacional/ UFRJ, em fevereiro e março de 2006.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Capítulos em livros

VENTURA, C.R.R., LIMA, R.P.N., NOBRE, C.C., VERÍSSIMO, I. & ZAMA, P.C. 2006. **Filo Echinodermata.** In: Biodiversidade bentônica da região central da Zona Econômica Exclusiva brasileira (H.P. Lavrado & B.L. Ignácio, eds.). Museu Nacional, Rio de Janeiro, (Série Livros, 18).

VENTURA, C.R.R., VERÍSSIMO, I., NOBRE, C.C. & ZAMA, P.C. 2007. **Filo Echinodermata.** In: Atlas de invertebrados marinhos da região central da Zona Econômica Exclusiva brasileira, parte 1. (H.P. Lavrado & M.S. Viana, eds.). Museu Nacional, Rio de Janeiro, (Série Livros, 25).

VENTURA, C.R.R.; VERÍSSIMO, I.; LIMA, R.N.P.; BARCELLOS, C.F.; OIGMAN-PSZCZOL, S.S. 2007. **Capítulo 11 - Echinodermata**. In: CREED, J.C. (org.). Um levantamento rápido da biodiversidade marinha da baía da Ilha Grande, Brasil. Rio de Janeiro.

CREED, J.C.; ABSALÃO, R.S.; ALVARENGA, M.F.; AMÂNCIO, I.C.; AMARO, F.D.; BARCELLOS, C.F.; BRASIL, A.C.S.; CAETANO, C.H.S.; CARDOSO, I.A.; CASARES, F.A.; FERREIRA, C.E.L.; FERREIRA, C.G.W.; FIGUEIREDO, M.A.O.; FILHO, A.C.; GAELZER, L.R.; GASPARINI, J.L.; GERHARDINGER, L.C.; GODOY, E.A.; LIMA, R.N.P.; LINS DE BARROS, M.M.; LUIZ JR, O.; MACHADO, G.R.; MENDONÇA, J.P..; NOGUCHI, R.C; OIGMAN-PSZCZOL, S.S.; OLIVEIRA, A.E.S.; DE PAULA, T.S.; PIRES, D.O.; RAMOS, R.A.; RANGEL, C.A., RATTO, C.C.; ABREU JR, C.R.; SANTOS, F.N.; SEGAL, B.; SENNA, A.R.; SEREJO, C.S.; DA SILVA, L.F.; SITTROP, D.J.S.; TAMEGA, F.T.S.; TAVARES, C.R.; VENTURA, C.R.R.; VERISSIMO, I.; YOUNG, P.S. 2007. **Capítulo 15 - Considerações finais.** In: CREED, J.C. (org.). Um levantamento rápido da biodiversidade marinha da baía da Ilha Grande, Brasil. Rio de Janeiro.

VENTURA, C.R.R.; SOUZA, I.V.; BARCELLOS, C.F. 2008. **Invertebrados aquáticos**. In: Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção, Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas.

Artigos em anais de eventos nacionais

ANDRADE, I.M.; SOUZA, I.V.; MENEZES, D.A.; THIAGO, C.M. 2002. Análise qualitativa das principais famílias botânicas de um trecho de Mata de restinga na praia de Unamar, município de Cabo Frio, RJ. **LIII Congresso Nacional de Botânica**; 21 a 26 de julho de 2002, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, PE.

BOSCOLO, O.; WOOLEY, R.F. SENNA-VALLE, L. MENEZES, F.S.; MARTINS, L.S.; SOUZA, I.V. 2003. Avaliação da atividade antioxidante de plantas medicinais, de Restinga, utilizadas pela comunidade de Quissamã. **LIV Congresso Nacional de Botânica**, 13 a 18 de julho de 2003, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, PA.

VERÍSSIMO, I.; VENTURA, C.R.R.; ECHEVERRIA, C.A. 2003. Estudo da fauna de Ophiuroidea (Echinodermata) da zona costeira rasa da baía do Almirantado, Ilha Rei George, Antártica**. XI Seminário Sobre Pesquisa Antártica**; 15 a 17 de outubro de 2003, Universidade de São Paulo – UP, São Paulo, SP.

VERÍSSIMO, I.; VENTURA, C.R.R.; ECHEVERRIA, C.A. 2003. Estudo da fauna de Ophiuroidea (Echinodermata) da zona costeira rasa da baía do Almirantado, Ilha Rei George, Antártica. **XXV Jornada de Iniciação Científica**; 25, 26 e 27de novembro de 2003, Universidade Federal no Rio do Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.

FILGUEIRAS, V.L.; MONTEIRO, E.R.; SOUZA, I.V.; FRENSEL, R.; COSTA, L.O. 2003. Macrofauna bentônica da baía do Almirantado, Ilha Rei George, Antártica, coletada com uma

mini box corer. **XXV Jornada de Iniciação Científica**; 25, 26 e 27 de novembro de 2003, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.

COSTA, L.O.; FILGUEIRAS, V.L.; MONTEIRO, E.R.; FRENSEL, R.; SOUZA, I.V. 2003. Variação temporal da macrofauna bentônica da zona costeira rasa na região de influência da Estação Antártica Brasileira, Ilha Rei George. **XXV Jornada de Iniciação Científica**; 25, 26 e 27 de novembro de 2003, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ Rio de Janeiro, RJ.

VERÍSSIMO, I.; VENTURA, C.R.R. 2004. Abundância e riqueza da fauna de Ophiuroidea (Echinodermata) da baía do Almirantado, Ilha Rei Geroge, Antártica. **XXV Congresso Brasileiro de Zoologia**, 8 a 13 de fevereiro de 2004, Universidade de Brasília – UNB, Brasília, DF.

VERÍSSIMO, I.; VENTURA, C.R.R. 2006. Aspectos populacionais de *Amphioplus acutus* Mortensen, 1936 (Echinodermata: Ophiuroidea) na baía do Almirantado, Ilha Rei George, Antártica. **I Congresso Brasileiro de Biologia Marinha**; 15 a 19 de maio de 2006, Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, Rj.

VERISSIMO, I., VENTURA, C.R.R. 2008. Taxonomia e distribuição da Família Amphiuridae (Echinodermata: Ophiuroidea) da Região Central da Zona Econômica Exclusiva da Costa Brasileira - Salvador (12^{o} S) A Bacia de Campos (23º S) - Programa Revizee. **XXVII Congresso Brasileiro de Zoologia**, 13 a 18 de fevereiro de 2008; Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, PR.

VERISSIMO, I.; ROSA, D.T.; NAGATANI, N.; BIZERRIL, C.R.S.F. 2010. Levantamento da mastofauna no trecho médio da bacia do rio Itabapoana, RJ/ ES. **XXVIII Congresso Brasileiro de Zoologia**, 13 a 18 de fevereiro de 2010; Universidade Federal do Pará, UFPA, Pará, PA.

VERÍSSIMO, I.; PUPO, F.M.; TRIVÉRIO, V.; BIZERRIL, C.R.S.F. 2010. Ictiofauna no trecho médio do rio Itajaí-Açú, SC, Brasil. **XXVIII Congresso Brasileiro de Zoologia**, 13 a 18 de fevereiro de 2010; Universidade Federal do Pará, UFPA, Pará, PA.

Artigos em anais de eventos internacionais

CAMPOS, L.S.; MOURA, R.B.; ALCÂNTARA, P.F.; FERNANDEZ, M.P.C.; VERÍSSIMO, I.; CAVALCANTI, G.H.; FALCÃO, A.P.C. 2006. On two new records of family Brisingidae (Echinodermata: Asteroidea) from brazilian continental margin. **XII International Echinoderm Conference**, 2006. Durham, Nh. EUA. Anais do 12th International Echinoderm Conference. University Of New Hampshire. 2006.

CAMPOS, L.S.; MOURA, R.B.; VERÍSSIMO, I.; FERNANDEZ, M.P.C.; CAVALCANTI, G.H.; BRASIL, A.C.S.; FALCÃO, A.P.C. 2006. ROV imaging of deep-sea echinoderms from the brazilian continental margin, southwest atlantic. **XII International Echinoderm Conference**, 2006. Durham, Nh. Eua. Anais do 12th International Echinoderm Conference. University Of New Hampshire. 2006.

VERISSIMO, I., VENTURA, C.R.R. 2007. Taxonomia e distribuição da Família Amphiuridae (Echinodermata: Ophiuroidea) da Região Central da Zona Econômica Exclusiva da Costa Brasileira - Salvador (12^{o} S) A Bacia de Campos (23º S) - Programa Revizee. **XII Congreso Latinoamericano de Ciencias Del Mar/ Colacmar**, 2006. Florianópolis, Sc. Brasil. Anais do XII Congreso Latinoamericano de Ciencias del Mar/ Colacmar. Associação Brasileira de Oceanografia/ Aoceano. 2007.

VERISSIMO, I., VENTURA, C.R.R. 2007. Ophiuroidea (Echinodermata) do Atol das Rocas, Litoral Nordeste do Brasil (03°45's E 33°37'w). **Congreso Latinoamericano de Ciencias del Mar/ Colacmar, 12**. Florianópolis, Sc. Brasil. Anais do XII Congreso Latino Americano de Ciencias del Mar/ Colacmar. Associação Brasileira de Oceanografia/ Aoceano. 2007.

Monografia de Graduação

VERISSIMO, I. 2005. Aspectos populacionais de Amphioplus acutus Mortensen, 1936 (Echinodermata: Ophiuroidea) na baía do Almirantado, Ilha Rei George, Antártica. **Monografia.** Rio de Janeiro. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2005. XII+46 p.

Dissertação de Mestrado

VERISSIMO, I. 2008. Taxonomia e distribuição da Família Amphiuridae (Echinodermata: Ophiuroidea) da Região Central da Zona Econômica Exclusiva da Costa Brasileira - Salvador (12^{o} S) A bacia de Campos (23º S) - Programa Revizee. **Dissertação.** Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ. 2008. 49pp.

Dados pessoais

Nome Daniel Tavares Cassilhas Rosa
Filiação Geovane José Cassilhas Rosa e Rosemeyre Tavares Rosa
Nascimento 18/02/1986 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Carteira de Identidade 201186368 DETRAN - RJ - 27/09/2004
CPF 108.590.407-55

Endereço residencial Rua Pereira da Silva
Laranjeiras - Rio de Janeiro
22221140, RJ - Brasil
Telefone: 21 35498005
Celular 21 993858065

Endereço eletrônico
E-mail para contato : dtavaresrosa@gmail.com
e-mail alternativo : danieltavares_rj@hotmail.com

Formação acadêmica/titulação

2012 - 2014 Mestrado em Ecologia.
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio De Janeiro, Brasil
Título: Redistribuição de morcegos endêmicos da Amazônia em cenários de mudanças climáticas, Ano de obtenção: 2014
Orientador: Mariana Moncassim Vale
Co-orientador: Maria Lucia Lorini
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

2004 - 2010 Graduação em Biologia.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio De Janeiro, Brasil
Título: Riqueza e Abundância de Morcegos da Família Phyllostomidae (Mammalia, Chiroptera) no Município de Sumidouro, Rio de Janeiro
Orientador: Leonardo dos Santos Avilla

Formação complementar

2010 - 2010 Curso de curta duração em Marcadores Moleculares Aplicados à Biodiversidade.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio De Janeiro, Brasil

2010 - 2010 Curso de curta duração em Marcadores Moleculares Aplicados à Biodiversidade.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio De Janeiro, Brasil

2009 - 2009 Curso de curta duração em Capacitação em Estudos e Avaliação de Impactos Amb.

Conselho Regional de Biologia, CRBIO2, Brasil

2004 - 2004 Curso de curta duração em Introdução aos Peixes de Mar Profundo. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio De Janeiro, Brasil

Atuação profissional

1. Habtec Engenharia Sanitaria e Ambiental - HABTEC

Vínculo institucional

2014 - Atual Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: analista ambiental , Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva

2. Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Vínculo institucional

2011 - 2012 Vínculo: Bolsista , Enquadramento funcional: Bolsista , Carga horária: 20, Regime: Dedicação exclusiva

3. SIGMA Pesquisas e Projetos Ltda - SIGMA

Vínculo institucional

2010 - 2014 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Consultor Ambiental, Regime: Parcial

4. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Vínculo institucional

2010 - 2014 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Estagiário , Carga horária: 20, Regime: Dedicação exclusiva

Atividades

2011 - 2011 Graduação, Biologia
Disciplinas ministradas:
Monitor de campo da disciplina Elementos de Ecologia

10/2010 - Atual Estágio, Instituto de Biologia, Laboratório de Vertebrados

Estágio:
Ecologia de Morcegos

5. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Vínculo institucional

2004 - 2010 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Estagiário , Carga horária: 20, Regime: Dedicação exclusiva

Atividades

01/2009 - 01/2009 Outra atividade técnico-científica, Instituto de Biociências, Departamento de Zoologia
Especificação:
Participação da VIII Expedição Espeleológica às Cavernas do Municípiode Aurora do Tocantins, Tocantins.

2008 - 2008 Outra atividade técnico-científica, Instituto de Biociências, Departamento de Zoologia
Especificação:
Participação na Expedição de Coleta para o Município de Cambuci, Rio de Janeiro, ligado ao Projeto

03/2008 - 11/2009 Graduação, Biologia
Disciplinas ministradas:
Monitoria (Bolsista UNIRIO) da Disciplina Anatomia e Fisiologia Animal Comparadas

09/2007 - 11/2009 Estágio, Instituto de Biociências, Departamento de Zoologia, Lab. de Mastozoologia
Estágio:
Ecologia de Morcegos

Projetos

Projetos de pesquisaProjetos de pesquisa**2008 - 2010** Os Mamíferos de Cavidades Naturais Subterrâneas do Estado do Rio de Janeiro: Aspectos Biológicos e Ecoturísticos

Descrição: As Cavidades Naturais Subterrâneas (CNS) são aspectos geomorfológicos bastante raros no Estado do Rio de Janeiro, sendo restritas a região Centro-Norte Fluminense. Constituem um sistema ímpar, onde diversos animais são adaptados a viver associados a essas. Entretanto, pouco se sabe sobre a fauna das CNS no Estado. Adicionalmente, o ambiente da CNS favorece o acúmulo e preservação de fósseis. No Brasil, os fósseis de mamíferos são comumente encontrados nas CNS. Além de seu potencial científico, as CNS apresentam uma grande importancia ecoturística, e esse tipo de turismo gera divisas em várias regiões do Brasil. Esse projeto possui três sub-projetos: (1) A fauna atual das CNS; (2) A fauna

de mamíferos Pleistocênicos das CNS Fluminenses; e, (3) Turismo sustentável em CNS e seu entorno no Estado do Rio de Janeiro. Através desses, buscam-se o desenvolvimento de estudos com mamíferos no Estado, formando pessoal capacitado para atuar na área. Além disso, será composto um banco de dados das espécies atuais e fósseis, como também, o estimulo para o desenvolvimento do turismo espeleológico sustentável na região Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro.Essa é uma oportunidade única e multidisciplinar, que envolverá o poder público (prefeituras) e acadêmico (universidade), em um bem comum.
Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa
Integrantes: Daniel Tavares Cassilhas Rosa; Leonardo Santos Avilla (Responsável)
Financiador(es): Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ-FAPERJ

- Redistribuição de Morcegos Endêmico da Amazônia em cenários de mudanças climáticas
  Integrantes: Daniel Tavares Cassilhas Rosa (Responsável); ;

Áreas de atuação

1. Ecologia de Morcegos
2. Conservação
3. Mudanças Climáticas

Idiomas

Inglês	Compreende Razoavelmente , Fala Razoavelmente , Escreve Bem , Lê Bem
Espanhol	Compreende Bem , Fala Razoavelmente , Escreve Pouco , Lê Bem
Português	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem

Producão

Produção bibliográfica
Artigos completos publicados em periódicos

1. TEIXEIRA, T. S. M., **Rosa, Daniel** et al.
First Record of Lonchophylla peracchii (Dias, Esbérard and Moratelli, 2013) (CHIROPTERA, PHYLLOSTOMIDAE) in São Paulo State, Southeastern Brazil. OECOLOGIA AUSTRALIS. , v.17, p.424 - 428, 2013.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. SOUZA, I. V.Souza, I.V., **Rosa, Daniel** et al.
Levantamento da Mastofauna no trecho médio da Bacia do Rio Itabapoana, RJ/ES In: XXVIII Congresso Brasileiro de Zoologia, 2010, Belém.
Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Zoologia. , 2010.

2. **Rosa, Daniel**, Gil, B. B. M. A. et al.
Frugivoria e Dispersão de Sementes em Phyllostomidae (Mammalia: Chiroptera) de Areas de Altitude do Estado do Rio de Janeiro, Brasil In: XXII Jornadas Argentinas de Mastozoologia, 2008, Córdoba.
Anais da XXII Jornadas Argentinas de Mastozoologia. , 2008.

3. **Rosa, Daniel**, TUSHOLSKA, L. et al.
Informações preliminares sobre a dieta natural de mamíferos de pequeno, médio e grande porte do município de Varre-sai, Rio de Janeiro In: XXVII Congresso Brasileiro de Zoologia, 2008, Curitiba.
Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Zoologia. , 2008.

4. **Rosa, Daniel**, AVILLA, L. S. et al.
Informações Preliminares sobre a dieta natural de morcegos em Áreas de Altitude no Extremo Norte do Estado do Rio de Janeiro In: IV Congresso Brasileiro de Mastozoologia, 2008, São Lourenço.
Anais do IV Congresso Brasileiro de Mastozoologia. , 2008.

5. AVILLA, L. S., Gil, B. B. M. A., **Rosa, Daniel** et al.
Inventário da fauna de morcegos da Pedra de Santa Rita, Município de Sumidouro, Extremo Norte do Estado do Rio de Janeiro In: IV Congresso Brasileiro de Mastozoologia, 2008, São Lourenço.
Anais do IV Congresso Brasileiro de Mastozoologia. , 2008.

6. AVILLA, L. S., Gil, B. B. M. A., **Rosa, Daniel** et al.
Inventário da Fauna de Morcegos de Fragmentos de Mata Atlântica do Município de Varre-sai, Extremo Norte do Estado do Rio de Janeiro In: IV Congresso Brasileiro de Mastozoologia, 2008, São Lourenço.
Anais do IV Congresso Brasileiro de Mastozoologia. , 2008.

7. GOES, D. B., **Rosa, Daniel** et al.
Morcegos (Mammalia: Chiroptera) de Áreas de Altitude do Estado do Rio de Janeiro, Brasil In: XXII Jornadas Argentinas de Mastozoologia, 2008, Córdoba.
Anais da XXII Jornadas Argentinas de Mastozoologia. , 2008.

8. AVILLA, L. S., DOMINATO, V. H., MONSORES-PAIXÃO, M., **Rosa, Daniel** et al.
Primeiros mamíferos quaternários encontrados em cavidades subterrâneas naturais no Estado do Rio de Janeiro In: VI Simpósio Brasilerio de Paleontologia de Vertebrados, 2008, Ribeirão Preto.
Paleontologia em destaque. , 2008.

9. **Rosa, Daniel**, AVILLA, L. S. et al.
Análise Fecal e Hábitos Alimentares de Mamíferos de Médio e Grande Porte do Município de Varre-sai, Rio de Janeiro In: II Jornada de Zoologia da UNIRIO, 2007, Rio de Janeiro.
Anais da II Jornada de Zoologia da Unirio. , 2007.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. TUSHOLSKA, L., **Rosa, Daniel** et al.
Ectoparasitos (Diptera: Streblidae) de Morcegos de Duas Regiões de Altitude do Estado do Rio de Janeiro e Suas Relações Ecológicas Parasito-Hospedeiro In: IX Congresso de Ecologia do Brasil, 2009, São lourenço.
Anais do IX Congresso Brasileiro de Ecologia. , 2009.

2. **Rosa, Daniel**, TUSHOLSKA, L. et al.
Inventário da fauna de morcegos do Município de Sumidouro, Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro In: IX Congresso de Ecologia do Brasil, 2009, São Lourenço.
Anais do IX Congresso de Ecologia do Brasil. , 2009. v.Único.

Produção técnica
Demais produções técnicas

1. **Rosa, D.T.**, Gil, B. B. M. A. et al.
Introdução ao Estudo de Morcegos Neotropicais, 2009. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Raquel Justo Santos

Telefones: (21) 94251656/ (21) 83661549

CRBIO 91112

Habilitação categoria B

E-mail: raqueljustosantos@hotmail.com

Endereço: Av. Professora Romanda Gonçalves, 2088, Itaipu CEP: 24340090 - Niterói – RJ

- **Formação Acadêmica**

- **2010/2011 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ.**
  Mestrado em Biologia Animal – Especialização na Área de Ornitologia.

- **2005-2009 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ.**
  Graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura plena em Ciências Biológicas).

- **Formação complementar**

- Modelagem digital. (Carga horária: 40h) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil.
- Estatística univariada. (Carga horária: 40h) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil.
- Ecologia de Paisagens, Conservação e Manejo. (Carga horária: 12h). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil.
- Restauração e sucessão ecológica. (Carga horária: 16h). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil.
- Fotografia Científica Ambiental. (Carga horária: 60h).

Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

- **Consultorias prestadas**

- **Lenc - Laboratório de Engenharia e Consultoria**

  - Coordenador de campo, Ornitólogo e elaboração de relatório: Monitoramento da avifauna para ampliação do terminal de captação de gás da Petrobrás. Administrada por Petrobrás. (setembro/2012– até a presente data).

- **Lenc – Laboratório de Engenharia e Consultoria**

  - Coordenador de campo, Ornitólogo e elaboração de relatório: Monitoramento da avifauna para o gasoduto da Petrobrás. Administrada por Petrobrás. (janeiro/2013 – até a presente data).

- **Sigma – Pesquisas e Projetos**

- Biólogo e elaboração de relatório:

Resgate de fauna para construção de umas das estradas de acesso ao Complexo Petroquímico da Petrobrás (COMPERJ). Administrada por PETROBRAS. (março/2013 – setembro/2014).

- **Dossel Ambiental**

- Coordenador de campo e Ornitólogo: Monitoramento da avifauna para a linha de transmissão Colinas – São João do Piauí. Administrada por IENNE. (maio/2012 – até a presente data).

- Ornitólogo: Monitoramento da avifauna para a linha de transmissão Cuiabá – Caiapônia. Administrada por CATXERÊ. (julho/2012 – até a presente data)

- **Geobotânica empreendimentos florestais e ambientais LTDA**

- Ornitólogo: Primeira campanha de monitoramento para Ferrovia Vitória -

Minas. Administrada por Vale do Rio Doce. (Fev/2011)

- **Vereda Ambiental**

- Auxiliar de campo: Estudo para o EIA-RIMA de uma área destinada à construção de um aterro sanitário. (março – 2011)

- **Essati Engenharia**

- Auxiliar de campo: Estudo para o licenciamento de áreas de empréstimo destinada a obra do Arco Rodoviário Metropolitano – Rio de Janeiro. (abril – 2012).

- **Arbonobre Reflorestamento**

- Auxiliar de campo: Monitoramento em plantio silvicultural de *Toona Ciliata var. Australis (Cedro Australiano).* (julho – 2008).

- **Projetos de Pesquisa**

Participa de projetos de pesquisa com ênfase em ecologia de aves, tendo experiência no manejo e na identificação das espécies. Desenvolve projetos de pesquisa no tema biogeografia de aves insulares. Também participa de amostragens de longa duração e inventários rápidos.

- 2007/Atual – Participa do projeto na Estação Ecológica de Pirapitinga – Diversidade de Aves na Estação de Pirapitinga.
- 20007/Atual – Participa do projeto **Aves insulares da Costa Verde brasileira**. Com coletas concentradas nas ilhas da Marambaia e Itacuruçá.

- **Resumos expandidos publicados em anais de congressos**

1. SANTOS, R. J. ; Mendonça, J.O ; Bueno, C.C ; Ferreira, I. . Avifauna do município de Itatiaia: considerações preliminares. In: IX Congresso de Ecologia do Brasil, 2009, São Lourenço. Anais do IX Congresso de Ecologia do Brasil, 2009, 2009.

2. Bueno, C.C ; Ribeiro, A.N ; Luz, H.R. ; SANTOS, R. J. ; Ferreira, I. . Parâmetros biológicos de Ramphocelus bresilius LInnaeus 1766 (Passeriformes: Emberezidae: Thraupinae) na Ilha da Marambaia, Baía de Sepetiba, Mangaratiba, RJ. In: IX Congresso de Ecologia do Brasil, 2009, São Lourenço. Anais do IX Congresso de Ecologia do Brasil, 2009.

- **Resumos publicados em anais de congressos**

1. SANTOS, R. J. ; Luz, H.R. ; Peixoto, G. ; Bueno, C.C ; Ferreira, I. . Levantamento preliminar das aves de capoeira do Parque Nacional de Itatiaia. In: XVIII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009, Rio de Janeiro. Anais da XVIII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

2. Luz, H.R. ; Peixoto, G. ; Bueno, C.C ; SANTOS, R. J. ; Ferreira, I. . Postura do quero-quero Vanellus chilensis(Molina, 1782) no município de seropédica, RJ. In: XVIII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008, Rio de Janeiro. Anais da XVIII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

3. Peixoto, G. ; Luz, H.R. ; SANTOS, R. J. ; Bueno, C.C ; Ferreira, I. . Levantamento preliminar da avifauna na Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba, RJ. In: XVIII Jornada de Iniciação Científica na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008, Rio de Janeiro. Anais da XVIII Jornada de Iniciação Científica na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

4. Bueno, C.C ; Luz, H.R. ; Peixoto, G. ; SANTOS, R. J. ; Ferreira, I. . Aspectos biológicos de aves da Ilha da Marambaia. In: XVIII Jornade de Iniciação Científica na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008, Rio de Janeiro. Anais da XVIII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

5. Luz, H.R. ; Peixoto, G. ; Bueno, C.C ; SANTOS, R. J. ; Ferreira, I. . Registro do gavião-pombo-pequeno-Leucopternis lacernulatus(Temminck, 1827) predando Leptotila verreauxi- (Bonaparte, 1855) (Columbidae) na Ilha da Marambaia, Riode Janeiro, Brasil. In: XVIII Jornada de Iniciação Científica na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008, Rio de Janeiro. Anais da XVIII Jornada de Iniciação Científica na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

- **Artigos aceitos para publicação**

1. **JUSTO,** R. and Ferreira, I. **Birds of Marambaia Island**. Checklist, 2011.

- **Produção Científica**

1. SANTOS, R. J. ; Mendonça, J.O ; Bueno, C.C ; Ferreira, I. . Avifauna do município de Itatiaia: considerações preliminares. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

2. SANTOS, R. J. ; Luz, H.R. ; Peixoto, G. ; Bueno, C.C ; Ferreira, I. . Levantamento preliminar das aves de capoeira do Parque Nacional do Itatiaia. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

3. Bueno, C.C ; Ribeiro, A.N ; Luz, H.R. ; SANTOS, R. J. ; Ferreira, I. . Paramêtros Biológicos de Ramphocelus bresilius Linnaeus,1766 (Passeriformes: Emberizidae: Thraupinae) na Ilha da Marambaia, Baía de Sepetiba, Mangaratiba,RJ. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

4. Bueno, C.C ; SANTOS, R. J. ; Ribeiro, A.N ; Ferreira, I. . Comparação intra-específica dos aspectos biológicos de Ramphocelus Bresilius Linnaeus, 1766 na ilha da Marambaia, RJ.. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

5. Fonseca, E.S. ; Teixeira, G.M. ; Rodrigues, L. S. ; SANTOS, R. J. ; Junior, S.S. ; Mothé, H.F. . Darwin vai à escola. 2009. (Apresentação de Trabalho/Outra).

6. Fonseca, E.S. ; Teixeira, G.M. ; Rodrigues, L. S. ; SANTOS, R. J. ; Junior, S.S. ; Mothé, H.F. . Darwin nas escolas do município de Seropédica, RJ: o que ele viu por lá. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

7. Luz, H.R. ; Peixoto, G. ; Bueno, C.C ; SANTOS, R. J. ; Ferreira, I. . Postura do quero-quero Vanellus chilensis (Molina, 1782) no Município de Seropédica, RJ.. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

8. Luz, H.R. ; Peixoto, G. ; Bueno, C.C ; SANTOS, R. J. ; Ferreira, I. . Registro do gavião - pombo - pequeno - Leucopternis lacernulatus(Temminck,1827) predando Leptotila verreauxi-(Bonaparte, 1855)(Columbidae) na Ilha da Marambaia, Rio de Janeiro, Brasil. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

9. Bueno, C.C ; Luz, H.R. ; Peixoto, G. ; SANTOS, R. J. ; Ferreira, I. . Aspectos Biológicos de Aves da Ilha da Marambaia. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

10. Peixoto, G. ; Luz, H.R. ; SANTOS, R. J. ; Bueno, C.C ; Ferreira, I. . Levantamento preliminar da avifauna na Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba, RJ.. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Rogério Benevides De Miranda

Filiação: José Miranda e Regina C. Benevides de Miranda

Nascimento: 13/01/1981, Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Endereço residencial: Rua Prof. Teixeira da Rocha, 301

Casa 01, Vila da Penha, Rio de Janeiro

CEP: 21220-430

Telefone: (21) 3391-0414 (res.)

(21) 8206-7200 (cel.)

E-mail: rogeriobenevides@gmail.com

2. FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO

2002 - 2006 Licenciatura em Ciências Biológicas.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

2011 – 2013 Mestrado em Biologia Animal

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

3. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

03/2006 **Monitor do curso de Sistemática e História Natural dos Quirópteros.**

(Carga horária:12h)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

03/2006 **Monitor do curso de Estudo de Impacto Ambiental.** (Carga horária: 16h)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

07/2004 **Monitoramento de Anfíbios Anuros como Estratégia para Conservação.**
(Carga horária:15h)
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC-PR, Paraná, Brasil.

06/2003 **Diversidade na Ordem Primates (Mammalia)**. (Carga horária: 5h)

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, Minas Gerais, Brasil.

11/2003 **Introdução à Fotografia Científica**. (Carga horária: 16h)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

11/2003 **Ecologia de Florestas Tropicais**. (Carga horária: 12h)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

11/2002 **Conhecendo o Manguezal**. (Carga horária: 16h)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

4. ATUAÇÃO PROFISSIONAL

4.1 Estágios

09/2003 – 04/2007 **Estudos Taxonômicos e Ecológicos de Anfíbios e Répteis**; Coleta de Material Zoológico.

03/2003 – 09/2003 **CETAS-IBAMA (Centro de Triagem de Animais Silvestres)**; Manejo e

tratamento de animais apreendidos.

07/2002 – 12/2002 **Estudos Taxonômicos e Ecológicos de Peixes**; Coleta de Material Zoológico.

4.2 Participações em Projetos Científicos

07/2002 - 12/2002 **Bioecologia dos peixes e qualidade ambiental da Baía de Sepetiba, RJ: Padrões, processos, biomonitoramento e alterações ambientais, FAPUR.**

Coordenação: Prof. Dr. Francisco Gerson Araújo.

09/2003 - 08/2004 **Levantamento da diversidade de répteis e anfíbios da área de influência da UHE Simplício, FURNAS/FAPUR.**

Coordenação: Prof. Dr. Alexandre Fernandes Bamberg de Araujo.

09/2004 – 09/2005 **Anuros de Altitude em Itatiaia-RJ, Pro-Bio/MMA.**

(Bolsista CNPq).

Coordenação: Prof. Dr. Oswaldo Luis Peixoto.

10/2005 – 03/2007 **Projeto Diversidade de Anfíbios e Répteis do Estado do Rio de Janeiro (Mangaratiba-RJ), FAPERJ.**

Coordenação: Prof. Dr. Helio Ricardo da Silva.

08/2006 – 03/2007 **Fauna de Anfíbios e Répteis do Médio Paraíba do Sul (Sapucaia-RJ), ENGEVIX/FAPUR.**

Coordenação: Prof. Dr. Alexandre Fernandes Bamberg de Araujo.

11/2006 – 03/2007 **Insular (Marambaia-RJ), CNPq**

Coordenação: Prof. Dr. Helio Ricardo da Silva.

4.3 Participações em Consultorias Ambientais

09/2009 – 10/2009 **Consultoria: PAC Ferrovia Norte-Sul**
Monitoramento da Herpetofauna – Rio Verde, GO.
Contratante: LUPUS Consultoria Ambiental LTDA.

01/2010 **Consultoria: Gás-Pará**
Monitoramento da Mirmecofauna – Barcarena, PA.
Contratante: LUPUS Consultoria Ambiental LTDA.

02/2010 **Consultoria: PCH São Sebastião do Alto/Bom Jardim**
Monitoramento da Herpetofauna – S. S. do Alto/B. Jardim, RJ.
Contratante: LUPUS Consultoria Ambiental LTDA.

03/2010 – 04/2010 **Consultoria: LT Colinas**
Monitoramento da Herpetofauna – Colinas, TO; Goiatins, TO; R.Gonçalves, PI; Colônia do Gurguéia, PI.
Contratante: LUPUS Consultoria Ambiental LTDA.

11/2010 – 03/2011 **Responsável Técnico pelo Resgate da Fauna no Trabalho de Supressão Vegetal para Construção do Estaleiro dos Submarinos de Propulsão Nuclear e Convencional.**
Contratante: SIGMA Pesquisas & Projetos LTDA.

07/2011 – 06/2012 **Consultoria: LT Itatim**
Monitoramento da Herpetofauna – Ilha Solteira/SP; Chapadão do Sul/MS; Cassilândia/MS; Costa Rica/MS.
Contratante: Dossel Ambiental

5. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E ARTÍSTICA/CULTURAL

5.1 Resumos em anais de eventos

RAMALHO, W. P. ; VIANA, F. ; BENEVIDES, R. ; SILVA, E. P. ; ALVES-SILVA, R. . First record of Lithobates palmipes (Spix, 1824) (Anura, Ranidae) for the state of Piauí, Northeastern Brazil. Herpetology Notes, v. 4, p. 249-251, 2011.

BENMAMAN, P.; SENDAS, F.A.; MIRANDA, R.B.; SILVA, H.R.; ARAUJO, A.F.B.; SILVA, G.B.B.

Levantamento Preliminar da Anurofauna do Médio Paraíba do Sul. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE HERPETOLOGIA, 2004, Curitiba. 2004.

SILVA, A.A.J.S.; KNUPP, A.M.; BENMAMAN, P.; MIRANDA, R.B. **Quadro Epidemiológico da Febre Amarela no Brasil**. In: XII ENBIO - ENCONTRO DE BIÓLOGOS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO, 2003, Rio de Janeiro. 2003.

Amanda Rodrigues D' Agostino

Rua Maria Joaquina Ribeiro, 3 – Seropédica/RJ

amanda_rdag@yahoo.com.br – (21) 9388-2241

Formação Acadêmica

- Graduada em Medicina Veterinária pela UFRRJ conclusão em 2005.
- Mestrado em Microbiologia Veterinária UFRRJ conclusão 2009.

Experiência Profissional

- 07/01/2012 – 07/12/2012 Medica Veterinária técnica na empresa Ourofino Agronegócios. Atuando na linha de equinos da empresa.
- 01/07/2011 – 12/12/2011- CETAS – Unidade do Ibama localizada em Seropédica, atuando na reintrodução da fauna capturada ilegalmente.
- 30/11/2010 – 13/06/2011 – (Setor meio ambiente) Medica Veterinária responsável pelo resgate e tratamento de animais selvagem da construção da Base e Estaleiro Naval pela Marinha do Brasil que esta sendo realizado pela construtora Odebrecht, através da empresa Sigma Projetos e Pesquisas.
- 30/08/2010 – 03/09/2010 – (Setor meio ambiente) Médica Veterinária responsável pelo resgate e tratamento de animais selvagens da PCH - São Sebastião do Alto através da empresa Lupus Consultoria Ambiental.
- 16/08/2010 – 20/08/2010 – (Setor meio ambiente) Médica Veterinária responsável pelo levantamento de fauna da área a ser suprimida dentro da empresa NUCLEP, através da empresa Gomes e Brito Consultoria.
- 10/01/2010-10/06/2010 – (Setor meio ambiente) Medica Veterinária responsável pelo resgate e tratamento de fauna na obra "LT São João do Piauí PI – Milagres CE" pela empresa Dossel Ambiental.
- 02/01/2008-06/12/2009 - Medica Veterinária da Clínica de Eqüinos Montello Veterinários, localizada dentro da Sociedade Hípica Brasileira do RJ.
- 01/09/2003-15/12/2005 - Estagiária do Hospital Veterinário de Grandes Animais da UFRRJ

- 01/07/2003-01/09/2003 – Estagiaria do Hospital de Pequenos Animais da UMESP de SP na área de Anestesiologia Veterinária.
- 01/02/2003-01/06/2003 – Estagiária da Clínica de Eqüino Thomas Wolf, localizada dentro da Hípica Santo Amaro de SP.
- 11/10/2002-19/10/2002 – Estagiária do Hospital Veterinário de Grandes Animais de Indaiatuba SP. – Reprodução

Atividades adicionais

- I Simpósio de Anestesiologia Veterinária da FMVZ-UNESP – Botucatu – 2006
- 2002- Participações da quinta semana acadêmica de Medicina Veterinária- Grandes Animais – UFRRJ.
- 2001 - Participações da quarta semana acadêmica de Medicina Veterinária – Grandes e Pequenos Animais.
- 2001 – Curso Prático “Transferência de embriões em eqüinos”
- 2000 – Participações da terceira semana acadêmica de Medicina Veterinária – Grandes, pequenos e silvestres.
- Ingles Fluente – ano de conclusão: 1999 pela SKILL – Aliança Inglesa
- Espanhol básico

Anexo 2 Lista de animais resgatados					
				Coordenadas (UTM WGS84 23 k)	
Data	**Espécie**	**N**	**Local**	**x**	**y**
03/07/2013	*Liophis miliaris*	1	Itaoca	698546	7479955
10/07/2013	*Polychrus marmoratus*	1	Itaoca	699642	7480011
25/07/2013	*Boa constrictor*	1	Itaoca	699642	7480011
06/02/2014	*Rhinella ornata*	1	Guaxindiba	706736	7479505
06/03/2014	*Polychrus marmoratus*	2	Itambí	708429	7481848
24/03/2014	*Didelphis aurita*	1	Itambí	708629	7482614
27/03/2014	*Liophis miliaris*	1	Itambí	710022	7485047
23/05/2014	*Boa constrictor*	1	Guaxindiba	706482	7479248
13/08/2014	*Boa constrictor*	1	Salgueiro	700634	7479570
09/09/2014	*Cavia aperea*	3	Itambí	709977	7485000
09/09/2014	*Liophis miliaris*	1	Salgueiro	702218	7479662
22/09/2014	*Dasypus novemcinctus*	1	Jd. Catarina	704939	7479595
03/10/2014	*Philander frenatus*	1	Guaxindiba	706736	7479505
03/10/2014	*Liophis miliaris*	1	Guaxindiba	706736	7479505
06/10/2014	*Boa constrictor*	1	Jd. Catarina	704787	7479740
22/11/2014	*Tupinambis merianae*	1	Itambí	708406	7481726

Método
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura
Captura/Soltura

Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre da via especial UHOS de acesso ao COMPERJ.

Relatório Consolidado Monitoramento
Agosto de 2013 a Janeiro de 2015

Índice

1. INTRODUÇÃO 6
2. OBJETIVOS DO MONITORAMENTO NA ÁREA DE SOLTURA 7
3. METODOLOGIA 7
Material e métodos de amostragem 12
Tratamento dos dados 14
4. RESULTADOS NA ÁREA DE SOLTURA 16
5. ÁREA CONTROLE 59
6. MONITORAMENTO ESPÉCIES AMEAÇADAS 61
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 62
8. BIBLIOGRAFIA 63
9. CRONOGRAMA 67

Índice de Figuras

Figura 1. Área de soltura do Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre, Via de Acesso para Transporte de Equipamentos Especiais do COMPERJ (UHOS). 10

Figura 2. Detalhes da área de estudo do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. 11

Figura 3. Riqueza e abundância dos mamíferos registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015. 19

Figura 4. Frequência de ocorrência (%) das espécies de mamíferos registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015 20

Figura 5. Mamíferos registrados nas campanhas de campo do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Rato do mato Oligoryzomys flavescens; B. Cuíca Philander frenatus; C. Rato do mato Akodon sp. 21

Figura 6. Mamíferos no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Gambá Didelphis sp. B. Capivara Hydrochoerus hydrochaeris. C. ouriço-caxeiro Sphiggurus villosus. 22

Figura 7. Morcegos capturados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Morcego Myotis sp. B. Morcego Artibeus lituratus C. Morcego-beija-flor Glossophaga soricina. 23

Figura 8. Detalhes da coleta de mamíferos nas campanhas do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Pesagem e B. Biometria dos animais. C. A cuíca Philander frenatus encontrada com marcação teve seus dados registrados. 24

Figura 9. Detalhes das armadilhas de captura dos mamíferos utilizadas no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Redes-de-neblina. B. Armadilhas tipo Sherman e Tomahwk. C. Armadilhas de queda do tipo Pitfall. 25

Figura 10. Indicadores ecológicos das aves capturadas com redes de neblina no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a julho de 2014. A. Riqueza e abundância. B. Diversidade H' e Equitabilidade J'. 38

Figura 11. Frequência de ocorrência (%) das espécies de aves capturadas com redes de neblina no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015. 41

Figura 12. Aves capturadas com redes de neblina no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Canário-do-campo Emberizoides herbicola; B. Cambacica Coereba flaveola; C. Tiê-sangue Ramphocelus bresilius. 43

Figura 13. Aves capturadas nas campanhas de campo do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Bico-chato-amarelo Tolmomyias flaviventris; B. Martim-pescador-pequeno Chloroceryle americana; C. Trinca-ferro Saltator maximus. 44

Figura 14. Aves capturadas nas campanhas de campo do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Rendeira Manacus manacus; B. Guaracava de barriga amarela Elaenia flavogaster; C. Vite-vite Hylophilus thoracicus. 45

Figura 15. Aves registradas nas campanhas de campo do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Choca da mata Thamnophilus caerulescens B. Garrinchão de barriga vernelha Canthorchilus leucotis. C. Curió Sporophila angolensis. 46

Figura 16. O filipe Myiophobus fasciatus registrado na quarta campanha de campo do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. 47

Figura 17. O pica-pau-anão-barrado Picumnus cirratus registrado no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. 47

Figura 18. O sabiá-poca Turdus amaurochalinus registrado no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. 48

Figura 19. A chibum Elaenia chiriquensis registrado no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS 48

Figura 20. O tiziu Volatina volatina registrado no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. 49

Figura 21. Indicadores ecológicos dos anfíbios e répteis registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015. 53

Figura 22. Frequência de ocorrência (%) dos anfíbios e répteis registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015 54

Figura 23. Anfíbios e répteis registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Rã Leptodactylus fuscus; B. Bico-doce Ameiva ameiva; C. Perereca-amarela Scinax alter. 55

Figura 24. A perereca Hypsiboas albomarginatus registrada no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. 56

Figura 25. Amostragem dos anfíbios e répteis no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS A. Instalação dos pitfalls; B. Busca ativa nas poças e alagados..... 57

Figura 26. Amostragem dos anfíbios e répteis no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS A. A falsa-coral Oxyrhopus petola; B. lagarto Mabuya agilis; C. o teiú Tupinambis merianae. 58

Índice de Quadros

Quadro I. Espécies de mamíferos registradas no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015. 18

Quadro II. Indicadores ecológicos dos mamíferos registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015..... 19

Quadro III. Frequência de ocorrência dos mamíferos registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015..... 20

Quadro IV. Espécies de aves observadas nas campanhas do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015. 30

Quadro V. Espécies de aves capturadas com redes de neblina no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015..... 37

Quadro VI. Indicadores ecológicos das aves capturadas com redes de neblina no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015..... 38

Quadro VII. Frequência de ocorrência das aves capturadas com redes de neblina no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015..... 40

Quadro VIII. Espécies de aves anilhadas capturadas no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015. 42

Quadro IX. Espécies de anfíbios e répteis registrados nas campanhas do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015..... 52

Quadro X. Indicadores ecológicos da herpetofauna registrada no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015..... 53

Quadro XI. Frequência de ocorrência dos anfíbios e répteis registrados no monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015..... 54

1. INTRODUÇÃO

A Via de Acesso UHOS (*Ultra Heavy and Over Size*) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí, interligará o futuro píer da Praia da Beira à BR-493, na altura da Estrada de Acesso Principal que será construída para o COMPERJ. A Via servirá de acesso para a passagem de equipamentos de dimensões especiais para a implantação do COMPERJ.

Segundo dados do EIA/ RIMA, o empreendimento insere-se na região de domínio do Bioma Mata Atlântica, em área de ocorrência natural de manguezais e floresta ombrófila densa, todavia este ecossistema encontra-se muito degradado pelo processo histórico de ocupação e uso do solo, especialmente pelo avanço da malha urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Observa-se que a AII abrange os limites de duas Unidades de Conservação Federais: a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e a Estação Ecológica da Guanabara.

Conforme previsto no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre visa desenvolver ações de manejo da fauna para a mitigação de impactos referentes à supressão vegetal no desenvolvimento das obras de implantação da Via de Acesso UHOS do COMPERJ, através da remoção ou aproveitamento científico de espécies da fauna terrestre. A fauna terrestre será manejada durante os trabalhos de supressão vegetal utilizando-se técnicas tradicionais de captura,contenção, marcação, transporte e translocação. O Plano também prevê o monitoramento da fauna terrestre na área de soltura, em campanhas bimestrais.

Este documento apresenta as atividades desenvolvidas durante o Monitoramento da Fauna na Área de Soltura na APA Guapimirim, entre os meses de agosto de 2013 a janeiro de 2015.

2. OBJETIVOS DO MONITORAMENTO NA ÁREA DE SOLTURA

O objetivo geral do monitoramento da fauna na área de soltura é identificar e acompanhar possíveis impactos causados pela soltura das espécies reintroduzidas e gerar informações que possam minimizar a influência dos impactos ambientais e estabelecer meios para sua aplicabilidade. São objetivos específicos do monitoramento:

- Estimar riqueza, abundância, diversidade e outros indicadores ecológicos relevantes da área de soltura;
- Analisar os indicadores ecológicos sob aspectos espaciais e temporais;
- Identificar e caracterizar os usos específicos dos habitats, como área de reprodução e alimentação; assim como sua composição taxonômica, distribuição geográfica e aspectos ecológicos;
- Colaborar na proposição de estratégias de manejo e conservação da fauna local visando a mitigação dos possíveis impactos ambientais causados pelo empreendimento;
- Realizar o Monitoramento Específico das Espécies Ameaçadas de Extinção, baseado no estudo de populações;
- Ampliar o conhecimento sobre a fauna silvestre da região como subsídio para o manejo da conservação da biodiversidade.

3. METODOLOGIA

Região de estudo - Área de soltura via UHOS (APA Guapimirim/ ESEC Guanabara)

A área de soltura dos animais capturados no resgate da via UHOS está localizada na APA Guapimirim (21°41'00" e 42°59'14"), e possui cerca de três hectares. Esta área foi escolhida em reunião com a Direção das Unidades de Conservação (APA Guapimirim e ESEC Guanabara). O acesso se dá pela sede da Unidade de Conservação, na rodovia BR-493, altura do km 12,5. A área de soltura escolhida está de acordo com o Plano de Trabalho, baseado no protocolo da IUCN (1987), que trata de reintroduções de animais silvestres:

- Está dentro da área de distribuição das espécies;
- Mínimo de atividade antrópica na área;
- Disponibilidade de habitats adequado para cada espécie (fitofisionomias);
- Capacidade suporte e;
- Possui rotas de fuga como rios ou corredores ecológicos.

A área de soltura está localizada as margens do rio Macacu (bacia da Baía de Guanabara), no seu trecho final, em um terreno com muita influência das marés, onde pode ser observada uma mata secundária arbóreo-arbustiva nas partes mais altas. É um ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, uma zona úmida. O solo caracteriza-se por ser úmido, lodoso, e com grande quantidade de matéria orgânica em decomposição, por vezes apresenta odor característico. O solo serve como habitat para espécies como caranguejos, com muita influência dos manguezais da baía.

Segundo dados do ICMBio, a região em que está inserida a APA Guapimirim e Estação Ecológica da Guanabara está localizada em uma área com alta pluviosidade. As médias de temperatura desta região são bem próximas das que caracterizam o Rio de Janeiro, com verões quentes e máximas absolutas superiores aos 38°C, e invernos com temperaturas mais amenas.

A ESEC da Guanabara e APA de Guapimirim estão localizadas em região de baixadas, que são formadas por sedimentos flúvio-marinhos, derivados de deposições em grande parte vindas das regiões serranas, com altitudes inferiores a 20 metros. A área da APA de Guapimirim é drenada pelos baixos cursos de diversos rios e canais, sendo que os rios Guapimirim/ Macacu, Caceribu e Guaxindiba/ Alcântara se destacam pela maior vazão. Há ainda os cursos d'água interiores à APA, cujos principais representantes são o Guaraí e o Guaraí-Mirim.

A região hidrográfica contribuinte para a APA de Guapimirim, tem cerca de 2.890 km^2 e as principais bacias são as dos rios Imboaçu, Guaxindiba/ Alcântara, Caceribu, Guapimirim/ Macacu, Roncador, Iriri e Suruí. Apenas três sub-bacias deságuam diretamente na área da EE da Guanabara, quais sejam: as bacias dos rios Guapimirim/ Macacu, Macacu/ Caceribu e Guaxindiba. O rio Guapimirim/ Macacu é o de maior vazão de toda a região hidrográfica da Baía de Guanabara, sendo o fornecedor de água potável para todos os municípios da sua região leste, com exceção de Rio Bonito.

De uma forma geral, a cobertura vegetal da EE da Guanabara está representada em sua totalidade por florestas de manguezal, que abrangem em sua maioria porções de vegetação primária ou secundária em estágio final de regeneração. O manguezal da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara é do tipo ribeirinho (ARAUJO & MACIEL, 1979), ocupando o aluvião ao longo dos rios e riachos abrangidos em seus limites.

Das sete espécies de manguezal ocorrentes no Brasil (SCHAEFFER-NOVELLI & CINTRON, 1986), três são amplamente registradas em sua área: *Rhizophora mangle* (mangue vermelho), *Avicennia schaueriana* (mangue preto) e *Laguncularia racemosa* (mangue branco). Segundo SOARES et al. (2003), essas espécies interagem segundo suas exigências fisiológicas e tolerâncias ambientais formando bosques, que podem ser monoespecíficos ou mistos.

Além das espécies vegetais típicas de manguezal registradas, observa-se nessas áreas espécies invasoras como *Hibiscus pernambucensis* (algodão do brejo),

Acrostichum aureum (samambaia do brejo) e *Typha* sp., ocupando geralmente regiões de clareira dentro do ecossistema manguezal. Compondo essa vegetação mais comum, observa-se também a presença de gramíneas da espécie *Spartina alterniflora* e de ilhas de vegetação conhecidas como “balseiras”, observadas no ambiente aquático, formadas principalmente por *Eichornia crassipes* (aguapé). Destaque pode ser dado ainda a espécie de erva de passarinho (Loranthaceae), hemiparasitas comumente registradas nos galhos de *L. racemosa.*

No caso da avifauna, foram registradas 172 espécies, pertencentes a 45 famílias, envolvendo um complexo grupo de aves residentes, visitantes e espécies que nidificam na região. Não há informações sobre o endemismo local de tais espécies, mas várias são citadas como endêmicas do Brasil. A alta diversidade específica da avifauna enfatiza a importância da APA de Guapimirim enquanto área de pouso de aves de arribação.

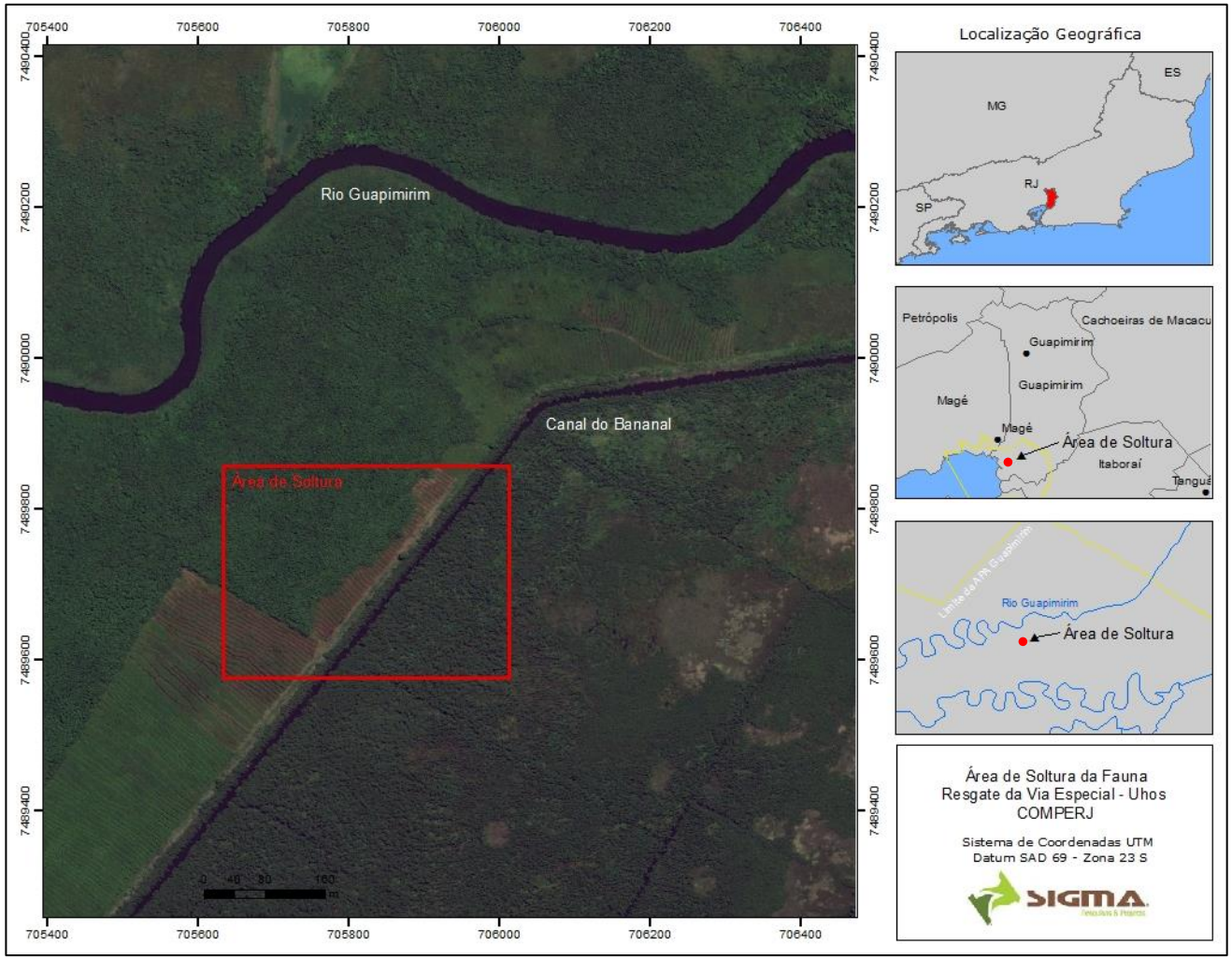


Figura 1. Área de soltura do Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre, Via de Acesso para Transporte de Equipamentos Especiais do COMPERJ (UHOS).

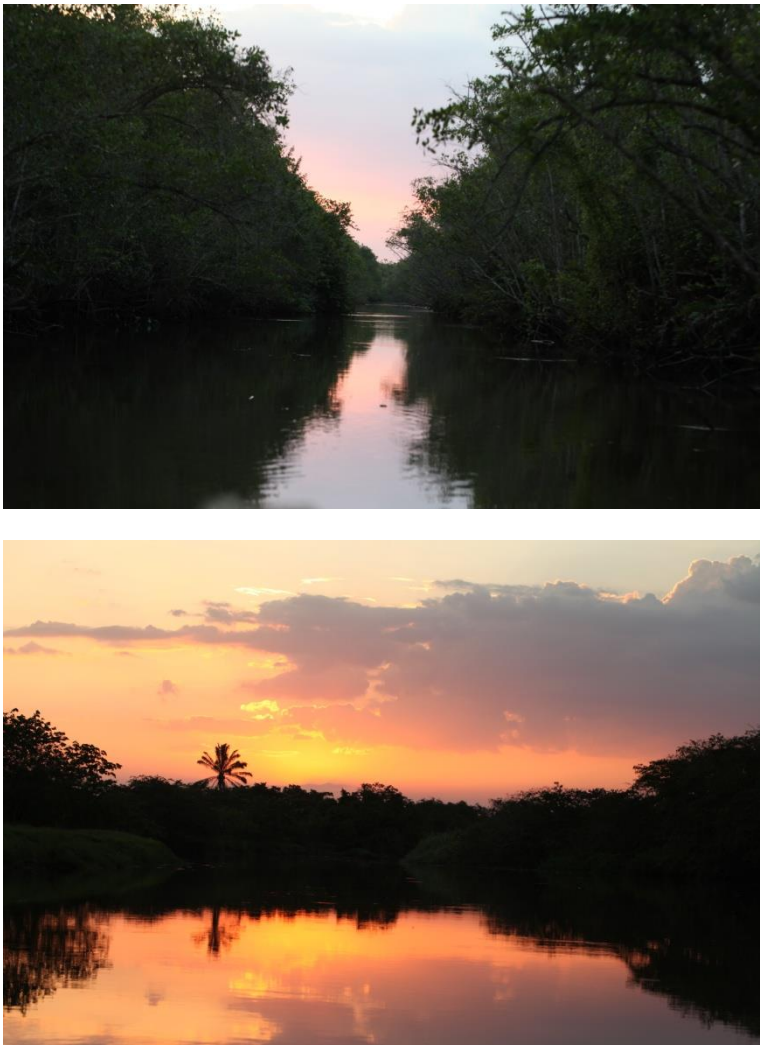


Figura 2. Detalhes da área de estudo do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS.

Material e métodos de amostragem

A metodologia proposta foi baseada em estudos publicados em literatura especializada (CHEREM et al. 2007, SUTHERLAND et al. 2004, CECHIN & MARTINS 2000, BECKER & DALPONTE 1991, KUNZ & KURTA 1988) e no Programa de Monitoramento da área de influência direta da Via de Acesso para o Transporte dos Equipamentos Especiais.

Mastofauna

- Censo visual, vocalização e vestígios:

Em cada fragmento foi estabelecido um transecto de aproximadamente 200 metros, que foi percorrido para o registro visual e/ou auditivo das espécies da mastofauna em atividade. Foram anotadas informações em cadernos de campo, como tipo de registro (avistamento e/ou vocalização), habitat etc. Foram considerados vestígios da presença das espécies como rastros, pêlos, fezes, ossos etc. (BECKER & DALPONTE 1991), além do encontro casual com espécies durante o deslocamento da equipe de carro ou animais atropelados em estradas (CHEREM et al. 2007).

- Captura (armadilhas de queda ou *pitfall*):

Em cada fragmento de amostragem foram instalados três transectos de armadilhas de queda ou pitfalls (CECHIN & MARTINS 2000). Indicadas para captura de espécies de serrapilheira, como pequenos répteis, anfíbios, mamíferos e invertebrados (NATURAE 1995; PINTO-DA-ROCHA et al. 2007; SANTOS-FILHO et al. 2006; SILVA JR. et al. 2008). Estes tipos de armadilha são capazes de capturar principalmente mamíferos de pequeno porte, como roedores e marsupiais (ordens Rodentia e Didelphimorphia). As armadilhas foram as mesmas utilizadas para a captura da herpetofauna. Foram utilizadas armadilhas de queda (pitfall) com baldes de 60 litros, com padrão em três transectos paralelos e redes de desvio (drift-fences) de 0,5 m de altura. Cada transecto de pitfall, distantes entre si pelo menos 100 m, foi constituído por cinco baldes plásticos, enterrados ao nível do solo a intervalos de 5 m, interligados pelas drift-fences.

- Captura (armadilhas Sherman e Tomahawk):

Foram utilizadas armadilhas de captura viva, dos tipos gaiola fechada (*Sherman*) e aberta (*Tomahawk*) (VOSS & EMMONS 1996). No fragmento amostral foram estabelecidos três transectos retilíneos perpendiculares aos transectos de armadilhas de queda (pitfall). Em cada transecto foram utilizadas cinco armadilhas do tipo Tomahawk (45 x 21 x 21 cm) e cinco armadilhas do tipo Sherman (43 x 12,5 x 14,5 cm ou 25 x 8 x 8 cm), intercaladas com distância de 10 metros entre si (total de 30 armadilhas, 10 por transecto). As armadilhas do tipo Tomahawk foram colocadas no solo e as armadilhas tipo Sherman foram colocadas no sub-bosque, a uma altura entre

1,5 e 2 m. Cada armadilha foi iscada com uma mistura de frutas (banana, abacaxi ou laranja), pasta de amendoim, bacon e atum.

- Captura (redes de neblina):

Para captura dos morcegos, foi estabelecido o uso de três transectos compostos por duas redes (10 metros de comprimento e 2,5 m de altura, malha 32 mm) em cada fragmento amostral. As redes foram abertas a partir do horário crepuscular até as 22 horas, sendo vistoriadas a intervalos de 20 a 30.

Avifauna

- Censo visual, vocalização e vestígios:

Foi estabelecido um transecto de aproximadamente 200 metros, que foi percorrido nas primeiras horas da manhã (entre 5:00 e 10:00 horas), para evitar os períodos de calor mais intenso, quando a atividade das aves diminui, e obter a maior cobertura geográfica possível a fim de caracterizar a ornitofauna regional. Ao percorrer o transecto, o observador faz o registro visual e/ou auditivo das espécies em atividade (VERNER & RITTER, 1985; BIBBY et al., 1993; BUB, 1991, 1995; THOMPSON et al., 1998) em um raio de 50 metros. Foram anotadas informações em cadernos de campo, como tipo de registro (avistamento e/ou vocalização), habitat, estrato da floresta, grau de sociabilidade intra e interespecífica e aves em forrageamento (tipo do substrato).

As vocalizações foram registradas por meio de gravadores, sendo utilizada a técnica de playback para visualizar a espécie em questão ou confirmar sua presença (CESTARI 2007). Também durante os censos, quando possível, foram gravadas as vocalizações das espécies registradas, por meio de equipamentos específicos para estudos ornitofaunísticos. Foram considerados vestígios da presença das espécies como penas, ninhos, ovos, pegadas etc, além da observação de aves durante o deslocamento da equipe ou animais atropelados em estradas.

- Captura (redes de neblina):

Foi estabelecido o uso de três transectos compostos por duas redes (10 metros de comprimento e 2,5 m de altura, malha 32 mm) em cada fragmento amostral. As linhas de captura foram montadas perpendicularmente aos transectos terrestres, minimamente espaçadas, sendo vistoriadas em intervalos de 20 a 30 minutos. As observações das redes de neblina foram realizadas entre 5:30 e 11:30 horas, um total de seis horas diárias.

Herpetofauna

- Censo visual, vocalização e vestígios:

Em cada fragmento foi estabelecido um transecto de aproximadamente 100 metros, que foi percorrido para o registro visual e/ou auditivo das espécies da herpetofauna em atividade (BERTOLUCI & RODRIGUES 2002; CROUCH & PATON 2002; FEIO & CARAMASCHI 2002). Deve ser feita a procura embaixo de pedras, troncos, bromélias e outros ambientes favoráveis a ocorrência das espécies ao longo do transecto. Foram anotadas informações em cadernos de campo, como tipo de registro (avistamento e/ou vocalização), habitat etc. Tendo em vista aspectos da termoregulação dos répteis e anfíbios, foi realizado o percurso dos transectos em horário matutino e crepuscular, com o uso de lanternas (KARNS 1986). Também durante os censos, quando possível, foram gravadas as vocalizações das espécies registradas, por meio de equipamentos específicos.

Foram considerados vestígios da presença das espécies como rastros, ovos, pele etc, além de procura em alagados ou poças sazonais e o encontro casual com espécies durante o deslocamento da equipe de carro ou animais atropelados em estradas.

- Captura (armadilhas de queda ou pitfall):

Foram utilizadas as mesmas armadilhas instaladas para captura de pequenos mamíferos. Indicadas para captura de espécies de serrapilheira, como pequenos répteis, anfíbios, mamíferos e invertebrados, as armadilhas de queda foram padronizadas como principal método de coleta herpetológica (NATURAE 1995; PINTO-DA-ROCHA et al. 2007; SANTOS-FILHO et al. 2006; SILVA JR. et al. 2008). Foram utilizadas armadilhas de queda (pitfall) com baldes de 60 litros, com padrão em três transectos paralelos e redes de desvio (drift-fences) de 0,5 m de altura. Cada transecto de pitfall, distantes entre si pelo menos 100 m, foi constituído por cinco baldes plásticos, enterrados ao nível do solo a intervalos de 5 m, interligados pelas drift-fences.

Tratamento dos dados

Foram realizadas amostragens quali-quantitativas. As amostragens qualitativas incluem as coletas nos fragmentos de monitoramento e nos alagadiços, poças ou qualquer outro lugar dentro da AID, com esforço não padronizado. As amostragens quantitativas são os registros feitos nos fragmentos de monitoramento, com esforço padronizado e metodologia descrita neste documento. Os dados quantitativos são comparáveis, espacialmente ou temporalmente.

Todos os animais capturados foram submetidos ao registro, identificação e sexagem, com o uso de planilha própria; e soltos no mesmo local de captura. Não foi feita nenhuma marcação nos espécimes coletados. Os dados levantados foram analisados seguindo os princípios gerais de estudo de comunidades:

Riqueza - Número de espécies.

Abundância – Número de exemplares de cada espécie.

Diversidade (H') - A visualização da estrutura quantitativa das comunidades foi efetuada utilizando o índice de diversidade (SHANNON 1949). Esse índice é apropriado para amostras aleatórias de espécies de uma comunidade, e é representado pela equação:

$$H' = \sum PiLogPi$$

Onde,
Pi a probabilidade de captura de cada espécie dentro da unidade amostral.

Equitabilidade (J') - A medida de equitabilidade compara a diversidade se Shanon-Wiener com a distribuição das espécies observadas que maximiza a diversidade.

$$J' = H' / \ln (S)$$

Onde,
H' = Diversidade de Shannon;
S = número de espécies.

Frequência de Ocorrência (c) - É dada pela relação entre o número de vezes que uma dada espécie esteve presente em uma série amostral e o total de amostragens realizadas.

4. RESULTADOS NA ÁREA DE SOLTURA

Foram registradas 10 espécies de mamíferos: gambá *Didelphis* sp., cuíca-cinza-de-quatro-olhos *Philander frenatus*, os ratos-do-mato *Akodon* sp. e *Oligoryzomys flavescens*, capivara *Hydrochoerus hydrochaeris*, ouriço-caxeiro *Sphiggurus villosus*, furão *Galictis cuja* e os morcegos *Myotis* sp., *Glossophaga soricinia* e *Artibeus lituratus*.

Todas as espécies são comuns da Mata Atlântica, particularmente em áreas de manguezal. A maior riqueza, abundância e diversidade das espécies de mamíferos ocorreram nos meses mais secos do período, que pode ter influenciado a distribuição das espécies. A área de soltura está localizada entre o rio Guapimirim e o Canal da Banana, em um terreno com muita influência das marés.

A cuíca-cinza-de-quatro-olhos *Philander frenatus* foi registrada na área de estudo em mais de 77% das campanhas realizadas. A espécie apresenta no dorso pelagem corporal geralmente cinza escuro uniforme, com pêlos curtos e densos; região ventral amarelo-esbranquiçada e cauda preênsil. São escansoriais (adaptado a subir em árvores), solitários e noturnos. Alimentam-se de pequenos vertebrados, invertebrados e frutos. Ocorrem do México, estendendo-se pela América Central e América do sul até o Paraguai e nordeste da Argentina. No Brasil, ocorrem da Bahia ao Rio Grande do Sul. Habitam regiões de floresta, campo, pântanos e semelhantes a savana, como o Cerrado brasileiro (EISENBERG e REDFORD 1999).

Os gambás do gênero *Didelphis* habitam toda a região neotropical, podendo atingir 60 a 90 centímetros de comprimento e pesar até 1,6 kg. Alimentam-se de insetos, larvas, frutas, pequenos roedores, ovos, cobras e etc. Habitam florestas, regiões cultivadas e áreas urbanas em toda a Mata Atlântica e Restinga brasileira.

Os roedores pertencentes ao gênero *Akodon* são distribuídos por toda a América do Sul sendo representados por 41 espécies. Particularmente para o Brasil, são consideradas 10 espécies (PAGLIA et al. 2012) e a exceção de *A. toba*, todas as espécies brasileiras apresentam algum grau de sobreposição em suas áreas de distribuição (BONVICINO et al. 2008), havendo inclusive registros de simpatria (FAGUNDES et al. 1998, GEISE et al. 1998).

O *Oligoryzomys flavescens* é uma espécie que se distribui do sul do estado da Bahia até o Rio Grande do Sul (BONVICINO et al. 2008); norte no Uruguai e na Argentina central até Buenos Aires (EISENBERG e REDFORD 1999). A cauda não ultrapassa os 138 mm, com a coloração dorsalmente marrom e ventralmente amarela esbranquiçada, às vezes misturada com cinza. Nas laterais do corpo e na parte posterior é fortemente alaranjado (EISENBERG e REDFORD 1999). Possui hábitos escansorial e noturno, dieta frugívora-granívora-insetívora e parece ser normalmente encontrado nas proximidades de corpos d´água (EISENBERG e REDFORD 1999; FONSECA et al., 1996).

A presença de capivaras *Hydrochoerus hydrochaeris* é muito comum na região, e foram feitas observações desta espécie na área de estudo. A observação desta espécie foi feita em mais de 66% das coletas, umas das mais frequentes do monitoramento. É considerado o maior roedor do mundo, e habita regiões úmidas de toda a América do Sul. O corpo das capivaras é maciço e pesado, têm membros curtos que contrastam com o tronco robusto, e seu peso pode variar de 27 a 80 quilos. Vivem em bandos, que podem compreender desde um casal com filhotes até um grupo maior, com vários espécimes adultos.

Foram capturadas duas espécies de morcego da família Vespertilionidae: *Myotis* sp. e *Glossophaga soricinia* (Morcego-beija-flor). O gênero *Myotis* é extremamente diverso, sendo atualmente reconhecidas 103 espécies, além de 94 subespécies as quais não foram avaliadas satisfatoriamente quanto seu status taxonômico. Para a América do Sul são reconhecidas 12 espécies, das quais cinco são consideradas politípicas, dentre elas *Myotis nigricans*, táxon considerado um complexo de espécies.

O morcego-beija-flor *Glossophaga soricina*, possui focinho e língua compridos, relacionados ao seu hábito alimentar, que inclui pólen e néctar de flores noturnas. Todavia ainda podem se alimentar de frutos e alguns insetos. Ocorre em ambientes úmidos e escuros, como tocas, furnas, cavernas, porões, galpões, principalmente em áreas rurais, mas está presente também em locais urbanos.

Outra espécie de morcego capturada foi morcego-das-frutas *Artibeus lituratus*, uma das espécies frugívoras mais comuns em zona urbana. Por causa do seu habito alimentar, desempenham um importante papel na polinização de plantas e dispersão de sementes. Os indivíduos desta espécie possuem coloração acinzentada, com quatro listras brancas faciais, bem evidentes; e apresentam uma folha nasal na extremidade do focinho. São solitários ou vivem em pequenas colônias de geralmente 5 a 16 indivíduos.

Na campanha de julho de 2014 foi capturada na armadilha Tomahawk uma cuíca *Philander frenatus* com uma marcação na orelha. Foram tomadas suas medidas biométricas e o animal foi devolvido ao ambiente no mesmo local de captura.

Espécie	Peso	Comp corpo	Comp cauda	N
Philander frenatus	670g	28,5cm	29cm	O481

Na quarta campanha, em março de 2014, foi capturada uma cuíca *Philander frenatus* com filhotes no marsúpio, que indica que o período reprodutivo da espécie na área de estudo pode ser no final da estação chuvosa. A cuíca *P. frenatus* é mais abundante nos anos secos, a distribuição da espécie pode ser influenciada por diferenças na dieta, ligadas a mudanças de disponibilidade de recursos (CROUZEILLES et al 2010).

Quadro I. Espécies de mamíferos registradas no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Táxon	Nome comum	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
ORDEM DIDELPHIMORPHIA										
Família Didelphidae										
Didelphis sp.	Gambá				1					
Philander frenatus	Cuíca-cinza-de-quatro-olhos	3	1		1	2	2	1		1
ORDEM RODENTIA										
Familia Muridae										
Akodon sp.	Rato-do-mato	2								
Oligoryzomys flavescens	Rato-do-mato		2				2			
Família Caviidae										
Hydrochoerus hydrochaeris	Capivara	1	1			2	6	1		3
Sphiggurus villosus	Ouriço-caxeiro								1	
ORDEM CHIROPTERA										
Família Vespertilionidae										
Myotis sp.	Morcego	1		1						1
Glossophaga soricinia	Morcego-beija-flor		5							
Família Phyllostomidae										
Artibeus lituratus	Morcego				1	1				
ORDEM CARNIVORA										
Família Mustelidae										
Galictis cuja	Furão									1

Quadro II. Indicadores ecológicos dos mamíferos registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Indicadoores	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
Riqueza	4	4	1	3	3	3	2	1	4
Abundância	7	9	1	3	5	10	2	1	6
Diversidade H'	1,28	1,15	0	1,10	1,06	0,95	0,69	0	1,24
Equitabilidade J'	0,921	0,829	0	1,000	0,960	0,865	1,000	0	0,896

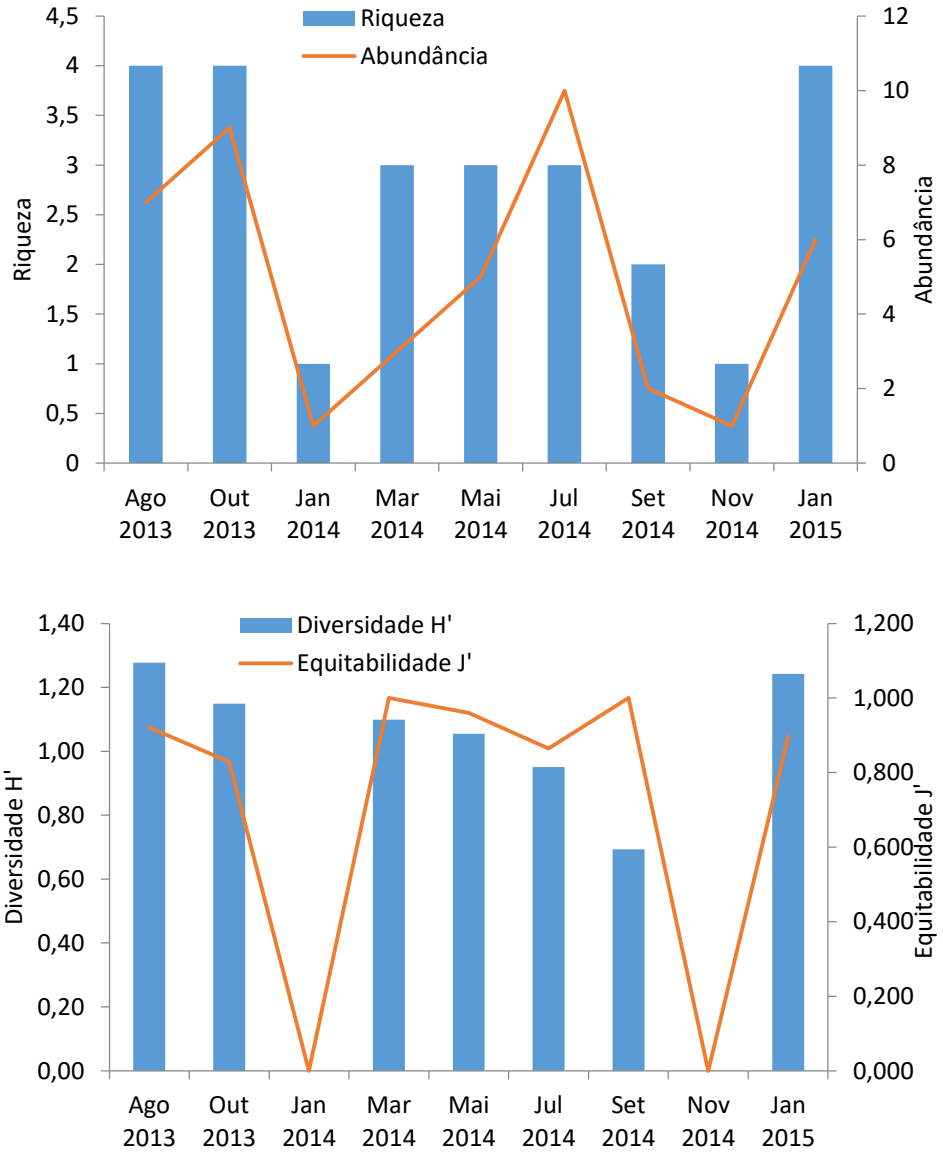


Figura 3. Riqueza e abundância dos mamíferos registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Quadro III. Frequência de ocorrência dos mamíferos registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Espécie	FO (%)
Philander frenatus	77,8
Hydrochoerus hydrochaeris	66,7
Myotis sp.	33,3
Oligoryzomys flavescens	22,2
Artibeus lituratus	22,2
Didelphis sp.	11,1
Akodon sp.	11,1
Sphiggurus villosus	11,1
Glossophaga soricinia	11,1
Galictis cuja	11,1

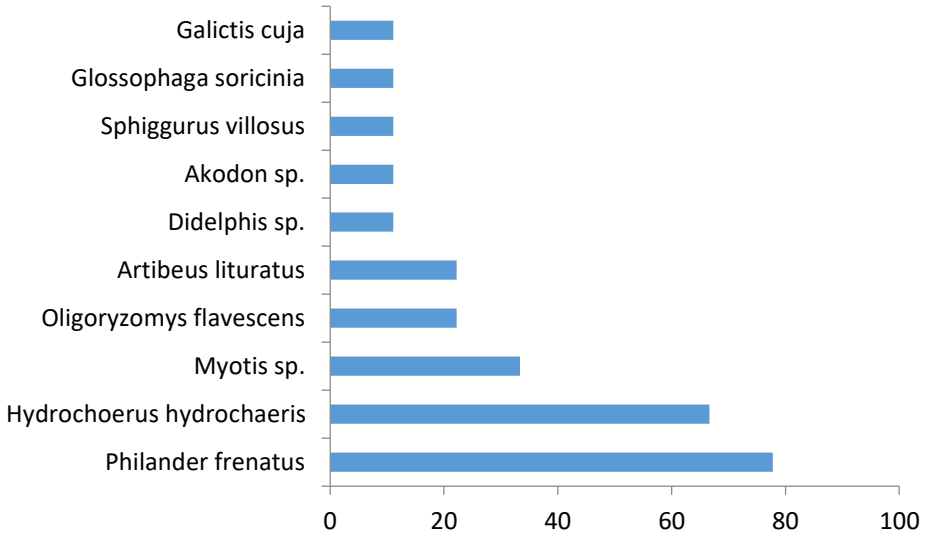


Figura 4. Frequência de ocorrência (%) das espécies de mamíferos registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

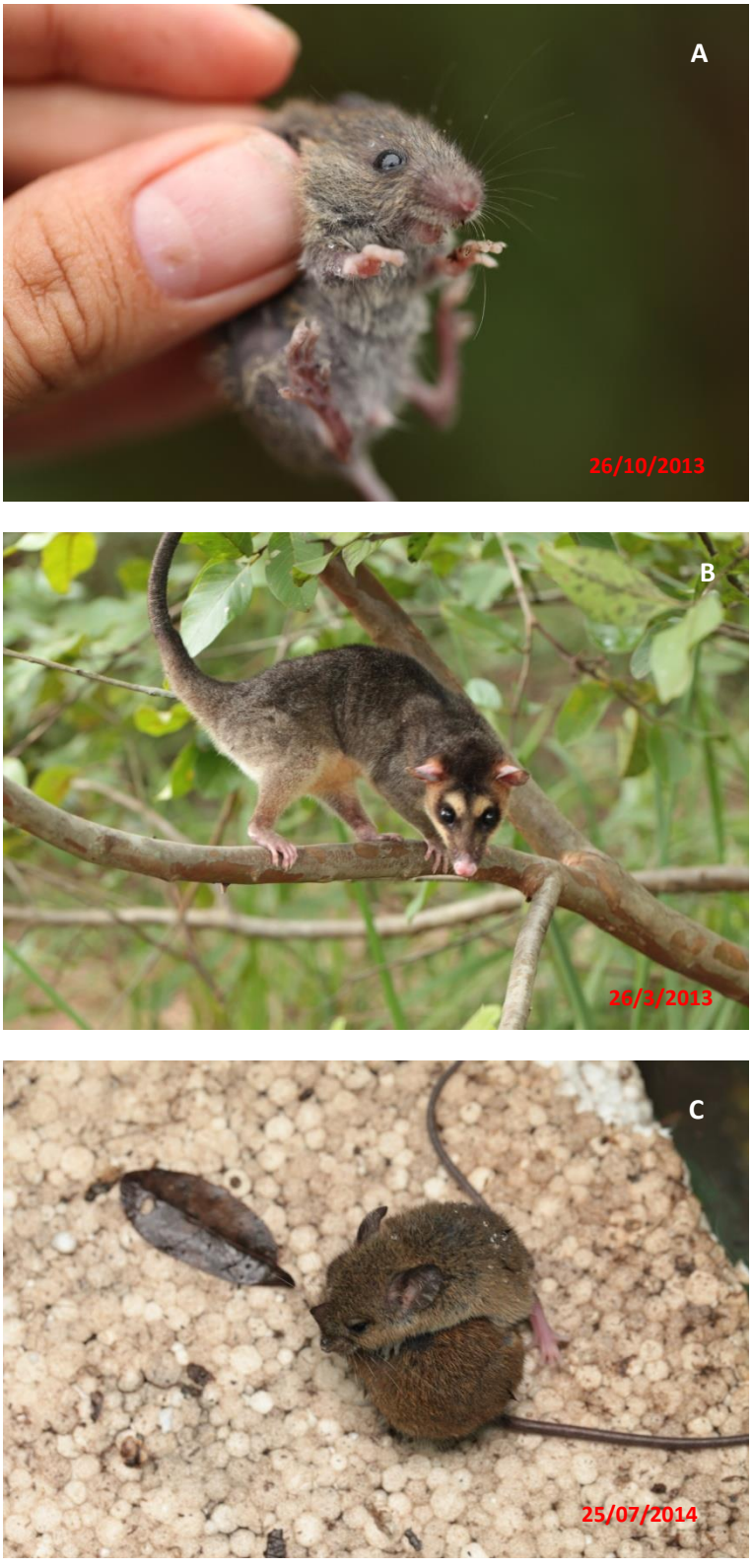


Figura 5. Mamíferos registrados nas campanhas de campo do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Rato do mato *Oligoryzomys flavescens*; B. Cuíca *Philander frenatus*; C. Rato do mato *Akodon* sp.

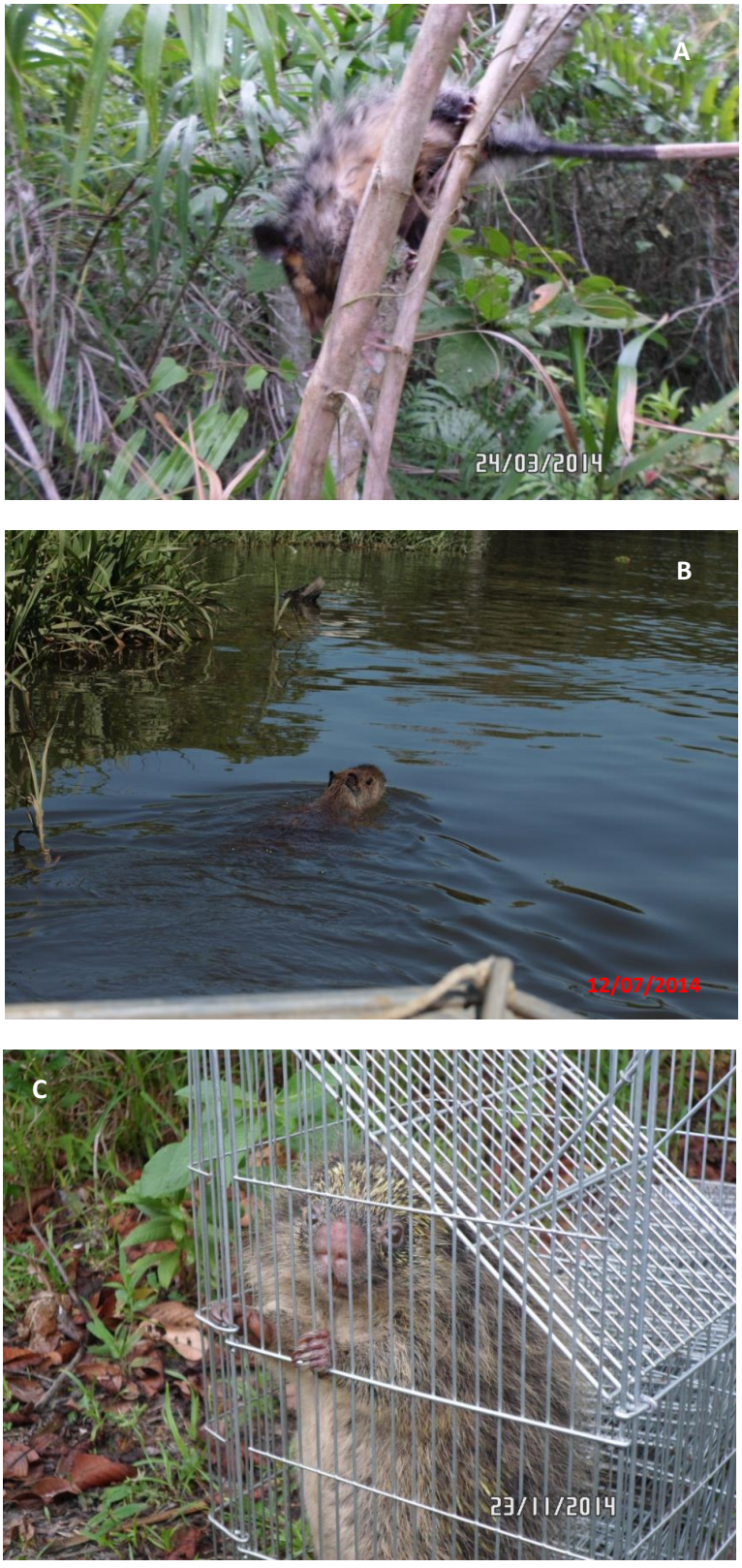


Figura 6. Mamíferos no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Gambá *Didelphis* sp. B. Capivara *Hydrochoerus hydrochaeris*. C. ouriço-caxeiro *Sphiggurus villosus*.

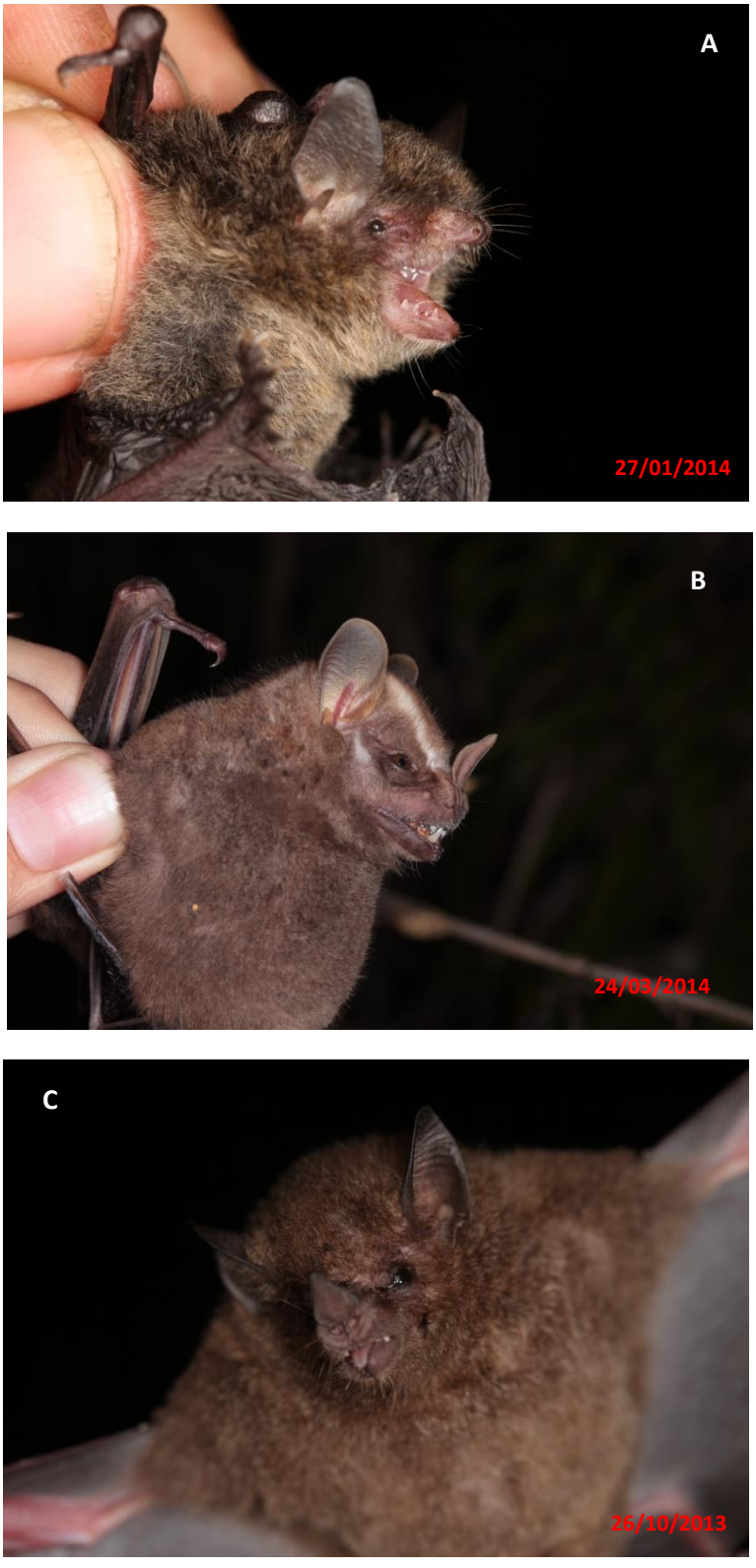


Figura 7. Morcegos capturados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Morcego *Myotis* sp. B. Morcego *Artibeus lituratus* C. Morcego-beija-flor *Glossophaga soricina.*



Figura 8. Detalhes da coleta de mamíferos nas campanhas do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Pesagem e B. Biometria dos animais. C. A cuíca *Philander frenatus* encontrada com marcação teve seus dados registrados.



Figura 9. Detalhes das armadilhas de captura dos mamíferos utilizadas no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Redes-de-neblina. B. Armadilhas tipo Sherman e Tomahwk. C. Armadilhas de queda do tipo *Pitfall*.

Foram registradas 99 espécies de aves, distribuídas em 37 famílias e 16 ordens. Não foi encontrada nenhuma espécie presente na lista vermelha nacional de espécies ameaçadas de extinção (MACHADO et al. 2008). Entretanto o curió *Sporophila angolensis* e o colhereiro *Platalea ajaja* estão na lista do estado do Rio de Janeiro, respectivamente nas categorias “Vulnerável” e “Provavelmente Ameaçada”. (ALVES et al. 2000).

Foi registrado o tiê-sangue *Ramphocelus bresilius*, uma ave endêmica do Brasil. Sua principal característica é a plumagem vermelho-vivo do macho. A espécie apresenta dimorfismo sexual, sendo a da fêmea menos vistosa, de cor parda nas partes superior e marrom-avermelhada nos inferiores. Encontrado exclusivamente no Brasil, da Paraíba a Santa Catarina. É comum em capoeiras baixas, bordas de florestas, restingas e plantações, às vezes também em parques e praças de cidades.

A choca-de-sooterama *Thamnophilus ambiguus*, também é endêmica do Brasil, e mede cerca 15 cm de comprimento. Costuma construir seu ninho na beirada de trihas e estradas que atravessam as florestas onde vive. Vive nas bordas de formações primárias e secundárias nas matas de tabuleiro e na hiléia baiana. Prefere as bordas e clareiras no interior da mata. Tem distribuição restrita, do sul de Sergipe ao sul do Rio de Janeiro, incluindo Minas Gerais na região do Vale do Rio Doce e no nordeste do estado.

A outra espécie endêmica do Brasil é o garrinchão-de-bico-grande *Cantorchilus* longirostris. Tem asas e cauda finamente barradas de negro e barriga avermelhada e um bico extremamente longo, de cerca de 25 milímetros. É onívoro e alimenta-se de artrópodes e suas larvas. Seu ninho é coberto, com acesso lateral e com um extenso puxado por cima da entrada. Vive na orla da mata, densa mata secundária, caatinga e também costuma freqüentar manguezais. É de índole inquieta. Locomove-se às vezes no solo pulando através da ramaria e da folhagem. Ocorre do Piauí a Santa Catarina.

A maioria das aves registradas são de espécies comuns da Mata Atlântica do estado do Rio Janeiro, que geralmente ocupam o estrato arbóreo ou acima dele nas áreas de mata, bordas de florestas ou capoeiras, como falconiformes, columbiformes, apodiformes, piciformes e passeriformes, principalmente das famílias Tyrannidae e Tharaupidae.

As aves de rapina ("rapina" = raptar, aves que raptam) é um termo utilizado para caracterizar as aves carnívoras que apresentam determinadas adaptações para a caça ativa. No geral elas possuem o bico curvo e afiado, garras poderosas e fortes, além de uma excelente visão e audição. As mais conhecidas são as águias, gaviões e falcões, mas também fazem parte do grupo as corujas, abutres e urubus (MENQ 2014).

Os falconiformes foram representados pelo gavião-carijó *Rupornis magnirostris*, acauã *Herpetotheres cachinnans*, carcará *Caracara plancus*, carrapeteiro *Milvago chimachima*, falcão-americano *Falco sparverius* e falcão-de-coleira *Falco femoralis*. As espécies de urubus foram o urubu-de-cabeça-vermelha *Cathartes aura*, urubu-de-

cabeça-amarela *Cathartes burrovianus* e urubu-de-cabeça-preto *Coragyps atratus*. As corujas da família Strigidae foram a coruja-buraqueira *Athene cunicularia* e corujinha-do-mato *Megaschops choliba*.

Os columbiformes são aves que possuem ampla distribuição geográfica, algumas comuns no meio urbano. Entre as características físicas mais comuns estão a cabeça relativamente pequena em relação ao corpo, bicos curtos e dedos moles e bastante desenvolvidos, além do ceroma, protuberância que ocorre logo acima das narinas. São geralmente granívoros e frugívoros. Foram registradas a rolinha *Columbina talpacoti*, rolinha-picuí *Columbina picui*, pombo-doméstico *Columba livia*, asa-branca *Patagioenas picazuro* e pomba-galega *Patagioenas* cayennensis. Os cuculiformes foram o alma-de-gato *Piaya cayana*, anu-preto *Crotophaga ani* e anu-branco *Guira guira*.

As principais características dos beija-flores da ordem Apodiformes são o seu pequeno porte, bico longo e asas afiladas. Possuem asas muito longas, úmero curto, músculos de voo muito desenvolvidos, penas secundárias curtas, pés muito pequenos com garras recurvadas. Podemos citar o beija-flor *Phaethornis pretrei*, beija-flor-garganta-verde, *Amazilia fimbriata* e beija-flor-tesoura *Eupetomena macroura*. Os pica-paus (Piciformes) foram o pica-pau-anão-barrado *Picumnus cirratus*, pica-pau-do-campo, *Colaptes campestris* e pica-pau-branco *Melanerpes candidus*.

Os Passeriformes são as espécies de aves mais diversas. São aves canoras e compreendem a mais numerosa das ordens, incluindo mais da metade de todas as espécies de aves. Encontram-se entre os membros dessa ordem aves de dimensões pequenas e médias. A forma do bico varia bastante, dependendo do respectivo tipo de alimentação. Os ninhos dos pássaros são, provavelmente, os que envolvem uma construção mais elaborada entre todas as espécies de aves.

Entre os passeriformes a família mais diversa é a Tyrannidae, com as espécies filipe *Miyophobus fasciatus*, miudinho *Myiornis auricularis*, bico-chato-de-orelha-preta *Tolmomyias sulphurescens*, bico-chato-amarelo *Tolmomyias flaviventris*, bem-te-vi *Pitangus sulphuratus*, nei-nei *Megarynchus pitanguá*, maria-cavaleira *Myiarchus ferox*, marianinha-amarela *Capsiemps flaveola*, suriri *Tyrannus melancholicus*, risadinha *Camptostoma obsoletum*, lavadeira-mascarada *Fluvicola nengeta* e chibum *Elaenia chiriquensis*.

A família Thraupidae também é bem representativa, com as espécies tico-tico-rei-cinza *Lanio pileatus*, tempera-viola *Saltator maximus*, tiê-preto *Tachyphonus coronatus*, tiê-sangue *Ramphocelus bresilius*, saí-azul *Dacnis cayana*, saíra-amarela *Tangara cayana*, figuinha-de-rabo-castanho *Conirostrum speciosum* e curió *Sporophila angolensis*.

Também podemos outras famílias da ordem Passerifomes registradas como a família Thamnophilidae com a choquinha-de-flanco-branco *Myrmotherula axillaris*, choca-de-sooretama *Thamnophilus ambiguus* e a choca-da-mata *Thamnophilus caerulescens*. A família Furnaridae com o joão-de-barro *Furnarius rufus* e joão-teneném *Synallaxis*

spix; família Pipridae com pia-cobra *Geothlypis aequinoctialis* e rendeira *Manacus manacus* e família Dendrocolaptidae com arapaçú-de-cerrado *Lepidocolaptes angustirostris*. As andorinhas (família Hirundinidae) são a andorinha-pequena-de-casa *Pygochelidon cyanoleuca* e andorinha-doméstica-grande *Progne chalybea*.

A família Troglodytidae incluí as garrinchas, uirapurus e afins. É restrito às Américas, com exceção de uma espécie invasora na Eurásia. A maior diversidade da família ocorre na América tropical. Tem a coloração apagada lembrando os furnarídeos; se destacam pelo canto desenvolvido. Seguem uma dieta insetívora, acompanhando correições ou remexendo as folhas caídas no solo. Podemos citar o garrinchão-pai-avô *Pheugopedius genibarbis*, garrinchão-de-bico-grande *Cantorchilus longirostris* e corruíra *Troglodytes musculus*.

Os membros da família Parulidae são aves pequenas e frequentemente muito coloridas. Os detalhes e cor da plumagem variam de espécie para espécie. As aves parulíneas alimentam-se essencialmente de insectos e suas lagartas, complementando a dieta com bagas e frutos. Os hábitos de reprodução e nidificação variam de acordo com a espécie e respectiva distribuição geográfica. Foram registrados o pula-pula *Basileuterus leucoblepharus* e marianinha-amarela *Capisiempis flaveola*.

Os turdídeos sabiá *Turdus rufiventris* e sabiá-poca *Turdus amaurochalinus* são comuns em sítios e fazendas; assim como a cambacica *Coereba flaveola* (família Coerebidae), e os emberezídeos tiziu *Volatinia jacarina*, canário-da-terra-verdadeiro *Sicalis flaveola*, canário-do-campo *Emberizoides herbicola*, bigodinho *Sporophila lineola*, tico-tico *Zonotrichia capensis*; e fim-fim *Euphonia chlorotica* (família Fringillidae).

Também foram registradas espécies típicas de ambientes costeiros, praias e manguezais como anseriformes, gruiformes, suliformes, pelecaniformes, coraciformes, caradriformes e gruiformes. Podemos citar o irerê *Dendrocygna viduata*, pato-do-mato *Cairina moschata*, frango-d'água-comum *Gallinula galeata*, tesourão *Fregata magnificens*, biguá *Phalacrocorax brasilianus*, garça-branca-grande *Ardea alba*, Garça-moura *Ardea cocoi*, savacu *Nycticorax nycticorax*, garça-branca-pequena *Egretta thula*, socozinho *Butorides striata*, garça-vaqueira *Bubulcus íbis*, colhereiro *Platalea ajaja* e martim-pescador-pequeno *Chloroceryle americana*. Além disso o quero-quero *Vanellus chilensis*, jaçanã *Jacana jacana* e sanã-carijó *Porzana albicollis*.

Entre as espécies exóticas podemos citar o bico-de-lacre *Estrilda astrild*, nativo do sul da África e introduzido no Brasil. A espécie foi reintroduzida no interior de São Paulo, na segunda metade do século XIX. O pardal *Passer domesticus* tem sua origem no Oriente Médio, entretanto a espécie começou a se dispersar pela Europa e Ásia, chegando na América por volta de 1850. Sua chegada ao Brasil foi por volta de 1903 (segundo registros históricos), quando o então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, autorizou a soltura deste pássaro exótico proveniente de Portugal. O pombo-doméstico *Columba livia* é originário da Europa, norte da África, Oriente Médio e Ásia, e foi introduzido no Brasil no século XVI, como animal de estimação e ave doméstica.

A lavadeira-mascarada *Fluvicola nengeta* estava antigamente restrita a açudes e rios no Sertão e Agreste da região Nordeste. A Mata Atlântica, que aparentemente representava uma barreira natural para esta espécie, foi perdendo espaço para pastagens e culturas que se assemelham mais ao semiárido do que à floresta ombrófila, possibilitando assim a expansão desta espécie.

Foram capturadas 11 aves anilhadas - agosto e outubro de 2013; março e julho de 2014; e janeiro de 2015 - provavelmente marcadas em outros projetos de pesquisas realizados na APA de Guapimirim. Os animais foram pesados, medidos e soltos imediatamente no mesmo local de captura. Os dados de biometria das aves serão disponibilizados para o banco de dados existente sobre a fauna na APA Guapimirim.

Nos meses de agosto de 2013 e setembro de 2014 foram registradas a maior riqueza com 8 espécies. A maior abundância ocorreu em março de 2014, com 17 indivíduos capturados nas redes de neblina. A diversidade de Shannon H' teve seu maior valor em agosto de 2013 (H' = 2,04).

Quadro IV. Espécies de aves observadas nas campanhas do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Táxon	Nome comum	Status	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
ORDEM ANSERIFORMES											
Família Anatidae											
Dendrocygna viduata	Irerê		X	X	X	X	X	X	X	X	
Cairina moschata	Pato-do-mato										X
ORDEM GRUIFORMES											
Família Rallidae											
Gallinula galeata	Frango-d'água-comum		X	X	X	X	X	X	X	X	
ORDEM SULIFORMES											
Família Phalacrocoracidae											
Phalacrocorax brasilianus	Biguá		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Família Fregatidae											
Fregata magnificens	Tesourão		X	X	X	X	X	X	X	X	X
ORDEM PELECANIFORMES											
Família Ardeidae											
Ardea alba	Garça-branca-grande		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ardea cocoi	Garça-moura										X
Nycticorax nycticorax	Savacu		X	X	X				X	X	
Egretta thula	Garça-branca-pequena		X	X					X		X
Butorides striata	Socozinho		X	X	X	X				X	X
Bubulcus ibis	Garça-vaqueira										X
Família Threskiornithidae											

Táxon	Nome comum	Status	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
Platalea ajaja	Colhereiro	Provável Ameaça (RJ)	X								
ORDEM CORACIIFORMES											
Família Alcedinidae											
Chloroceryle americana	Martim-pescador-pequeno		X								
ORDEM CATHARTIFORMES											
Família Cathartidae											
Cathartes aura	Urubu-de-cabeça-vermelha		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cathartes burrovianus	Urubu-de-cabeça-amarela							X	X	X	
Coragyps atratus	Urubu-de-cabeça-preto		X	X	X	X	X	X	X	X	
ORDEM FALCONIFORMES											
Família Accipitridae											
Rupornis magnirostris	Gavião-carijó		X	X		X	X	X	X	X	X
Herpetotheres cachinnans	Acauã			X	X	X	X	X	X	X	
Família Falconidae											
Caracara plancus	Carcará		X	X	X	X	X	X	X	X	
Milvago chimachima	Carrapeteiro		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Falco sparverius	Falcão-americano			X			X	X	X		
Falco femoralis	Falcão-de-coleira							X	X		
ORDEM CHARADRIIFORMES											
Família Charadriidae											
Vanellus chilensis	Quero-quero		X	X	X	X	X	X	X	X	

Táxon	Nome comum	Status	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
Família Jacanidae											
Jacana jacana	Jaçanã		X	X	X	X	X	X	X	X	
ORDEM GRUIFORMES											
Família Rallidae											
Porzana albicollis	Sanã-carijó										X
ORDEM COLUMBIFORMES											
Família Columbidae											
Columbina talpacoti	Rolinha		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Columbina picui	Rolinha-picuí							X	X	X	
Columba livia	Pombo-doméstico	Exótica									X
Patagioenas picazuro	Asa-branca		X	X	X		X	X	X		X
Patagioenas cayennensis	Pomba-galega		X	X		X	X	X	X	X	X
Leptotila verreauxi	Juriiti-pupu										X
ORDEM CUCULIFORMES											
Família Cuculidae											
Piaya cayana	Alma-de-gato		X	X	X	X	X	X	X	X	
Crotophaga ani	Anu-preto		X	X		X	X	X	X	X	
Guira guira	Anu-branco			X					X		X
Tapera naevia	Saci										X
ORDEM STRIGIFORMES											
Família Strigidae											
Athene cunicularia	Coruja-buraqueira	Exótica	X	X	X	X	X	X	X	X	
Megaschops choliba	Corujinha-do-mato							X			
ORDEM											

Táxon	Nome comum	Status	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
CAPRIMULGIFORMES											
Família Caprimulgidae											
Hydropsalis albicollis	Bacurau-tesoura		X	X	X	X	X	X	X	X	X
ORDEM APODIFORMES											
Família Apodidae											
Streptoprocne zonaris	Taperuçu-de-coleira-branca										X
Família Trochilidae											
Phaethornis pretrei	Beija-flor		X	X	X	X	X	X	X	X	
Amazilia fimbriata	Beija-flor-garganta-verde		X	X		X	X	X	X	X	X
Eupetomena macroura	Beija-flor-tesoura			X		X	X	X			X
ORDEM PICIFORMES											
Família Picidae											
Picumnus cirratus	Pica-pau-anão-barrado		X	X		X	X	X	X	X	
Colaptes campestris	Pica-pau-do-campo		X	X	X	X	X				
Melanerpes candidus	Pica-pau-branco			X							X
ORDEM PASSERIFORMES											
Família Thamnophilidae											
Myrmotherula axillaris	Choquinha-de-flanco-branco		X	X		X	X	X			
Thamnophilus ambiguus	Choca-de-sooretama	Endêmica (Brasil)	X	X	X	X	X	X			
Thamnophilus caerulescens	Choca-da-mata					X			X	X	X
Família Furnaridae											
Furnarius rufus	João-de-barro		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Furnarius figulus	Casaca-de-couro-da-										X

Táxon	Nome comum	Status	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
	lama										
Synallaxis spix	João-teneném		X								
Família Pipridae											
Geothlypis aequinoctialis	Pia-cobra		X	X	X	X	X	X	X	X	
Manacus manacus	Rendeira		X	X		X	X	X	X	X	X
Família Dendrocolaptidae											
Lepidocolaptes angustirostris	Arapacu-de-cerrado	Exótica	X	X	X	X	X	X	X	X	
Família Tyrannidae											
Miyophobus fasciatus	Filipe					X					X
Myiornis auricularis	Miudinho		X	X	X						
Pitangus sulphuratus	Bem-te-vi		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Megarynchus pitangua	Nei-nei		X	X		X	X	X	X	X	
Myiarchus ferox	Maria-cavaleira		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Capsiemps flaveola	Marianinha-amarela		X	X							X
Tyrannus melancholicus	Suriri		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Camptostoma obsoletum	Risadinha		X	X		X	X	X	X	X	X
Fluvicola nengeta	Lavadeira-mascarada	Exótica	X	X	X	X	X	X			X
Elaenia chiriquensis	Chibum						X				
Elaenia flavogaster	Guaracava-de-barriga-amarela										X
Família Rhynchocyclidae											
Tolmomyias sulphurescens	Bico-chato-de-orelha-preta		X	X	X						
Tolmomyias flaviventris	Bico-chato-amarelo		X								X
Todirostrum cinereum	Ferreirinho-relógio										X

Táxon	Nome comum	Status	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
Família Hirundinidae											
Pygochelidon cyanoleuca	Andorinha-pequena-de-casa		X	X	X	X	X	X	X	X	
Progne chalybea	Andorinha-doméstica-grande		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Stelgidopteryx ruficollis	Andorinha-serradora										X
Família Vireonidae											
Hylophilus thoracicus	Vite-vite										X
Família Troglodytidae											
Pheugopedius genibarbis	Garrinchão-pai-avô		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cantorchilus longirostris	Garrinchão-de-bico-grande	Endêmica (Brasil)	X	X							
Troglodytes musculus	Corruíra		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Canthorchilus leucotis	Garrinchão-de-barriga-vermelha			X							
Família Parulidae											
Basileuterus leucoblepharus	Pula-pula			X	X	X					
Capisiempis flaveola	Marianinha-amarela					X	X				
Geothlypis aequinoctialis	Pia-cobra										X
Família Turdidae											
Turdus rufiventris	Sabia		X	X	X	X	X	X	X	X	
Turdus amaurochalinus	Sabiá-poca					X	X	X	X	X	
Família Coerebidae											
Coereba flaveola	Cambacica		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Família Thraupidae											
Lanio pileatus	Tico-tico-rei-cinza		X	X	X	X	X	X	X	X	

Táxon	Nome comum	Status	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
Saltator maximus	Tempera-viola		X								
Tachyphonus coronatus	Tiê-preto		X	X		X	X	X	X	X	
Ramphocelus bresilius	Tiê-sangue	Endêmica (Brasil)	X	X		X	X	X	X	X	X
Dacnis cayana	Saí-azul		X	X	X	X	X	X	X	X	
Tangara cayana	Saíra-amarela		X	X	X	X					X
Tangara sayaca	Sanhaçu-cinzento										X
Conirostrum speciosum	Figuinha-de-rabo-castanho		X	X	X	X	X	X	X	X	
Sporophila angolensis	Curió	Vulnerável (RJ)			X				X		
Família Emberezidae											
Volatinia jacarina	Tiziu		X	X	X	X	X	X	X	X	
Sicalis flaveola	Canário-da-terra-verdadeiro		X	X	X	X	X	X	X	X	
Emberizoides herbicola	Canário-do-campo		X	X							
Sporophila lineola	Bigodinho		X	X							
Zonotrichia capensis	Tico-tico		X	X	X		X	X	X	X	
Família Fringillidae											
Euphonia chlorotica	Fim-fim		X	X	X	X	X	X	X	X	
Família Estrildidae											
Estrilda astrild	Bico-de-lacre	Exótica	X	X	X	X	X	X	X	X	
Família Passeridae											
Passer domesticus	Pardal	Exótica	X	X	X	X	X	X	X	X	

Quadro V. Espécies de aves capturadas com redes de neblina no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Espécie	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
Amazilia fimbriata		1							
Camptostoma obsoletum							1		
Canthorchilus leucotis		1							
Chloroceryle americana	1								
Coereba flaveola	1								
Elaenia chiriquensis					1				
Elaenia flavogaster		1							
Hydropsalis albicolis	1						2		
Hylophilus thoracicus		1							
Leptotila verreuaxi								1	
Manacus manacus	1	1		5	1		3	1	1
Miyophobus fasciatus				3					
Myiarcus ferox	1								
Picumnus cirratus				1	1		1		
Ramphocelus bresilius	2			2			4		1
Saltator maximus	1								
Sporophila angolensis			1				1		
Thamnophilus caerulescens		1		1		1	1		
Tolmolyias flaviventris	1			4					
Troglodytes musculus						1			
Turdus amaurochalinus				1	1		2		
Tyrannus melancholicus								1	
Volatinia jacarina						1			

Quadro VI. Indicadores ecológicos das aves capturadas com redes de neblina no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Indicadores	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
Riqueza	8	6	1	7	4	3	8	3	2
Abundância	9	6	1	17	4	3	15	3	2
Diversidade H'	2,04	1,79	0,00	1,76	1,39	1,10	1,93	1,10	0,69
Equitabilidade J'	0,983	1	0	0,904	1	1	0,930	1	1

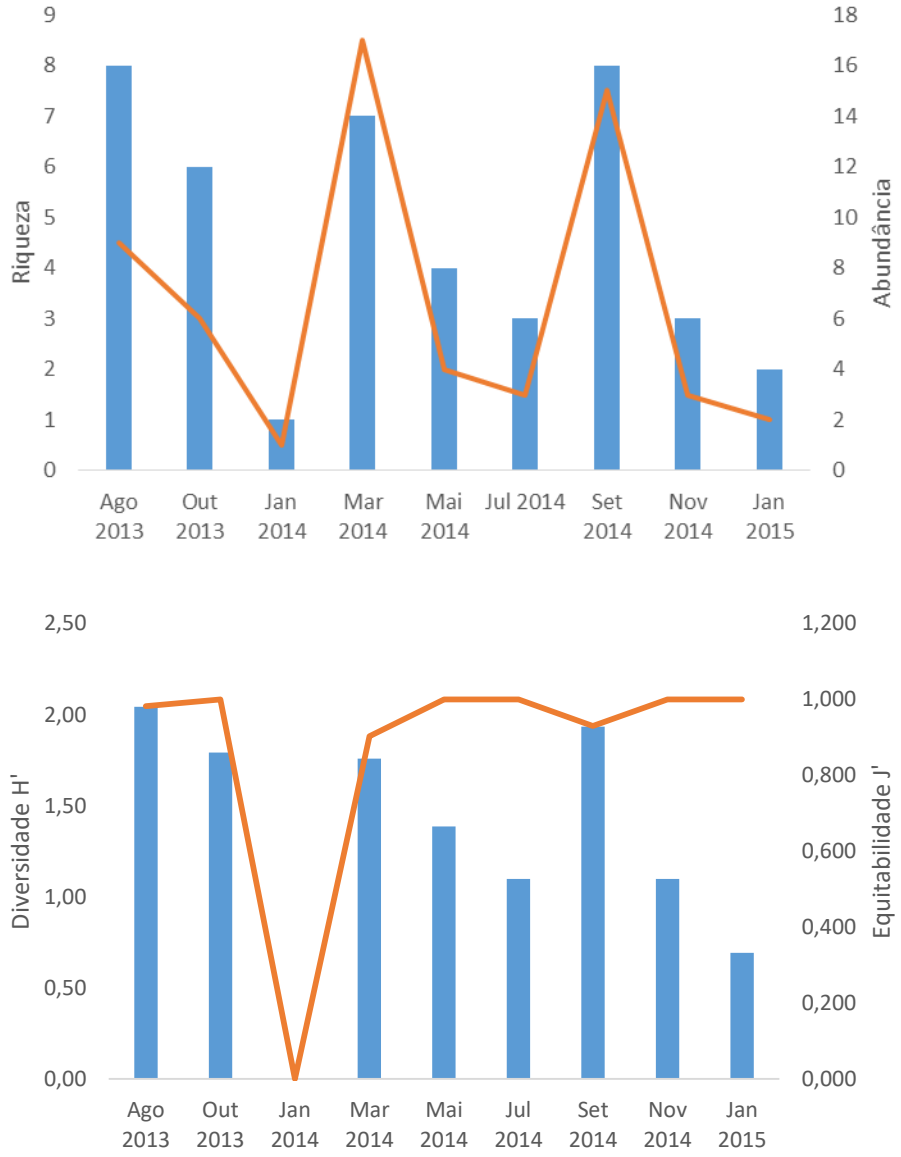


Figura 10. Indicadores ecológicos das aves capturadas com redes de neblina no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a julho de 2014. A. Riqueza e abundância. B. Diversidade H' e Equitabilidade J'.

A rendeira *Manacus manacus* foi a espécie com maior frequência de ocorrência, registrada em 66,7 % das amostragens. A rendeira é uma ave passeriforme da família dos Pipridae. Mede de 10 a 11 cm e apresenta dimorfismo sexual, o macho é preto e branco com pernas cor de abóbora; e a fêmea é verde com pernas amarelas. Alimenta-se de frutos e insetos, e são comuns no estrato inferior e nas bordas de florestas, capoeiras, campinas arbustivas e restingas. Presente na maior parte da Amazônia brasileira, de Pernambuco até Santa Catarina. Encontrada também nos demais países amazônicos, algumas ilhas do caribe e no Paraguai e Argentina.

Em seguida a espécie choca-da-mata *Thamnophilus caerulescens*, com 50% de frequência nas amostragens, é uma ave da ordem Passeriformes, da família Thamnophilidae. O gênero *Thamnophilus* ainda é motivo de muitas controvérsias entre os especialistas, e existem pelo menos 12 subespécies descritas. A espécie possui cerca de 15 centímetros e pesa 20 gramas. Há dimorfismo sexual, a coloração do macho é meio acinzentada, o alto da cabeça é negro e o ventre é mais claro. Já a fêmea distingue-se pela plumagem parda. Alimenta-se basicamente de insetos que captura ao inspecionar as folhas e os caules de trepadeiras, mas também pode incluir pequenos frutos em sua dieta.

É uma espécie encontrada geralmente aos casais nos estratos médios e inferiores de florestas secundárias, nas matas de galeria e bordas de matas densas pulando por entre as ramagens, trepadeiras e cipós. Aparentemente vem ganhando espaço nas regiões urbanizadas mais arborizadas como parques e pomares. Ocorre em Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul.

Provavelmente a choca mais comum das bordas de mata do Brasil não-amazônico, a choca-da-mata é na verdade um complexo de subespécies que compreende algumas populações provavelmente merecedoras do status de espécie, seja pela coloração, pelo isolamento geográfico ou pela vocalização.

Quadro VII. Frequência de ocorrência das aves capturadas com redes de neblina no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Espécie	FO%
Manacus manacus	77,78
Ramphocelus bresilius	44,44
Thamnophilus caerulescens	44,44
Picumnus cirratus	33,33
Turdus amaurochalinus	33,33
Hydropsalis albicolis	22,22
Sporophila angolensis	22,22
Tolmolyias flaviventris	22,22
Amazilia fimbriata	11,11
Camptostoma obsoletum	11,11
Canthorchilus leucotis	11,11
Chloroceryle americana	11,11
Coereba flaveola	11,11
Elaenia chiriquensis	11,11
Elaenia flavogaster	11,11
Hylophilus thoracicus	11,11
Leptotila verreuaxi	11,11
Miyophobus fasciatus	11,11
Myiarcus ferox	11,11
Saltator maximus	11,11
Troglodytes musculus	11,11
Tyrannus melancholicus	11,11
Volatinia jacarina	11,11

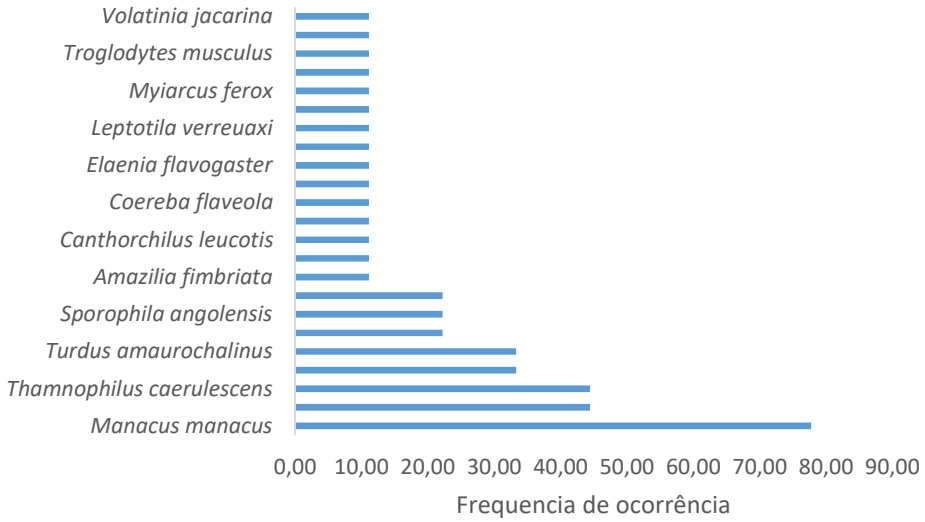


Figura 11. Frequência de ocorrência (%) das espécies de aves capturadas com redes de neblina no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Quadro VIII. Espécies de aves anilhadas capturadas no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Espécie	Comp.	Peso	Marcação	Campanha	Local recaptura
Manacus manacus	10,7cm	18g	D132750	Ago/14	705.912/ 7.489.797
Coereba flaveola	9,5cm	20g	D117488	Ago/14	705.912/ 7.489.797
Manacus manacus	9,8cm	16g	D132749	Out/14	705.912/ 7.489.797
Thamnophilus caerulescens	13,3cm	21g	E126569	Out/14	705.912/ 7.489.797
Picumnus cirratus	11cm	8,8g	E126582	Mar/14	705.912/ 7.489.797
Manacus manacus	10cm	15g	D132741	Mar/14	705.912/ 7.489.797
Tolmomyias flaviventris	11cm	14g	D132792	Mar/14	705.912/ 7.489.797
Thamnophilus caerulescens	13cm	20g	E126583	Mar/14	705.912/ 7.489.797
Ramphocellus bresilius	19cm	48g	G104768	Mar/14	705.912/ 7.489.797
Volatinia jacarina	8,1cm	11g	D117427	Jul/14	705.912/ 7.489.797
Manacus manacus	12 cm	14 g	D132749	Jan/15	705.912/ 7.489.797







Figura 12. Aves capturadas com redes de neblina no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Canário-do-campo *Emberizoides herbicola*; B. Cambacica *Coereba flaveola*; C. Tiê-sangue *Ramphocelus bresilius*.

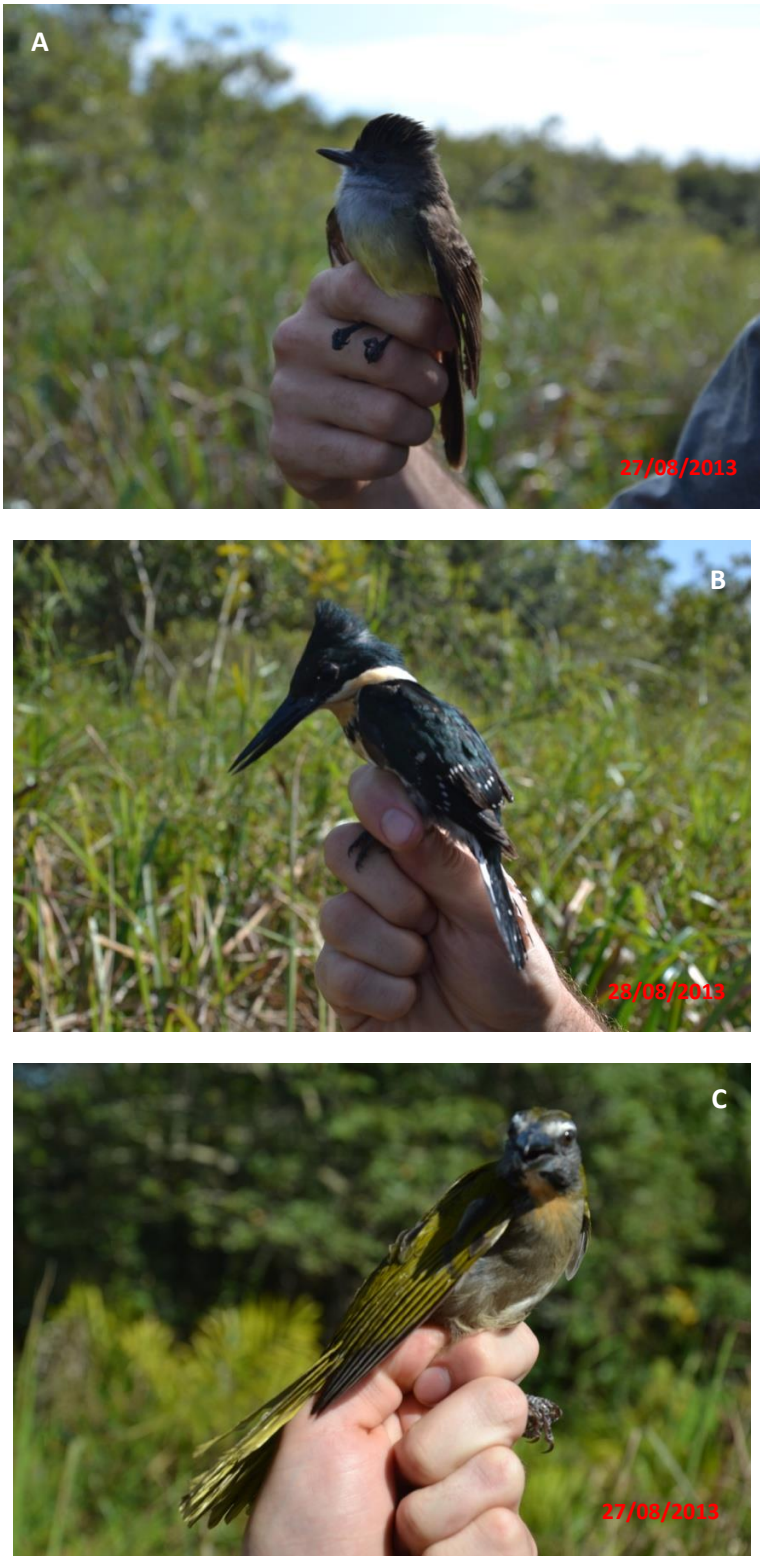


Figura 13. Aves capturadas nas campanhas de campo do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Bico-chato-amarelo Tolmomyias flaviventris; B. Martim-pescador-pequeno *Chloroceryle americana*; C. Trinca-ferro *Saltator maximus.*

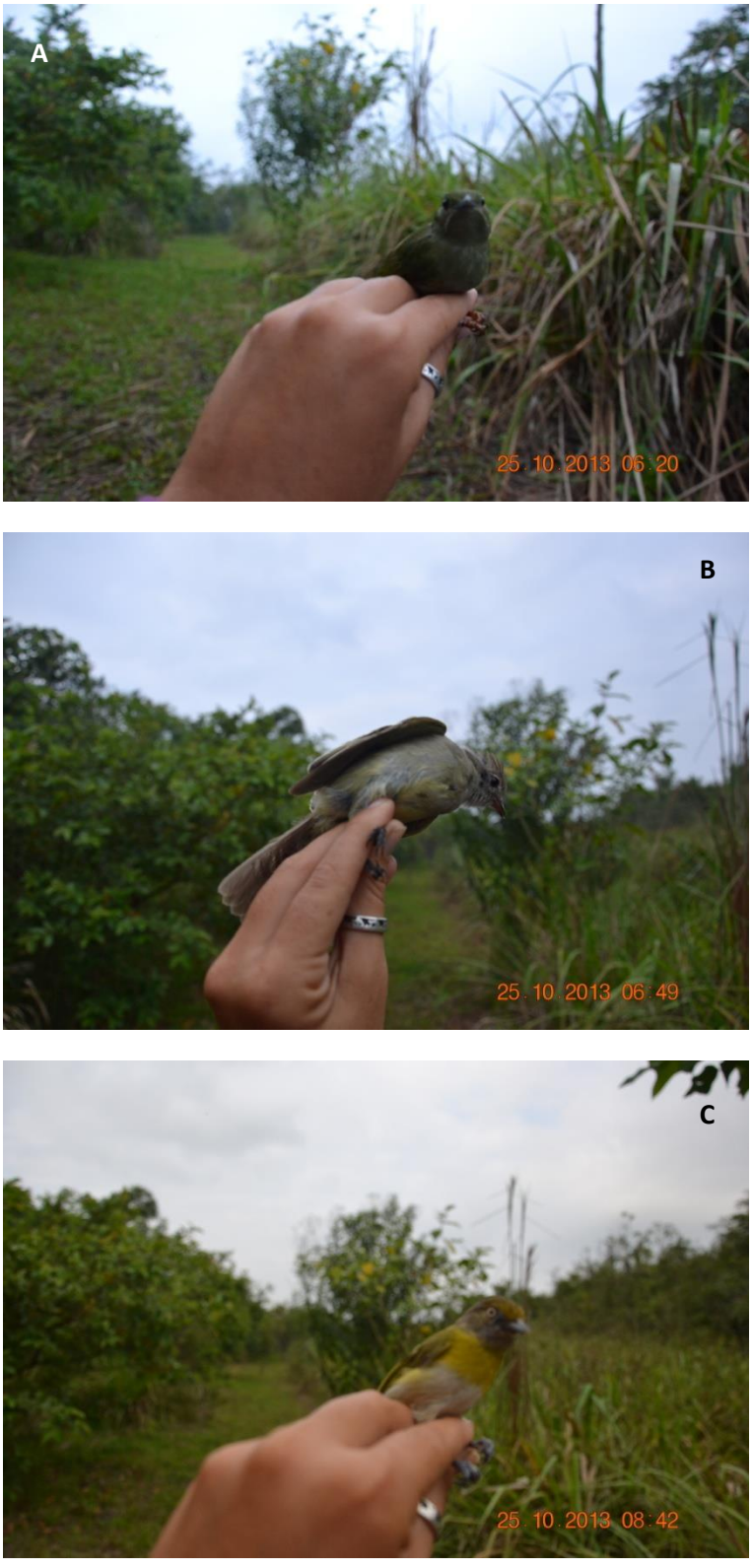


Figura 14. Aves capturadas nas campanhas de campo do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Rendeira *Manacus manacus*; B. Guaracava de barriga amarela *Elaenia flavogaster*; C. Vite-vite Hylophilus thoracicus.



Figura 15. Aves registradas nas campanhas de campo do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Choca da mata *Thamnophilus caerulescens* B. Garrinchão de barriga vermelha *Canthorchilus leucotis*. C. Curió *Sporophila angolensis.*



Figura 16. O filipe *Myiophobus fasciatus* registrado na quarta campanha de campo do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS.



Figura 17. O pica-pau-anão-barrado *Picumnus cirratus* registrado no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS.



Figura 18. O sabiá-poca *Turdus amaurochalinus* registrado no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS.



Figura 19. A chibum *Elaenia chiriquensis* registrado no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS..



Figura 20. O tiziu *Volatina volatina* registrado no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS.

Foram registradas nove espécies da herpetofauna. Entre os representantes dos anfíbios podemos citar as rãs *Leptodactylus fuscus*, *L. latrans e L. marmoratus*; e as pererecas *Hypsiboas albomarginatus* e *Scinax alter*. Os répteis registrados foram os lagarto bico-doce *Ameiva ameiva* e *Mabuya agilis*, o teiu *Tupinambis merianae* e a serpente falsa-coral *Oxyrhopus petola.*

As espécies de anfíbios e repteis registrados são comuns da Mata Atlântica do sudeste do Brasil. Os indicadores ecológicos da herpetofauna observados possuem uma grande variação no período. A área de soltura está localizada entre o rio Guapimirim e o Canal da Banana, sob muita influência das marés, que pode ter influenciado a distribuição das espécies.

O gênero *Leptodactylus* é composto atualmente de 89 espécies, distribuídas na América do Sul, América Central e sul da América do Norte. Cinco grupos de espécies são definidos feneticamente, baseados no comportamento, morfologia e ecologia dos adultos: *Leptodactylus latrans, L. melanonotus, L. pentadactylus, L. fuscus* e *L. marmoratus*. A taxonomia e as relações filogenéticas destes grupos ainda não são totalmente compreendidas. Segundo alguns autores, as espécies do grupo podem ser classificadas em um gênero a parte. Todas as espécies de *Leptodactylus* depositam seus ovos em ninhos de espuma construídos pelos parentais no momento da oviposição. Características como o local de deposição dos ovos e a forma de desenvolvimento do girino variam entre as espécies (HEYER 1969).

A perereca *Hypsiboas albomarginatus* é uma espécie de tamanho médio (68,0 mm), que pode ser encontrada em arbustos ou vegetação baixa, em corpos d'água e áreas próximas a florestas. A distribuição geográfica da espécie é ampla na Mata Atlântica, ocorrendo desde o estado de Pernambuco até Santa Catarina. Sua reprodução está associada a poças temporárias ou permanentes, e eventualmente a riachos de água corrente, como observado na região. Os ovos são depositados na superfície da água, onde os girinos se desenvolvem (CONDEZ et al 2009). A perereca *Hypsiboas albomarginatus* foi a espécie com maior frequência de ocorrência do monitoramento, com registro em 77,8% das amostragens.

A perereca-amarela ou perereca-do-litoral *Scinax alter* possui o focinho relativamente longo, pele do ventre de aspecto granuloso, tímpano distinto e pupila horizontalmente elíptica. Pode alcançar 3,0 cm de comprimento. São noturnos e arborícolas, e seu sítio de canto são brejos ou lagos. É muito comum encontrar esta espécie refugiada em bromélias, principalmente nas regiões de restinga e outras regiões da planície costeira (COLOMBO 2004).

Foi registrado o lagarto bico-doce *Ameiva ameiva*, que possui ampla distribuição geográfica, ocorrendo do Panamá até o sul do Brasil e norte da Argentina. A espécie possui médio porte, podendo alcançar até 55 centímetros de comprimento. Seus habitats naturais são matas e cerrados, sendo comum em áreas alteradas pela ação do homem. São onívoros, e possuem uma dieta variada, se alimentando desde insetos até vegetais.

O lagarto *Mabuya agilis* ocorre na Mata Atlântica entre a Bahia e o Rio de Janeiro, sendo mais comuns em ambientes de restingas (ROCHA & BERGALLO 1997; ROCHA 2000). As fêmeas são maiores que machos, e podem atingir até 0,55 cm. As presas dominantes na dieta de *M. agilis* são insetos e aranhas.

Os lagartos do gênero *Tupinambis* são os maiores das Américas. Pode atingir até 1,4 metros de comprimento e pesar até 5 quilos. Os adultos apresentam coloração dorsal de fundo acinzentada ou marrom com faixas transversais estreitas, cauda com anéis pretos e claros alternados e o ventre claro. Ocorre desde o sudeste da Amazônia ao leste, centro e sul do Brasil até o Uruguai e norte da Argentina (AVILA-PIRES, 1995). Ocorre associada a áreas abertas, sendo encontrada em regiões de Cerrado, Caatinga, Chaco e também em várias formações abertas nos domínios da Mata Atlântica. É um forrageador ativo, com dieta bastante variada, alimentando-se de pequenos vertebrados (roedores, aves, serpentes, anuros), invertebrados (artrópodos e moluscos), ovos e frutos (SAZIMA & HADDAD, 1992).

A serpente falsa-coral *Oxyrhopus petola* possui a coloração muito variável. Suas principais características são as barras pretas separadas por anéis brancos, em que se degradam para a cauda amarelada tornar-se vermelha. Esta serpente não é peçonhenta e se alimenta de pequenos lagartos. É considerada uma espécie subarborícola ou semi-arborícola, ou seja, forrageiam sobre a vegetação, mas também descem ao solo para procurar suas presas.

Quadro IX. Espécies de anfíbios e répteis registrados nas campanhas do Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Táxon	Nome Comum	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
ORDEM ANURA										
Família Leptodactilidae										
Leptodactylus fuscus	Rã		3							
Leptodactylus latrans	Rã-manteiga				2		1	1		1
Leptodactylus marmoratus	Rãzinha		1							
Família Hylidae										
Hypsiboas albomarginatus	Perereca-verde		1	1		2		2	1	
Scinax alter	Perereca-amarela		1			1		1		
ORDEM SQUAMATA										
Família Teiidae										
Ameiva ameiva	Bico-doce		1				2	1		1
Tupinambis merianae	Teiú									2
Família Scincidae										
Mabuya agilis	Lagarto				1					
Família Colubridae										
Oxyrhopus petola	Falsa-coral					1				

Quadro X. Indicadores ecológicos da herpetofauna registrada no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015

Indicadores	Ago 2013	Out 2013	Jan 2014	Mar 2014	Mai 2014	Jul 2014	Set 2014	Nov 2014	Jan 2015
Riqueza	0	5	1	2	3	2	4	1	3
Abundância	0	7	1	3	4	3	5	1	4
Diversidade H'	0	1,48	0	0,64	1,04	0,64	1,33	0	1,04
Equitabilidade J'	0	0,917	0	0,918	0,946	0,918	0,961	0	0,946



Figura 21. Indicadores ecológicos dos anfíbios e répteis registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Quadro XI. Frequência de ocorrência dos anfíbios e répteis registrados no monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Táxon	FO (%)
Hypsiboas albomarginatus	77,8
Leptodactylus latrans	55,6
Ameiva ameiva	55,6
Leptodactylus fuscus	33,3
Scinax alter	33,3
Tupinambis merianae	22,2
Leptodactylus marmoratus	11,1
Mabuya agilis	11,1
Oxyrhopus petola	11,1

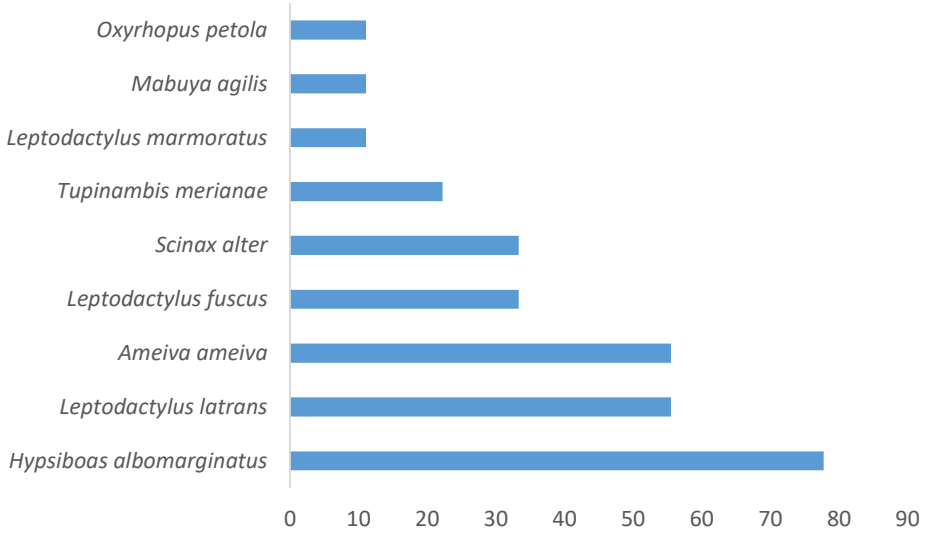


Figura 22. Frequência de ocorrência (%) dos anfíbios e répteis registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS, agosto de 2013 a janeiro de 2015.







Figura 23. Anfíbios e répteis registrados no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS. A. Rã *Leptodactylus fuscus*; B. Bico-doce *Ameiva ameiva*; C. Pererecа-amarela *Scinax alter*.



Figura 24. A perereca *Hypsiboas albomarginatus* registrada no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS.



Figura 25. Amostragem dos anfíbios e répteis no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS A. Instalação dos pitfalls; B. Busca ativa nas poças e alagados.



Figura 26. Amostragem dos anfíbios e répteis no Monitoramento da Área de Soltura do Resgate da via UHOS A. A falsa-coral *Oxyrhopus petola*; B. lagarto *Mabuya agilis*; C. O teiú *Tupinambis merianae*.

5. ÁREA CONTROLE

Na área controle foram registradas 123 espécies de aves, representadas por 18 ordens e 47 famílias. A ordem Passeriformes representou 47,2 % da avifauna registrada e, dentre os não-passeriformes, os Pelecaniformes representaram 8,1% do total, padrão semelhante ao observado por Alves et al. (2002, 2003) para a Baia de Guanabara. Quanto ao status de conservação, nenhuma das espécies registradas consta na esfera global (IUCN 2012), nem nacional (IBAMA 2008).

Dentre as famílias não-passeriformes, os ardeídeos, representados por garças e socós, que possuem hábitos aquáticos, apresentaram 6,5% do total. Em seguida, os cuculídeos e picídeos, ambos representados por aves de hábitos terrestres e, em sua maioria, insetívoros, apresentaram 4,1% do total registrado.

Quanto aos passeriformes, destacaram-se os tiranídeos, com 13% do total, aves de grande distribuição e generalistas. Em seguida, com 4,9% do total, os taraupídeos, representados por sanhaços e saíras, de hábitos frugívoros e os emberízideos, como tico-ticos, canários e coleirinhos, que se alimentam de sementes e insetos.

A maioria das espécies encontradas é residente, sendo sete endêmicas do Brasil, *Aramides mangle* (saracura-do-mangue), *Veniliornis maculifrons* (picapauzinho-de-testa-pintada), *Thamnophilus ambiguus* (choca-de-sooretama), *Furnarius figulus* (casaca-de-couro-da-lama), *Attila rufus* (capitaode-saira), *Cantorchilus longirostris* (garrinchao-de-bico-grande) e *Ramphocelus bresilius* (tie-sangue).

Também foram registradas aves migratórias: águia-pescadora (*Pandion haliaetus*), que migra da América do Norte até a Argentina e Chile, ocorrendo na maioria do Brasil; maçarico-pintado (*Actitis macularius*) e uma migrante do norte com reprodução no Ártico, sendo também encontrado em quase todo o Brasil no período de invernada, principalmente nos manguezais; e o trinta-réis-boreal (*Sterna hirundo*), espécie migrante que no período da invernada ocorre ao longo da costa brasileira, em estuários, alem de praias de rios e lagos.

A espécie *Platalea ajaja* (colhereiro), espécie diretamente associada aos manguezais, foi observada em todos os meses, sobrevoando as estações de coleta e forrageando nas margens dos rios Caceribu, Guaraí e Guapimirim.

Na área controle foram registradas 19 espécies da herpetofauna, sendo 12 espécies de anfíbios anuros (três famílias), quatro espécies de lagartos (três famílias), duas espécies de serpentes (uma família) e o crocodiliano *Caiman latirostris* (jacaré-do-papo-amarelo).

Nas campanhas realizadas na área controle também foram registradas 14 espécies de mamíferos, pertencentes a cinco ordens: Didelphimorphia, Rodentia, Primates, Carnivora e Chiroptera. Foram registradas nove espécies de mamíferos terrestres,

incluindo captura, indícios e avistamento. Destas, cinco foram capturadas nas armadilhas: *Oligoryzomys nigripes, Nectomys squamipes, Didelphis aurita, Philander frenatus* e *Rattus rattus.*

Além das cinco espécies amostradas pelas armadilhas, outras duas foram registradas através de indícios e avistamentos, *Hydrochoeris hydrochaeris* (capivara) e o mico-estrela (*Callithrix* cf. *jacchus*). As armadilhas fotográficas registraram cinco espécies. Destas, três também foram amostradas com armadilhas e/ ou observadas (*P. frenatus, D. auritae H. hydrochaeris*) e duas foram amostradas apenas através das câmeras: *Nasua nasua* (quati) e *Cavia porcelus* (preá).

Durante o semestre foram registradas cinco espécies de morcegos e marcados seis indivíduos na área controle: *Desmodus rotundus, Carollia perspicillata, Myotis nigricans, Molossus rufus e Sturnira tildae*.

6. MONITORAMENTO ESPÉCIES AMEAÇADAS

Em atendimento ao ofício 72/ 2011 emitido pela APA Guapimirim/ ESEC Guanabara/ ICMBio que trata das condicionantes do Resgate e Monitoramento da via UHOS - COMPERJ, foi realizado um monitoramento específico das espécies ameaçadas de extinção que ocorrem na área de soltura.

Neste Programa Específico foram previstas capturas ou registros tendo como espécies-alvo os táxons ameaçados de extinção (IUCN 2009, MACHADO et al 2008, BERGALLO et al 2000) registrados na área de soltura. O método de captura ou registro das espécies ameaçadas foi a mesmo utilizado para as outras espécies não ameaçadas, ou seja, captura (armadilhas tipo Tomahawk e Sherman; armadilhas de queda e redes de neblina), observação direta e de vestígios.

Não foi capturada nenhuma espécie presente na lista vermelha nacional de espécies ameaçadas de extinção (MACHADO et al. 2008). Entretanto foi capturado um indíviduo da espécie *Sporophila angolensis* (curió), e observado o colhereiro *Platalea ajajai,* que estão na lista do estado do Rio de Janeiro, respectivamente nas categorias “Vulnerável” e “Provavelmente Ameaçada”. (ALVES et al. 2000). Em razão do mínimo valor registrado não foi possível a realização de testes estatísticos comumente feitos no estudo de populações.

O curió *Sporophila angolensis* é uma ave passeriforme da família Thraupidae, conhecido também como avinhado, bicudo e peito-roxo (Pará). É muito estimado por seu canto, por isso é um dos pássaros canoros mais caçados e engaiolados por criadores, chegando ao nível de redução significativa de sua população em seu ambiente natural. Sua distribuição geográfica inclui quase todo território nacional, da Região Amazônica ao Rio Grande do Sul, passando por estados da região Centro-Oeste. Encontrado também em quase todos os países da América do Sul, com exceção do Chile. Habita as regiões litorâneas brasileiras e principalmente o litoral paulista.

O colhereiro *Platalea ajaja* é uma ave pelecaniforme da família Threskiornithidae. Habita ambientes aquáticos, como praias lamacentas e manguezais, e realiza migrações sazonais. Suas características mais marcantes são o formato de seu bico, que é comprido e possui uma “colher” na extremidade, e sua coloração rosada, que se torna mais intensa na época reprodutiva. Possui ampla distribuição, com ocorrência na região neotropical, distribuindo-se do sul dos EUA à Argentina, ocorrendo também em áreas do Equador e Peru.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das espécies capturadas na área de soltura e controle é comum da Mata Atlântica. No caso das aves, também foi observada a presença de muitas espécies costeiras, típicas de praias e manguezais, como anseriformes, gruiformes, suliformes, pelecaniformes, coraciformes, caradriformes e gruiformes.

Não foi observada nenhuma alteração dos indicadores ecológicos como riqueza, abundância e diversidade da área de estudo por causa das solturas realizadas. A grande extensão e conservação da área escolhida, restrição ao acesso, e a sua conectividade com outras áreas da APA lhe conferem uma grande capacidade suporte de espécies. Além disso, todas as espécies capturadas no resgate da Via UHOs e soltas na área de estudo são comuns deste tipo de habitat, que ajuda na adaptabilidade do indivíduo e diminui a interferência ambiental.

Entre os mamíferos, destaque para a cuíca *Philander frenatus*, o pequeno mamífero arborícola mais registrado nas campanhas; e a abundante capivara *Hydrochoeris hydrochaeris*, muito comum na área de estudo. Em ambas as áreas, controle e soltura, notam-se a baixa riqueza e abundância de mamíferos, que pode estar associado ao tipo de ambiente, tipicamente manguezal e árvores baixas, com pouco estrato arbóreo do sub-bosque. Poucos morcegos foram registrados na área de estudo, destaque para o morcego-beija-flor *Glossophaga soricinia*.

As espécies de aves com maior frequência de captura nas redes de neblina foram a rendeira *Manacus manacus* e choca-da-mata *Thamnophilus caerulescens*. As espécies biguá *Phalacrocorax brasilianus*, fregata *Fregata magnificens*, garça *Ardea alba*, urubu *Cathartes aura*, carrpateiro *Milvago chimachima*, rolinha *Columbina talpacoti*, bacurau *Hydropsalis albicollis*, joão-de-barro *Furnarius rufus*, bem-te-vi *Pitangus sulphuratus*, maria-cavaleira *Myiarchus ferox*, suriri *Tyrannus melancholicus*, andorinha *Progne chalybea*, garrinchão-pai-avô *Pheugopedius genibarbis*, corruíra *Troglodytes musculus* e cambacica *Coereba flaveola* foram observadas em todas as amostragens.

Na área de soltura é comum a presença de passeriformes típicos da Mata Atlântica que vivem no estrato arbóreo ou logo acima deste, como joão-de-barro *Furnarius rufus*, bem-te-vi *Pitangus sulphuratus*, maria-cavaleira *Myiarchus ferox*, entre outros; como também de espécies de ambientes costeiros, praias ou manguezais, como o biguá *Phalacrocorax brasilianus*, fregata *Fregata magnificens*, garça *Ardea alba*, colhereiro *Platalea ajaja* etc.

Foi registrada presença de espécies exóticas, nativa de outros países, como bico-de-lacre *Estrilda astrild*, pardal *Passer domesticus* e pomba-doméstica *Columba livia*. A lavadeira-mascarada *Fluvicola nengeta*, que estava restrita a açudes e rios no Sertão e Agreste da região Nordeste, atualmente pode ser encontrada no sudeste.

Não foram registradas espécies ameaçadas de extinção na lista vermelha nacional (MACHADO et al. 2008), entretanto o curió *Sporophila angolensis* e o colhereiro

Platalea ajaja, registrados neste estudo, estão na lista estadual do Rio de Janeiro, categorias “Vulnerável” e “Provavelmente Ameaçada” (ALVES et al. 2000).

Comparando os resultados do monitoramento da fauna na área de soltura com os da área controle, realizada em outras áreas da APA de Guapimirim, nota-se que as espécies registradas são muito similares. Das sete espécies endêmicas do Brasil registradas na área controle, três também foram observadas na área de soltura: *Thamnophilus ambiguus* (choca-de-sooretama), *Cantorchilus longirostris* (garrinchao-de-bico-grande) e *Ramphocelus bresilius* (tie-sangue). O colhereiro *Platalea ajaja*, espécie diretamente associada aos manguezais, também foi registrado nas duas áreas citadas.

Não foi registrada nenhuma espécie migratória na área de soltura, todavia na área controle foram observadas três: águia-pescadora *Pandion haliaetus*, maçarico-pintado *Actitis macularius* e o trinta-réis-boreal *Sterna hirundo*. È preciso considerar que a presença destas espécies na área de estudo é sazonal.

8. BIBLIOGRAFIA

ALVES, M. A. DOS S., J. F. PACHECO, L. A. P. GONZAGA, R. B. CAVALCANTI, M. A. RAPOSO, C. YAMASHITA, N. C. MACIEL & M. CASTANHEIRA (2000) Aves, 113-124 In: H. de G. Bergallo, C. F. D. da Rocha, M. A. dos S. Alves e M. Van Sluys (orgs.) Afauna ameaçada de extinção do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ÁVILA-PIRES, T.C.S. Lizards of brazilian Amazonian (Reptilia: Squamata). Zoologische Mededelingen, Leiden, v.299, p.1-706, 1995.

ARAÚJO, D.S.D. & MACIEL, N.C. 1979. Os manguezais do recôncavo da Baía de Guanabara. Cadernos FEEMA, Série Técnica10: 1-113.

BECKER, M. & DALPONTE, J.C. Rastros de mamíferos silvestres brasileiros – um guia de campo. Brasília: Editora da UnB, 1991. 180p.

BERTOLUCI, J. & M.T. RODRIGUES. 2002. Seasonal patterns of breeding activity of Atlantic Rainforest anurans at Boracéia, Southeastern Brazil. Amphibia-Reptilia, 23:161-167.

BIBBY, C.J.; N.D. BURGESS & D.A. HILL. 1993. Bird census techniques. London, Academic Press, 257p

BONVICINO, C. R., J. A. OLIVEIRA, & P. S. D’ANDREA. 2008. Guia dos Roedores do Brasil, com chaves para gêneros baseadas em caracteres externos. Centro Pan – Americano de Febre Aftosa, Rio de Janeiro.

BUB, H. 1991. Bird trapping and bird banding. A handbook for trapping methods all over the world. 330 pp.

BUB, H. 1995. Bird Trapping and Bird Banding. A Handbook for Trapping Methods all Over the World. Cornell University Press. Ithaca.

CECHIN, S. Z & MARTINS, M. 2000. Eficiência de armadilhas de queda (pitfall traps) em amostragens de anfíbios e répteis no Brasil. Revista Brasileira de Zoologia, 17(3): 729-740.

CESTARI, C. 2007. A atração de aves em resposta ao playback de Habia rubica: implicações complementares sobre o papel da espécie para coesão de bandos mistos na Estação Ecológica Juréia-Itatins – SP. Atualidades Ornitológicas, 136.

CHEREM, J. J.; KAMMERS, M.; GHIZONI-JR., I. R.; MARTINS, A. 2007. Mamíferos de médio e grande porte atropelados em rodovias do Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. Biotemas, 20 (2): 81-96.

CROUCH III, W.B. & P.W.C. PATON. 2002. Assessing the use of call surveys to monitor breeding anurans in Rhode Island. Journal of Herpetology, Lawrence, 36 (2): 185-192.

COLOMBO, P. 2004. Anfíbios anuros do Parque Estadual de Itapeva. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CONDEZ, T.H., SAWAYA, R.J. & DIXO, M. 2009. Herpetofauna dos remanescentes de Mata Atlântica da região de Tapiraí e Piedade, SP, sudeste do Brasil. Biota Neotrop. 9(1):

CROUZEILLES, R.; LORINI, M.L.; GRELLE, C.E.V. Deslocamento na matriz para espécies da mata Atlântica e a dificuldade da construção de perfis ecológicos. Oecologia Australis. v.14, n.4, p.872-900, 2010.

EISENBERG, J. F. & REDFORD, K. H. Mammals of the neotropics the central neotropics. Chicago, University of Chicago Press. Vol.3. 1999, p 93-94.

FEIO, R. N. & CARAMASCHI, U. 2002. Contribuição ao conhecimento da herpetofauna do nordeste de Minas Gerais, Brasil. Phyllomedusa, 1(2):105- 111.

FAGUNDES, V., CHRISTOFF, A.U. & YONENAGA-YASSUDA, Y. 1998. Extraordinary chromosomal polymorphism with 28 different karyotypes in the neotropical species Akodon cursor (Muridae, Sigmodontinae), one of the smallest diploid number in rodents (2n = 16, 15 and 14). eHereditas 129:263-274.

FONSECA, G.A.B.; HERMANN, G.; LEITE, Y.L.R.; MITTERMEIER, R.A.; RYLANDS, A.B. & PATTON, J. L. 1996. Lista anotada dos mamíferos do Brasil. Occasional Papers in Conservation Biology 4. Conservation International, Belo Horizonte, Brazil

GEISE, L., CANAYEZ, F.C. & SEUÁNEZ, H.N. 1998. Comparative Karyology in Akodon (Rodentia, Sigmodontinae) from Southeastern Brazil. J. Heredity. 89:158-163.

HEYER, W. R. A herpetofaunal study of an ecological transect through the Cordillera de Tilarán, Costa Rica. Copeia, 1967:259-271.Machado, A.B.M., G.M. Drumond & A.P. Paglia, (eds.). Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. 1ª Ed. MMA e Fundação Biodiiversitas, Brasília/Belo Horizonte, Brasil, 2008.

KARNS, D.R. 1986. Field herpetology: methods for the study of amphibians and Reptiles in Minnesota. Final report submitted to the Minnesota Department of Natural Resources. 88 pp.

KUNZ, T. H. & KURTA, A. 1988. Capture methods and holding devices. Pp.1-128. In: KUNZ, T. H. (Eds). Ecological and Behavioral Methods for the Study of Bats. Smithsonian Institution Press. Washington.

MENQ, W. Comportamento de perseguição intra e interespecífica de gavião-miúdo (Accipiter striatus) em um parque urbano de Maringá, Paraná. Atualidades Ornitológicas (Impresso), v. 1, p. 9-11, 2014.

NATURAE. 1995. Planejamento e Implantação da Operação Resgate de Fauna da Área sob Influência da UHE Serra da Mesa. Minaçu, GO. Goiânia.

PAGLIA, A.P., FONSECA, G.A.B., RYLANDS, A.B., HERMANN, G., AGUIAR, L.M.S., CHIARELLO, A.G., EITE, Y.L.R., COSTA, L.P., SICILIANO, S., KIERULFF, M.C.M., MENDES, S.L., TAVARES, V. C., MITTERMEIER, R.A. & PATTON, J.L. 2012. Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil. 2. ed. Occasional papers in conservation Biology. Conservation Internacional, Arlington, V.A. 6.

PINTO-DA-ROCHA, R.; ARAUJO, C.; BARREIROS, J. A. P. & BONALDO, A. 2007. Arthropoda, Arachnida, Scorpiones: Estação Científica Ferreira Penna e Juruti Plateau, Pará, Brazil. Check List, 3:145-147.

ROCHA, C. F. D. & BERGALLO, H. G., 1997, Intercommunity variation in the distribution of abundance of dominant lizard species in restinga habitats. Ciência e Cultura, 49: 269-274.

ROCHA, C. F. D., 2000, Biogeografia de répteis de restinga, pp. 99-116. In: L. D. Lacerda & F. A. Esteves (eds.), Ecologia de Restingas e Lagoas Costeiras. NUPEM/UFRJ, Macaé, RJ.

SANTOS FILHO, M.; DA SILVA, D. J. & SANAIOTTI, T. M. 2006. Efficiency of four trap types in sampling small mammals in forest fragments, Mato Grosso, Brazil. Mastozoologia Neotropical, 13:217-225.

SAZIMA, I., & C.F.B. HADDAD. 1992. Répteis da Serra do Japi: notas sobre história natural, p. 212-236. In: L.P.C. MORELLATO (Ed.). História natural da Serra do Japi: ecologia e preservação de uma área florestal no Sudeste do Brasil. Campinas, Editora da Unicamp/FAPESP, 321p.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. & CINTRÓN, G. 1986. Guia para estudo de áreas de manguezal: estrutura, função e flora. Caribbean Ecological Research, São Paulo.

SILVA, JR.; N. J. (Ed.) 2008. Resgate de Fauna em Reservatórios. Editora UCG. Goiânia (no prelo).

SOARES, M.L.G., CHAVES, F.O., CORRÊA, F.M. & SILVA JUINIOR, C.M.G. 2003. Diversidade estrutural de bosques de mangue e sua relação com distúrbios de origem antrópica: o caso da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro). An. Inst. Geoc. 26:101-106.

SUTHERLAND, W. J.; NEWTON, I. A. N. & GREEN, R. E. 2004. Bird ecology and conservation - a handook of techniques. Oxford University Press: New York.

THOMPSON, W. L., WHITE, G. C. & GOWAN, C. 1998. Monitoring Vertebrate Populations. Academic Press. London.

VERNER, J. & RITTER, L. V. 1985. A comparison of transects and point counts in oak-pine woodlands of California. Condor, 87:47-68.

VOSS, R. S. & EMMONS, L. H. 1996. Mammalian diversity in Neotropical Lowland Rainforests: a preliminary assessment. Bulletin of the American Museum of Natural History, 230.

9. CRONOGRAMA

Foi definido o seguinte cronograma:

Atividade	2013										2014												2015
	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan
Resgate de fauna																							
Campanhas de Monitoramento																							

Anexo 4 Lista animais capturados Monitoramento UHOS _AVES									
Espécie	**ago/13**	**out/13**	**jan/14**	**mar/14**	**mai/14**	**jul/14**	**set/14**	**nov/14**	**jan/15**
Amazilia fimbriata		1							
Camptostoma obsoletum							1		
Canthorchilus leucotis		1							
Chloroceryle americana	1								
Coereba flaveola	1								
Elaenia chiriquensis					1				
Elaenia flavogaster		1							
Hydropsalis albicolis	1						2		
Hylophilus thoracicus		1							
Leptotila verreuaxi								1	
Manacus manacus	1	1		5	1		3	1	1
Miyophobus fasciatus				3					
Myiarcus ferox	1								
Picumnus cirratus				1	1		1		
Ramphocelus bresilius	2			2			4		1
Saltator maximus	1								
Sporophila angolensis			1				1		
Thamnophilus caerulescens		1		1		1	1		
Tolmolyias flaviventris	1			4					
Troglodytes musculus						1			
Turdus amaurochalinus				1	1		2		
Tyrannus melancholicus								1	
Volatinia jacarina						1			

Anexo 4 Lista animais capturados Monitoramento UHOS_AVES ANILHADAS					
Espécie	**Comp.**	**Peso**	**Marcação**	**Campanha**	**Local recaptura**
Manacus manacus	10,7cm	18g	D132750	ago/14	705.912/ 7.489.797
Coereba flaveola	9,5cm	20g	D117488	ago/14	705.912/ 7.489.797
Manacus manacus	9,8cm	16g	D132749	out/14	705.912/ 7.489.797
Thamnophilus caerulescens	13,3cm	21g	E126569	out/14	705.912/ 7.489.797
Picumnus cirratus	11cm	8,8g	E126582	mar/14	705.912/ 7.489.797
Manacus manacus	10cm	15g	D132741	mar/14	705.912/ 7.489.797
Tolmomyias flaviventris	11cm	14g	D132792	mar/14	705.912/ 7.489.797
Thamnophilus caerulescens	13cm	20g	E126583	mar/14	705.912/ 7.489.797
Ramphocellus bresilius	19cm	48g	G104768	mar/14	705.912/ 7.489.797
Volatinia jacarina	8,1cm	11g	D117427	jul/14	705.912/ 7.489.797
Manacus manacus	12 cm	14 g	D132749	jan/15	705.912/ 7.489.797

Anexo 4 Lista animais capturados Monitoramento UHOS_MASTOFAUNA

Táxon	**Nome comum**	**ago/13**	**out/13**	**jan/14**	**mar/14**	**mai/14**	**jul/14**	**Set 2014**	**Nov 2014**	**Jan 2015**
Didelphis sp.	Gambá				1					
Philander frenatus	Cuíca-de-quatro	3	1		1	2	2	1		1
Akodon sp.	Rato-do-mato	2								
Oligoryzomys flavescens	Rato-do-mato		2				2			
Hydrochoerus hydrochaeris	Capivara	1	1			2	6	1		3
Sphiggurus villosus	Ouriço-caxeiro								1	
Myotis sp.	Morcego	1		1						1
Glossophaga soricinia	Morcego-beija-flor		5							
Artibeus lituratus	Morcego				1	1				
Galictis cuja	Furão									1

Anexo 4 Lista animais capturados Monitoramento UHOS_HERPETOFAUNA										
Táxon	**Nome Comum**	**ago/13**	**out/13**	**jan/14**	**mar/14**	**mai/14**	**jul/14**	**set/14**	**nov/14**	**jan/15**
Leptodactylus fuscus	Rã		3							
Leptodactylus latrans	Rã-manteiga				2		1	1		1
Leptodactylus marmoratus	Rãzinha		1							
Hypsiboas albomarginatus	Perereca-verde		1	1		2		2	1	
Scinax alter	Perereca-amarela		1			1		1		
Ameiva ameiva	Bico-doce		1				2	1		1
Tupinambis merianae	Teiú									2
Mabuya agilis	Lagarto				1					
Oxyrhopus petola	Falsa-coral					1				

Animais capturados, avaliados pela médica-veterinária e soltos na área de soltura.		
ID (quantidade)	Espécie	Ficha
1	*Liophis miliaris*	1
1	*Polychrus marmoratus*	2
1	*Boa constrictor*	3
1	*Rhinella ornata*	4
2	*Polychrus marmoratus*	5
3	*Polychrus marmoratus*	6
1	*Didelphis aurita*	7
2	*Liophis miliaris*	8
2	*Boa constrictor*	9
3	*Boa constrictor*	10
1	*Cavia aperea*	11
2	*Cavia aperea*	12
3	*Cavia aperea*	13
3	*Liophis miliaris*	14
1	*Dasypus novemcinctus*	15
1	*Philander frenatus*	16
4	*Liophis miliaris*	17
4	*Boa constrictor*	18
1	*Tupinambis merianae*	19
OBS: Na ficha individual no RL FINAL (Anexo 1), páginas 68 a 86, onde está registrada a data e hora e a coordenada de captura e soltura e a biometria.		

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 193/2019 – MPRJ 2019.00978743**

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos resposta do Ofício 2° PJTC n° 639/2022

Itaboraí, 11 de abril de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Notícia de Fato - MPRJ 2022.00002531

PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO

Aos 16 dias do mês de dezembro de 2021, na Sede do Ministério Público, localizado na Av. Marechal Câmara, n° 370, 08° andar, Centro, Rio de Janeiro, se reuniram o DR. **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, Promotor de Justiça Titular, o Subprocurador-Geral de Justiça, **DR. MARFAN MARTINS VIEIRA**; e **Pela Concessionária Água dos Rio: Dra. TATIANA VAZ CARIUS, da Águas do Rio; Dra. YOON JUNG KIM, Diretora Jurídica; e o Dr. ANSELMO LEAL, Diretor Institucional da Águas do Rio.**

Pelos representantes da Concessionária Águas do Rio foi dito que: a Concessionária deu início em 01 de novembro de 2021 à operação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, após sagrar-se vencedora da Concorrência Internacional nº 01/2020, em 26 municípios – incluindo a cidade de Itaboraí, assim como 124 bairros da capital fluminense. Todavia, nos termos do disposto no item 3.1 do Caderno de Encargos – Anexo VI do Contrato de Concessão, a Concessionária tem como meta contratual o prazo de 12 anos para universalizar o serviço de esgotamento sanitário e 10 anos para o sistema de fornecimento de água no Município de Itaboraí, por meio de inúmeros investimentos previstos em seu plano de negócios. Assim, considerando o histórico de abastecimento deficitário na região de Itaboraí, atrelado ao atual contexto de escassez hídrica, a Concessionária vem envidando esforços em busca de soluções que mitiguem este grave problema de ordem pública para priorizar o aumento de oferta de água tratada no atendimento da população, otimizando o uso dos recursos hídricos para o consumo industrial por meio de soluções alternativas, como a água de reuso de Estações de Tratamento de Esgoto. Nesse sentido, faz-se necessário o envio de cópia dos seguintes documentos: (i) TACs firmados com a Petrobras na região de Itaboraí; (ii) relatório atualizado de cumprimento das obrigações pactuadas nos

TACs, inclusive com o status de execução financeira dos valores previstos em investimentos pela Petrobras e por órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; e (iii) 126 Procedimentos Administrativos de acompanhamento das obrigações oriundas dos Termos de Ajustamento de Conduta e os procedimentos investigativos correlatos.

Pelo Promotor de Justiça: foi prestado esclarecimentos sobre toda a tramitação das Ações Civis Públicas e dos dois TACs do COMPERJ, assim como dos 126 Procedimentos Administrativos que apuram o cumprimento das cláusulas dos TACs. Ademais, com as cautelas de estilo, foram deferidas as cópias solicitadas, na forma disponível nesta Promotoria, qual seja: cópia dos TACs I e II COMPERJ, dos 126 Procedimentos Administrativo e planilha de andamento dos referidos PAs.

Após a reunião, salienta-se que a Concessionária Águas do Rio formalizou por meio de ofício RIO4.JES.2021/000039ED.ARJ.2021/000581 (MPRJ – 2022.00002531) o pedido de cópia dos seguintes documentos: (i) TACs firmados com a Petrobras na região de Itaboraí; (ii) relatório atualizado de cumprimento das obrigações pactuadas nos TACs, inclusive com o status de execução financeira dos valores previstos em investimentos pela Petrobras e por órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; e (iii) 126 Procedimentos Administrativos de acompanhamento das obrigações oriundas dos Termos de Ajustamento de Conduta e os procedimentos investigativos correlatos. O Promotor consignou que toda a sociedade (seja os cidadãos isoladamente por meio do controle social, seja qualquer interessado pessoa jurídica), pode contribuir com a Promotoria na instrução dos 126 PAs que apuram o cumprimento das cláusulas do TAC, sendo certo que a atuação desta Promotoria está restrita aos aspectos de tutela do meio ambiente, ressaltando que questões como o valor do pagamento pela utilização da água fogem à atribuição da Promotoria.

Nada mais havendo, foi a reunião encerrada.

Diante do que foi tratado na reunião e formalizado por meio do ofício RIO4.JES.2021/000039ED.ARJ.2021/000581 (MPRJ – 2022.00002531), à Secretaria para:

1- **Defiro** o pedido de cópia dos TACs I e II COMPERJ, dos 126 Procedimentos Administrativos e a planilha de andamento dos referidos PAs;

2- **Solicite-se** o recolhimento de custas, conforme art. 3º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2.198/2018. Após, proceda-se entrega virtual (por e-mail) da cópia dos TACs I e II COMPERJ, dos 126 Procedimentos Administrativos e a planilha de andamento dos referidos PAs digitalizado, conforme solicitado;;

3- **Juntar** cópia desta promoção aos Procedimentos Administrativos instaurados para acompanhar as obrigações contidas nos TACs I e II COMPERJ que tratem de abastecimento de água.

Itaboraí, 16 de dezembro de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.01.27 17:40:37 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **MPRJ 2022.00002531**

TERMO DE VISTA

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Itaboraí, Doutor Tiago Gonçalves Veras Gomes.

Itaboraí, 07 de janeiro de 2022.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Promoção em separado, impressa em 03 lauda (s).

Itaboraí, 20/01/2022

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 08/02/22. 7787

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

DocuSign Envelope ID: 30B238B5-90A8-4CC5-8562-95492E497400

ÁGUAS DO RIO

RIO4.JES.2021/000039

ED.ARJ.2021/000581

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2021

MPRJ8P2TCOITB 20220000002531 050122 14:17:39

Ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Avenida Marechal Câmara, n. 370 - Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-080

A/C Ilmo. Promotor de Justiça - Titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva de Itaboraí

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ref. Solicitação de Informações sobre os TACs celebrados com a PETROBRAS no Município de Itaboraí.

ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A. ("Águas do Rio 1"), concessionária dos serviços públicos de fornecimento de água, esgotamento sanitário e dos serviços complementares das áreas abrangidas pelo Contrato de Concessão nº 32/2021 ("Contrato"), com sede administrativa na Avenida Barão de Tefé, nº 34, 10º e 11º andares, Bairro Saúde, no Rio de Janeiro – RJ, CNPJ/MF nº 42.310.775/0001-03, vem, respeitosamente, expor e requerer o que segue.

Conforme amplamente divulgado nas mídias, a Águas do Rio deu início **em 01 de novembro de 2021** à operação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, após sagrar-se vencedora da Concorrência Internacional nº 01/2020, em 26 municípios – incluindo a Cidade de Itaboraí, assim como 124 bairros da capital fluminense.

Para atendimento das citadas áreas, foram criadas Sociedades de Propósitos Específicos SPEs, denominadas Águas do Rio 1 SPE S.A. (CNPJ/MF nº 42.310.775/0001-03) e Águas do Rio 4 SPE S.A. (CNPJ/MF nº 42.644.220/0001-06), signatárias do Contrato de Concessão nº 32/2021 e 33/2021, ambos assinados em 11 de agosto de 2021.

DocuSign Envelope ID: 30B238B5-90A8-4CC5-8562-95492E497400

ÁGUAS DO RIO

Esclarecemos que, nos termos do disposto no item 3.1 do Caderno de Encargos – Anexo VI do Contrato de Concessão, a Concessionária tem como meta contratual o prazo de 12 anos para universalizar o serviço de esgotamento sanitário e 10 anos para o sistema de fornecimento de água no Município de Itaboraí, por meio de inúmeros investimentos previstos em seu plano de negócios.

Considerando o histórico de abastecimento deficitário na região de Itaboraí, atrelado ao atual contexto de escassez hídrica, esta Concessionária vem envidando esforços em busca de soluções que mitiguem este grave problema de ordem pública para priorizar o aumento da oferta de água tratada no atendimento da população, otimizando o uso dos recursos hídricos para o consumo industrial por meio de soluções alternativas, como a água de reúso de Estações de Tratamento de Esgoto.

Nesse sentido, torna-se premente obter informações atualizadas acerca dos Termos de Ajustamento de Conduta (Comperj) celebrados com a Petrobras no município de Itaboraí, local onde será desenvolvido o polo industrial GASLUB.

Conforme acordado na reunião realizada no dia 16.12.2021 na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, solicitamos o envio de cópia dos seguintes documentos:

1) TACs firmados com a PETROBRAS na região de Itaboraí;
2) Relatório atualizado de cumprimento das obrigações pactuadas nos TACs, inclusive com o status de execução financeira dos valores previstos em investimentos pela Petrobras e por órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro;
3) 125 procedimentos de acompanhamentos das obrigações oriundas dos Termos de Ajustamento de Conduta e os procedimentos investigativos correlatos;

Sendo estas nossas solicitações, apresentamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A

Alexandre Bianchini Antonio
Presidente

Anselmo Henrique Seto Leal
Diretor Institucional

TVC

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 08 de agosto de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ref.: Procedimento Administrativo n. 193/2019 (MPRJ n. 2019.00978743)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/34-verso.

Ofício da Petrobras às fls. 36/37, remetendo mídia digital (fl. 39), contendo informações sobre o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 40/41.

Ofício da SEAS às fls. 42/43, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 44/45, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 54/65, esclarecendo que a Gerência de Licenciamento Agropecuário concluiu que: *"(...) considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, entende-se que a obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi parcialmente atendida e aguarda-se o atendimento da Notificação GELAFNOT/01122968 para o cumprimento de forma integral da obrigação em referência (...)".*

E-mail da Petrobras à fl. 79, instruído de fls. 80/269, encaminhando o Relatório Final das Atividades de Resgate e Afugentamento da Fauna da via UHOS, a planilha de dados, o Relatório Final das Atividades de Monitoramento da Fauna da via UHOS e respectiva planilha de dados, bem como a lista de animais avaliados na estrutura de apoio e soltos na área de soltura. Os dados dos indivíduos constam nas fichas individuais disponíveis no Relatório Final de Resgate e Afugentamento, sendo que neste mesmo relatório nas páginas 61 a 63 foram enviadas as demais informações solicitadas na referida Notificação do INEA, comprovando o cumprimento integral. Além disso foi remetido Nota Explicativa referente ao cumprimento da obrigação.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Ciente** do acrescido às fls. 79/269;

2- **Reitere-se** o ofício não respondido (fl. 74);

3- **Oficie-se ao INEA**, com cópia de fls. 73/269, solicitando manifestações e providências quanto ao atendimento parcial da obrigação contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC;

4- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente a vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 10 de agosto de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.08.11 16:52:01 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 948/2022 *Itaboraí*, 28 de abril de 2022.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis e Procedimentos Administrativos que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 343 (trezentos e quarenta e três) inquéritos civis e 146 (cento e quarenta e seis) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 29/04/2022, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1438938** e o código CRC **5C31556B**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2° Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 1847/2022 *Itaboraí*, 15 de agosto de 2022.

Ref.: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC****".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça reiterar os termos do Ofício 2° PJTC n° 638/2022, acusar o recebimento do Of.INEA/SERVCONTE SEI N° 31, Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº138, bem como solicitar informações se a Petrobras atendeu ao Auto de Notificação GELAFNOT/01122968. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 17/08/2022, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1712997** e o código CRC **671687FA**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2° Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 1848/2022 *Itaboraí*, 15 de agosto de 2022.

Ref.: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC****".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar manifestações e providências quanto ao atendimento parcial da obrigação contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 73/269 para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de**

Justiça, em 17/08/2022, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1713009** e o código CRC **851426DC**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**

TERMO DE EXPEDIÇÃO

Nesta data, procedo à expedição dos Ofícios 2ª PJTC nº 1847 e 1848/2022, via email.

Itaboraí, 17 de agosto de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 13 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor de Justiça e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 14 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Procedimento Administrativo n. 193/2019 (MPRJ nº 2019.00978743)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Reiterem-se os ofícios não respondidos;

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 14 de março de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.03.14 17:46:05 -03'00'

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo de Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2° Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 343/2023 *Itaboraí*, 17 de março de 2023.

Ref.: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**

(Favor mencionar na resposta)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC****".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça reiterar os termos do Ofício 2° PJTC n° 638/2022 e 1847/2022, acusar o recebimento do Of.INEA/SERVCONTE SEI N° 31 e do Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº138, bem como solicitar informações se a Petrobras atendeu ao Auto de Notificação GELAFNOT/01122968. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 54/65 e 67/70 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 23/03/2023, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2235654** e o código CRC **A6C717E9**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2° Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 344/2023 *Itaboraí*, 17 de março de 2023.

Ref.: **PA 193/2019 – MPRJ 201900978743**

(Favor mencionar na resposta)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC****".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça reiterar os termos do Ofício 2ª PJTC n° 1848/2022, solicitando manifestações e providências quanto ao atendimento parcial da obrigação contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 73/269 para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de**

Justiça, em 23/03/2023, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2235658** e o código CRC **ED92B603**.

20.22.0001.0017078.2021-54 2235658v4

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 193/2019 MPRJ 2019.00978743**

TERMO DE EXPEDIÇÃO

Nesta data, procedo à expedição dos Ofícios 2ª PJTC nº 343 e 344/2023, via email.

Itaboraí, 24 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004461/2023-44
Documento id. 00637414

INTERNO

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras.

Itaboraí, 19 de junho de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004461/2023-44
Documento id. 00652901

DESPACHO DE PRORROGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 193/2019 (MPRJ n. 2019.00978743)

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/34-verso.

Ofício da Petrobras às fls. 36/37, remetendo mídia digital (fl. 39), contendo informações sobre o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 40/41.

Ofício da SEAS às fls. 42/43, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 44/45, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 54/65, esclarecendo que a Gerência de Licenciamento

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 23-06-2023 09:31

Agropecuário concluiu que: *"(...) considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, entende-se que a obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi parcialmente atendida e aguarda-se o atendimento da Notificação GELAFNOT/01122968 para o cumprimento de forma integral da obrigação em referência (...)".*

E-mail da Petrobras à fl. 79, instruído de fls. 80/269, encaminhando o Relatório Final das Atividades de Resgate e Afugentamento da Fauna da via UHOS, a planilha de dados, o Relatório Final das Atividades de Monitoramento da Fauna da via UHOS e respectiva planilha de dados, bem como a lista de animais avaliados na estrutura de apoio e soltos na área de soltura. Os dados dos indivíduos constam nas fichas individuais disponíveis no Relatório Final de Resgate e Afugentamento, sendo que neste mesmo relatório nas páginas 61 a 63 foram enviadas as demais informações solicitadas na referida Notificação do INEA, comprovando o cumprimento integral. Além disso foi remetido Nota Explicativa referente ao cumprimento da obrigação.

Juntada da Ata de Reunião realizada com representantes da Concessionária Águas do Rio às fls. 271/273, instruído de fls. 275/276. Na oportunidade, a Concessionária esclareceu que foi iniciado em 01 de novembro de 2021 à operação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, após sagrar-se vencedora da Concorrência Internacional nº 01/2020, em 26 municípios – incluindo a cidade de Itaboraí, assim como 124 bairros da capital fluminense. Todavia, nos termos do disposto no item 3.1 do Caderno de Encargos – Anexo VI do Contrato de Concessão, a Concessionária tem como meta contratual o prazo de 12 anos para universalizar o serviço de esgotamento sanitário e 10 anos para o sistema de fornecimento de água no Município de Itaboraí, por meio de inúmeros investimentos previstos em seu plano de negócios. Assim, considerando o histórico de abastecimento deficitário na região de Itaboraí, atrelado ao atual contexto de escassez hídrica, a Concessionária vem envidando esforços em busca de soluções que mitiguem este grave problema de ordem pública para priorizar o aumento de oferta de água tratada no atendimento da população, otimizando o uso dos recursos hídricos para o consumo industrial por meio de soluções alternativas, como a água de reuso de Estações de Tratamento de Esgoto. Nesse sentido, faz-se necessário o envio de cópia dos seguintes documentos: (i) TACs firmados com a Petrobras na região de Itaboraí; (ii) relatório atualizado de cumprimento

das obrigações pactuadas nos TACs, inclusive com o status de execução financeira dos valores previstos em investimentos pela Petrobras e por órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; e (iii) 126 Procedimentos Administrativos de acompanhamento das obrigações oriundas dos Termos de Ajustamento de Conduta e os procedimentos investigativos correlatos.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes

diligências:

1. **Reitere-se o ofício expedido ao INEA**, com cópia de fls. 73/269, solicitando manifestações e providências quanto ao atendimento parcial da obrigação contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC;

2. **Reitere-se o ofício não respondido expedido ao INEA** solicitando informar e comprovar se a Petrobras atendeu ao Auto de Notificação GELAFNOT/01122968;

3. Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente a vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Prazo de prorrogação: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s).

Itaboraí, 23 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 488/2023 *Itaboraí*, 27 de abril de 2023.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os inquéritos civis que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, no total, 299 (duzentos e noventa e nove), conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 27/04/2023, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2337100** e o código CRC **2281C744**.

Ofício nº 909/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00655458
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004461/2023-44
Assunto: PA 193/2019 MPRJ 2019.00978743.
Destinatário: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apura**r o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023.** A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre,* ***no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC".***

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça reiterar os termos dos Ofícios 2ª PJTC n° 1848/2022 e 344/2023, solicitando manifestações e providências quanto ao atendimento parcial da obrigação contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 28-06-2023 10:40

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 73/269 para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 28 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 910/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00655516
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004461/2023-44
Assunto: PA 193/2019 MPRJ 2019.00978743.
Destinatário: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.7.26 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de* ***30 (trinta) dias contados da homologação do TAC".***

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça reiterar os termos dos Ofícios 2ª PJTC n° 638/2022, 1847/2022 e 343/2023, acusar o recebimento do Of.INEA/SERVCONTE SEI N° 31 e do Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº138, bem como solicitar informações se a Petrobras atendeu ao Auto de Notificação GELAFNOT/01122968. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 28-06-2023 10:40

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 54/65 e 67/70 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 28 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004461/2023-44
Documento id. 00690434

Documentos enviados em 05 de julho de 2023:
Ofício 910/2023-2PJTCOITB
Ofício 909/2023-2PJTCOITB

INTERNO

Expedição via e-mail.

Itaboraí, 05 de julho de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

Of.INEA/SERVCONTE Nº4 Rio de Janeiro, 19 de junho de 2023

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí - CEP: 24.800-113

Ref.: Ofício 2ª PJTC nº 1848/2022 e Ofício 2ª PJTC n° 344/2023

PA 193/2019 – MPRJ 201900978743

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção às obrigações contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. Onde a PETROBRAS, no item 5.7.6 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a

"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contadosda homologação do TAC".

Segue breve resumo dos fatos:

Com relação ao solicitado nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do referido Termo de Ajuste de Conduta – TAC/COMPERJ, cabe informar que, com relação à supracitada obrigação, a Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal - GERLAF, analisou toda documentação enviada pela compromissária PETROBRÁS e elaborou a Manifestação técnica INEA/SERVAAF SEI Nº6(23687645), concluindo que:

"(...)*Considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, entende-se que a obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi parcialmente atendida e aguarda-se o atendimento da Notificação GELAFNOT/01122968 para o cumprimento de forma integral da obrigação em referencia*(...)".

A compromissária PETROBRÀS foi informada acerca do parecer técnico acima, através da Notificação GELAFNOT/01122968 que foi encaminhada à compromissária, para pleno atendimento das obrigações pertinentes.

Com isso, após apresentação por parte da compromissária PETROBRÁS da SMS/LCA/MPL-DP-TDI nº 0252/2021, em resposta à Notificação GELAFNOT/01122968, a Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal - GERLAF, analisou novamente toda documentação enviada pela compromissária PETROBRÁS e elaborou a Manifestação técnica 51849485, concluindo que :

"(...)*As ações realizadas, bem como as informações prestadas atendem as exigências contidas na Notificação GELAFNOT/01122968*(...)"

Assim, venho encaminhar a manifestação da área técnica competente dentro do Instituto Estadual do Ambiente quanto à análise do cumprimento dos referidos itens, sob os moldes do que foi preconizado. Bem como, indagar se podemos considerar esses itens como concluídos por parte da fiscalização do INEA e como desnecessária a sua análise por parte da auditoria independente.

Por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos disponibilizados.

Sem mais no momento, mantenho-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Anexos: I - Manifestação técnica 51849485;
II- Oficio NA31 - 24533940
III- Manifestação técnica INEA/SERVAAF SEI Nº6(23687645).

Atenciosamente

Marcelo F.Souto de Carvalho

Coordenador dos TAC´S DO COMPERJ

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fernando Souto de Carvalho**, **Adjunto**, em 19/06/2023, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **54127169** e o código CRC **F3441455**.

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Ref.: E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Juntar** cópia da presente promoção e do e-mail em anexo aos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II;

2. **Defiro** o pedido de cópia integral dos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, com as cautelas de estilo;

3. Não incidirá a cobrança pelo fornecimento de cópias digitais de documentos, processos ou procedimentos quando eles já estiverem em suporte digital e quando a entrega do material solicitado puder ser realizada por correio eletrônico ou por mera gravação no dispositivo de armazenamento disponibilizado pelo solicitante, conforme art. 5º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2365/2020. **Proceda-se** a entrega virtual integral do Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, digitalizado, conforme solicitado.

Itaboraí, 15 de setembro de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.09.15 17:49:15 -03'00'

ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Sex, 15/09/2023 17:50
Para:Cristina Alfradique Etcharte <cgalfradique@mprj.mp.br>

4 anexos (5 MB)
PLANILHA PA COMPERJ TAC I TIMBRADO.pdf; PLANILHA PA COMPERJ TIMBRADO TAC II (1).pdf; PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO.pdf; Promoção - Ref. E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II pedido de cópia .pdf - assinado.pdf;

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 15:43
Para: Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>
Cc: Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Assunto: ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Dr. Tiago, boa tarde,

Segue abaixo pedido de cópia feito por Águas do Rio, solicitando cópia integral dos PA's do COMPERJ.
Podemos solicitar a atualização do portal RAP e informar que todos os procedimentos estão disponíveis para acompanhamento no referido portal?

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: Julia Pinheiro da Silva <julia.psilva@aguasdorio.com.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 14:44
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Cc: Marcelo de Pontes Cavaco <marcelo.cavaco@aguasdorio.com.br>
Assunto: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Prezados,

Em nome da Águas do Rio gostaria de receber informações quanto ao procedimento de obtenção das cópias dos processos administrativos listados nos anexos. Tratam-se de procedimentos instaurados por este Ministério Público para acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC COMPERJ I e II pela Petrobrás. A Águas do Rio já foi autorizada receber as referidas cópias conforme promoção em anexo.

Obrigada desde já, abraços.

Att.;

Júlia Pinheiro da Silva
Assistente Jurídico
+55 21 97155-0129
Av. Rodrigues Alves / Armazén 2 - Saúde
Rio de Janeiro/RJ
CEP 20081-250
http://www.aguasdorio.com.br

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004461/2023-44
Documento id. 01108386

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 193/2019 - (MPRJ 2019.00978743)

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Ciente** do acrescido no índex 00824038;

2. **Remeter** o presente feito integralmente digitalizado, via SEI, ao GATE solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental, bem como se os itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ pode ser considerado concluído, sendo desnecessária a sua análise por parte da auditoria independente. Caso ainda persista alguma pendência, solicita-se que seja esclarecida de forma objetiva;

3. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 18 de outubro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 18-10-2023 10:10

Solicitação de análise técnica ao GATE - 2800771

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

Órgão de Execução:
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

Telefone:
(21)2645-6950

Celular:
(21)98285-7730

Membro Solicitante:
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

Matrícula:
3226

Secretário(a):
THAÍS VIEIRA DOS SANTOS

E-mail:
thais.santos@mprj.mp.br

Deseja receber atualização da movimentação via sistema push?
Não

DADOS DO PROCEDIMENTO

Nº MPRJ:
201900978743

1. Trata-se de complementação de Análise realizada anteriormente pelo GATE?
Não

***Em se tratando de complementação de análise técnica realizada anteriormente pelo GATE, indicar o número da IT:**

-

2.Trata-se de procedimento investigatório que apura ato de improbidade administrativa?
Não

(*) Caso a resposta seja positiva

2.1. Indique a data de término do prazo prescricional:
-

2.2 O procedimento foi instaurado antes ou após a vigência da Lei 14.230/2021?
-

2.3 Se instaurado após a vigência da Lei 14.230, indique a data de publicação a portaria de instauração.
-

3. Trata-se de apoio na elaboração de quesitos em processo judicial?
Não

4. Trata-se de nomeação de técnico pericial para atuar como assistente técnico em processo judicial, acompanhando diligências ou elaborando laudo complementar?
Não

5. Trata-se de solicitação com tramitação prioritária?
Não

* Caso a resposta seja positiva, assinale a hipótese adequada.

5.1 Existe risco iminente de perecimento do direito;:
Não

***Caso a resposta 5.1 seja marcada, descreva:**
-

5.2 Prioridades fixadas em lei, tais como, Estatuto do Idoso, ECA, Lei Brasileira de Inclusão e outros diplomas legais.
Não

5.3 Está em curso prazo processual;:
Não

Indicar prazo Processual caso marque a hipóteses 5.3:
-

5.4 Trata-se de solicitação oriunda de alguma modalidade de atuação coletiva especializada (Grupo de Atuação Especializada, Força-Tarefa, Grupo Temático Temporário ou Grupo de Apoio de Acervo - Resolução GPGJ 2.401/2021):
Não

INDIQUE SUA DÚVIDA TÉCNICA:
Remeter o presente feito integralmente digitalizado, via SEI, ao GATE solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental, bem como se os itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ pode ser considerado concluído, sendo desnecessária a sua análise por parte da auditoria independente. Caso ainda persista alguma pendência, solicita-se que seja esclarecida de forma objetiva.

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 20/10/2023, às 13:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2800771** e o código CRC **F0BE2EC1**.

Histórico do Processo 20.22.0001.0063930.2023-21

Ver histórico completo

Lista de Andamentos (2 registros):

Data/Hora	Unidade	Usuário	Descrição
20/10/2023 13:35	SECGATE	thais.santos	Processo remetido pela unidade SP2TCOITB
20/10/2023 13:11	SP2TCOITB	thais.santos	Processo público gerado

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01693683

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e Procedimento Administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TACs do COMPERJ[1]

Como se sabe, o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

No dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

Os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Isto posto, incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 09:41

cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

Tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ"*.

Noutro giro, esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA

ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

Considerando que o STJ no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8) firmou a tese que: *"(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)"*

O Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

O direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

O Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

A transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

Ressalta-se que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever

de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

A publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas, não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

No que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

O Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: *"(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)*

A Lei n. 10.650/2003, estabelece que: *(...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).*

A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: *"São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".*

A Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: *"São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".*

Em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

A omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

Indubitavelmente a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

Nessa toada, o MPRJ registra que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos

controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e *accountability*.

Ressalta-se que esta Promotoria de Justiça em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

É o breve relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

I. **Expeça-se imediatamente recomendação ao Presidente do INEA e ao Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, a fim de que: ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas do TAC do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias,***

críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC. O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis;

II. **Juntar** cópia da presente promoção e da recomendação expedida em todos os Procedimentos Administrativos (em andamento) do TAC COMPERJ I e II;

III. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

[1] TAC I e II: PA 150/2019 – MPRJ n. 2019.00977739; PA 151/2019 – MPRJ n. 2019.00978524; PA 152/2019 - MPRJ 2019.00978517; PA 153/2019 - MPRJ 2019.00978521; PA 154/2019 - MPRJ 2019.00977734; PA 155/2019 - MPRJ 2019.00977724; PA 158/2019 - MPRJ 2019.00977717; PA 159/2019 - MPRJ 2019.00977681; PA 160/2019 - MPRJ 2019.00978785; PA 161/2019 - MPRJ 2019.00978783; PA 162/2019 - MPRJ 2019.0097871; PA 163/2019 - MPRJ 2019.00978778; PA 164/2019 - MPRJ 2019.00978775; PA 165/2019 - MPRJ 2019.00978774; PA 166/2019 - MPRJ 2019.00978764; PA 169/2019 - MPRJ 2019.00978758; PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821; PA 172/2019 - MPRJ 2019.00978813; PA 173/2019 - MPRJ 2019.00978810; PA 176/2019 - MPRJ 2019.00978802; PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799; PA 179/2019 - MPRJ 2019.00978793; PA 180/2019 - MPRJ 2019.00978685; PA 181/2019 - MPRJ 2019.00978683; PA 183/2019 - MPRJ 2019.00978680; PA 188/2019 - MPRJ 2019.00978818; PA 189/2019 - MPRJ 2019.00978816; PA 190/2019 - MPRJ 2019.00978751; PA 192/2019 - MPRJ 2019.00978745; PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743; PA 194/2019 - MPRJ 2019.00978740; PA 195/2019 - MPRJ 2019.00978738; PA 196/2019 - MPRJ 2019.00978733; PA 197/2019 - MPRJ 2019.00978731; PA 198/2019 - MPRJ 2019.00978707; PA 199/2019 - MPRJ 2019.00978699; PA 200/2019 - MPRJ 2019.00978687; PA 201/2019 - MPRJ 2019.00978654; PA 202/2019 - MPRJ 2019.00978628; PA 203/2019 - MPRJ 2019.00978638; PA 204/2019 - MPRJ 2019.00978625; PA 205/2019 - MPRJ 2019.00978623; PA 206/2019 - MPRJ 2019.00978615; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605; PA 208/2019 - MPRJ 2019.00978582; PA 209/2019 - MPRJ

2019.00978564; PA 210/2019- MPRJ 2019.00978560; PA 211/2019 - MPRJ 2019.00978555; PA 06/2020 - MPRJ 2020.00174213; PA 08/2020 - MPRJ 2020.00174210; PA 09/2020 - MPRJ 2020.00174209; PA 10/2020 - MPRJ 2020.00174208; PA 11/2020 - MPRJ 2020.00174207; PA 12/2020 - MPRJ 2020.00174206; PA 13/2020 - MPRJ 2020.00174205; PA 14/2020 - MPRJ 2020.00174204; PA 15/2020 - MPRJ 2020.00174203; PA 16/2020 - MPRJ 2020.00174202; PA 17/2020 - MPRJ 2020.00174201; PA 18/2020 - MPRJ 2020.00174200; PA 19/2020 - MPRJ 2020.00174199; PA 20/2020 - MPRJ 2020.00174198; PA 21/2020 - MPRJ 2020.00174197; PA 22/2020 - MPRJ 2020.00174196; PA 23/2020 - MPRJ 2020.00174195; PA 24/2020 - MPRJ 2020.00174194; PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193; PA 26/2020 - MPRJ 2020.00174192; PA 27/2020 - MPRJ 2020.00174191; PA 28/2020 - MPRJ 2020.00174190; PA 29/2020 - MPRJ 2020.00174189; PA 31/2020 - MPRJ 2020.00174187; PA 32/2020 - MPRJ 2020.00174186; PA 33/2020 - MPRJ 2020.00174185; PA 36/2020 - MPRJ 2020.00174182; PA 37/2020 - MPRJ 2020.00174181; PA 39/2020 - MPRJ 2020.00174179; PA 41/2020 - MPRJ 2020.00174177; PA 43/2020 - MPRJ 2020.00174175; PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172; PA 47/2020 - MPRJ 2020.00174171; PA 48/2020 - MPRJ 2020.00174170; PA 51/2020 - MPRJ 2020.00174167; PA 52/2020 - MPRJ 2020.00174166; PA 53/2020 - MPRJ 2020.00174165; PA 54/2020 -MPRJ 2020.00174164; PA 55/2020 - MPRJ 2020.00174163; PA 56/2020 - MPRJ 2020.00174162; PA 57/2020 - MPRJ 2020.00174161; PA 58/2020 - MPRJ 2020.00174160; PA 59/2020 - MPRJ 2020.00174159; PA 60/2020 - MPRJ 2020.00174158; PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157; PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156; PA 65/2020 - MPRJ 2020.00174153.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 001/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694367
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023

(Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: "(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)".

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões

consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

> O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: "(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: "São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: "São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei

Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 002/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694303
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - INEA

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima,

obrigou-se a “(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade”.

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: “(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)”.

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o

atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: “(...) é dever dos

> órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: “São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social”.

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: “São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade”.

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios

dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts.

51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004461/2023-44
Documento id. 01742908

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 193/2019 - (MPRJ 2019.00978743)

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Renovo** a promoção de índex 01108386, bastando a Secretaria entrar em contato com a Secretaria do GATE, solicitando informar sobre a conclusão da IT solicitada;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 11 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 11-03-2024 13:08

RE: Solicitação de informações andamento SEI n° 20.22.0001.0063930.2023-21.

SECGATE <secgate@mprj.mp.br>

Qua, 13/03/2024 13:39

Para:2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>;SECGATE <secgate@mprj.mp.br>

Prezado solicitante,

O procedimento em questão se encontra em fila, aguardando técnico disponível para distribuição e início de análise. Em sua frente, há 8 SATs na mesma situação (mesmo tema e equipe responsável).

No entanto, SATs relativas a processos com prazos judiciais poderão ser distribuídos de forma prioritária. De igual modo, SATs que sejam apresentadas relativas a casos de maior gravidade e menor custo de análise.

A Coordenação do GATE está trabalhando para publicar a fila de espera, além da estimativa do tempo de conclusão para cada SAT. Em paralelo, estamos adotando medidas de saneamento do passivo e controle de entrada com o objetivo reduzir o tempo de conclusão das análises.

Agradecemos pela compreensão e acreditamos que eventual incerteza quanto ao prazo exato para a análise traga transtornos menores para a efetividade da atuação do MPRJ do que as desvantagens e distorções de uma fila que siga meramente critério cronológico.

Atenciosamente,

Secretaria Geral do GATE

✉ secgate@mprj.mp.br

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: quarta-feira, 13 de março de 2024 13:32
Para: SECGATE <secgate@mprj.mp.br>
Assunto: Solicitação de informações andamento SEI n° 20.22.0001.0063930.2023-21.

À Secretaria do GATE,

Cumprimentando-os, conforme determinado pelo Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, solicito informações acerca da conclusão da IT solicitada no bojo do PA 193/2019 – MPRJ 2019.00978743, SEI nº 20.22.0001.0063930.2023-21.

Atenciosamente,

Bianca dos Santos Lima
Matr.62086316



2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Ouvidoria

Of.INEA/OUVI Nº 503/204 Rio de Janeiro, 15 de março de 2024

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano n.º 207, salas n.º 606/607, Centro - Itaboraí, RJ
CEP: 24.800-113

Ref.: Ofícios nº 910/2023-2PJTCOITB e nº 909/2023-2PJTCOITB
PA 193/2019 MPRJ 2019.00978743

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos Ofícios em epígrafe, nos quais visam apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, sirvo-me do presente para ressaltar a V.Sa. que a presente demanda já foi atendida por meio do Ofício INEA/SERVCONTE Nº 4, conforme documentos anexos.

Oportunamente, acrescento que as informações ora fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos dos respectivos setores, bem como nas declarações do seu corpo técnico.

Adicionalmente, ratifico a informação de envio das demandas ministeriais endereçadas a este Instituto para o e-mail (protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br).

Em tempo, renovo os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Fabiana Coelho da Silva
Ouvidora do INEA

Anexos: I - Of.INEA/SERVCONTE Nº4 (SEI nº 54127169).
II - Manifestação técnica (SEI nº 51849485);
III - Oficio NA31 - (SEI nº 24533940)
IV - Manifestação técnica INEA/SERVAAF SEI Nº6 (SEI nº 23687645).
V - Aviso de Recibendo datado em 25/07/2023 (SEI nº 57549600).

Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Coelho da Silva**, **Ouvidora**, em 15/03/2024, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **70438874** e o código CRC **3ABAA859**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004486/2019 SEI nº 70438874

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: 21-23345975

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

Of.INEA/SERVCONTE Nº4 Rio de Janeiro, 19 de junho de 2023

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí - CEP: 24.800-113

Ref.: Ofício 2ª PJTC nº 1848/2022 e Ofício 2ª PJTC n° 344/2023

PA 193/2019 – MPRJ 201900978743

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção às obrigações contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. Onde a PETROBRAS, no item 5.7.6 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a

"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contadosda homologação do TAC".

Segue breve resumo dos fatos:

Com relação ao solicitado nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do referido Termo de Ajuste de Conduta – TAC/COMPERJ, cabe informar que, com relação à supracitada obrigação, a Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal - GERLAF, analisou toda documentação enviada pela compromissária PETROBRÁS e elaborou a Manifestação técnica INEA/SERVAAF SEI Nº6(23687645), concluindo que:

"(...)*Considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, entende-se que a obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi parcialmente atendida e aguarda-se o atendimento da Notificação GELAFNOT/01122968 para o cumprimento de forma integral da obrigação em referencia*(...)".

A compromissária PETROBRÀS foi informada acerca do parecer técnico acima, através da Notificação GELAFNOT/01122968 que foi encaminhada à compromissária, para pleno atendimento das obrigações pertinentes.

Com isso, após apresentação por parte da compromissária PETROBRÁS da SMS/LCA/MPL-DP-TDI nº 0252/2021, em resposta à Notificação GELAFNOT/01122968, a Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal - GERLAF, analisou novamente toda documentação enviada pela compromissária PETROBRÁS e elaborou a Manifestação técnica 51849485, concluindo que :

"(...)*As ações realizadas, bem como as informações prestadas atendem as exigências contidas na Notificação GELAFNOT/01122968*(...)"

Assim, venho encaminhar a manifestação da área técnica competente dentro do Instituto Estadual do Ambiente quanto à análise do cumprimento dos referidos itens, sob os moldes do que foi preconizado. Bem como, indagar se podemos considerar esses itens como concluídos por parte da fiscalização do INEA e como desnecessária a sua análise por parte da auditoria independente.

Por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos disponibilizados.

Sem mais no momento, mantenho-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Anexos: I - Manifestação técnica 51849485;
II- Oficio NA31 - 24533940
III- Manifestação técnica INEA/SERVAAF SEI Nº6(23687645).

Atenciosamente

Marcelo F.Souto de Carvalho

Coordenador dos TAC´S DO COMPERJ

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fernando Souto de Carvalho**, **Adjunto**, em 19/06/2023, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **54127169** e o código CRC **F3441455**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004486/2019 SEI nº 54127169

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por marcelofsc, versão 3 por marcelofsc em 19/06/2023 15:45:05.

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-DILAM
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL – GELAF
ANÁLISE TÉCNICA Nº 31/2023/FAUNA
REQUERENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO – PETROBRAS
EMPREENDIMENTO: COMPERJ – UHOS (ULTRA HEAVY AND OVER SIZE)
ENDEREÇO: ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ
MUNICÍPIO: SÃO GONÇALO E ITABORAÍ
PROCESSO: E-07/504.178/2012

1. DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento compreende a realização de obras de dragagem da bacia de evolução e execução das obras de construção da Via de Acesso, parte terrestre, para Transporte dos Equipamentos Especiais do COMPERJ (UHOS - Ultra Heavy and Over Size), localizado em São Gonçalo e Itaboraí.

2. MOTIVO DA ANÁLISE

Esta Análise Técnica limita-se a analisar os documentos referentes ao Resgate, Afugentamento e Monitoramento da Fauna Terrestre, apresentados pela PETROBRAS por meio do ofício SMS/LCA/MPL-DP-TDI nº 0252/2021, em resposta à Notificação GELAFNOT/01122968.

3. INFORMAÇÕES RELEVANTES

Foram analisados os seguintes documentos e suas respectivas planilhas de dados:

• Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre da Via Especial UHOS de Acesso ao COMPERJ - Relatório Final de Atividades, referente ao período de 20 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2014.

• Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da Fauna Terrestre da via especial UHOS de acesso ao COMPERJ - Relatório Consolidado Monitoramento, referente ao período de agosto de 2013 a janeiro de 2015.

Ressalte-se que nenhum espécime foi enviado para instituição depositária ou para aproveitamento científico. Conforme informado no relatório, apenas dois espécimes foram encontrados mortos, mas apresentavam fase avançada de decomposição.

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-DILAM
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL – GELAF
ANÁLISE TÉCNICA Nº 31/2023/FAUNA
REQUERENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO – PETROBRAS
EMPREENDIMENTO: COMPERJ – UHOS (ULTRA HEAVY AND OVER SIZE)
ENDEREÇO: ENTRE A PRAIA DA BEIRA E ITAMBÍ
MUNICÍPIO: SÃO GONÇALO E ITABORAÍ
PROCESSO: E-07/504.178/2012

4. AVALIAÇÃO E CONCLUSÃO

As ações realizadas, bem como as informações prestadas atendem as exigências contidas na Notificação GELAFNOT/01122968.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2023.

Amanda Ribeiro de Medeiros
Chefe de serviço
GERLAF/DIRLAM/INEA
ID.:51396146

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

Of.INEA/SERVCONTE SEI Nº31 Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2021

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí - CEP: 24.800-113

Ref.: Ofício 2ª PJTC nº 1744/2019

PA 193/2019 – MPRJ 201900978743

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção às obrigações contidas nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. Onde a PETROBRAS, no item 5.7.6 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61 da cláusula segunda, obrigou-se a

"(...)comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contadosda homologação do TAC".

Com relação ao solicitado nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do referido Termo de Ajuste de Conduta – TAC/COMPERJ, cabe informar que, com relação à supracitada obrigação, a Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal - GERLAF, analisou toda documentação enviada pela compromissária PETROBRÁS e elaborou a Manifestação técnica INEA/SERVAAF SEI Nº6(23687645).

Cabe informar que, com relação à supracitada análise técnica e conforme transcrição abaixo a Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal concluiu que

"(...)*Considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, entende-se que a obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi parcialmente atendida e aguarda-se o atendimento da Notificação GELAFNOT/01122968 para o cumprimento de forma integral da obrigação em referencia*(...)".

Por fim, informamos que a compromissária PETROBRÀS foi informada acerca do parecer técnico acima, através da Notificação GELAFNOT/01122968 que foi encaminhada à compromissária, para pleno atendimento das obrigações pertinentes.

Por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos disponibilizados.

Sem mais no momento, mantenho-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Anexos: I - INEA/SERVAAF SEI Nº6(23687645)

Atenciosamente

Marcelo F.Souto de Carvalho

Coordenador dos TAC´S DO COMPERJ

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fernando Souto de Carvalho**, **Adjunto**, em 08/11/2021, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **24533940** e o código CRC **D3129428**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004486/2019 SEI nº 24533940

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por marcelofsc, versão 2 por marcelofsc em 08/11/2021 16:09:18.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Licenciamento Ambiental

Manifestação.INEA/SERVAAF SEI Nº6 Rio de Janeiro,19 de outubro de 2021

O atendimento da obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi reportado através do Ofício SMS/LARE 0169/2019, de 08/09/2019, e seus anexos, que apresentou os Relatórios do Programa de Gestão Ambiental do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, do 21° (agosto de 2013) ao 33° (agosto de 2016), os quais continham as ações executadas no âmbito do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre. Além disso, também foram apresentados o Ofício N° 134/2012 da APA Guapimirim / ESEC Guanabara / ICMBio, de 02/08/2012, autorizando a realização das atividades desde que observadas as condicionantes contidas no documento; e o Relatório Consolidado do Monitoramento, entre agosto de 2013 e janeiro de 2015, elaborado pela empresa consultora Sigma Pesquisas e Projetos.

O Relatório Técnico N°06/2020/GELAF informa que foram encaminhados relatórios pela PETROBRAS, os quais foram avaliados pela área técnica deste INEA, tendo sido também realizadas vistorias ao longo dos anos. Deve ser destacado que o manejo de fauna do COMPERJ é acompanhado por meio das Autorizações Ambientais emitidas no bojo dos processos E-07/504.471/2011 e E-07/504.473/2011, para os quais são encaminhados os relatórios com as informações pertinentes ao manejo de fauna.

O Parecer Técnico 251/2014/FAUNA analisou o cumprimento das condições de validade da Licença de Instalação IN020319, no que concerne a fauna, com fins ao requerimento de renovação da mesma para o empreendimento UHOS (Ultra Heavy and Over Size), localizado em São Gonçalo e Itaboraí, e concedeu parecer favorável a concessão da renovação, que foi contemplada através da AA N° IN044741.

O Parecer Técnico 251/2013/FAUNA analisou a renovação da Autorização Ambiental IN017002 para o Manejo da Fauna Silvestre entre a Rodovia BR 101 e BR 116 – Área de Influência Direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Manilha, Itaboraí.

O Parecer Técnico 60/2016/FAUNA analisou a renovação da Autorização Ambiental para manejo de fauna silvestre, visando a continuidade do Plano de Monitoramento da Fauna Terrestre, Plano de Recuperação de Fauna e do Programa de Salvamento e Resgate de Fauna.

O Parecer Técnico 42/2018/FAUNA analisou a renovação Autorização Ambiental N° IN037890 para o manejo de fauna silvestre, visando a continuidade do Plano de Monitoramento da Fauna Terrestre, Plano de Recuperação de Fauna e do Programa de Salvamento e Resgate de Fauna, na área de influência direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

A Análise Técnica 34/2020/FAUNA avaliou os Relatórios Bimestrais, Semestrais e Relatório Consolidado Final do Plano de Monitoramento da Fauna Terrestre, Plano de Recuperação de Fauna e do Programa de Salvamento e Resgate de Fauna, na área de influência direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que após notificação e ajustes por parte da PETROBRAS, concedeu a AA N° IN044740.

O Parecer Técnico 230/2013/FAUNA analisou o requerimento de renovação da Autorização Ambiental IN017381 para o Manejo da Fauna Silvestre na Área dos Rios Itambi, Dique do Rio Guaraí Grande, Dique do Quatro, Suruí, Guapimirim e Foz Suruí-Mirim – Manilha, município de Itaboraí.

O Parecer Técnico 61/2016/FAUNA analisou a solicitação da renovação da Autorização Ambiental para captura, coleta e transporte de animais silvestres, visando a continuidade do Monitoramento Ambiental da Biota Terrestre na Área de Influência Direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), cujo sítio está localizado em Itaboraí, Rio de janeiro, RJ.

O Parecer Técnico 35/2018/FAUNA analisou a solicitação da renovação da Autorização Ambiental N° IN037891, emitida para o manejo de fauna silvestre, visando à continuidade do Monitoramento Ambiental da Biota Terrestre na área de influência direta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

A Análise Técnica 35/2020/FAUNA avaliou os Relatórios Trimestrais e Relatório Consolidado Final do Plano de Monitoramento Ambiental da Biota Terrestre, na APA de Guapimirim, localizada na AID do empreendimento.

Após a avaliação dos documentos encaminhados pela PETROBRAS e das análises e pareceres elaborados por este INEA, foi realizada nova Análise Técnica 114/2021/FAUNA para analisar novamente o cumprimento de tais obrigações e corroborar os Pareceres e Análises pretéritas. Após a elaboração de tal Análise, foi constatado atendimento parcial de algumas condicionantes e, por isso, foi preparada Notificação GELAFNOT/01122968 e encaminhada a PETROBRAS, para pleno atendimento das obrigações pertinentes.

Considerando o exposto acima e com base nos documentos apresentados, entende-se que a obrigação contida nos itens 5.7.6 e 5.7.7 da cláusula segunda do TAC I COMPERJ foi parcialmente atendida e aguarda-se o atendimento da Notificação GELAFNOT/01122968 para o cumprimento de forma integral da obrigação em referencia.

Anexos: I - Análise Técnica 23686042.
II - Notificação 23687198.

Atenciosamente,

Daniel Tavares Cassilhas Rosa
Analista Ambiental
ID. Funcional 5109624-2

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Tavares Cassilhas Rosa**, **Analista**, em 21/10/2021, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **23687645** e o código CRC **8319F76C**.

Referência: Processo nº SEI-07/026/004486/2019 SEI nº 23687645

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por danieltcr, versão 7 por danieltcr em 21/10/2021 12:21:59.

AVISO DE RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

DR TIAGO VERAS GOMES

ENDEREÇO / *ADRESSE*

2 PROMOTORIA CÍVEL ITABORAÍ RJ

RUA JOÃO CAETANO 207 SALA 606 607

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
24800 113	ITABORAÍ	RJ	BRASIL

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE* ☐ EMS ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*: Mirella do Col

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*: 25/07/23

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*

CDD ITABORAÍ 25 JUL 2023 ITABORAÍ/RJ

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

Correios Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

BR 28346249 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

__/__/____

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

__/__/____ : h

__/__/____ : h

__/__/____ : h

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

AV. VENEZUELA Nº 110

CIDADE / LOCALITÉ

SAÚDE OF INVOA/SERVCONTG 04 UF RJ BRASIL BRÉSIL

20081312

SEI 070026004486/19

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004461/2023-44
Documento id. 02264984

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 193/2019 MPRJ 2019.00978743

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Ciente** do acrescido no ofício de index 01781031;

2. **Renovo** a promoção de índex 01108386 bastando a Secretaria entrar em contato com a Secretaria do GATE, solicitando informar sobre a conclusão da IT solicitada;

3. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 05 de junho de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 05-06-2024 10:27

RE: Solicitação de informações andamento SEI n° 20.22.0001.0063930.2023-21.

SECGATE <secgate@mprj.mp.br>

Qui, 06/06/2024 12:49

Para:2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>;SECGATE <secgate@mprj.mp.br>

Prezado solicitante,

O procedimento em questão se encontra em fila, aguardando técnico disponível para distribuição e início de análise. Em sua frente, há 7 SATs na mesma situação (mesmo tema e equipe responsável).

No entanto, SATs relativas a processos com prazos judiciais poderão ser distribuídos de forma prioritária. De igual modo, SATs que sejam apresentadas relativas a casos de maior gravidade e menor custo de análise.

A Coordenação do GATE está trabalhando para publicar a fila de espera, além da estimativa do tempo de conclusão para cada SAT. Em paralelo, estamos adotando medidas de saneamento do passivo e controle de entrada com o objetivo reduzir o tempo de conclusão das análises.

Agradecemos pela compreensão e acreditamos que eventual incerteza quanto ao prazo exato para a análise traga transtornos menores para a efetividade da atuação do MPRJ do que as desvantagens e distorções de uma fila que siga meramente critério cronológico.

Atenciosamente,

Secretaria Geral do GATE

✉ secgate@mprj.mp.br

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: quarta-feira, 5 de junho de 2024 15:49
Para: SECGATE <secgate@mprj.mp.br>
Assunto: RE: Solicitação de informações andamento SEI n° 20.22.0001.0063930.2023-21.

À Secretaria do GATE, Cumprimentando-os, conforme determinado pelo Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, solicito informações acerca da conclusão da IT solicitada no bojo do PA 193/2019 – MPRJ 2019.00978743, SEI nº 20.22.0001.0063930.2023-21.

Atenciosamente,
Bianca dos Santos Lima
Matr.62086316

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: SECGATE <secgate@mprj.mp.br>
Enviado: quarta-feira, 13 de março de 2024 13:39
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>; SECGATE <secgate@mprj.mp.br>
Assunto: RE: Solicitação de informações andamento SEI n° 20.22.0001.0063930.2023-21.

Prezado solicitante,

O procedimento em questão se encontra em fila, aguardando técnico disponível para distribuição e início de análise. Em sua frente, há 8 SATs na mesma situação (mesmo tema e equipe responsável).

No entanto, SATs relativas a processos com prazos judiciais poderão ser distribuídos de forma prioritária. De igual modo, SATs que sejam apresentadas relativas a casos de maior gravidade e menor custo de análise.

A Coordenação do GATE está trabalhando para publicar a fila de espera, além da estimativa do tempo de conclusão para cada SAT. Em paralelo, estamos adotando medidas de saneamento do passivo e controle de entrada com o objetivo reduzir o tempo de conclusão das análises.

Agradecemos pela compreensão e acreditamos que eventual incerteza quanto ao prazo exato para a análise traga transtornos menores para a efetividade da atuação do MPRJ do que as desvantagens e distorções de uma fila que siga meramente critério cronológico.

Atenciosamente,

Secretaria Geral do GATE
✉ secgate@mprj.mp.br
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: quarta-feira, 13 de março de 2024 13:32
Para: SECGATE <secgate@mprj.mp.br>
Assunto: Solicitação de informações andamento SEI n° 20.22.0001.0063930.2023-21.

À Secretaria do GATE,

Cumprimentando-os, conforme determinado pelo Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, solicito informações acerca da conclusão da IT solicitada no bojo do PA 193/2019 – MPRJ 2019.00978743, SEI nº 20.22.0001.0063930.2023-21.

Atenciosamente,

Bianca dos Santos Lima
Matr.62086316

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*